



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM
HISTÓRIA

CESAR EVANGELISTA FERNANDES BRESSANIN

**ENTRE MISSÕES, DESOBRIGAS, CONSTRUÇÕES E PROJETOS EDUCATIVOS:
A ORDEM DOS PREGADORES NOS SERTÕES DO ANTIGO NORTE DE GOIÁS**

GOIÂNIA

2015

CESAR EVANGELISTA FERNANDES BRESSANIN

**ENTRE MISSÕES, DESOBRIGAS, CONSTRUÇÕES E PROJETOS EDUCATIVOS:
A ORDEM DOS PREGADORES NOS SERTÕES DO ANTIGO NORTE DE GOIÁS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História – Cultura e Poder da Pontifícia Universidade Católica de Goiás como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof. Dra. Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante Ribeiro

GOIÂNIA

2015

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP)
(Sistema de Bibliotecas PUC Goiás)

B843e

Bressanin, César Evangelista Fernandes.

Entre missões, desobrigas, construções e projetos educativos [manuscrito] : a ordem dos pregadores nos sertões do antigo norte de Goiás / César Evangelista Fernandes Bressanin – Goiânia, 2015.

205 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História – Cultura e Poder.

“Orientadora: Profa. Dra. Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante Ribeiro”.

Bibliografia.

1. Dominicanos – Goiás. I. Título.

CDU 272-789.33-055.2(043)

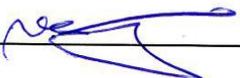


PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

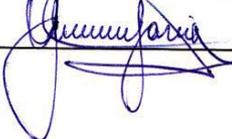
Av. Universitária, 1069 ● Setor Universitário
Caixa Postal 86 ● CEP 74605-010
Goiânia ● Goiás ● Brasil
Fone: (62) 3946.1070 ● Fax: (62) 3946.1070
www.pucgoias.edu.br ● prope@pucgoias.edu.br

DISSERTAÇÃO DO MESTRADO EM HISTÓRIA DEFENDIDA EM
24 (VINTE E QUATRO) DE FEVEREIRO DE 2015 (DOIS MIL E
QUINZE) E Aprovado PELA BANCA EXAMINADORA.

1) Dra. Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante / (Presidente) PUC Goiás



2) Dr. Gilberto Gonçalves Garcia / (Membro) PUC Goiás



3) Dra. Maria de Fátima Oliveira / (Membro) UEG



Minha amada esposa, Kenia, minhas lindas filhas, Ana Cecília e Maria Luisa, a vocês dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, princípio e fim de tudo, a quem rendo constantes louvores.

Às mulheres da minha vida, Kenia, Ana Cecília e Maria Luisa, que deixam os meus dias mais iluminados e felizes.

À querida Iolanda (Preta), pela alegria em me acolher em seu lar.

À Universidade Federal do Tocantins, pelo incentivo.

Ao Colégio Sagrado Coração de Jesus e às queridas Irmãs Dominicanas, pelo apoio e confiança.

Ao Frei Mário Taurinho e ao Jackson, do Arquivo da Província Dominicana no Brasil, pelo acolhimento e significativa contribuição.

Ao Antonio Caldas e a todos os servidores do IPEHBC, pela atenção e delicadeza com que sempre me atenderam.

À querida Prof. Dra. Maria do Espírito Santo, pela atenção e profissionalismo com que orientou este trabalho. Seu incentivo foi essencial para a concretização desta pesquisa.

Ao Prof. Dr. Eduardo Quadros, coordenador do Mestrado em História, e à Camila, secretária do programa, pela delicadeza e disponibilidade em sempre me atender.

Aos professores do Programa de Pós Graduação em História da PUC-Goiás, pelas aulas e ricos debates teóricos.

Enfim, a todos que, direta e indiretamente, contribuíram para a construção deste trabalho, muito obrigado!

*“Põe tuas delícias no Senhor e os desejos do
teu coração Ele atenderá”.*
(Salmo 36, 4)

RESUMO

FERNANDES BRESSANIN, César Evangelista. **Entre missões, desobrigas, construções e projetos educativos**: a Ordem dos Pregadores nos sertões do antigo norte de Goiás. Dissertação (Mestrado em História – Cultura e Poder) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2015.

Este trabalho aborda a presença da Ordem dos Pregadores, mais conhecida como Ordem Dominicana, no sertão do antigo norte de Goiás, principalmente na cidade de Porto Nacional, onde a Província Dominicana francesa de Toulouse instaurou no ano de 1886 o Convento Santa Rosa de Lima como sede da terceira fundação da ordem no Brasil e na Diocese de Goiás. Essa fundação visava a atender as perspectivas do projeto de romanização da Igreja Católica no Brasil assumido pelo episcopado brasileiro. A missão dominicana de Porto Nacional tinha por objetivos a reforma do povo, a reforma do clero e a evangelização. Neste intuito, aplicaram diversas estratégias de trabalho, como as missões nas paróquias, as desobrigas – de tempos em tempos, nos povoados e por toda a zona rural sob a jurisdição da missão –, as construções de prédios religiosos e os projetos na área da educação. Durante os cinquenta e oito anos da permanência dos frades dominicanos franceses em Porto Nacional (1886-1944), suas contribuições para com os sertanejos do antigo norte de Goiás foram inúmeras, de forma especial à cidade portuense. Por meio da análise das diversas fontes históricas, sobretudo das fornecidas pelo Arquivo da Província Dominicana no Brasil, foi possível historicizar e compreender a presença e o legado da Ordem dos Pregadores à região.

Palavras-chave: Ordem Dominicana – Antigo Norte de Goiás – Porto Nacional.

ABSTRACT

FERNANDES BRESSANIN, César Evangelista. **Among missions, Duties of principles of Lent and Educative projects:** The Preachers Organization in the backcountry of Old North of Goias. Dissertation (term paper) Master's Degree in History-Culture and Power)-Pontifical Catholic University of Goias, Goiania, 2015.

This study aims the presence of the Preachers Organization, which it is more known as Dominican Organization in the backcountry of the Old North of Goias, mainly in the city of Porto Nacional where the Dominican French Province of Toulouse established in the year of 1886 the Convent(religious order) Santa Rosa de Lima as the central office of the third building organization of the Social Structure in Brazil and in the Parish of Bishop of Goias. This organization intended to attend the perspectives of the project of Romanization of Catholic Church in Brazil which the Brazilian Episcopate was responsible for. The Dominican Mission of Porto Nacional had for aim the renovation of people, the renovation of the Clergy (Christian Ministers) and the evangelization. For this intention it was used many strategies of working as the missions in the parishes, as desobrigas the duties of the principle of lent, for much time in the village and for all the country area under the jurisdiction of the mission, the built of large religious buildings and the projects in the educacional area. During the 58 years of permanency of the French Dominican Friars in Porto Nacional (1886-1994) their contributions for the country man from the Old North of Goias were countless ones, in a special way for the Portuguese City. Through the analisys of various historical source, mainly the ones that were provided by the File of the Dominican Organization in Brazil it was possible to know the history and understand the presence, the legacy of the Preachers Organization to this region.

Key-words: Dominican Organization – Old North of Goias – Porto Nacional.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Assinação de Frei Gregório Aleixo no convento de Porto Nacional	88
Figura 2 – Construção do Convento Santa Rosa de Lima em Porto Nacional	91
Figura 3 – Atual prédio do Seminário São José de Porto Nacional, antigo Convento Santa Rosa de Lima dos frades dominicanos e vista interna	92
Figura 4 – Os padres dominicanos de Porto Nacional em partida para a desobriga no sertão do Tocantins	107
Figura 5– Catedral de Nossa Senhora das Mercês alguns anos após sua inauguração.....	116
Figura 6 – Catedral de Nossa Senhora das Mercês por volta de 1912/13	117
Figura 7 – Catedral de Nossa Senhora das Mercês e seus detalhes.....	118
Figura 8 – Detalhes da arquitetura da Catedral de Nossa Senhora das Mercês.....	119
Figura 9 – Provável banda de música criada por Frei José Maria Audrin	123
Figura 10 – Frade Dominicano, provavelmente Frei José Maria Audrin, com grupo de alunos.....	124
Figura 11 – Irmãs Dominicanas durante viagem para Porto Nacional	128
Figura 12 – Fachada atual do primeiro prédio do Colégio Sagrado Coração de Jesus	131
Figura 13 – Vista interna atual do primeiro prédio do Colégio das Irmãs Dominicanas	131
Figura 14 – Capela do primeiro prédio do colégio Sagrado Coração de Jesus, dezembro de 1911	132
Figura 15 – Religiosa dominicana pioneira em Porto Nacional.	134
Figura 16 – Grupo indígena em Porto Nacional	142
Figura 17 – Dom Domingos Carrerot, primeiro bispo de Porto Nacional.....	152
Figura 18–Dom Domingos Carrerot e seus confrades dominicanos do Convento Santa Rosa de Lima, em Porto Nacional	153
Figura 19 – Prédio do Seminário São José/Palácio Episcopal/Cúria Diocesana em fase de acabamento.....	155
Figura 20 – Seminário São José em funcionamento na década de 1930	159
Figura 21 – Depois da Cerimônia de Sagração de Dom Alano Du Nuday, Bispo de Porto Nacional, no Rio de Janeiro.....	161

Figura 22 – Dom Alano com os frades dominicanos e seminaristas, em Porto Nacional	162
Figura 23 – Radiograma comunicando a solicitação, enviada à Roma, pedindo autorização para o fechamento do Convento de Porto Nacional	176

LISTA DE QUADROS

Quadro 1– ‘Missionários Dominicanos em Porto Nacional’	89
Quadro 2 – ‘Superiores do Convento Santa Rosa de Lima’	90

LISTA MAPAS

Mapa 1 – A Província/Estado de Goiás no final do século XIX e início do século XX	40
Mapa 2 – Mapa da Diocese de Goiás no final do século XIX.....	41
Mapa 3 – Fundações Dominicanas no Brasil até 1886	55
Mapa 4 – O antigo norte de Goiás, atual estado do Tocantins	59
Mapa 5 – O território de missão do Convento Santa Rosa de Lima de Porto Nacional	93
Mapa 6 – Território eclesiástico sob o comando da Província Dominicana de Toulouse no início do século XX: Prelazia de Conceição do Araguaia e Diocese de Porto Nacional.....	144
Mapa 7 – Diocese de Porto Nacional quando de sua criação, em 1915	149

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

OP – Ordem dos Pregadores

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MSR – Mensageiro do Santo Rosário

CMD – Coleção Memória Dominicana

ATI – Associação Tocantinense de Imprensa

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional

IPEHBC – Instituto Pesquisas e Estudos Históricos Brasil Central

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPITULO 1 - A ORDO PRÆDICATORUM: DE TOULOUSE, NO SUL DA FRANÇA, PARA PORTO NACIONAL, NO ANTIGO NORTE DE GOIÁS	23
1.1 A ORDEM DOS PREGADORES.....	23
1.2 AS MISSÕES DOMINICANAS NA AMÉRICA LATINA	28
1.3 A ORDEM DOS PREGADORES EM TERRAS BRASILEIRAS.	30
1.4 A ORDEM DOMINICANA EM PORTO NACIONAL: A TERCEIRA FUNDAÇÃO BRASILEIRA	52
CAPÍTULO 2 – A MISSÃO DOMINICANA FRANCESA NO SERTÃO DO ANTIGO NORTE DE GOIÁS	57
2.1 O SERTÃO DO NORTE DE GOIÁS: UM LUGAR ESQUECIDO	57
2.2 PORTO NACIONAL: UMA CIDADE RIBEIRINHA NO SERTÃO	64
2.3 O CENÁRIO ECLESIAL E RELIGIOSO DO ANTIGO NORTE DE GOIÁS E DE PORTO NACIONAL NO FINAL DO SÉCULO XIX	71
2.4 A DIFÍCIL VIAGEM ATÉ PORTO NACIONAL.....	81
2.5 A ORDO <i>PRÆDICATORUM</i> EM PORTO NACIONAL: O CONVENTO SANTA ROSA DE LIMA.....	84
CAPÍTULO 3 DISPOSITIVOS DOMINICANOS NA MISSÃO SERTANEJA DE PORTO NACIONAL	93
3.1 AS MISSÕES	97
3.2 AS DESOBRIGAS.....	104
3.3 A CATEDRAL DE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS.....	114
3.4 OS PROJETOS EDUCATIVOS CULTURAIS DA ORDEM DOMINICANA EM PORTO NACIONAL	119
3.4.1 A presença feminina Dominicana: a Congregação de Nossa Senhora do Rosário de Monteils e o Colégio Sagrado Coração de Jesus	126
3.5 A MISSÃO DOMINICANA ENTRE OS POVOS INDÍGENAS E A FUNDAÇÃO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA.....	137
3.6 A CRIAÇÃO DA DIOCESE DE PORTO NACIONAL E OS BISPOS DOMINICANOS FRANCESES.....	144

3.7 O FECHAMENTO DO CONVENTO SANTA ROSA DE LIMA DE PORTO NACIONAL E A SAÍDA DOS MISSIONÁRIOS DOMINICANOS DO SERTÃO GOIANO.....	164
CONSIDERAÇÕES FINAIS	179
FONTES E REFERENCIAS.....	183
ANEXOS	195
ANEXO 1 – EDITORIAL DA REVISTA MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO DE DEZEMBRO DE 1912.....	196
ANEXO 2 – FASCÍCULO 187 DA COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA, ÚLTIMO FASCÍCULO PUBLICADO	197
ANEXO 3 – CARTAS DE FREI GREGÓRIO ALEIXO À DOM PRUDÊNCIO, BISPO DE GOIÁS (DATADAS DE 19 DE SETEMBRO DE 1918 E 23 DE SETEMBRO DE 1918, RESPECTIVAMENTE).....	198
ANEXO 4 – ESTATÍSTICA DO CONVENTO SANTA ROSA DE LIMA DE PORTO NACIONAL, DE 1919	200
ANEXO 5 – JORNAL FOLHA DOS MOÇOS, EDIÇÃO DE MARÇO DE 1938	201
ANEXO 6 – CAPA DA CARTA PASTORAL DE DOM PRUDÊNCIO, DE 1916.....	202
ANEXO 7 – JORNAL ‘TRIÂNGULO MINEIRO’, DE 18 DE MARÇO DE 1948, SOBRE O FALECIMENTO DE FREI REGINALDO TOURNIER.....	203
ANEXO 8 – MAPA DO ESTADO DE GOIÁS ORGANIZADO EM 1913 POR FREI REGINALDO TOURNIER, MISSIONÁRIO DOMINICANO, SÓCIO CORRESPONDENTE DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO	204
ANEXO 9 – SEGUNDA EDIÇÃO DO MAPA DO ESTADO DE GOIÁS REORGANIZADO EM 1939 POR FREI REGINALDO TOURNIER, DOMINICANO, SÓCIO DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO.....	205

INTRODUÇÃO

A afirmação de Fernand Braudel (1988, p. 2) de que “a história nada mais é do que uma constante indagação dos tempos passados em nome dos problemas e curiosidades – ou mesmo das inquietações e das angústias – do tempo presente que nos cerca e assedia” sintetiza o trabalho que se introduz. Os escritos produzidos nas páginas seguintes são resultados de uma série de indagações e curiosidades, inquietações e motivações do agora, que lançaram o autor em um caminho de buscas contínuas para construir um itinerário de pesquisa.

A presente dissertação enfoca a Ordem dos Pregadores nos sertões do antigo norte de Goiás, a partir da cidade de Porto Nacional, onde se estabeleceu uma comunidade religiosa no ano de 1886. Essa comunidade permaneceu nessa cidade, desenvolvendo um trabalho evangelizador e cultural entre os sertanejos, até o ano de 1944.

Apesar de os frades dominicanos, como são conhecidos os membros da Ordem dos Pregadores, terem deixado a cidade de Porto Nacional há 70 anos, as lembranças dessa ordem religiosa ainda estão presentes na cidade e na região. Primeiro, em virtude da origem dos bispos que governaram a Diocese portuense após o fechamento do convento dos dominicanos. Dom Alano Maria Du Noday e Dom Celso Pereira de Almeida eram membros da Ordem, foram elevados à condição de episcopos da Igreja Particular de Porto Nacional e a governaram até 1995 (1936-1976 e 1976-1995, respectivamente). Como bispos, apesar de estarem oficialmente desligados da Ordem, mantiveram o contato e a convivência com a Província Dominicana no Brasil, continuaram com as práticas do carisma religioso, mesmo na condição de bispos, e cultivaram a memória dos missionários dominicanos. Corroboram para perpetuar essa memória a presença das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, proprietárias que mantêm o Colégio Sagrado Coração de Jesus, em Porto Nacional, desde 1904.

Enfim, essa memória sobrevive e despertou atenção do autor por vários motivos. O primeiro está relacionado à sua história de vida. Durante a infância e a adolescência, em Santa Cruz do Rio Pardo, interior do Estado de São Paulo, foi educado e catequizado por frades e freiras dominicanas. Em 1995, foi convidado por um frade dominicano, Frei Carlo Quadri, de origem italiana e residente em Porto Nacional, para fazer uma experiência missionária na Diocese de Porto Nacional.

Chegou a esta cidade em 1996, onde por dois anos residiu com aquele frade vivendo em uma pequena comunidade no estilo do carisma dominicano. Desde então, vive em Porto Nacional e envolveu-se com a história e a cultura do povo e do lugar. Como profissional da educação, lecionou no Colégio Sagrado Coração de Jesus, das irmãs dominicanas, ou seja, uma trajetória sempre vinculada à Ordem.

Na atuação docente, tanto no colégio como na Universidade Federal do Tocantins, campus de Porto Nacional, inquietou-se com uma realidade: a carência de produções historiográficas que abordassem a missão dominicana de Porto Nacional: o segundo motivo.

A terceira motivação surgiu a partir de um hino entoado pela comunidade católica com certo fervor em algumas cerimônias religiosas na igreja edificada pelos dominicanos. Sua letra é um tanto romanceada, porém interessante e curiosa. Conta um pouco sobre os missionários dominicanos no sertão das terras brasileiras, batizando indígenas, derramando o sangue para que a missão se realizasse. Chamados para implantar a bandeira da cruz nas terras do Brasil, em meio às caminhadas e viagens penosas pelo sertão afora, contavam com a ajuda de Maria, a mãe de Jesus, por quem o missionário almejava. Destaca-se na letra desse hino o Rosário, que é um símbolo religioso católico de grande significado e que faz parte da vestimenta do frade dominicano, que com ele passa em meio ao sertão lançando-o como que rosas para atrair os fiéis e infiéis na evangelização¹.

Tais situações despertaram o autor para a realização da presente pesquisa.

O objeto da História Cultural é “[...] identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 16-17). Assim, torna-se indispensável situar o objeto de estudo no tempo e no espaço para a concretização da análise histórica.

Dessa forma, o objeto desta pesquisa é a Ordem dos Pregadores ou dos Dominicanos – como é mais conhecida –, especificamente, a Província francesa de

¹Oh Dominicano Missionário / que passas com o Rosário / No meio do sertão/ Vês quantos selvagens batizastes / Ao céu arrecadaste / com o peito a ensanguentar / Glória da terra brasileira/ que te saúda inteira / Aos pés do campeão / Anjos te guiem tutelares / Voando pelos ares, herói do meu sertão / Filho ouve bem a voz um dia / filho ergue os olhos é Maria / E vem para a terra brasileira / hastear outra bandeira / A bandeira de uma cruz / Sonho, minha mãe, mas vem comigo. / Ser o pão deste mendigo / que anseia por Jesus. / Quantas, quantas vezes pela noite / Dos ventos aos açoites / viajastes no sertão. / E alegremente na jornada / fazia as caminhadas / Buscando corações. / Oh! Que sertão abençoado / Mais de século regado, com o sangue a missão / Lança as rosas do Rosário / sobre este missionário / que é a tua salvação (PEDREIRA, 2014, p. 32).

Toulouse, no sertão do antigo norte de Goiás a partir da cidade de Porto Nacional, sede do Convento Santa Rosa de Lima, moradia dos frades e reduto da missão dominicana. O recorte temporal para este objeto é justamente o período de existência dessa missão, do final do século XIX até as quatro primeiras décadas do século XX, mais precisamente de 1886 a 1944.

Os questionamentos para esse objeto foram inúmeros, porém os problemas norteadores para esta pesquisa foram basicamente três, que possibilitaram a investigação: as motivações da instauração da missão dominicana francesa no sertão do antigo norte de Goiás no final do século XIX; as evidências e as contribuições dessa missão para a vida sertaneja; e as causas do fechamento da missão.

Diante desses problemas, construíram-se algumas hipóteses: o estabelecimento de um convento e da missão da Ordem Dominicana no sertão do antigo norte goiano, especificamente em Porto Nacional, fazia parte do projeto de reforma da Igreja Católica no Brasil na segunda metade do século XIX e dos planos reformadores e expansionistas do bispado de Goiás; o tempo da permanência da missão dominicana em Porto Nacional foi suficiente para marcar a construção da identidade cultural do povo da região tocantinense; a saída da Ordem Dominicana e a transferência dos frades para a região sudeste do Brasil estão relacionadas a questões econômicas e de recrutamento de novos membros para o trabalho religioso.

Assim, estabeleceram-se como objetivos para essa investigação histórica: conhecer as origens da Ordem dos Pregadores, sua expansão institucional, chegada à América Latina e ao Brasil; averiguar as motivações para a implantação da missão dominicana francesa em Porto Nacional, no ano de 1886; constatar a situação socioeconômica e religiosa do antigo sertão do norte de Goiás e da cidade de Porto Nacional, no final do século XIX; compreender o processo de instauração do Convento Santa Rosa de Lima e da missão dominicana em Porto Nacional; historicizar a trajetória dos missionários dominicanos em Porto Nacional e suas contribuições ao antigo norte de Goiás, referentes à organização da vida da igreja, ao missionarismo, à pastoral, à cultura e à educação e ao engajamento sociopolítico; compreender os momentos de tensão, de crise e de expansão da missão dominicana em Porto Nacional e as causas do fechamento do Convento Santa Rosa de Lima e da saída dos dominicanos de Porto Nacional em 1944.

Na perspectiva da História Cultural, como ter acesso ao sentido das experiências humanas do passado, como aquelas vividas pelos missionários dominicanos no sertão do antigo norte de Goiás no final do século XIX e primeiras décadas do século XX? Pesavento (2005, p. 42) auxilia na compreensão desse processo, quando afirma que é possível “decifrar a realidade do passado por meio de suas representações, tentando chegar àquelas formas discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressaram a si próprios e o mundo”.

Essas representações são visualizadas pelo historiador por meio das mais variadas fontes, sejam escritas, orais, visuais e várias outras que, por sua vez, trazem um ínfimo de informações daquilo que um dia de fato aconteceu. Leva-se em conta que nem todas as experiências humanas são registradas pelos que viveram ou vivenciaram determinado fato em determinada época (PESAVENTO, 2005).

Assim, para responder aos questionamentos, às inquietações e acessar as experiências do passado, fez-se o levantamento dos indícios, dos ‘cacos da história’, que contribuíram e permitiram a construção dessa narrativa histórica. Não são estabelecidas certezas absolutas, mas de regimes de verdade, como propõe a História Cultural, pois “tudo o que foi um dia poderá vir a ser contado de outra forma, cabendo ao historiador elaborar uma versão plausível, verossímil, de como foi” (PESAVENTO, 2005, p. 51).

Dessa forma, partiu-se para um minucioso levantamento bibliográfico de pesquisas desenvolvidas a respeito da Ordem Dominicana em Porto Nacional. Encontraram-se algumas obras, dissertações e teses que abordaram o assunto sobre outros vieses. Destacam-se as obras de Audrin, *Entre sertanejos e índios do norte* (2007) e *Os sertanejos que conheci* (1963). O primeiro é um trabalho biográfico de Dom Domingos Carrerot, missionário dominicano em Porto Nacional e Conceição do Araguaia, que foi elevado à condição de primeiro bispo dessas duas circunscrições eclesiásticas, com riqueza de detalhes da missão dominicana em Porto Nacional. E o segundo consiste em um verdadeiro trabalho sociológico sobre os sertanejos das paragens do antigo norte de Goiás.

Outro trabalho de destaque foi a dissertação de mestrado de Eivaldo Antônio dos Santos, que trata sobre *Os Dominicanos em Goiás e Tocantins (1881-1930): fundação e consolidação da missão dominicana no Brasil*, um trabalho abrangente sobre as frentes de missão da Ordem Dominicana em Goiás, Porto Nacional, Formosa e Conceição do Araguaia. A pesquisa enfatiza perfis de alguns

missionários e alguns aspectos da evangelização dominicana dos referidos conventos.

Entretanto a pesquisa em evidência diferencia-se substancialmente da dissertação de Santos (1996), pois tem como objeto, especificamente, a missão dominicana em Porto Nacional, desde sua fundação até seu fechamento.

Outros trabalhos, apesar de abordarem a Ordem Dominicana em Porto Nacional, não a tiveram como objeto primordial, por exemplo, a obra de Gallais (1942), uma biografia sobre o missionário dominicano Gil Vilanova; as dissertações de Roberto (1983) e Grigório (2012), que tratam especificamente sobre a evangelização dos dominicanos com os povos indígenas em Goiás; e as teses de Caixeta (2011), que analisa os missionários dominicanos de Porto Nacional como alguns dos interlocutores da expedição médica sanitaria de Arthur Neiva e Belisário Penna, e de Dourado (2010), que pesquisa a História da Educação de Porto Nacional a partir do Ginásio Estadual, em que enfatiza as contribuições da Ordem Dominicana no processo educativo da cidade e da região.

Essas e tantas outras referências forneceram informações relevantes e enriqueceram, consideravelmente, a construção da narrativa histórica aqui apresentada, que buscou diferenciar-se das demais pesquisas a partir da seleção e da utilização de documentos distintos.

Esses documentos foram consultados no Arquivo da Província Dominicana do Brasil, sediado no convento de Belo Horizonte-MG, e no Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos Brasil Central (IPEHBC), de Goiânia-GO. Ambas as instituições proveram inúmeros textos, cartas, fotos, periódicos, anotações, manuscritos, mapas e tantos outros documentos que se transformaram em fontes para o olhar do pesquisador (PINSKY, 2013).

Dentre os documentos utilizados como fontes neste trabalho, destacam-se: *Revista Mensageiro do Santo Rosário*, órgão oficial de comunicação da Ordem Dominicana no Brasil, publicada mensalmente, a partir de 1896, no convento de Uberaba, e que permeou toda a dissertação (ANEXO 1); *Coleção Memória Dominicana*, periódico semestral publicado a partir do final da década de 1980² pela então Província Dominicana São Tomás de Aquino do Brasil; correspondências trocadas entre os frades dominicanos residentes em Porto Nacional e seus

² Foram publicados 187 fascículos desse periódico. O último é do mês de novembro de 2013. Conferir a capa do primeiro número no ANEXO 2.

superiores e provinciais; além de atas e catálogos diversos da Província de Toulouse. Todos esses documentos são provenientes do acervo da Província Dominicana do Brasil.

Esta é uma relevante pesquisa acadêmica, pois o objeto em estudo é significativo no contexto da História das Religiões e religiosidades e da História da Igreja Católica no Brasil. Pode-se considerar que a temática em evidência preconiza os primórdios da organização da Igreja Católica no antigo norte de Goiás, a partir da missão dominicana em Porto Nacional, e compõe uma expressiva página da história religiosa do que é atualmente o estado do Tocantins.

Sabe-se que a pesquisa histórica acerca das religiões e, em particular, do cristianismo tem-se configurado em um campo bastante fértil. A historiografia acerca da Igreja Católica tem crescido consideravelmente. Na visão de Michel de Certeau (2002), é complexo se entender o verdadeiro sentido da atuação da Igreja nas sociedades passadas, pois ela é a imagem mais significativa das relações sociais durante o percurso da vida de um sujeito, visto que, do nascimento ao sepultamento, a Igreja sempre se fez presente na vida das pessoas.

Finalmente, a partir dos pressupostos, aspectos e propósitos apresentados, esta dissertação de mestrado foi organizada em três capítulos.

No primeiro capítulo, intitulado *A Ordo Prædicatorum: de Toulouse, no sul da França para Porto Nacional, no antigo norte de Goiás*, discute-se inicialmente as origens da Ordem dos Pregadores no século XIII em Toulouse, na França e o carisma dessa instituição religiosa a partir do seu fundador São Domingos de Gusmão. Enfatiza-se a presença da Ordem na América Latina, em alguns países de colonização espanhola, a partir do século XVI, destacando o significativo trabalho por ela realizado junto aos povos indígenas. O cerne deste capítulo é a trajetória dos dominicanos da Província francesa de Toulouse no Brasil, desde a primeira tentativa de fundação de um convento no Rio de Janeiro, em 1872; a abertura oficial da primeira casa de missão na diocese de Goiás, em Uberaba, em 1881, e sua expansão na mesma diocese com a abertura de conventos na cidade de Goiás, em 1883; e, finalmente, em Porto Nacional, em 1886, o que justifica o subtítulo do capítulo, *de Toulouse, no sul da França para Porto Nacional, no antigo norte de Goiás*.

Ao abordar as fundações dominicanas na circunscrição da diocese de Goiás, enfatiza-se o processo reformador da Igreja Católica no Brasil no contexto do

final do século XIX e início do século XX, especialmenteo ultramontanismo e a romanização, a partir das abordagens de Wernet (1987), Beozzo (1977),Caes (2002),Aquino (2011),Dutra Neto (2006), entre outros.

Sob o título *A missão dominicana francesa no sertão do antigo norte de Goiás*, o segundo capítulo analisa a compreensão do significado do sertão da região em evidência e sua distinção em relação aos demais sertões brasileiros, a partir de alguns teóricos que discutem a temática, como Sena (2011), Pimentel (2011) e Amado (1995),e a visão particular de Audrin (1963) sobre o sertão e o sertanejo das terras banhadas pelo Rio Tocantins. Aborda também o processo de formação da cidade de Porto Nacional no século XIX e o cenário político, socioeconômico, eclesial e religioso, que possibilitou e justificou a instauração da missão dominicana francesa neste lugar. O capítulo ainda conta com a narrativa da difícil viagem que os frades dominicanos empreenderam até Porto Nacional, enfrentando a fúria do oceano da França ao Brasil, a estrada de ferro do Rio de Janeiro às proximidades da divisa do estado de São Paulo e Minas Gerais, e o lombo do burro no grande percurso até Uberaba, de Uberaba à Goiás, e de Goiás a Porto Nacional.

A última parte do segundo capítulo discute a instauração do Convento Santa Rosa de Lima em Porto Nacional, em 1886, a sede da missão dominicana no antigo norte de Goiás. Traz um levantamento dos missionários que foram assinados nesse convento ao longo de seu funcionamento, bem como dos que atuaram como superiores da missão no período correspondente. Com a ajuda de fontes iconográficas, relata-se a construção do prédio definitivo do Convento da Ordem dos Pregadores de Porto Nacional, inaugurado em 1913, uma das construções que compõem o conjunto arquitetônico erigido pelos frades dominicanos franceses, juntamente com a Catedral de Nossa Senhora das Mercês e o atual prédio da cúria diocesana.

O terceiro capítulo, *Dispositivos dominicanos na missão sertaneja de Porto Nacional*, procura enfatizaras diversas estratégias de trabalho dos missionários dominicanos do Convento Santa Rosa de Lima. O termo dispositivo é utilizado a partir das explicações de Michel Foucault (1979) em sua obra *Microfísica do poder*. Os dispositivos adotados pelos dominicanos da missão sertaneja de Porto Nacional, analisados neste capítulo, são as missões, as desobrigas, as construções e os projetos educativos. Estes últimos, analisados nesta dissertação como estratégias acopladas às ideias do processo civilizador apresentadas por Norbert Elias (1994),

pois a missão dominicana vislumbra remediara distância existente entre a realidade da região e o ideal almejado pelos frades da província francesa, que comungavam com as propostas de reforma da Igreja Católica no contexto do final do século XIX e início do século XX.

Este capítulo é o mais extenso de toda a dissertação, pois discute com certas minúcias, a partir das várias fontes já citadas, os principais dispositivos que fizeram parte do cotidiano dos inúmeros missionários que, ao longo de mais de cinquenta anos, trabalharam no Convento de Porto Nacional. O capítulo termina com uma análise sobre o fechamento da missão dominicana de Porto Nacional, conseqüentemente, do Convento Santa Rosa de Lima, com a saída dos frades em 1944.

CAPITULO 1 –A ORDO PRÆDICATORUM³: DE TOULOUSE, NO SUL DA FRANÇA PARA PORTO NACIONAL, NO ANTIGO NORTE DE GOIÁS

A temática deste trabalho de pesquisa é a Ordem dos Pregadores, popularmente conhecida como Ordem Dominicana ou Ordem de São Domingos. Especificamente, esta dissertação aborda os trabalhos missionários dessa instituição vinculada à Igreja Católica Apostólica Romana na cidade de Porto Nacional e na região, conhecida como o antigo norte do estado de Goiás, hoje estado do Tocantins, no período de 1886 a 1944. Esse recorte temporal abrange o período que vai da chegada dos frades dominicanos franceses à fundação da obra missionária e do convento Santa Rosa de Lima em Porto Nacional, até a saída dos missionários desta cidade e o fechamento do referido convento.

1.1 A ORDEM DOS PREGADORES

A Ordem dos Pregadores (OP) foi fundada pelo clérigo Domingos de Gusmão⁴ em 1216, no sul da França. A fundação dessa instituição tem suas bases no contexto do mundo herético medieval e do movimento mendicante⁵ do século XIII. Ao empreitar uma viagem diplomática como companheiro de seu bispo de Osma, Diego de Acebes, ao norte da Europa, Domingos depara-se com a existência de um forte grupo de pregadores pertencentes a uma corrente herética conhecida

³Ordem dos Pregadores, em latim.

⁴Domingos de Gusmão nasceu em 1170 nas planícies de Caleruega, uma pequena cidade da região de Castela, na Espanha, em uma família católica que o encaminhou desde criança para uma formação mais acurada junto a um tio, que era clérigo (JOULIN, 1997, p. 10). Por volta dos quinze anos foi encaminhado pelos pais à Universidade de Palência, onde estudou artes antes de prosseguir os estudos teológicos. Destacou-se como um estudante dotado de uma inteligência viva, um 'estudante sério e austero' (AZZOPARDI, 1984; JOULIN, 1997). Foi ordenado presbítero em 1195 e entrou para a comunidade dos Cônegos Regulares de Osma, na Espanha. Era uma comunidade de sacerdotes que se dedicavam à vida comunitária, à oração e ajudavam o bispo na tarefa de pregação e na pastoral daquela diocese (FORTES, 2011).

⁵ "O século XIII foi um período marcado por vários movimentos religiosos. Já no século anterior começavam a multiplicar-se e fortalecer as "seitas heréticas" que incomodariam os planos homogeneizantes da Igreja. Como reação a esse e outros fenômenos, o século XIII vê nascer as ordens mendicantes, que tinham como um de seus principais objetivos expor aos fiéis a fé cristã, tentando, dessa forma, erradicar as interpretações heterodoxas do cristianismo, disseminadas pelos hereges" (FORTES, 2011, p. 23).

como Albingenses ou Cátaros⁶, que influenciava o povo cristão a afastar-se da comunhão com a Igreja Católica e com seus representantes.

A influência dos cátaros albingenses entre os cristãos católicos do sul da França levou uma grande parte da cristandade a se converter à pregação herética, principalmente em razão da força com que pregavam e da vida profundamente evangélica e despojada que levavam. Havia muita revolta contra os maus exemplos do clero católico e dos monges daquela época, que pouco exemplo davam de uma vivência genuinamente cristã e evangélica. Sobre isso, Joulin (1997, p. 40) explica que,

Tal é a situação na Provença e no Languedoc, quando em maio de 1206 o bispo de Osma e o seu companheiro Domingos ali chegam. Diego deverá em breve voltar para sua diocese, mas Domingos permanecerá dez anos nessa região e é aí que ele conceberá a sua grande obra: a fundação de uma Ordem totalmente apostólica.

A realidade encontrada por Domingos de Gusmão despertou sua atenção. Percebeu que a metodologia utilizada pelos hereges era a causa do sucesso de suas pregações: andavam de dois a dois, nada levavam consigo, viviam das esmolas que recebiam e conheciam profundamente as Sagradas Escrituras. Essas atitudes convenciam o povo e confundiam os clérigos que se dispunham a discutir com eles. Durante o tempo que Domingos de Gusmão permaneceu em meio ao conturbado mundo herege do sul da França, destacou-se como pregador do evangelho.

⁶ Grupo de heréticos que desafiou seriamente os principais dogmas do Cristianismo ortodoxo. Suas crenças, embasadas nos ensinamentos de Mani, um mestre religioso da Mesopotâmia do século III, eram um misto de cristianismo e de antigas ideias persas. Para os cátaros ou albigenses, existiam duas poderosas forças, a do Bem e a do Mal, que lutavam no mundo, considerado um grande campo de batalha. Para eles, existia um deus bom criador do mundo espiritual e um deus do mal que criou a matéria. A alma era prisioneira do corpo e só poderia se libertar se o corpo fosse destruído. A desconfiança profunda dos cátaros em relação às coisas materiais, consideradas províncias do demônio, fez com que os mais convictos dentre eles renunciassem à atividade sexual, por isso, depreciavam o casamento, que é comunicador de vida e, então, colaborador do mal. Professavam a reencarnação. Não aceitavam a Santíssima Trindade, pois acreditam que Jesus não era o filho de Deus. Desprezavam os sacramentos. Acreditavam unicamente na absolvição ou *consolamentum* em alguma fase da existência, antes de morrer. Após a absolvição, esperava-se que também esses se sujeitassem à intensa austeridade dos *perfecti*. Os cátaros entraram na Europa ocidental no começo do século XI, vindos da Bulgária, e muitos foram condenados à morte e executados por suas crenças heréticas, em Orléans. O mais famoso grupo floresceu no sul da França em fins do século XII, e foram chamados de albigenses por terem seu principal centro em Albi, no Languedoc. Os adeptos estavam divididos em duas categorias: os *perfecti*, ou “perfeitos”, e os *credentes*, ou “crentes”, que viviam uma vida normal, mas se esperava que recebessem absolvição ou *consolamentum* em alguma fase da existência, antes de morrer (LOYN(Org.), 1997, p. 202-203; JOULIN, 1997, p. 36-38).

Aos poucos, Domingos ganhava voluntários para o trabalho que empreendia, apoio e aprovação do bispo de Toulouse, Fulco, que o levou consigo ao IV Concílio de Latrão⁷, em 1215, no intuito de conseguir junto ao Papa Inocêncio III a aprovação de uma fundação, uma Ordem religiosa de homens pregadores do evangelho. O papa acenou positivamente e Domingos retornou à Toulouse com a sua benção e algumas decisões para serem tomadas, como a escolha de uma regra eclesiástica já existente que subsidiasse a nova instituição. Nesse contexto, o número de seguidores de Domingos em Toulouse já havia chegado a dezesseis⁸ homens, que comungavam dos mesmos ideais.

Com a morte do papa Inocêncio III, este é sucedido por Honório III, que concedeu a Domingos de Gusmão, sem nenhum tipo de reservas, a aprovação e o nome da Ordem dos Pregadores (ROMANS, s/d) em 22 de dezembro de 1216, pela bula *Nos atendentis*⁹(NEVES et al., 1966).

A aprovação da Ordem dos Pregadores foi para o contexto do século XIII um processo explícito de renovação pela qual o catolicismo passava. Renovação ocasionada pela crise. Somente aos bispos e a alguns clérigos era permitido pregar. O alcance do ensinamento do Evangelho era restrito, e o exemplo que a Igreja dava em seu esplendor e riqueza era contraditório com o que ensinava.

A cristandade medieval do século XIII passava por profundas transformações. O mundo feudal estava em crise. O comércio em desenvolvimento e a sociedade urbana em formação. A Igreja Católica, apesar de poderosa, necessitava de novos

⁷Foi o Concílio mais importante de toda a Idade Média (BOLTON, 1985) e contou com a participação de “412 bispos e mais de 800 abades e priores monásticos e os embaixadores de todas as nações da Europa Ocidental” (JOULIN, 1997, p. 85). Conforme Andreia Cristina Lopes Frazão da Silva(s/d, s/p), o IV Concílio de Latrão tem como base “(...) a síntese do projeto papal de Reforma Eclesiástica que repousava nos seguintes pontos: organização e centralização de toda a hierarquia eclesiástica ao pontífice romano, a luta contra a intervenção laica na Igreja, a moralização do clero e a catolicização [sic] da sociedade.

⁸“Desde 1215 acompañaram a Domingo em su ministerio: Fr. Guillermo Claret, Fr. Domingo de España, Fr. Noel, Fr. Vidal, Fr. Pedro de Seila, Fr. Tomás de Tolosa, Fr. Juan de Navarra [...] Fr. Mateo de Francia, Fr. Manés de Guzmán (hermano de Domingo), Fr. Miguel Uceró, Fr. Miguel de España, Fr. Pedro de Madrid, Fr. Gómez, Fr. Lorenzo, el Inglés, Fr. Odier, converso, y Fr. Beltrán de Garriga” (PERCA, s/d, p. 149-150).

⁹“Honorio, obispo, siervo de los siervos de Dios, a nuestros queridos hijos, el prior y hermanos de San Román, predicadores en la región de Tolosa, salud y bendición apostólica” [...]afirmados cada día más em el Señor, aplíquense a anunciar la Palabra de Dios, insistiendo a tempo y a destiempo y cumpliendo gloriosamente nuestra obra de ministros del Evangelio... ardendo interiormente com la llama de la caridade y extendiendo a su alrededor el perfume de una buena fama;...invictos atletas de Cristo... que blandís generosamente la espada de la Palabra de Dios contra los enemigos de la fé”... (PERCA, s/d, p. 148).

instrumentos de evangelização para atingir as novas classes que surgiam e combater as heresias (SANTOS, 1996).

Domingos “percebeu que a pregação feita única e exclusivamente pelos bispos não era suficiente” (NEVES et al., 1966, p. 23). Por isso, o que propunha o IV Concílio de Latrão¹⁰ vinha ao encontro da proposta dominicana. O projeto de evangelização alçado por Domingos era “essencialmente apostólico e missionário” (SANTOS, 1996, p. 9), visava ao novo mundo nascente com seus problemas.

A Ordem dos Pregadores nasceu em meio a um grande ardor apostólico de seu fundador. Seus membros tornaram-se “grandes missionários evangelizando os quatro cantos do mundo. A ordem Dominicana foi de fato o primeiro instituto realmente missionário na história da Igreja” (SANTOS, 1996, p. 11).

Domingos de Gusmão acompanhou bem de perto, por cinco anos, os primeiros passos de sua fundação. Viu a Ordem crescer e espalhar-se para diversos lugares. Esse era o seu desejo. No entanto, após o segundo capítulo¹¹ da Ordem realizado em maio de 1221, em Bolonha, Domingos adoeceu gravemente e faleceu no dia 6 de agosto. Sua obra cresceu, consideravelmente, e permanece ao longo dos quase oito séculos de existência.

No discurso de um dos membros da Ordem dos Pregadores, já no século XX, Frei Mateus da Rocha, ex-provincial da Província Dominicana de Santo Tomás de Aquino do Brasil, dirigido aos seus confrades religiosos por ocasião da instalação dos cursos completos de filosofia e teologia, no convento de São Paulo, em 1957, encontramos, bem expressos, as motivações e o carisma da Ordem dos Pregadores no contexto de suas origens:

A fundação da Ordem dos Frades Pregadores se acha intimamente ligada as necessidades gerais que se faziam sentir na cristandade no começo do século XIII. A Igreja romana, fazendo a vida religiosa dar um passo a frente, decidiu utilizá-la para a solução dos problemas urgentes que então se punham. Nem os monges voltados anteriormente a sua santificação pessoal pelo trabalho da terra e pelo ofício coral nos mosteiros, onde faziam a rota da estabilidade, nem os cônegos regulares, cuja instituição estava ainda muito próxima do regime monástico, podiam ser utilizados para um ministério que reclamava antes de tudo uma milícia eclesiástica letrada

¹⁰ Os Padres do Concílio reconheceram a urgência de intensificar a pregação do povo cristão. Estabeleceram, então, que em cada diocese se escolhessem sacerdotes de vida realmente evangélica que, ficando livres de outros compromissos, pudesse se dedicar exclusivamente à pregação (ROSSI, 2014, p. 12-13).

¹¹“O capítulo é a suprema autoridade executiva, legislativa e judiciária na Ordem” (HINNEBUSCH, 1982, p. 17) desde sua primeira edição.

presente na vida social do tempo. Os pregadores, com uma vocação e uma organização novas, é que responderam as necessidades de uma idade nova.

Uma das grandes preocupações da Igreja no século XIII foi a renovação do ministério da Palavra de Deus. Foi este o ponto de partida de São Domingos. Combatendo a heresia albigense descobriu a razão de ser da sua vida e da vida daqueles que um dia, no correr dos tempos, o chamariam de Pai: dedicar-se inteiramente a salvação dos homens pela pregação da Verdade. Eis o grande ideal que viveu e que hoje nos legou como a maior herança de toda a família dominicana.

Portanto, ser dominicano não é apenas consagrar-se ao trabalho de sua própria perfeição, mas é pôr-se a serviço da Igreja para o cumprimento de uma missão. Missão esta que foi dada pela própria Igreja na pessoa do Papa Honório III: “sereis campeões da fé e verdadeiras luzes do mundo”.

Já em 1220, o 1º capítulo geral reunido em Bolonha afirmava que a “Ordem desde os seus primeiros dias foi especialmente instituída para a pregação e a salvação das almas que o esforço de seus membros devia tender principalmente, ardentemente, soberanamente a se tornarem úteis as almas do próximo”[...]. (ROCHA, 1957, s/p).

Dessa forma, com o intuito de cumprirem seus objetivos e serem fiéis ao seu carisma de pregadores, os Dominicanos se espalharam, abriram conventos em cidades importantes e se organizaram em províncias em um processo de institucionalização e afirmação da Ordem dos Pregadores. Vale destacar que, além da pregação, outros elementos se configuraram como constitutivos da Ordem, como a vida apostólica¹², a vida comunitária¹³ e os estudos¹⁴.

¹² Entende-se por vida apostólica um movimento de retorno à vivência da prática dos apóstolos no início do cristianismo, conforme se encontra na citação bíblica de Atos dos Apóstolos “(...) Todo e qualquer movimento de renovação ao longo da história da Igreja Católica buscou voltar às fontes, beber nas nascentes da fé cristã, pois, a *Vita Apostólica* tornara-se um mito inebriante que despertava forças até então adormecidas” (ROCHA et al., 1981, p. 35).

¹³ Um dos pilares do carisma dominicano é a vida comunitária em que os frades “procuram vivenciar e partilhar a vida de oração e de contemplação; os afetos e a amizade, os sofrimentos e as alegrias, os fracassos e as vitórias que cada existência humana comporta; os bens materiais e os recursos necessários para a subsistência e para o trabalho apostólico; a corresponsabilidade na realização dos projetos de vida e de apostolado” (ROSSI, 2014, p. 13).

A comunidade dominicana distingue-se pela sua estrutura democrática, pois ao longo do ano realizam-se “uma série de encontros comunitários”, como os conselhos, os capítulos e as assembleias, em que o religioso e a comunidade toda são convocados para eleger os superiores, tomar decisões importantes, avaliar a caminhada da comunidade. [...] “esta estrutura de diálogo e de participação comunitária é a condição que permitiu à Ordem de conservar intacta a sua unidade, ao longo dos quase oito séculos da sua história” (ROSSI, 2014, p. 13).

¹⁴ “Domingos queria estudar para pregar, e pregar para colocar as almas no reto caminho da salvação [...] antes mesmo de receber o nome ou o *status* de comunidade de religiosos, adotou esta perspectiva” (FORTES, 2011, p. 121). Isso revela o caráter original da Ordem Dominicana: a inserção dos estudos para a realização do apostolado. Entende-se que os estudos na Ordem Dominicana se configuram como a sua identidade institucional. Para a Ordem dos Pregadores, os estudos não são um fim, mas o meio para alcançar seu grande objetivo: o apostolado, a pregação, a salvação das almas. Assim, “os estudos, para os dominicanos, é direcionado para a sociedade cristã mais ampla, para os fiéis, e visa a tornar os frades aptos a ensinarem aos cristãos de toda parte a doutrina que irá salvá-los” (FORTES, 2011, p. 124). Estudar, para os dominicanos, é um ofício sagrado. É a continuação da contemplação que iniciou no momento de oração. “O estudo é, antes de mais nada, um elemento de contemplação e, por consequência, necessário para dar à nossa vida o seu pleno sentido sobrenatural e divino” (TURCOTTE, 1958, p. 148).

O que Domingos de Gusmão semeou no século XIII e foi regado pelos seus sucessores frutificou-se, consideravelmente. A Ordem dos Pregadores transformou-se na Família Dominicana, “uma grande fraternidade espiritual, composta de sacerdotes, irmãos cooperadores, monjas de vida contemplativa, irmãs de vida ativa e leigos” (ROSSI, 2014, p. 16). Os primeiros integrantes dessa família chegaram à América Latina no século XVI, com o início da colonização, e, no Brasil, efetivamente somente no final do século XIX.

1.2 AS MISSÕES DOMINICANAS NA AMÉRICA LATINA

No final do século XV, a Península Ibérica empreendia seu grande projeto de expedições marítimas. Em 1492, a Espanha depara-se com um ‘Novo Mundo’, além-atlântico, e o continente americano começa a redigir sua história de colonização. Em um espírito de conquistas de territórios e implantação da cruz do catolicismo, em um sistema de acordos entre a Igreja e a Coroa, o padroado real, o reino espanhol impôs sua marca de exploração sobre as novas terras e os novos povos, os índios.

Aonde as embarcações dos navegadores católicos chegavam a fé era trazida por clérigos de diversas ordens religiosas que marcavam território e conquistavam almas, a qualquer custo. “Os dominicanos não foram os primeiros missionários a chegar nas novas terras conquistadas para a coroa de Espanha (*sic*)” (CINTRA, 1966, p. 44), mas não se demoraram a fazer missão no novo continente.

Em 1508, o recém-eleito Mestre Geral da Ordem¹⁵, Frei Tomás de Vio Cajetano, solicitou ao provincial espanhol, Frei Tomás de Matienzo, que enviasse quinze frades à Ilha Espanhola (atual México) para fundar conventos e pregar a Palavra de Deus. A primeira expedição de dominicanos missionários chegou ao Novo Mundo em 1510, liderada por Frei Pedro de Córdoba acompanhado de Frei Antonio de Montesinos, Frei Bernardo de Santo Domingo e mais um irmão cooperador (PÉREZ, 1987).

Somente em maio de 1511 “*se completaban así los 15 religiosos sacerdotes, que formarían la primera comunidade de dominicos em America Latina*” (PÉREZ,

¹⁵ O representante máximo da instituição. Sucessor do fundador Domingos de Gusmão que é eleito periodicamente pelos membros a Ordem.

1987, p. 76) e “*a finales de 1514 la comunidade constaba de más de treinta religiosos*” (PÉREZ, 1987, p. 77), todos oriundos da Província espanhola, dos conventos de Salamanca, Avila, Valladolid e Burgos.

Diferentemente das demais ordens que já haviam se instalado no Novo Mundo, a presença da Ordem dos Pregadores foi assinalada com um caráter maior de educação, de formação e de respeito aos costumes e aos direitos das populações locais. Entre os dominicanos que no século XVI se dedicaram à evangelização e atuaram na causa e defesa dos povos indígenas, oprimidos pelos colonizadores, destacam-se

[...] Frei Antonio de Montesinos e Frei Bartolomeu de Las Casas. Montesinos se estabeleceu no México, por meio da ilha que se tornou conhecida como Ilha de São Domingos. Ficou conhecido como o articulador do primeiro código de defesa das populações indígenas americanas: o Código de Burgos, em 1512, contra a escravidão das “encomiendas”. Contemporâneo de Montesinos, Bartolomeu de Las Casas, “encomendero” de início tornou-se dominicano em 1522, atuando na Venezuela, América Central e Antilhas. Las Casas, defendendo métodos “pacíficos” para a evangelização das populações indígenas americanas, condenava as atrocidades cometidas pela “guerra justa” medieval (ROBERTO, 1983, p. 9).

A opção de trabalho da Ordem Dominicana na América Latina no século XVI foi com os povos indígenas. O trabalho dos frades não era de um simples doutrinamento católico apenas, mas, primordialmente, de um processo de inculturação da mensagem do evangelho e do compromisso em denunciar as situações de injustiça em que viviam os povos nativos.

Priorizaram e promoveram os estudos, identidade da Ordem. Esses estudos estavam em função da missão que empreendiam, como rezam suas constituições. Elaboraram catecismos nas diversas línguas indígenas existentes. Escreveram preciosidades sobre o dia a dia dos povos aborígenes, talvez verdadeiros tratados de antropologia. Abriram escolas. Fundaram universidades. Ensinaram filosofia e teologia (PÉREZ, 1987).

O exemplo de Bartolomeu de Las Casas, no início de sua vida dominicana, elucida o valor e o lugar dos estudos como identidade institucional da Ordem, pois,

[...] después de entrar en la Orden en Santo Domingo, a pesar de que era ya clérigo, la Orden le obligó a guardar un largo período de 7 años de silencio dedicado al estudio e a la oración. Esse período podemos considerarlo como el período de formación dominicana de Las Casas (PÉREZ, 1987, p. 224).

As primeiras universidades que surgiram na América Latina resultaram das escolas conventuais dos dominicanos, conhecidas como *'estudios generales'*. Como exemplo, podem-se citar os casos da Universidade de Santo Domingo, fundada em 1538; de São Marcos de Lima, em 1551; de Santo Tomás de Bogotá, em 1580; a Universidade Nossa Senhora do Rosário do Chile, de 1619; de São Tomás do Quito, de 1681; e de São Jerônimo de Havana, em 1722 (PÉREZ, 1987).

Dessa forma, a Ordem Dominicana, imbuída da missão, espalhou-se pelo Novo Mundo. Pérez afirma que *"a finales del siglo XVI habia ocho provincias de la Orden em lo que hoy llamamos America Latina"* (1987, p. 138).

1.3 A ORDEM DOS PREGADORES EM TERRAS BRASILEIRAS

Conforme Roberto(1983, p. 10), "na América portuguesa, a Ordem Dominicana não teve uma presença tão marcante e sistemática como a da América Espanhola". Conforme Azzi (1996, p. 9), no período colonial brasileiro alguns institutos religiosos existentes em Portugal contribuíram na empresa missionária, entre eles, os franciscanos, os beneditinos, os carmelitas e, especialmente, a nova ordem dos jesuítas.

Apesar de bem próspera em terras portuguesas e de alcançar o seu período áureo no século XVI, a Ordem Dominicana não se estabeleceu no Brasil naquele período. As missões dominicanas portuguesas daquela época estavam desde o século XV voltadas para a África, especialmente em Angola, Congo, Guiné e Moçambique. "O grande conquistador das Índias, Afonso de Albuquerque, fora acompanhado de cinco Pregadores e isso resultou num rosário de conventos dominicanos que se estendiam de Ormuz até a península de Malaca" (LLECH, 1976, p. 193). Em 1503, alcançaram Cochim, nas Índias, com a implantação de uma grande missão. Além de que muitos dominicanos portugueses dedicavam-se e destacavam-se nas universidades de Oxford, Paris, Cambridge, Toulouse, Valladolid, Lovaina e outras naquele período (CARREIRA, 2014).

No entanto, apesar da Ordem dos Pregadores não ter marcado presença oficialmente durante o período colonial brasileiro, com abertura de conventos e a instalação de comunidades religiosas, "houve mesmo alguns bispos dominicanos

portugueses à frente das dioceses brasileiras e, esporadicamente, também se estabeleceram aqui alguns religiosos da Ordem de São Domingos” (AZZI, 1986, p. 9).

Um documento manuscrito do Arquivo da Província Dominicana do Brasil intitulado ‘Calendário da Ordem dos Pregadores no Brasil’, elaborado em julho de 1988 por Frei Reginaldo Fortini, aponta que no século XVII a bula papal *Romani Pontificis Pastoralis Sollicitudo* de Inocêncio XI, de 16 de novembro de 1676, criou a diocese do Rio de Janeiro e nomeou Frei Manuel Pereira, um frade dominicano, com certeza de origem portuguesa, como primeiro bispo da diocese carioca. Dom Manuel Pereira tomou posse por procuração. Em seu lugar, o Padre Francisco da Silveira Dias administrou a diocese até 1681. Em 1680, eleito para o cargo de primeiro ministro de Portugal, Dom Manuel renunciou a Diocese do Rio de Janeiro, sem nunca se fazer presente na cidade maravilhosa.

Luiz Mott (2010), ex-dominicano, historiador e antropólogo, pesquisador sobre religiões no Brasil, enfatiza a presença dominicana no Brasil em seu trabalho sobre a *Inquisição na Bahia*. Nessa obra, ele assinala a presença de um dominicano português, no início do século XVIII, missionando em terras baianas por conta própria, o Frei Alberto de São Tomás, do convento de Lisboa. Esse frade teria se apresentado espontaneamente ao Tribunal da Santa Inquisição por ter praticado exorcismos durante suas viagens missionárias regadas de práticas de misticismo oriundas dos índios e dos negros. Antes mesmo de a Inquisição o tornar réu, ele confessou suas atitudes na esperança da misericórdia do Tribunal, que não viu nenhuma heresia e nenhum mal em sua missão no sertão da Bahia.

Outra marca da presença dominicana no Brasil Colonial foi a existência da Ordem Terceira em Salvador. Luiz Mott (2010, p. 32) afirma que,

[...] embora a ordem de São Domingos não tenha aberto na Colônia casas conventuais, cá existiram algumas ordens Terceiras Dominicanas, sendo a de Salvador a primeira a ser instituída oficialmente em 1722, por Frei Gabriel Batista, cujo templo até hoje se conserva, reformado, no Terreiro de Jesus¹⁶.

¹⁶De acordo com Azzi (1986, p. 9), “a instalação da Ordem Terceira de São Domingos (...) no mosteiro de São Bento da Bahia, onde funcionou alguns anos, passando depois para o hospício dos Agostinianos Descalços da Palma e daí para a Igreja de São Domingos no antigo Terreiro de Jesus”. Llech (1976, p. 193) afirma que essa Igreja de São Domingos, que ainda existe no Terreiro de Jesus em Salvador, é considerada uma das mais belas da capital baiana e foi construída pelos próprios confrades da Ordem Terceira. Essa Ordem Terceira de São Domingos é um ramo da Ordem dos Pregadores composto de homens e de mulheres que buscam viver a proposta, o carisma e a

O documento 'Calendário da Ordem dos Pregadores no Brasil' registra, ainda no século XVIII, a presença de membros da Ordem na região de Minas Gerais em 1730, que pareciam ter outros objetivos que não a evangelização ou os serviços religiosos. Esse registro afirma que

A 28 de março, o Rei de Portugal concede licença ao dominicano, fr. Fernando de Jesus Maria, vir ao Brasil e daí passar para as Minas (Gerais). No dia 08 de março de 1731, ele é preso, pelo o ouvidor de Sabará, Diogo Cotrim de Souza, sob a acusação de contrabandar (ele e demais implicados) ouro do Brasil para alguns países da Europa. Remetido para Lisboa, aonde deveria responder processo judicial perante o Rei e o seu Provincial, depois disso não temos maiores detalhes de sua sorte, por falta de documentação (ARQUIVO PROVÍNCIA DOMINICANA DO BRASIL).

A presença não institucionalizada de dominicanos no Brasil colonial do século XVIII continua com dois frades portugueses, que são elevados ao episcopado e assumem dioceses importantes no contexto católico da época. O terceiro bispo do Pará, Dom Frei Miguel de Bulhões e Sousa (1748–1760), “enviado por Pombal e que o Padre Serafim Leite, historiador da Companhia de Jesus, chama “discretamente” o Bispo “reformador”” (AUDRIN, 2007, p. 46), e o quarto bispo de Mariana, Dom Frei Domingos da Encarnação Pontevel (1778–1793), “santo Prelado do tempo da Inconfidência que teve a felicidade de ordenar em quatro anos, não menos de cento e vinte e cinco sacerdotes, preparados por ele no rigor das santas prescrições da Igreja” (AUDRIN, 2007, p. 46), eram membros da Ordem dos Pregadores.

O século XIX será o século da Ordem dos Pregadores no Brasil. A primeira vocação dominicana brasileira floresceu antes da instalação oficial da Ordem nas *terras brasílicas*. O jovem Francisco José Joaquim de Mello estudou, em 1872, no Colégio Pio Latino Americano em Roma como seminarista mantido pelo então bispo do Rio de Janeiro, Dom Pedro Maria de Lacerda. Lá teve contato com exímios professores dominicanos e com a doutrina do Doutor Angélico, São Tomás de Aquino. Entusiasmado pela Ordem dos Pregadores e seu ideal, e autorizado pelo

inspiração de Domingos de Gusmão de forma extra conventual, inseridos na vida familiar e na vida do trabalho por meio de um compromisso especial com a Ordem. Atualmente, a Ordem Terceira é conhecida como Fraternidade Leiga Dominicana, que tem constituições e regras próprias. No século XVIII, a Ordem Terceira de São Domingos foi bastante próspera em número de confrades, chegando ao número de 500 membros. “A Bahia conservou piedosamente a memória de São Domingos, e quando aí apareceram os Frades Pregadores, não se sentirão desconhecidos(*sic*)” (LLECH, 1976, p. 194).

seu bispo brasileiro, pediu ingresso na Ordem e no dia 3 de junho de 1873 recebeu das mãos do mestre geral, Frei Vicente Jandel, o hábito dominicano e o nome de Frei Vicente de Mello (AZZI, 1986; AUDRIN, 2007; COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA, n. 2, s/d).

De acordo com Santos, “a tomada de hábito de Frei Vicente de Melo em 1873 das mãos do Pe. Jandel marca, com quase dez anos de antecedência, os começos longínquos ainda, da história dominicana no Brasil” (SANTOS, 1996, p. 23).

Na convivência com os frades dominicanos, ora em Córdoba, na Córsega, ora em São Maximino, na França, “o jovem frade [Vicente] passou a alimentar a ideia de trazer a ordem dominicana para o Brasil, encontrando apoio no superior do convento, padre Segnerin” (AZZI, 1986, p. 10). O forte desejo do religioso em retornar a sua terra natal e levar consigo missionários para trabalharem entre o povo sertanejo sedento de Deus e entre os indígenas carentes de catequese aumentava dia após dia e contagiava seus confrades do convento de Toulouse.

O fervor missionário do Frei Vicente e de seus confradesse explica em virtude da reforma religiosa da Ordem dos Pregadores do século XVIII, empreitada por Lacordaire¹⁷ e continuada pelo Padre Jandel, seu discípulo. O padre Jandel

¹⁷Lacordaire era sacerdote e trabalhava como capelão no Convento da Visitação em Paris. Ganhou destaque com suas pregações na Catedral de *Notre Dame*, onde era ouvido por grandes nomes da burguesia francesa, muito deles discípulos de Voltaire. Entre eles, destaca-se Lamartine, Musset, Tocqueville (MENDONÇA, 1966, p. 50). Antes de sua conversão e ordenação sacerdotal, Lacordaire estudou Direito e atuou como advogado. Além de padre, foi jornalista, educador, deputado e acadêmico. Foi um homem de sua época “(...) audacioso, amigo das liberdades e das ideias de seu tempo” (MENDONÇA, 1966, p. 50-51). Afasta-se para Roma para dedicar-se ao estudo da ciência teológica e, em 1839, entra para a Ordem dos Pregadores, onde veste o hábito no dia 7 de março e, durante o seu noviciado em Viterbo, escreveu sobre a vida de Domingos de Gusmão. De acordo com Feijó (2011, p. 12), Lacordaire foi “atraído pela missão e carisma da congregação que era o de pregar e ensinar, bem como pelas regras de funcionamento”. Ele acreditava que “a Ordem dos Dominicanos era mais progressista do que as demais” (FEIJÓ, 2011, p. 12) e escolheu a Ordem dos Pregadores para ingressar, “pois os jesuítas já existem na França, e não há necessidade de restabelecê-los” (MENDONÇA, 1966, p. 53). O encantamento de Lacordaire pela proposta de Domingos de Gusmão e pela organização da Ordem ao longo dos séculos o faz ‘restaurador da Ordem Dominicana’, pois ele busca nas fontes originárias da instituição fundada por Domingos uma revitalização missionária para o século XIX. Não insere nada de novo, mas enfatiza e apregoa a necessidade de se permanecer fiel à proposta inicial: “a absoluta primazia da finalidade apostólica: a salvação dos homens pela pregação e estudo da verdade” (MENDONÇA, 1966, p. 57) conservando “de qualquer maneira sua força íntima e orgânica” (MENDONÇA, 1966, p. 59). Terminado o noviciado, Lacordaire retornou à França nos anos de 1840 com o intuito de restaurar a Ordem naquele país. Reassumiu a pregação na catedral de *Notre Dame*, onde atraiu muitos seguidores e muitas vocações para os Dominicanos, com destaque para Vicente Jandel, um de seus primeiros discípulos que, como dominicano, foi Vigário Geral e, depois, Mestre Geral da Ordem. Lacordaire abriu um noviciado e restaurou vários conventos, como o de Nancy (1843), Chalais (1844), Flavigny (1848), Paris (1849) e Toulouse (1854) (MENDONÇA, 1966; FEIJÓ, 2011; HINNESBUSCH, 1982).

[...] fizera do convento de Córdoba (Córsega) um convento especializado na preparação de futuros missionários para o estrangeiro. Este convento era chamado de convento das Missões Dominicanas. Era um local onde, além da formação inicial, preparava-se os missionários destinados aos países de missão [...] Frei Vicente de Melo, o primeiro brasileiro a ser admitido na Ordem Dominicana e que fizera o seu noviciado neste convento, no registro de sua profissão solene se declara: “*missionibus ad externos destinatus*”¹⁸ (SANTOS, 1996, p. 23).

Frei Vicente de Mello, como “grande animador da fundação da Missão Dominicana no Brasil” (SANTOS, 1996, p. 24), é encarregado pelo Provincial de ser o intermediário nas negociações com o bispo do Rio de Janeiro, Dom Lacerda, ‘seu pai espiritual e eminente protetor’.

No início de 1877, a caminho de uma visita *ad limina*¹⁹, Dom Lacerda vai ao convento de São Maximino em Toulouse²⁰. Na oportunidade, lhe é exposto todo o projeto de fundação da missão dominicana no Rio de Janeiro, que muito lhe apraz. Dias depois desse contato com os dominicanos em Toulouse, Dom Lacerda impetrou junto ao Vigário Geral da Ordem, em Roma, Padre Sanvito, “uma fundação de Dominicanos em sua diocese” (AUDRIN, 2007, p. 47) e segue sua peregrinação aos lugares santos.

No entanto

[...] começaram as incertezas. Esperava-se de D. Lacerda decisões mais precisas por cartas, além daquela promessa verbal sem garantias. Ao mesmo tempo soube-se que o bispo havia obedecido a um primeiro sentimento de entusiasmo, sofrendo em seguida uma crise de desânimo ao pensar nas possíveis dificuldades. D. Lacerda sempre fora de temperamento muito tímido e indeciso. Convém recordar além disso que, até 1875, dois bispos brasileiros estavam presos no Rio de Janeiro pela Questão Religiosa²¹, e o espírito anticlerical dominante era ainda muito forte nesta época (AZZI, 1986, p. 10-11).

¹⁸ “Destinado a missões estrangeiras”.

¹⁹Visita periódica dos bispos de uma determinada região ao Papa, no Vaticano.

²⁰“Cidade Berço” da Ordem dos Pregadores, Toulouse teve uma importância especial na história dominicana francesa, quanto à formação de novos pregadores para as terras de Missão. O convento de St. Maximin teve um papel especial na história da Missão Dominicana no Brasil, enviando sua geração de missionários para a dura missão de estabelecer o sagrado entre as populações indígenas, no despertar do século XX (ROBERTO, 1983, p. 22).

²¹A Questão Religiosa foi o conflito ocorrido entre os Bispos de Olinda, Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira, e do Pará, Dom Antonio de Macedo Costa, e o governo imperial, devido ao impedimento imposto pelos mesmos à participação de membros da Maçonaria nas Irmandades dos referidos bispados. Os maçons recorreram ao Imperador para anular essa proibição, mas os Bispos mantiveram-se irredutíveis, fato que levou à prisão de ambos, causando um profundo desgaste nas relações entre a Igreja e o Império (CAES, 2002, p. 10).

Frei Luiz Mas, provincial de Toulouse, que estava entusiasmado com a ideia da fundação brasileira, chegou a compor alguns versos dedicados a Santa Maria Madalena²², de quem era devoto, confiando que a futura fundação no Brasil não demoraria tanto e seria exitosa. Os versos são transcritos a seguir:

Où tu verras des pleurs amers
Je mets a tes pieds, Madeleine
La mission brésilienne,
Fleur a naitre au delà des mers.

Mes bras, dans des vives ardeurs.
Embrassent des tribos sauvages,
Et mès yeux, de lointains rivages,
Qu'on ne peut voir de ces hauters.

Alors, dans des flots de prières,
Pour qui mon coeur t'invoque-t-il,
Madeleine? Pour le Brésil,
Pour nos premiers missionaires²³
(COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA, n. 2, s/d, p. 3).

Aprovado o envio de frades para o Rio de Janeiro, no intuito de fazer um levantamento das condições para a fundação de um convento, Dom Lacerda continua sem posicionamento positivo quanto à empreitada em negociação. O próprio Frei Vicente escreveu uma extensa carta a Dom Lacerda solicitando seu posicionamento antes de retornar ao Brasil. Em alguns trechos, pode-se notar a necessidade da autorização do bispo para a viagem dos frades:

[...] Assim, parece-nos que o projeto poderá realizar-se. Mas enquanto o sr. Não (nos) responder (afirmativamente) ninguém partirá (daqui) [...] Os Superiores desejam muito que o sr. (nos) responda (esta carta) antes de partir, pois senão o negócio (contrato) será dificilmente tratado no Brasil [...] (PRÓMEMÓRIA, 1992, p. 124).

Antes do embarque em Bordéus, rumo ao Brasil, Dom Lacerda faz os últimos acertos com Frei Vicente Lacoste, correspondente do Provincial de Toulouse. “D. Lacerda consentiu em receber os padres e tentar no Rio o projetado estabelecimento. O provincial designou para esta missão dois frades: padre Damião Segnerin, prior de São Maximino, e padre Benedito Sans” (AZZI, 1986, p. 11).

²²Considerada padroeira da Ordem dos Pregadores.

²³Ondetu derramastes lágrimas amargas / Eu coloco ateus pés, Madalena/ A Missão brasileira / Flornascente noalém-mar. / Meus braços vivos ardores. / Abraçando tribos selvagens / E os meus olhos, de longinquas paragens / que não se podem ver a estas distâncias / Então, emarrubos deorações, / Porquemo meu coraçãoa ti clama/ Madalena? Pelo o Brasil, / Por nossos primeiros missionários...

Contudo Dom Lacerda ainda precisava da autorização do governo brasileiro para a vinda dos dominicanos para as terras de Santa Cruz. A partir da Constituição de 1824, que determinava a continuidade do sistema de padroado régio²⁴, herança do colonialismo português, nenhuma ordem eclesiástica poderia atuar no Brasil sem a aprovação do Imperador (BARROS, 1971; VIEIRA, 2007). Além disso, existia um ambiente fortemente anticlerical no Brasil do século XIX e uma forte tensão entre a Igreja Católica, que buscava sua reforma, adequando-se ao Concílio de Trento, e o governo liberal do império.

Vários bispos daquele período lutaram por uma autonomia espiritual em relação ao poder imperial. Em 1866, o bispo do Pará, Dom Macedo Costa, sintetizou a situação da Igreja sob a ingerência do Estado em uma de suas cartas pastorais, afirmando que

O governo ingere-se em tudo e quer decidir sobre tudo... E assim vão os avisos, os decretos, as consultas dos magistrados seculares, substituindo pouco a pouco os cânones da Igreja. [...] A catequese, a residência dos párocos, o noviciado dos conventos, a administração das Igrejas deles, os estatutos das catedrais e dos seminários, a organização que se lhes deve dar e até os nomes que lhes competem, as condições que se devem exigir para admissão às ordens, tudo isso julga o governo ser de sua alçada. [...] Escravidão e escravidão ignominiosa é o que quereis impor com vossas teorias de Estado pagão, do Estado sem Deus, do Estado fonte e critério de todos os direitos, absorvendo o cidadão todo inteiro... Escravidão, dura e ignominiosa escravidão, é esse Estado civil de mitra e báculo, governando a Igreja (FRAGOSO, 2008, p. 185).

²⁴Conforme Santirocchi, “urge lembrar que o Padroado que vigorou no Império do Brasil não se fez a partir de concessões bilaterais oficiais. A Constituição de 1824 estabeleceu o Padroado com base na soberania do Império do Brasil sem considerar qualquer concessão oficial do papa. Pedro I chegou a enviar, após a emancipação política, monsenhor Francisco Correia Vidigal para negociar o reconhecimento da independência do Brasil por meio de uma Concordata. Por conta de pressões lusitanas contrárias a tal acordo, a Santa Sé só reconheceu a legitimidade do Império do Brasil em 1826, e não em forma de Concordata, mas de transmissão dos antigos direitos de padroado da Coroa Portuguesa para o monarca do Império do Brasil em seu território. Assim, as comissões da Câmara dos Deputados encarregadas de julgar o mérito do beneplácito aos artigos correspondentes ao padroado nas bulas *Solicita Catholicas Gregis cura* (15 jul. 1826) e *Praeclara Portugaliae* (30 maio 1827) de Leão XII (1760-1829) não tiveram dificuldade política em desconsiderar as concessões papais negando o *placet* a esses artigos. O Padroado no Império do Brasil emanou do poder soberano do Estado – princípio do regalismo que sustentou também a promulgação do Decreto 119-A de 1890 no que diz respeito ao poder reivindicado pelo Estado na instauração (jurídica) da realidade sociopolítica brasileira. Entende-se *grosso modo* o regalismo como o controle exercido pelas instituições monárquicas brasileiras sobre a ICAR em execução *sui generis* do padroado; já o ultramontanismo designou, no século XIX e alcores do seguinte, um conjunto de ideias e práticas assumidas paulatinamente pelo episcopado brasileiro com ênfase na autoridade teocrática do papa em matéria espiritual e temporal” (Cf. SANTIROCCHI, 2010. p.72-74).

Apesar das dificuldades encontradas, Dom Lacerda conseguiu a autorização para a vinda dos frades dominicanos. Santos (1996) chama a atenção para o fato da resistência e da aversão aos frades dominicanos no Brasil, em virtude dos ares de liberalismo que aqui reinavam durante o período imperial. A fama de inquisidores era marca da Ordem dos Pregadores nos meios liberais.

Quando desembarcaram no Rio de Janeiro, em janeiro de 1878, os freis Damião Segnerin e Benedito Sans “vinham munidos de valiosas cartas de recomendação dirigidas pela Terceira Dominicana, a Duquesa de Alençon, a Princesa Izabel [...] casada com seu primo o Conde d’Eu” (AUDRIN, 2007, p. 47), pois,

Diz uma lenda de quase impossível autenticação que ao saber de Dom Lacerda da próxima chegada dos dominicanos, o imperador teve um incontido movimento de repulsa: ‘Não! Em meu império, não quero inquisidores!’. Foi preciso que a princesa Isabel, sua filha, fizesse ver ao pai que esses dominicanos eram franceses, herdeiros espirituais daquele Lacordaire que o monarca por certo conhecera na França, ao menos pelo renome de deputado que ocupava na assembleia. Pedro II teria então mudado seu conceito (MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO, jun/jul, 1960, p. 12).

No Rio de Janeiro, onde passaram quase dois meses, os dois frades dominicanos foram hóspedes dos padres lazaristas no Seminário do Rio Comprido. Lá fizeram amizades e deixaram uma boa impressão aos filhos de São Vicente²⁵.

Conforme Gallais (1942), os freis Segnerin e Sans tinham como objetivo encontrar um campo de ação apostólica e, para isso, confabularam negociações com o bispo diocesano durante muitos dias. No entanto,

O padre Segnerin, ao fim de dois meses gastos, em descobrir um local para o futuro convento, sentindo-se profundamente fatigado de suas caminhadas seguidas pelo Rio e maltratado pelo excessivo calor, caíra doente de febre amarela. Parece que a respeito tivera algum pressentimento. Pois com mil dificuldades arranjara tudo o que lhe fora possível no sentido da incumbência que o trouxera ao Brasil, de modo a regressar a seu país pelo primeiro pacote. Tudo arranjado, não foi sem dificuldade que conseguiu a passagem de volta. A febre manifestou-se lhe no momento em que chegava a bordo. Os médicos chamados pelos padres lazaristas para prestar socorros ao enfermo, declararam-se impotentes para salvá-lo. Dois dias depois [no dia 16 de março de 1878] falecia frei Segnerin. Frei Benedito Sans, dotado de organismo mais forte que seu companheiro, contraiu também a febre, da qual, não morrendo, adquiriu também muita debilidade e um forte tremor nervoso que conservou até a morte em 1922 (PONTES *apud* AZZI, 1996, p. 11).

²⁵Fundador dos Padres Lazaristas.

“No século XIX, a febre amarela grassava na cidade do Rio de Janeiro sob forma endêmica, com surtos epidêmicos. No período de 1850 a 1902, haviam sido registrados na antiga capital federal, 58.063 óbitos por febre amarela” (FRANCO, 1960, p. 43), consequência da situação de insalubridade da cidade, mesclada pelo calor do verão tropical e pelo contingente expressivo de estrangeiros que chegavam, por via marítima, de todos os lugares.

Conforme Audrin (2007. p. 48), “com este desenlace inesperado parecia ter fracassado por completo a tentativa de fundação. De fato, nos três anos seguintes, não mais se falou em voltar ao Brasil”.

Apesar disso, os dois frades dominicanos foram importantes para a futura fundação da Ordem. Frei Estevão Gallais (1942, p. 58), em sua célebre obra *Frei Gil Vilanova, o Apóstolo do Araguaia* escreve que

O padre Segnerin e seu companheiro haviam recebido a hospitalidade dos padres lazaristas do Rio de Janeiro que, entre outras obras, tinham a seu cargo a direção do Seminário Maior e do Menor. Ora, entre os professores do Seminário Maior havia um padre, brasileiro de origem, mas tendo feito quase toda a sua educação na França. O Pe. Gonçalves Ponce de Leon pertencia a uma família notável da Bahia e era afilhado do imperador Dom Pedro. Estava em plena maturidade, cheio de zelo e de atividade, empreendedor, pronto para todas as iniciativas que pudessem contribuir para o progresso moral e material do seu país.

A presença de Frei Segnerin e Frei Sans, suas atitudes e disponibilidade para o trabalho missionário devem ter impressionado esse professor que também ocupava o cargo de vice-reitor do Seminário (AUDRIN, 2007). Especialmente Frei Sans que, acometido pela febre amarela, permaneceu por mais tempo no seminário dos lazaristas recebendo os cuidados daquela comunidade. “Aí permaneceu durante quatorze meses, edificando a comunidade com seu porte grave, natureza austera, regularidade perfeita, espírito verdadeiramente religioso [lançando] sem suspeitar as bases da futura fundação” (LLECH, 1976, p. 195).

No dia 7 de janeiro de 1881, o padre Claudio José Gonçalves Ponce de Leon é indicado pelo governo brasileiro para ser bispo. Seu nome é preconizado no dia 13 de maio e “deram-lhe o pastoreio de uma diocese imensa como extensão, mas uma das mais pobres e mais desprovidas de recursos, onde tudo havia a fazer e refazer” (GALLAIS, 1942, p. 58), a Diocese de Goiás.

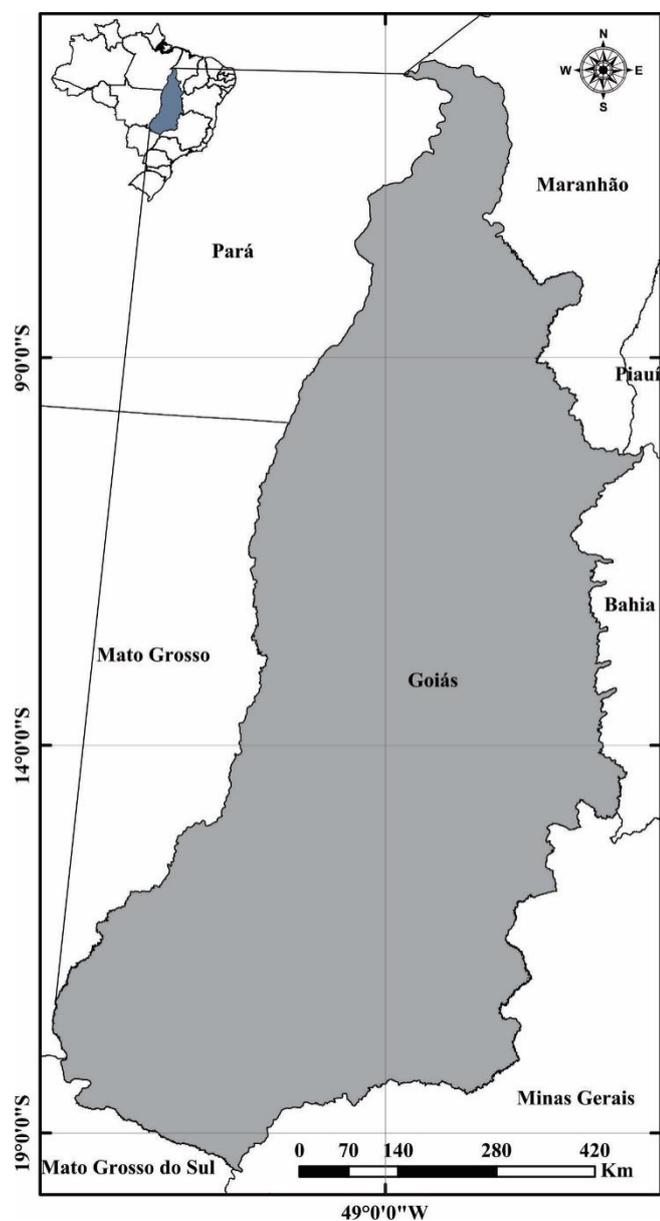
Assim, afirma Gallais (1942, p. 59) que,

Diante da imensa tarefa que tinha que empreender, o novo bispo pôs mãos à obra com ardor, e o seu primeiro pensamento foi o de preparar auxiliares com que pudesse contar. Lembrou-se logo dos padres dominicanos que tinham vindo ao Rio à procura de uma missão que pudessem fundar no Brasil. Imediatamente se pôs em contato com os superiores da Província de Tolosae convidou-os a se encarregarem da evangelização da diocese, sobretudo por meio das missões paroquiais a serem pregadas periodicamente, e, um pouco mais tarde, com a fundação de centros de catequese para os índios. A oferta foi aceita, e em 1881 um primeiro grupo de três missionários se estabeleceu em Uberaba, no Triângulo Mineiro (*sic*).

Nesse processo, vale destacar dois pontos que parecem ser importantes: primeiro, a ousadia de Dom Claudio que, antes mesmo de ser sagrado bispo, sem conhecer *in loco* a realidade de sua diocese²⁶, solicita uma fundação da Ordem dos Pregadoresna circunscrição eclesiástica de Goiás; segundo, a rapidez, a solicitude e o esmero do provincial de Toulouse em aceitar tal fundação.

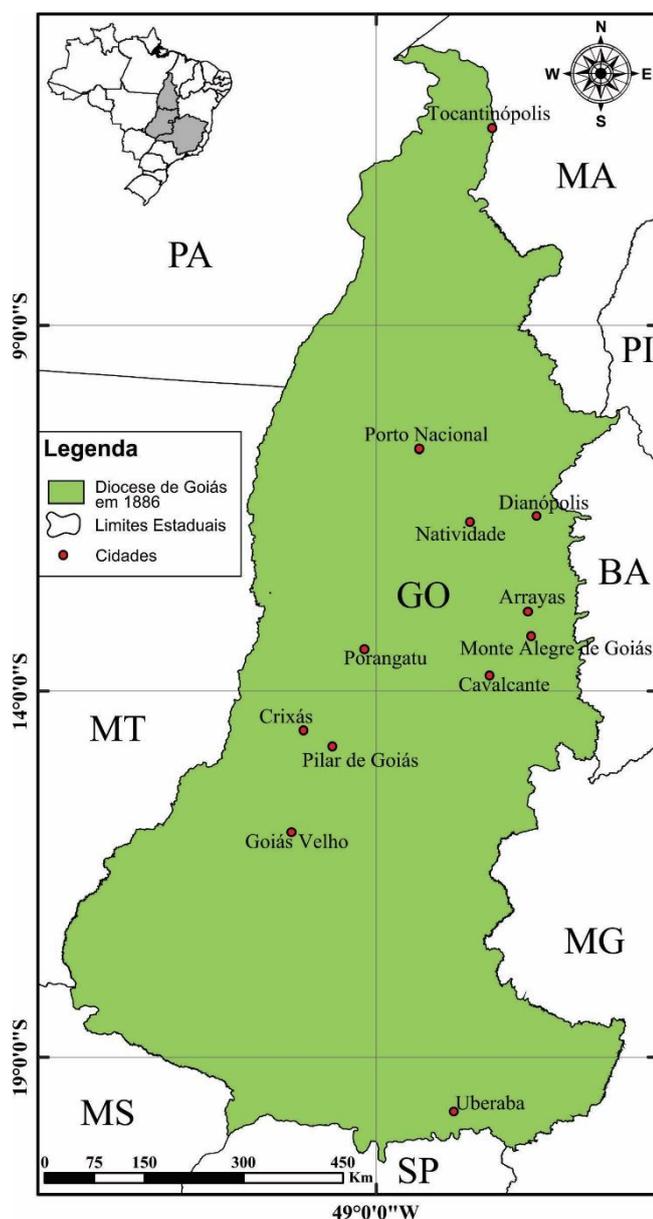
²⁶ “A diocese de Goiás fica rigorosamente no centro do Brasil e, pela sua fronteira ocidental, limitava-se com regiões ainda inexploradas e totalmente desconhecidas, onde em matéria de habitantes, só se topa com selvagens errando através das florestas. Além da própria província de Goiás, que, do sul ao norte, mede 2.000 quilômetros de extensão, e de este a oeste cerca de 850, em sua maior largura, a diocese compreendia ainda uma parte da província de Minas Gerais, o que se chama ‘Triângulo Mineiro’, território igual a quatro ou cinco departamentos franceses. Por ocasião da posse de sua diocese, D. Gonçalves viu-se diante de um clero diminuto, pois não passavam de uns oitenta sacerdotes disseminados por esta vasta extensão de terras, no meio de populações muito espalhadas. Era grande a ignorância entre os fiéis, privados de quase todo socorro espiritual, e a disciplina entre o clero andava um tanto frouxa. Isso só será bem compreendido quando se pensar no isolamento em que vivem os sacerdotes encarregados de paróquias grandes como dioceses, nos perigos que são consequências desse isolamento, agravados ainda pelo clima e os hábitos do país” (GALLAIS, 1942, p. 58-59). Uma diocese “vasta e mergulhada numa pobreza espiritual muito grande. Paróquias sem pastor. Crescimento populacional da região e necessidade de criar novos centros de evangelização. Seminário fechado. A tarefa era grande demais diante de tantos problemas oriundos de uma vacância de cinco anos” (COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA, s/d, nº 2, p. 6). Os mapas 1 e 2 ajudam a compreender a extensão territorial da Província e da Diocese de Goiás

Mapa 1 – A Província/Estado de Goiás no final do século XIX e início do século XX



Fonte: Base de dados IBGE, 2014. Adaptado de Tournier (1913;1939).

Mapa 2– Mapa da Diocese de Goiás no final do século XIX



Fonte: Base de dados IBGE, 2014. Adaptado de SILVA(2006).

O provincial de Toulouse naquele período era o Frei Jacinto Cormier, que sequer aguardou o capítulo provincial, que aconteceria em abril de 1882, e acenou positivamente para o bispo eleito de Goiás:

Aos 27 de agosto daquele ano de 1881, comunicava a Dom Claudio a decisão tomada, isto é, aceitou-se o convite e comunicava-lhe a partida dos primeiros frades destinados para oGoiás. Cormier tinha pressa nisso, de abrir novo campo de trabalho para os seus religiosos [...] Agindo então de imediato, Cormier para assegurar a oferta de Dom Claudio, pinçou daqui e dali, fr. RAIMUNDO MADRE, do convento de Sant-Maximin sediado em

Salamanca; fr. LÁZARO MÉLIZAN, do convento de Marselha e fr. GABRIEL MOLE, da casa-não-prioral de Sainte-Baume, os três na qualidade dos primeiros dominicanos destinados a fincarem residência no Brasil (COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA, s/d, n. 52, p. 123).

Essa atitude solícita de Frei Cormier causou surpresa em muitos, como aos padres lazaristas do Rio Comprido e outros membros do clero. Nem sempre uma negociação com ordens religiosas acontece de maneira rápida. Entretanto o pedido de Dom Claudio atendia aos anseios dos dominicanos de Toulouse, que sofriam com a perseguição aos religiosos na França e vislumbravam um novo campo de missão em que poderiam exercer seu apostolado de pregadores.

Santos (1996, p. 29) afirma que,

Dentre os fatores que pesaram em prol de uma acolhida favorável, parece estar a existência de índios ainda não catequizados, representando um apelo apostólico que atraía fortemente os frades da Província. Da parte do bispo de Goiás, no entanto, o apelo fora feito em função do atendimento pastoral à população católica da diocese, em primeiro lugar, e esta será a tarefa que eles terão que assumir prioritariamente. Atenção ao problema indígena, no entanto, esteve sempre na mente dos frades e, tão logo for possível, tentarão traduzi-la em ação.

Existia um fascínio por parte dos frades dominicanos franceses quanto à missão no interior do Brasil. Não se tratava, simplesmente, da fundação de um convento ou da presença deles nas cidades grandes, em púlpitos ou universidades. Era o apostolado, a missão e a presença entre os distantes do evangelho e os considerados ‘gentios’ das terras brasileiras que inflamava a urgência de uma nova fundação. Recordam-se aqui as motivações da fundação da Ordem dos Pregadores por Domingos de Gusmão, que desejava ir pregar entre os pagãos cumanos do século XIII²⁷.

Mas porque trazer os frades da Ordem dos Pregadores para a Diocese de Goiás? Não existiam outras ordens e congregações religiosas instaladas no Brasil que poderiam atender aos anseios do bispo da diocese goiana, como as ordens religiosas ‘tradicionais’ a beneditina, a carmelita, a franciscana, a mercedária e outras? Ou os capuchinhos que já mantinham missões juntos aos povos indígenas das margens dos rios Araguaia e Tocantins?

²⁷ Existem poucas informações sobre esse povo. Santos (1996) explica que os Cumanos constituíam-se uma nação pagã localizada nas regiões balcânicas e que eram afamados pelos requintes de crueldades usados em suas empreitadas. Eles “tornaram-se a obsessão de Domingos. Somente a morte, que sobreveio em 1221, o impediu de realizar o seu intento” (SANTOS, 1996, p. 11).

A vida religiosa no Brasil do segundo império estava em decadência. As críticas feitas eram severas. Havia-se generalizado a “antipatia do povo e do governo contra os religiosos; respeitava-se, isso sim, sua cultura; seriam úteis, dizia-se, se não tivessem perdido o espírito, vivendo como qualquer outro” (HAUCK, 2008, p. 91).

Sobre essa decadência da vida religiosa no Brasil da segunda metade do século XIX, Fragoso (2008, p. 202) aponta as causas apresentadas por Frei Manuel de Santo Agostinho, em 1864, como determinantes para a situação decadente:

Primeiramente a indiferença dos superiores diante dos abusos de seus súditos; em segundo lugar, o espírito de discórdia nas comunidades; depois a negligência nos estudos e na formação dos novos religiosos; e, por fim, a falta de critério na aceitação dos candidatos à vida regular.

Além disso, os religiosos viviam, em sua grande maioria, nos grandes centros e no recolhimento dos conventos e mosteiros sem uma vida apostólica em meio à sociedade, chegando a ser acusados de ‘ociosos’ pelos políticos e intelectuais da época. Possuíam grandes imóveis e eram proprietários de lotes imensos de terras, tanto na cidade como no campo, que “foram em grande parte causa da ruína dos religiosos no segundo império” (FRAGOSO, 2008, p. 200-201).

Houve tentativas de reformas, no entanto todas fracassaram, tendo em vista a inserção das ordens no sistema regalista imperial. Por um lado, as ordens tradicionais estavam sob a tutela do governo, de outro, o governo imperial agia com hostilidade para com essas ordens religiosas, impondo até mesmo medidas restritivas à aceitação de novos membros para compor tais ordens²⁸.

Fragoso (2008, p. 203) explica que

[...] o que se acentuava mais e mais era a mentalidade referente à vida religiosa, no sentido de sua “inutilidade” para o momento nacional. Os religiosos tinham desempenhado uma missão histórica na catequese dos índios, mas agora eram considerados “peças de museu”.

²⁸ Como a Circular de Joaquim Aurelio Thomaz Nabuco de Araújo, ministro da Justiça de 19 de maio de 1855, em que decretava: “Sua Majestade o Imperador há por bem cassar as licenças concedidas para a entrada de noviços nessa Ordem Religiosa até que seja resolvida a concordata que a Santa Sé vai ao Governo propor” (VIEIRA, 2007, p. 153).

De fato, o grande interesse do Governo Imperial estava voltado para os bens e patrimônios dessas ordens religiosas tradicionais no Brasil²⁹, que “despertaram a cobiça do Governo, que, com o desaparecimento dos religiosos, queria apoderar-se deste seu patrimônio”(MATOS, 2002, p. 200) e constituía-seo verdadeiro “‘El-Dorado’ do Governo do Brasil” (FRAGOSO, 2008, p. 201).

No entanto, por outro lado, o governo imperial incentivou a vinda de outras ordens religiosas europeias, de caráter apostólico, para o Brasil, como os capuchinhos italianos (MATOS, 2002). Isso porque essas novas ordens “vinham para o Brasil sem o controle jurídico e numérico do Governo, o qual dificultaria a aquisição de patrimônios à maneira dos antigos religiosos brasileiros”(FRAGOSO, 2008, p. 204), além de atenderem a todo um processo de europeização que o governo imperial estava implantando.

Isso justificou, também, a preferência dos bispos brasileiros em atrair para suas dioceses ordens e congregações que se despontavam na Europa para o campo de missão, além de que “os novos regulares também tinham a vantagem de estarem isentos de “impurezas” doutrinárias, os que os levava a apoiarem as propostas reformadoras do episcopado” (VIEIRA, 2007, p. 165).

A escolha de Dom Claudio em trazer a Ordem dos Pregadores para sua diocese está inserida em um plano de reforma empreitada pelos bispos brasileiros, no século XIX, conhecidos como bispos reformadores. Essa reforma lançou suas bases na Igreja do Brasil de maneira moderada até a metade de 1800, com D. Romualdo Antônio de Seixas (1787- 1860), Arcebispo da Bahia, e D. Marcos Antônio de Souza (1771-1842), bispo do Maranhão. A partir do episcopado de Dom Antônio Ferreira Viçoso, também lazarista, bispo de Mariana de 1844 a 1875, é que as ações dos bispos reformadores se intensificaram.

Essas reformas estavam longe do que desejava o clero liberal, regalista e nacionalista – a formação de uma ‘Igreja Nacional’ ligada a Roma, por formalidade – que esteve em ação direta no período de 1826 a 1842, liderado por membros do

²⁹ Conforme Fragoso (2008, p. 201) e Matos (2002, p. 201), um relatório do Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, de 1870, apresentou o seguinte inventário dos bens dos religiosos brasileiros: “Os beneditinos com 41 religiosos em 11 mosteiros tinham 7 engenhos, mais de 40 fazendas e terrenos, 230 casas, 1.265 escravos (já tinham libertado uns três mil escravos) e 2 olarias. Os carmelitas com 49 religiosos em 14 conventos tinham mais de 40 fazendas e terrenos, 136 prédios, mais de 1.050 escravos, 4 engenhos, 2 olarias, 910 cabeças de gado. Os franciscanos com 85 religiosos em 25 conventos tinham uns 40 escravos. Os mercedários com um único religioso restante tinham 200 escravos e 4 fazendas. As religiosas (clarissas, ursulinas, concepcionistas, carmelitas descalças) tinham globalmente 94 religiosas, com 405 escravos e servas, 121 casas”.

clero paulista, tendo como representante máximo o conhecido e famoso Padre Feijó (MATOS, 2002, p. 47).

O movimento reformador dos bispos, totalmente contrário ao do Padre Feijó, sintonizava-se ao espírito do ultramontanismo e da romanização, de caráter conservador e centralizador.

De acordo com historiador Augustin Wernet (1987, p. 178),

Etimologicamente falando, ultramontano ou *outrémontagne* foi a expressão usada no início do século XIX, na França e na Alemanha, para indicar, na rosa-dos-ventos, o ponto escolhido de referência e fidelidade: ele está para lá das montanhas, além dos Alpes. Seu nome é Roma, é Pedro, o papa. A reação ultramontana se desenvolveu sobre um plano duplo: tendência a reconhecer no Papa da Igreja, uma autoridade espiritual total, e a reivindicação para a Igreja da independência a respeito do poder civil, e mesmo de um certo poder ao menos indireto sobre o Estado.

Essa centralidade de toda a vida da Igreja na pessoa do papa acentuou-se na segunda metade do século XIX no pontificado de Pio IX (1846-1878), o mais longo de toda a história, em que Roma toma a liderança de todo esse movimento e empenha-se em restaurar os valores tradicionais da fé católica condenando as propostas do mundo moderno, de caráter liberal. Sobre a centralização romana, Matos (2002, p. 73-74) assevera que

[...] torna-se um poderoso instrumento na arregimentação de todas as forças eclesiais, colocando-as rigorosamente em uma linha de combate aos “perversos avanços da modernidade”. Expressão eloquente deste fenômeno é a Encíclica “Quanta Cura” (1864), acompanhada do Sílabo, ou seja, o catálogo de 80 condenações do mundo moderno. A declaração da “Infabilidade Papal” no Concílio Vaticano I (1870) reforça e completa a centralização em curso, dando-lhe um respaldo dogmático.

Os ideais de reforma da Igreja no Brasil pelo episcopado, que se estenderam da segunda metade do século XIX até o fim da década de 1920, compreendendo o período do fim do Império à implantação da República até a denominada República Velha, foi um processo que ficou conhecido como romanização.

De acordo com Wernet (1987), o termo romanização foi criado pelo padre e historiador Joseph Ignatz Von Döllinger (1799-1890), de origem alemã, e intensificado pelos brasilianistas Roger Bastide, em 1950, e Ralph Della Cava, entre os anos 1960 e 1970 (AQUINO, 2011).

Na visão de Della Cava (*apud* AQUINO, 2011, p. 4), a partir do que escreveu Bastide,

O conceito de “romanização” consiste em: 1) a afirmação de uma autoridade de uma Igreja institucional e hierárquica (episcopal), estendendo-se sobre todas as variações populares do catolicismo folk; 2) o levante reformista, em meados do século XIX, por parte dos bispos, para controlar a doutrina, a fé, as instituições e a educação do clero e do laicato; 3) a dependência cada vez maior, por parte da Igreja brasileira, de padres estrangeiros (europeus) principalmente ordens e das congregações missionárias, para realizar “a transição do catolicismo tradicional e colonial ao catolicismo universalista, com absoluta rigidez doutrinária e moral”; 4) a busca destes objetivos, independentemente ou mesmo contra os interesses políticos locais. A essas dimensões do processo de “romanização”, importa acrescentar um quinto item: 5) a integração sistemática da Igreja brasileira, no plano quer institucional quer ideológico, nas estruturas altamente centralizadas da Igreja Católica Romana, dirigida de Roma.

Ao longo dos anos de 1970, esse termo será muito utilizado e revisto por historiadores brasileiros, como Eduardo Hoornert, José Oscar Beozzo³⁰, Pedro A. Ribeiro de Oliveira³¹, Riolando Azzi e outros, posteriormente (AQUINO, 2011; DUTRA NETO, 2006).

Apesar de Rigolo Filho (2006, p. 3) afirmar que o termo romanização deveria ser utilizado somente para as ações reformistas da Igreja no Brasil a partir do fim do padroado em 1890, esse termo foi utilizado e aplicado para as ações ultramontanas dos bispos reformadores antes dessa data, como se percebe nas afirmações de Beozzo e Oliveira.

Dessa forma, podemos caracterizar Dom Claudio como um bispo reformador, implementador das práticas do ultramontanismo e da romanização. Destarte, a vinda dos dominicanos ao Brasil vincula-se ao movimento reformador episcopal, que na Diocese de Goiás já havia sido alicerçada pelo antecessor de Dom Claudio, Dom

³⁰Na visão de Beozzo, “já se tornou clássico chamar de “romanização” o processo a que foi submetida a Igreja do Brasil entre 1880 e 1920, processo que já encontra suas raízes na ação dos bispos reformadores, tendo à frente Dom Viçoso de Mariana, e que já se inicia praticamente em torno dos anos cinquenta. Esse processo encontra sua contrapartida na decisão de Roma de cuidar melhor da América Latina, por meio de uma formação mais acurada e romana de seu clero e que se traduziu pela fundação em 1854 do Colégio Pio-Latino- Americano em Roma, onde será formada boa parte do episcopado latino-americano das décadas posteriores” (BEOZZO *apud* DUTRA NETO, 2006, p. 29).

³¹Para Oliveira, “este processo de reestruturação do aparelho religioso católico tem um duplo aspecto. Por um lado, os bispos brasileiros reforçam seus laços com a Santa Sé e fazem vir da Europa numerosas congregações religiosas masculinas e femininas [...] por outro lado eles pautam sua atividade pastoral pela adaptação do catolicismo brasileiro ao modelo romano, travando acirrado combate contra o catolicismo popular tradicional. [...] Dada à influência marcante da Santa Sé nesse processo – já que Roma envia agentes religiosos para o Brasil e dá o modelo religioso a ser aqui implantado – ele tem sido chamado de ‘romanização’” (OLIVEIRA *apud* DUTRA NETO, 2006, p. 28).

Joaquim Gonçalves de Azevedo, que governou a diocese por dez anos (AZZI, 1986; SILVA, 2006).

Nesse contexto, em 1881, os primeiros dominicanos chegaram ao Brasil. Partiram de Marselha, no dia 14 de setembro, o frei Raimundo Madre e o frei Lázaro Melizan, sacerdotes, e o irmão cooperador frei Gabriel Mole³². Aportaram na Baía de Guanabara no dia 6 de outubro e foram recepcionados pelo procurador de Dom Claudio, o senhor Pastorino, que os acompanhou como guia e intérprete na capital federal. Mais uma vez ficaram hospedados no Seminário do Rio Comprido, dos padres lazaristas, que foi ponto de parada obrigatório para outros grupos de dominicanos franceses que vieram ao Brasil, posteriormente (AZZI, 1996; AUDRIN, 2007; COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA, s/d, n. 20 e 52).

Quem eram esses frades franceses? Que ideia tinham do Brasil? O que imaginavam dessas terras que ceifaram, anos antes, a vida de um frade acometido pela tal febre amarela? Deviam ser muitas as interrogações que os frades faziam, ainda mais por não saberem quase nada do interior do Brasil, visto que os relatos que certamente ouviam de Frei Sans, o sobrevivente da pitoresca missão de 1878, eram narrativas do Rio de Janeiro, então capital do Brasil.

Frei Germano Llech traçou cuidadosamente algumas características desses dominicanos que sequer sabiam para aonde vinham, só sabiam que chegariam ao Rio de Janeiro e se colocariam à disposição do bispo de Goiás. Llech (1976, p. 196) narra que

O Padre Madre, chefe da pequena expedição, era de origem basca. Tinha a força e o brio de quem não se abate. Como zuavo pontifical participou da defesa dos estados pontificais em 1869 e da guerra franco-prussiana em 1870, entrando posteriormente na Ordem. Exercia a dupla função de cantor conventual e sub-diretor dos noviços quando os superiores resolveram enviá-lo para o Brasil, jovem, ativo, empreendedor, de circunspeção um tanto solene, falando com segurança. Ia ele na qualidade de superior dar impulso necessário aos começos sempre difíceis. O Padre Lázaro Melizan, doutor em Medicina e munido de poderes concedidos pela Santa Sé para exercê-la, era além disso músico e muito bom organista. Quanto ao Frei

³²Irmãos cooperadores ou irmãos conversos “estão inseridos na Ordem como uma categoria de religiosos “cooperadores”, voltados não só para a oração, mas também para os trabalhos de manutenção e construção de conventos” (ROBERTO, 1983, p. 43). Conforme a *Revista Mensageiro do Santo Rosário*, edição de jun/jul de 1960, os irmãos conversos ou cooperadores, na visão da Ordem dos Pregadores, “outra é a sua pregação: sem palavras, feita de devotamento. Diferente é o ensino que transmitem: pelo exemplo. Mas é o mesmo fim a que tendem: através do trabalho de suas mãos, impregnadas pelo zelo apostólico que vão beber no modelo que é São Domingos, eles vivem aquela noção de vida religiosa que São Paulo transmite [...]” (MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO, jun/jul, 1960).

Gabriel, originário do departamento de Ariège (França) era igualmente forte de natureza, e iria durante longos anos prestar a missão preciosos serviços.

Do Rio de Janeiro, partiram em direção ao Triângulo Mineiro no dia 20 de outubro, indo de trem do Rio a São Paulo, e da capital paulista até a última estação da linha férrea da Mogiana, em Casa Branca, na província de São Paulo, sempre na companhia do procurador do bispo, o seu Pastorino. “De Casa Branca, a viagem prosseguia a cavalo. Aos 31 de outubro chegavam a Uberaba” (COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA, s/d, n. 52, p. 125).

Tanto Audrin (2007), Santos (1996), Llech (1976) e alguns fascículos da *Coleção Memória Dominicana* ressaltam um episódio que detalham como ‘significativo’ e ‘coincidente’: o falecimento no dia 1º de novembro de 1881 do primeiro dominicano brasileiro, Frei Vicente de Mello. O jovem dominicano, que tanto desejou a instalação dos frades em sua terra natal, acometido da febre tifoide, não contemplou a concretização de seu sonho. Na visão de Santos (1996, p. 30), “Frei Vicente foi a semente fecunda lançada em terra fértil que começava a germinar. Plantou a semente mas não a viu sequer brotar”. Llech (1976, p. 197) afirmou que “a Missão tinha agora dois advogados no céu”, referindo-se a Frei Vicente e a Frei Segnerin.

Uberaba era uma modesta cidade do início do século XIX, capital do Triângulo Mineiro, conhecida como Princesa do Sertão, em uma região conhecida como ‘sertão da farinha podre’. Em Uberaba, foram hóspedes do frei Paulino de Fugnano, frade capuchinho que morava em Uberaba há anos. A casa onde os dominicanos iam morar e constituir o primeiro convento em terras brasileiras, na diocese de Goiás, por sinal obra do frade capuchinho, ainda não estava pronta (LLECHI, 1976; AZZI, 1996; AUDRIN, 2007).

Em novembro de 1881, instalaram-se no novo prédio onde, de frente, ficava a Igreja de Santa Rita, que funcionou como Igreja conventual. As primeiras atividades dos frades pregadores em Uberaba estavam restritas às missas dominicais nessa igreja, pois a língua portuguesa era o grande obstáculo. Após um tempo de estudos da língua, “tão logo puderam se fazer compreender, começaram a recitação do terço nas tardes de domingo” (AZZI, 1996, p. 15).

A primeira pregação pública dos missionários dominicanos em terras brasileiras aconteceu no dia 20 de janeiro de 1882, durante a missa da festa de São Sebastião, um dos padroeiros de Uberaba. “Um deles celebrou a missa e o outro

[Frei Raimundo Madre] pregou pela primeira vez [em português], diante de um auditório considerável” (LLECH, 1976, p. 197).

No dia seguinte, 21 de janeiro, frei Raimundo Madre vai ao encontro de Dom Claudio, na capital da província de Goiás. Em sua estadia na casa episcopal, o frade dominicano acerta, documentalmente, com Dom Claudio que a primeira fundação seria a casa de Uberaba seguida da de Goiás, sede do bispado. “Em março, ele estava de volta a Uberaba. Frei Lázaro seguiu, então, para a Europa, levando aos superiores da ordem o documento de D. Claudio, e um relatório de frei Madre sobre o estado da missão” (AZZI, 1986, p. 15).

O reconhecimento oficial da missão brasileira e do convento de Uberaba se deu no Capítulo da Província de Toulouse em abril de 1882, nos seguintes termos:

Declaramos que, após várias deliberações realizadas nas reuniões precedentes foi aceitapor nós, de modo definitivo a missão no Império do Brasil, onde os frades Pregadores, desde a origem da Ordem, nunca se haviam estabelecido, e foi aprovada a fundação de um convento com o nome de São Domingos, na diocese de Goiás, com o consentimento do Ilmo. e Revmo. Sr. Bispo [...] Declaramos que o Revmo. pe. Raimundo Madre, [...] foi por nós nomeado vigário para o governo dos frades e para tratar dos assuntos no começo da Missão³³ (PRÓ-MEMÓRIA, 1991, p. 72).

Com a oficialização da missão e do convento de Uberaba e com a chegada de outros missionários em junho e outubro de 1882, entre eles, José Maria Artigue, Miguel Bertht, Afonso Valseschini, Vicente Lacoste, Gabriel Desvoisins e José Maria Lucas, firmou-se o primeiro núcleo de frades pregadores residentes no Brasil³⁴.

³³ O texto original está em latim, como segue: “VII. Denuntiamus Missionem in Imperio Brasiliensi, ubi nunquam, ab Ordine condito, tentoria fixerant FF. Praedicatores, post varias deliberationes in praecedentibus Comitibus prahabitas, definitive fuisse a nobis acceptatam et fundationem unius conventus sub titulo S. Dominici, in civitate Uberaba, dioecesis Goyasensis fuisse approbatam, accedente Ill^{mi} ac RR^{mi} DD. Episcopi assenso, de quo gratitudinis nostrae testimonium ei exhibemus. Ille porro est tenor Litterarum RR. DD. Episcopi:

Nos CLAUDIUS JOSEPH, ex Congregatione Missionis, Dei et Apostolicae Sedis gratia, Episcopus Goyasensis, animarum nobis commissarum spiritali bono magis ac magis providere cupientes, domum Fratrum Praedicatorum Provinciae Tolosane, in civitate Uberaba sub titulo S. Dominici, tanquam regulariter fundatam, et Fratres a eam inhabitandam deputatos tanquam conventualiter institutos declaramus, agnoscimus et libenter acceptamus, cum omnibus uribus et gratiis a Sancta Sede Apostolica Conventibus ejusdem Ordinis conceas vel concedentes.

Datum Goyasen, sub signo et sigilo nostro, die octava Februarii anni millesimi octingentesimi octogesimi secundi. Ego canonicus JOSEPH-IRENA-XAERIUS SERRADOURADA has scripsi ac subscripsi” (TOULOUSE, 1882, p. 2-3).

³⁴ Consta na Ata do Capítulo Provincial de 1882 o seguinte texto designando alguns frades para o Brasil: “Designamus pro incipienda missione Brasiliensi, praeter R. P. RAYM. MADRE, Vicarium; RR. PP. Fr. MARIAN-JOSEPH ARTIGUE et Fr. MICHAELM BERTHET; item FF. GABRIELEM MOLE et ALPHONSUM VALSESCHINI, conversos” (TOULOUSE, 1882, p. 7).

“A partir de então se estabeleceu na Igreja de Santa Rita o culto católico nos moldes tridentinos: aos domingos pela manhã, missa com pregação do evangelho, e à tarde, reza do terço, ladainha e benção do Santíssimo Sacramento” (AZZI, 1996, p. 15). Os frades dedicavam-se, também, à catequese das crianças e às missões, de que foram incumbidos por Dom Claudio de realizarem na região de Uberaba, atingindo algumas cidades da província paulista. O convento de Uberaba, aos poucos, tornou-se “o ponto de partida de uma longa caminhada dos dominicanos rumo ao planalto central brasileiro” (SANTOS, 1996, p. 30).

O projeto de Dom Claudio para a diocese de Goiás, no espírito da reforma que o episcopado brasileiro empreitava, era um tanto arrojado para a época. Ele via os frades pregadores como seus exímios colaboradores na concretização de seu projeto reformador. Assim, a insistência do bispo para que se instalassem na capital da província e sede da diocese foi grande. Preconizada na visita de Frei Madré à Dom Claudio em 1881 e levada, documentalmente, ao capítulo provincial de 1882, a segunda fundação dominicana no Brasil, e, em território goiano, foi aos poucos se concretizando.

O anseio de Dom Claudio pela instalação dos Pregadores na capital da província era tanto, que antecedeu em mais de seis meses a aceitação e o reconhecimento dessa fundação:

A fundação de Goiás não tardaria. Em 15 de setembro [de 1882] D. Claudio a aceitaria nestes termos: Nós, Claudio José [...] desejando promover cada vez mais o bem espiritual das almas que nos são confiadas, declaramos e reconhecemos como regularmente fundada na cidade de Goiás, sob o título de São Tomás de Aquino, uma Missão de Frades Pregadores, da província de Tolosa, assim como estabelecidos em convento os frades designados a habitá-lo. Nós os aceitamos de bom grado, com todos os direitos e privilégios concedidos ou a serem concedidos pela Santa Sé Apostólica aos conventos da mesma Ordem. Dado em Goiás [...] aos 15 de setembro de 1882. † Claudio José, Bispo de Goiás (LLECH, 1976, p. 198).

De fato, a chegada e a instalação efetiva dos dominicanos em Goiás aconteceram somente em abril de 1883, mais precisamente no dia 23, quando “chegaram os padres Gabriel Desvoisins e Miguel Berthot (*sic*), estabelecendo-se inicialmente num antigo quartel junto à igreja do Rosário” (AZZI, 1986, p. 16).

Mal chegaram e se instalaram em Goiás, Dom Claudio leva consigo para uma visita pastoral ao norte da diocese, de maio a novembro de 1883, Frei Berthet, no intuito de conhecer mais de perto a realidade de seu rebanho e “verificar as

condições para o estabelecimento de um trabalho missionário que tomasse conta dos limites norte da diocese” (ROBERTO, 1983, p. 46).

Na cidade de Goiás e em toda a diocese, os frades tornaram-se o braço direito de Dom Claudio. Em sua carta pastoral de 8 de março de 1884, o episcopo goiano se expressa, acerca desses missionários e seus trabalhos, devotando-lhes total confiança, da seguinte forma:

Todos os Bispos da Igreja, Irmãos e Filhos caríssimos, sentem a necessidade de recorrer ao auxílio de Sacerdotes zelosos para mais pleno cumprimento de seus deveres de pastores. Assim também vosso humilde pastor, esclarecido pelos exemplos dos demais prelados, seus Irmãos mais velhos no Episcopado, chamou os fervorosos filhos de São Domingos, os quaes pregando missão em todas as freguesias desta diocese vão fazendo suas vezes: distribuindo o pão da palavra aos pequenos; administrando os sacramentos a todos aquelles que desejarem recebê-los, acendendo o fogo do divino amor em todos os corações.

Os Missionários não somente são nossos auxiliares, como também muito coadjuvarão os Reverendos Parochos e suprem de alguma sorte a grande falta que temos de Sacerdotes para o serviço dos fieis. Já concedeu-nos o Altíssimo de organizar duas casas de missão: a primeira em Uberaba em favor dos povos mineiros; a segunda na cidade de Goyaz; esperamos da Misericordia infinita o mesmo Senhor a graça de fundar neste anno de 1884 um terceiro centro de missão na cidade de Porto Imperial, em beneficio dos povos do norte.

Os Reverendos Sacerdotes encarregados das freguezias, os povos que desejarem a graça extraordinária da missão recorrerão diretamente aos superiores desses missionários. Havendo concedido, amados filhos, para bem de vossas almas grandes faculdades a esses zelosos missionários, temos lhe dado toda a liberdade de acção nesta diocese; uzae pois largamente do dom de Deus; não tenhaes o menor receio de aproveitar das prodigalidades de nosso Pae Celestial.

Todas as vezes, que os missionários apparecerem no meio de vós, recebei-os com a mesma caridade, com que recebeis a vosso Bispo: si possível manifestae-lhes ainda melhor vossa fé viva, vosso amantíssimo coração. Os missionários nos precederão pregando missões nas freguezias que tencionamos visitar. Na Provincia de Goyaz seguirão o mesmo roteiro indicado na presente carta pastoral. Na Provincia de Minas terão elles o cuidado de anunciar a missão aos povos, pois não será possível aos religiosos de missionar todas as freguezias que desejamos visitar (SILVA, 2006, p. 296-297).

Dom Claudio ousa, nessa carta pastoral, já levantar rumores sobre uma terceira fundação dominicana em sua diocese. Já havia feito isso em um relatório do dia 4 de janeiro de 1884, endereçado à Secretaria de Estado dos Negócios do Império, prestando contas da atuação dos dominicanos. Roberto (1983, p. 46-47) transcreve um trecho desse relatório: “para coadjuvar os Parochos, e suprir de algum modo à penúria de Sacerdotes, fundei neste anno nesta Capital um segundo

centro de Missões, existindo outro em Uberaba; neste anno de 1884 espero organizar um terceiro em Porto Imperial [...]”.

O que, de fato, aconteceu.

1.4 A ORDEM DOMINICANA EM PORTO NACIONAL: A TERCEIRA FUNDAÇÃO BRASILEIRA

As primeiras fundações dominicanas no Brasil estão inseridas no contexto da fase das ‘fundações sertanejas’ (MOURA, 1997, p. 233). “O Brasil era terra de missões. E os dominicanos vieram para colaborar na plantação da Igreja e no seu desenvolvimento entre os sertanejos, realizando eles a sua tarefa, o serviço da Palavra” (LUSTOSA, 1966, p. 135).

Embrenhado pelo sertão do antigo norte de Goiás, durante a visita pastoral de 1883, Dom Claudio e o seu companheiro nessa viagem, Frei Miguel Berthet, alcançaram as extremidades da diocese de Goiás na divisa com o Maranhão e o Pará. Conforme Silva (2006), eles atingiram Boa Vista do Tocantins, atual Tocantinópolis, às margens do Rio Tocantins, no chamado Bico do Papagaio.

De acordo com Mendonça, nessa grande viagem que durou por volta de seis meses, também alcançaram “[...] a cidade então denominada Porto Imperial³⁵ [...]” (MENDONÇA *apud* AZZI, 1996, p. 17). O missionário companheiro de viagem de Dom Claudio descreve a chegada nessa cidade da seguinte forma:

Ao cabo de quatro dias, chegamos às portas de Porto Nacional, chamado também “a cidade sem portas”. Um expresso vai avisar o povo da chegada do Bispo. Mas ninguém crê que um bispo viaje tão rapidamente e com tal calor. Virão ao nosso encontro lá pelas quatro horas [...] Logo os foguetes anunciam de todo lado a chegada do bispo [...] (BERTHET, 1982, p. 162-163).

Como em toda visita pastoral na vasta diocese goiana, essa não foi diferente: dias e dias de muito trabalho entre confissões, casamentos, batizados, primeiras

³⁵Até a proclamação da República, em 1889, o nome da cidade era Porto Imperial, que antes da proclamação da Independência, em 1822, chamava-se Porto Real. Ao longo de todo esse trabalho, essa cidade será designada pelo topônimo de Porto Nacional, tão somente. A denominação Porto Real ou Imperial aparecerá no caso de citações.

comunhões, aconselhamentos e crismas, além de visitas aos enfermos e aos povoados aos arredores de Porto, como Monte do Carmo.

Durante os dias intensos dessa visita, “os habitantes do lugar, que tinham já ouvido falar dos méritos e do zelo dos dominicanos, insistiram perante D. Claudio e frei Miguel para que fundassem lá um convento de missionários da Ordem de São Domingos” (MENDONÇA *apud* AZZI, 1996, p. 17).

Vale destacar que o pedido da fundação de uma casa de frades dominicanos nessa cidade foi iniciativa dos paroquianos, diferentemente das fundações anteriores. O próprio Frei Miguel Berthet afirmava que “todos [o povo de Porto] pedem insistentemente ao bispo que eu fique com eles” (BERTHET, 1982, p. 163).

De fato, isso justificou, posteriormente, o grande empenho das famílias portuenses, de maneira especial as da oligarquia local, em contribuir com a missão dominicana no antigo norte de Goiás. Esse grupo desejava, também, a implantação de uma educação mais conservadora e a formação de futuras lideranças eclesiásticas e políticas para a região e viam nos padres franceses uma grande possibilidade (DOURADO, 2010, p. 45).

Essa contribuição principiou com a condição imposta por Dom Claudio, visto que “o bispo ficou muito sensibilizado com este pedido e disse-lhes que se lhes dessem uma casa não só lhes deixaria um religioso como vigário, mas estabeleceria na cidade uma comunidade de religiosos missionários” (SANTOS, 1996, p. 94). Assim, “logo se abriu uma subvenção e a casa foi entregue ao bispo” (GALLAIS, 1942, p. 123).

Na verdade, o pedido da sociedade portuense “veio ao encontro do desejo e das aspirações de D. Claudio, que pretendia a organização de um convento no norte da diocese, convento que deveria tornar-se o centro das missões setentrionais do Estado [...]” (MENDONÇA *apud* AZZI, 1996, p. 17), configurando uma grande aliança entre a Igreja diocesana de Goiás e a sociedade do antigo norte goiano.

Ao retornar de sua visita pastoral ao norte, que pareceu bastante frutuosa, o entusiasmado bispo missionário Dom Claudio inicia as negociações junto ao superior da Ordem dos Pregadores da província de Toulouse, Frei Reginaldo Colchen, para a terceira fundação em terras brasileiras e na diocese de Goiás.

O capítulo provincial de 1886 aceitou e aprovou a nova fundação dominicana. Aos 20 de maio daquele ano, os primeiros frades de São Domingos chegam a Porto Nacional. Eram eles Frei Gabriel Devoisins, Frei Miguel Berthet, Frei Domingos

Nicollet e o irmão converso (cooperador) Frei Alphonso Valsechini. Sobre a chegada deles à cidade, Gallais (1942, p. 124) relata que

A população fez-lhes a mais simpática das acolhidas, ajudou generosamente a mobiliar a casa que devia servir de convento, e providenciou quanto às primeiras necessidades, fornecendo provisões à pequena comunidade nascente.

O novo convento de Porto Nacional, ainda em uma casa provisória, recebeu o nome de Santa Rosa de Lima³⁶, uma homenagem dos frades à primeira santa dominicana da América do Sul. O primeiro superior desse convento foi Frei Gabriel Devoisins, nomeado pelo capítulo provincial de 1886.

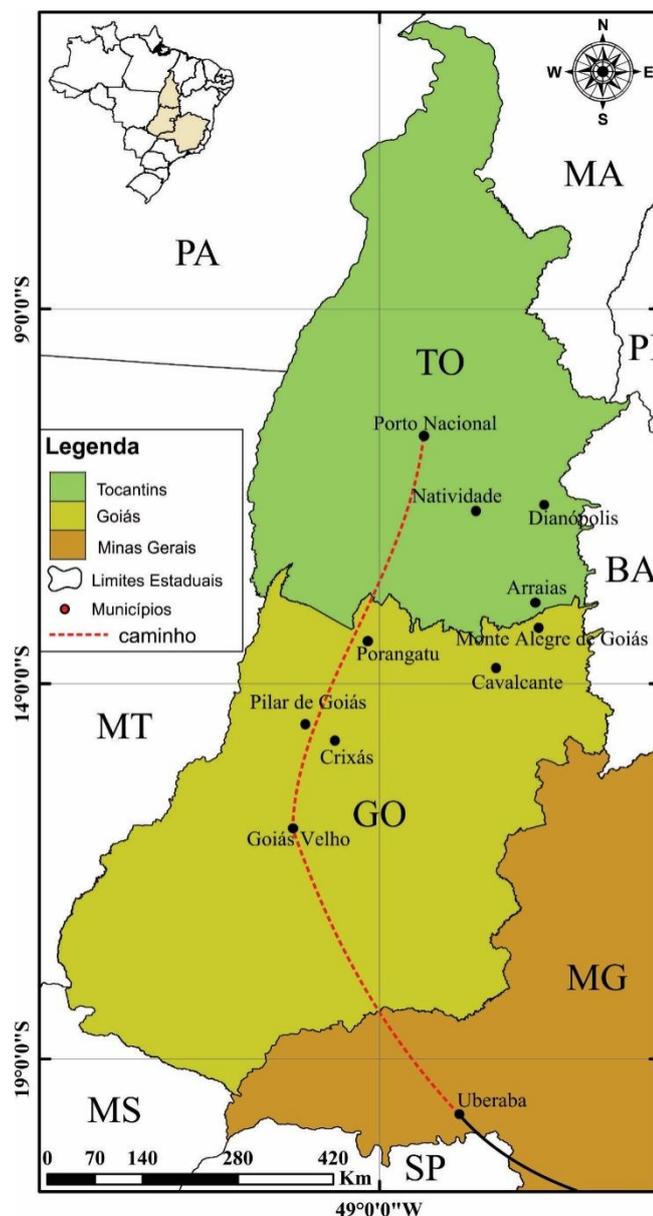
A missão de Porto Nacional foi instalada em sólidas bases, firmou-se, prosperou e “foi ponto de partida para uma atividade propriamente missionária conforme antigo sonho da Ordem no sertão do Brasil Central” (SANTOS, 1996, p. 94). O mapa a seguir ajuda a visualizar a trajetória das três primeiras fundações dominicanas no território brasileiro e na Diocese de Goiás.

³⁶Santa Rosa de Lima, que tinha o nome de Batismo de Isabel Flores, nasceu em 1586 na cidade de Lima, no Peru. O nome de Isabel foi dado a ela em homenagem a sua avó materna, mas foi trocado por Rosa em virtude de uma visão tida por sua criada indígena que, quando a menina tinha apenas três anos, teria visto uma rosa em seu rosto. No dia 10 de agosto de 1606, ela veste pela primeira vez o hábito da Ordem dos Dominicanos, preto e branco, e muda seu nome para Rosa de Santa Maria. Não professou sua fé em conventos ou fazendo parte da ordem, porém morando ainda nas terras de sua família, era uma dominicana terciária, ou uma leiga dominicana. Viveu enclausurada em uma pequena cela separada da casa de seus pais e teve sua vida toda tomada pelo ascetismo e, a proximidade de Deus, era sempre buscada por meio do sofrimento. Era simpatizante dos povos indígenas e sempre submissa a seus pais. Rejeitou diversos casamentos em nome do amor que tinha por Cristo. Morreu em 24 de agosto de 1617 com apenas 31 anos.

Em um curto período de tempo (se considerada a duração média dos processos canônicos), em 12 de abril de 1671, foi declarada Santa da Igreja Católica. O pedido de beatificação foi elaborado logo após sua morte, em 1617, por três seções da sociedade limenha: autoridades oficiais, religiosas (no nome do arcebispo) e pela ordem dominicana. Sendo legitimada e reconhecida tanto pelo poder religioso quanto pelo laico, tendo tantas instituições pressionando em seu favor no Vaticano, era esperado que seu processo fosse mais rápido que o habitual.

O fato de ter intermediado a cura de pessoas de todos os grupos sociais encontrados na capital do vice-reino reforça a ideia de ela ser relacionada com a cidade em si, dando ênfase aqui a tal hipótese em detrimento de sua identificação com o grupo religioso ou com um grupo social específico. É enfatizado seu caráter católico universal, já denotando a possibilidade de ela ser uma santa de alcance internacional, e não apenas regional (CAPPI, 2007, p. 6-7).

Mapa 3 – Fundações Dominicanas no Brasil até 1886



Fonte: Base de dados IBGE, 2014. Adaptado de *Mensageiro do Santo Rosário*, maio de 1952.

No entanto, o que era o antigo norte de Goiás no final do século XIX e início do século XX? Quais as realidades encontradas na cidade de Porto Nacional e nos ‘sertões do Brasil Central’ por onde se embrenharam os dominicanos franceses? Uma pequena matéria do *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro ilustra muito bem a realidade da época:

[...] Havia grande escassez de padres; as paróquias eram enormes e pouco povoadas, faltavam estradas, nem sempre havendo caminhos, mesmo vicinaes; campos incultos, grandes florestas, onde pullulavam animais ferozes, infestadas em alguns logares de índios bravios; caudalosos rios a

atravessar sem o auxílio de uma ponte ou mesmo canôa: eis o terreno agreste e duro em que iam trabalhar estes homens de muita fé e dedicação [...] (Jornal do Comercio, RJ, 1925, p. 328).

O próximo capítulo será dedicado a uma análise do antigo sertão do norte de Goiás e da cidade de Porto Nacional, território da missão dominicana francesa.

CAPÍTULO 2 – A MISSÃO DOMINICANA FRANCESA NO SERTÃO DO ANTIGO NORTE DE GOIÁS

O antigo norte de Goiás e a cidade de Porto Nacional têm como recorte temporal neste trabalho o final do século XIX e as primeiras quatro décadas do século XX. Foi nesse ínterim que a missão dominicana francesa estabeleceu-se, consolidou-se e retirou-se do sertão do norte goiano.

Compreender o sertão no antigo norte de Goiás e suas peculiaridades em relação aos outros sertões espalhados pelo Brasil, bem como o processo de formação da cidade de Porto Nacional às margens do rio Tocantins e seus contextos político, social, econômico e religioso contribui para entender a fundação, a permanência e os trabalhos da Ordem dos Pregadores nessa região.

Com que realidades os missionários dominicanos franceses se depararam ao se instalarem em paragens tão longínquas dos grandes centros e das demais fundações já existentes no Brasil? Como aconteceu a chegada e a fundação da terceira casa de missão dominicana em terras banhadas pelo rio Tocantins? É o que se busca responder neste capítulo.

2.1 O SERTÃO DO NORTE DE GOIÁS: UM LUGAR ESQUECIDO

Em toda a extensão territorial do Brasil, existiram e ainda existem vários sertões. Há quem afirme que o Brasil é um grande sertão ou mesmo que o “sertão está em toda a parte” (ROSA, 1994, p. 4) ou que o “sertão: é dentro da gente” (ROSA, 1994, p. 435).

No entanto é unânime reconhecer a concepção de sertão “como uma região de interior, de criação de gado, desértica, mais ou menos estacionada num passado que se recorda como santuário ou reserva das tradições ancestrais, repositório venerado da linguagem e costumes antigos” (CRISTÓVÃO *apud* SENA, 2011, p. 104).

Os habitantes desses espaços chamados de ‘sertão’ são comumente conhecidos como ‘sertanejos’, alcunha “usada para vaqueiros, camponeses, canoeiros, comunidades de pretos, camponeses sem terra e até favelados. Ou seja, o sertão são os pobres da nação” (SENA, 2011, p. 105).

Pelas definições elaboradas para a categoria de sertão, percebe-se que essa nomenclatura que rotula o espaço em questão, o antigo norte de Goiás, justifica-se quando compreendemos a definição etimológica do termo que tem vários enfoques. Na concepção de Teles (2009, p. 72),

A palavra sertão tem servido, em Portugal e no Brasil, para designar o “incerto”, o “desconhecido”, o “longínquo”, o “interior”, o “inculto” (terras não cultivadas e de gente grosseira), uma perspectiva de oposição ao ponto de vista do observador, que se vê sempre no “certo”, no “conhecido”, no “próximo”, no “litoral”, no “culto”, isto é num lugar privilegiado – na “civilização”. É uma dessas palavras que traz em si, por dentro e por fora, as marcas do processo colonizador.

Na visão de Pimentel (2011, p. 44),

Estes atributos – de que a categoria [sertão], a seu tempo, nasceu impregnada –, remetiam para noções próximas das ideias de “distância”, “terra sem lei”, “lugar povoado de indígenas e feras”, “lugar sem conforto devido ao vácuo de civilização”, “lugar oposto a todas as conquistas a que o litoral permitia ter acesso”, “reino absoluto da liberdade e do desregramento”, “lugar de conquista”, “espaço habitado por bandoleiros e selvagens onde a desordem imperava” etc.

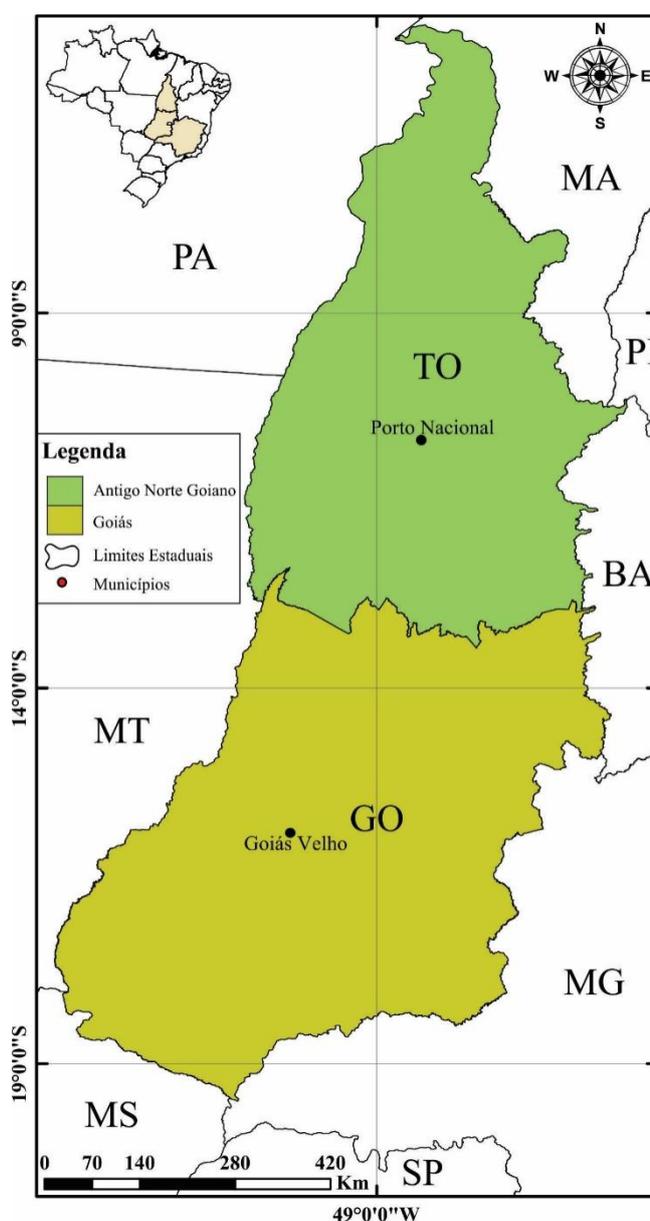
Essas múltiplas visões sobre o ‘sertão’, na concepção de Amado (1995), fazem dele uma categoria especial presente desde sempre no pensamento e no imaginário da sociedade brasileira em todos os recantos da nação e tem sido objeto de estudos e de pesquisas das diferentes áreas do conhecimento, “especialmente no conjunto de nossa historiografia” (AMADO, 1995, p. 145). Além do mais, essa categoria

Está presente desde o século XVI, nos relatos dos curiosos, cronistas e viajantes que visitaram o país e o descreveram, assim como, a partir do século XVII, aparece nas primeiras tentativas de elaboração de uma história do Brasil, como a realizada por frei Vicente de Salvador. No período compreendido entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, mais precisamente entre 1870 e 1940, “sertão” chegou a constituir categoria absolutamente essencial (mesmo quando rejeitada) em todas as construções historiográficas que tinham como tema básico a nação brasileira (AMADO, 1995, p. 145-146).

O antigo norte de Goiás – que desde a constituição de 1988 tornou-se o Estado do Tocantins, conforme o mapa 4 – viveu a riqueza e a pujança econômica no século XVIII em virtude dos grandes centros auríferos que existiram na região, como Pontal, Carmo, Chapada, Natividade, Conceição, Almas e Arraias. Esses ricos

arraiais entraram em decadência com a crise da mineração. Em alguns lugares só sobraram ruínas das cidades. Em outros, a população diminuiu significativamente. Os muitos centros urbanos que existiam e mantinham uma atividade econômica bastante movimentada tornaram-se vilas e povoados que passaram a dedicar-se, em sua maioria, à agricultura e à pecuária, que voltaram a ser as fontes mais seguras para a sobrevivência durante o século XIX (PALACIN, 1990; PARENTE, 2007).

Mapa 4– O antigo norte de Goiás, atual estado do Tocantins



Fonte: Base de dados do IBGE, 2014. Adaptado de Parente(2007).

Assim era o antigo norte de Goiás, ‘entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras quatro décadas do século XX, mais precisamente entre 1870 e 1940’. Esse território era o longínquo, o incerto, o atrasado, o desconhecido, o despovoado, o inculto, o lugar sem conforto devido à ausência de civilização, o lugar de conquista, o contrário do litoral, o isolamento.... “Seriam espaços de fronteiras entre o legal e o ilegal, entre o possível e o impossível, onde tudo se resolvia na base da invenção, de soluções novas, da perseverança e do sonho” (LIONARDI, 1996, p. 310).

Era, em suma, o sertão. Mas um sertão com todas as suas peculiaridades, diferente de outros sertões Brasil afora, apresentados pela literatura nacional, os quais ganharam destaques com obras como a de Euclides da Cunha e Guimarães Rosa, pelo cinema ou pela música de raiz.

O sertão do antigo norte de Goiás, ao mesmo tempo em que se destacava pelas belezas naturais existentes como rios, cachoeiras, serras e o belo cerrado, totalmente inexplorado, apresentava um cenário socioeconômico não muito aprazível. Vivia em uma situação de extremo abandono, “sem nenhuma atenção governamental que pudesse tirá-lo da obscuridade e da situação de penúria em que se encontrava” (OLIVEIRA, 2010, p. 38). Para Oliveira (2010, p. 32-33),

Se aceita a ideia de que no final do século XIX e começo do XX a situação de Goiás era de penúria na economia, nas comunicações e cultura, o quadro para a região norte do Estado no mesmo período, era pior ainda. Pelos escritos de viajantes que por lá se aventuraram, livros de dominicanos que lá se estabeleceram, escritores locais, a imprensa da cidade e outras fontes, pode-se ter a ideia das inúmeras dificuldades a que estavam sujeitos os habitantes da região.

Isso será bem ponderado por Cavalcante (2003) em seu trabalho sobre o discurso e o movimento autonomista do Tocantins. Ao analisar o *Pobre norte! Esquecido pelos poderes públicos*, a partir de um periódico publicado em Porto Nacional de 1891 a 1894, intitulado de *Folha do Norte*, a autora pontua as denúncias feitas pelo boletim, da lastimável situação de abandono político administrativo do norte goiano, que sofria com a falta de ‘tudo’ e o abuso dos impostos que em ‘nada’ beneficiavam a região. Em um trecho, é narrado:

Aqui não há estradas, apenas trechos; quando um habitante dos nossos sertões viaja pelo estado, vindo no sul e nas imediações da capital aquelas largas, munidas de boas pontes sobre todos os rios caudalosos, lendo

também nos jornais de Goyaz as despesas feitas em consertos de estradas e pontes e nada fazendo para o Norte, lastima-se da sorte e vai até desejar que seu torrão natal fosse pertencente ou à Bahia ou ao Maranhão, ou ao Pará. Talvez de lá viessem alguns melhoramentos à sua sorte, alguns benefícios à sua indústria, algum auxílio às suas empresas (FOLHA DO NORTE, 16/5/1891 *apud* CAVALCANTE, 2003, p. 52-53).

Explicita-se aqui a dicotomia entre o sul de Goiás ‘próspero’ e a triste realidade do norte ‘pobre e esquecido’ do final do século XIX e início do século XX. Mesmo o advento da República, em 1889, não favoreceu a mudança desse cenário. A expansão econômica que chegou aos demais estados do centro-sul do Brasil e, aos poucos, ao sul de Goiás não chegou ao antigo norte goiano. Situação que se arrastou até a criação do Estado do Tocantins pela Constituição Federal de 1988³⁷ (CAVALCANTE, 2003).

A realidade sofrível do sertão do antigo norte de Goiás foi registrada por muitas pessoas e de muitas formas: na imprensa local, como se viu; no registro de viajantes e cronistas estrangeiros, que peregrinaram pela região, como o francês August Saint-Hilaire, o austríaco Johann Emanuel Pohl, o inglês George Gardner (GARCIA, 2010); nos relatórios de alguns presidentes da província como Couto de Magalhães e Leite de Moraes (GARCIA, 2010); nos relatórios de médicos e cientistas brasileiros, como de Belisário Penna e Arthur Neiva (CAIXETA, 2011); nas anotações de viajantes, de aventureiros e de juizes, como o de Mello Franco em 1878 (GARCIA, 2010); e em escritos de missionários religiosos que viveram na região por longas décadas, como o frade dominicano José Maria Audrin, que produziu uma significativa obra intitulada *Os sertanejos que conheci*, em que descreve o sertão tocantinense das primeiras décadas do século XX e as condições de vida, o cotidiano e a mentalidade do sertanejo dos vales dos rios Tocantins e Araguaia (AUDRIN, 1963).

Por esse grande sertão tocantinense, isolado e esquecido, vivia o ‘sertanejo’, diferenciado dos sertanejos das demais regiões brasileiras, assim como a própria categoria de sertão. O “nosso sertanejo”, expressão utilizada por Audrin (1963, p. 8), era marcado, principalmente, pela solidão, pelo isolamento, conformismo e pela acomodação, além de ser tratado como “mestiço, fraco, pacato, indolente e rude, uma espécie de ícone do espaço/vastidão/isolamento” (GARCIA, 2010, p. 98).

³⁷ Vale ressaltar que a criação de Brasília (1960) e da rodovia Belém-Brasília (década de 1960 e 1970) favoreceram a comunicação do antigo norte de Goiás com o sul do estado de Goiás e demais estados da região centro-sul e com os estados do Maranhão e do Pará.

Características como descuidado, risonho, alegre, tranquilo e, também, de preguiçoso pesaram sobre o sertanejo dessas paragens.

Cunha Matos, em 1824, afirmou que os moradores do norte da província de Goiás não se davam à prática da agricultura puramente por preguiça (MATOS *apud* OLIVEIRA, 2010, p. 33). O juiz de direito Mello Franco registrou, em 1878, que a preguiça entre os sertanejos ribeirinhos era invencível e “agia como um torpor, capaz de paralisar as faculdades físicas e também as mentais” (FRANCO *apud* GARCIA, 2010, p. 96).

No entanto essa imagem do sertanejo do antigo norte de Goiás foi supostamente confirmada pela expedição médica científica de Penna e Neiva em 1912, rotulando os habitantes da região como preguiçosos, foi desconstruída pelo missionário dominicano Frei José Maria Audrin na obra citada. Audrin, que conviveu quase cinco décadas entre os sertanejos dos vales dos rios Tocantins e Araguaia, desconstruiu as visões daqueles que não conheceram, que pouco conviveram e que se equivocaram ao apresentar conclusões precipitadas sobre os sertanejos (CAIXETA, 2011, p. 144).

Audrin (1963, p. 8-9) contextualiza muito bem o ‘nosso sertanejo’, enfatizando que, apesar de pobres, se diferem do sertanejo rotulado pejorativamente. Para ele, os sertanejos do Tocantins

[...] não vegetam em recantos desolados, onde crescem apenas mandacarus, rasga-gibões e xiquexiques. Não são vítimas de secas periódicas que aniquilam criações, inutilizam lavouras e obrigam-nos a expatriar-se à procura do “Inferno Verde”. Não estão sujeitos a lamentável necessidade de disputar o gado e outros animais a água escassa das cacimbas. Não pensem os leitores que nossa gente do interior seja a massa de retirantes que temos visto, com compaixão, desembarcar nas plataformas das estações Roosevelt ou Pedro II, com destino aos cortiços da Pauliceia ou às favelas da cidade Maravilhosa. São pobres, na verdade, porém asseados; não andam esfarrapados e esfomeados [...] São livres; vivem e pelejam num país de florestas, de verdes campinas e várzeas, onde correm águas permanentes, onde o solo é rico e fartas as pastagens, onde nunca faltam caças nas matas, onde rios e lagos são piscosos.

Afirma, também, que é

Impossível compreender a mentalidade do nosso sertanejo se não se levam em conta essas raízes atávicas³⁸. Vemo-lo hoje, fatalista, supersticioso,

³⁸ Na visão de Audrin (1963, p. 106), para saber bem do sertanejo do Tocantins e do Araguaia, era preciso levar em consideração que seus “componentes raciais tenham deixado visível o seu vestígio na alma de nossos sertanejos. Do africano alguns possuem a robustez, a indolência, a sobriedade, a

despreocupado; amanhã, ei-lo corajoso, cuidadoso ao extremo; num dia, sóbrio, capaz de suportar todas as privações, no outro, entregue aos excessos [...] Desses múltiplos e impressionantes contrastes vamos tentar fixar ao menos alguns aspectos, utilizando-nos de tudo o que nos foi dado observar (AUDRIN, 1963, p. 106).

E das observações e vivências de Audrin entre os sertanejos, experimentando cotidianamente por longos anos as vicissitudes do sertão, ele concluiu que

A resistência física é a primeira qualidade do nosso povo. Manifesta-se por inesperada capacidade de suportar fadigas, privações [...] Inesperada, dizemos, porque a fisionomia, em geral, pouco robusta, indicaria, antes, má disposição para o esforço e para a aceitação estóica da dor. Facilmente, o julgaríamos anemiado e abatido, notando por exemplo, o seu hábito – fora das horas de peleja – de conservar-se sentado ou deitado na rede, de ficar de cócoras, ou recostado, com certa moleza, numa parede ou num apoio qualquer. Puro engano, entretanto, como no-lo prova, cada dia, a sua pertinaz atividade na lavoura e a sua intrepidez nas caçadas e viagens (AUDRIN, 1963, p. 106).

E continua descrevendo que

O sertanejo não é dorminhoco, nem mesmo quando criança. Levanta cedinho depois de ter deitado tarde. Ainda escuro, escutamos os homens ralando mandioca ou moendo cana no engenho, enquanto as mulheres batem, ativas, o algodão que pretendem fiar durante o dia. Apenas clareia o céu [...] ei-los a pelejar dentro e em torno dos currais ou da caiçara, apartando bezeros, tirando leite das vacas e logo depois, sentados perto da porteira do curral quebrando o jejum com punhados da farinha de mandioca ensopada no leite, a fim de poder, antes de raiar o sol, seguir para a roça, o campo ou a viagem (AUDRIN, 1963, p. 106-107).

Outras visões sobre o sertanejo foram sendo construídas. O relato de Couto Magalhães (*apud* GARCIA, 2010, p. 99) é bastante expressivo, quando afirma que

O gado dá-lhes em abundância carne, leite, coalhada, queijo, raras vezes usam de manteiga; plantam à roda da casa um pouco de mandioca, que lhes ministra o pão indispensável, ou seja em farinha, ou assada, ou cozida; plantam igualmente, em roda de casa, touças de cana-de-açúcar, que batem, torcem à mão, e em cujo caldo cozinham o mate, ou congonha, que cresce ao longo de todos os arroios; o peixe e a caça são abundantíssimos; faz-se roupa com as peles de bezerro e com algodão que lhes cresce nas roças e que é fiado e tecido pelas mulheres; de modo que, a não ser o bocado de ferro que necessitam comprar em forma de faca ou freio, tudo mais lhe é fornecido pela natureza, com tão pouco trabalho [...].

simplicidade e docilidade, como também forte tendência ao fatalismo. Outros guardam do índio a astúcia e desconfiança, a agilidade e a acuidade dos sentidos. O longínquo ancestral europeu transmitiu-lhes a tenacidade, a coragem, certos gostos artísticos e também certas fraquezas”.

Na vida do ‘nosso sertanejo’, pouco conforto havia, apesar de nada lhe faltar. “O dinheiro que poderia dispensar do trabalho da terra, não existe, praticamente, no sertão” (AUDRIN, 1962, p. 43). O que se produzia na roça, no chiqueiro e no curral garantia a sobrevivência. A roupa era simples e modesta. Comprava-se o sal e o ferro. Os remédios eram oferecidos pela natureza: o cerrado, a horta e os benzedores se encarregavam disso. Leitura quase não existia e na necessidade de se ler uma carta ou mesmo respondê-la buscava-se o vizinho mais próximo (GARCIA, 2010, p. 101).

Assim, o sertão do antigo norte de Goiás é diferente. Apesar do cenário desolador, como o apresentado pelo periódico Norte de Goyaz, no início do século XX, quando noticia que “a região norte tem permanecido segregada dos grandes centros de vida e progresso, sem a mínima e mais leve comunhão de vantagens e benefícios prodigalizados ao sul de Goiás” (NORTE DE GOYAZ, n. 21, 1906), marcado pelo isolamento e esquecimento apresentando um quadro de involução social, de atraso econômico e de subdesenvolvimento (PALACIN, 1990. p.9), é um sertão repleto de belezas e de riquezas naturais, “onde vivem e pelejam, não apenas resignados, mas ainda corajosos e alegres” (AUDRIN, 1963, p. 5), o esperançoso e batalhador homem do norte.

Na imensidão do território sertanejo do antigo norte de Goiás do final do século XIX, entre os vales dos rios Tocantins e Araguaia, apesar de sofrer com os reveses desse sertão, encontrava-se a cidade de Porto Nacional, um dos melhores panoramas nortenses.

2.2 PORTO NACIONAL: UMA CIDADE RIBEIRINHA NO SERTÃO

No coração do sertão, serpenteado pelo rio Tocantins, tem destaque a cidade de Porto Nacional, o porto do sertão, “o núcleo urbano mais dinâmico do antigo norte de Goiás” (OLIVEIRA, 2010, p. 84).

“Porto que era Real, passou a Imperial hoje é Nacional³⁹”, é um dos 139 municípios da mais nova entidade federativa do Brasil, o estado do Tocantins, criado pela Constituição Federal de 1988. No entanto suas origens remontam ao final do

³⁹ Início da letra de um hino sobre Porto Nacional.

século XVIII, à margem direita do rio Tocantins, “motivo e causa da existência da cidade⁴⁰”.

Naquele contexto, Porto Nacional teve sua gênese em virtude de outras duas prósperas povoações, núcleos de mineração do norte da antiga província de Goiás. Do lado direito do rio Tocantins, Monte do Carmo⁴¹, e do seu lado esquerdo, Bom Jesus do Pontal⁴². Entre esses dois núcleos populacionais, “em um ponto estratégico, instalou-se um passador que, com sua canoa, fazia o intercâmbio entre estes dois povoados” (OLIVEIRA, 2010a, p. 20).

Durval Godinho⁴³ (1988, p. 10) afirma que

O ponto escolhido pelo destemido barqueiro Felix Camoa, de origem portuguesa, ficava entre duas ilhas, à margem direita do rio, num plano elevado [...] Não tardou que a ideia de Camoa fosse aproveitada também por outras pessoas [...] E assim, na última década do século XVIII e alvorecer do século XIX, diversos barracões foram se aglomerando onde passaram a residir pequenos agricultores, pescadores, fabricantes de barcos para o escoamento do ouro para Belém do Pará e transportadores de carga e mercadorias para Carmo, Pontal e para o presídio de “Matança⁴⁴” instalado próximo de Pontal.

Dessa forma, aos poucos, Porto Nacional, “nos primeiros anos do século XIX, já era um núcleo de certa importância graças a influência da aqua-via⁴⁵ do Tocantins e sua privilegiada localização entre os dois ricos povoados do Carmo e Pontal”(sic) (GODINHO, 1988, p. 10). No entanto a decadência do ouro empobreceu esses dois arraiais e impulsionou o surgimento do pequeno povoado às margens do rio Tocantins.

⁴⁰ Slogan exposto na parede de fundo da Câmara Municipal de Vereadores de Porto Nacional junto a uma ilustração do Rio Tocantins.

⁴¹ Fundado em 1741 pelo bandeirante Manoel de Souza Ferreira. Localizado à margem direita do Rio Tocantins dista 42 km de Porto Nacional (GODINHO, 1988, p. 51-54). “[...] ao pé da serra do mesmo nome. Lugar também de mineração ativa nas antigas éras. Até hoje subsistem no Carmo sólidos prédios levantados por ricos Portugêses (sic) em torno da igreja, dedica(sic) a Nossa Senhora do Monte do Carmo [...]” (AUDRIN, 2007, p. 61).

⁴² Fundado em 1738 pelo bandeirante Manoel de Souza Ferreira. Localizado à margem esquerda do Rio Tocantins está a 12 quilômetros de Porto Nacional (GODINHO, 1988). “Foi lugar de muita riqueza e prosperidade na segunda metade do século XVIII. O ouro abundante [...]” (AUDRIN, 2007, p. 60). Atualmente só existem as ruínas desse arraial.

⁴³ Estimado professor portuense. Memorialista que compilou informações sobre a cidade e publicou uma obra intitulada *História de Porto Nacional* em 1988.

⁴⁴ Local de extração abundante de ouro, nas proximidades do arraial do Pontal (GIRALDIN, 2002, p. 137).

⁴⁵ Vias fluviais ou marítimas utilizadas para transporte e comunicação.

Na tradição oral do povo portuense, existe um mito fundador da cidade. Mito que serve como elemento formativo da identidade desse povo, que permanece até hoje na tradição oral da população. Diversos autores como Audrin (2007), Godinho (1988), Maya (2003), Oliveira (2010), Oliveira (2010a), Brasiliense (1954) e outros narram o abandono de Bom Jesus do Pontal após um massacre dos habitantes desse arraial pelos índios Xerente. Os sobreviventes teriam atravessado o rio e alcançado o aglomerado populacional iniciado por Felix Camoa e que, para eles, seria como um 'porto da salvação'⁴⁶ e ficariam protegidos de outros possíveis ataques.

Interessante ressaltar que os moradores fugitivos de Pontal preferiram ficar às margens do rio a se refugiarem no arraial do Carmo, porque "entre uma localidade arrasada [Pontal], e outra em decadência [Carmo], estava a terra ingênua [...]. Bonito lugar para começar uma cidade. Construiria ranchos ao lado da choça do passador" (*sic*) (BRASILIENSE *apud* OLIVEIRA, 2010, p. 20).

Em referência a esse mito fundador, o antropólogo Odair Giralдин apresenta outra interpretação. Afirma que, de fato, o massacre aconteceu, por volta de 1810, mas não em Pontal, e sim no ribeirão da Matança, onde moradores do Pontal garimpavam. Todavia o fato deve ter marcado os habitantes do arraial que, em virtude do medo de novos ataques e da decadência do garimpo, aos poucos foram abandonando Pontal e mudando-se para o destacamento de Porto Nacional, que crescia nas pequenas atividades comerciais e na navegação pelo rio Tocantins (GIRALDIN, 2002; OLIVEIRA, 2010a; MESSIAS, 2012).

No entanto, mesmo com essa outra interpretação, que é resultado de uma pesquisa documental de Giralдин, o que permanece, e é passado de geração em geração entre os moradores da cidade, é justamente o que se constitui como identidade cultural do povo portuense, o massacre de 'brancos' por povos indígenas,

⁴⁶ Esse termo faz parte da tradição oral do povo católico portuense e foi redigida por Durval Godinho em sua obra fazendo referência a uma imagem de Jesus Crucificado que, até os dias atuais, encontra-se na Catedral Diocesana de Porto Nacional. Essa imagem, de Bom Jesus do Pontal, seria a única herança trazida dos habitantes do Pontal para o núcleo populacional formado à margem direita do rio Tocantins, Porto Real. "Era o Bom Jesus padroeiro da antiga vila do Pontal, que outrora teve os seus dias de fausto, brilhantes na opulência a sua Capela e os seus devotos. Um dia, surpreenderam-se os índios que fizeram da vila um vasto cemitério. Os pontalenses que sobreviveram à hecatombe emigraram para Porto Nacional [...] Nesse tempo emigrara também o santo" (GODINHO, 1988, p. 207).

ideia que se sedimentou facilmente entre a população, pois os conflitos étnicos eram constantes na região (OLIVEIRA, 2010a, p. 86).

Assim, com a crise econômica e populacional dos dois arraiais, Bom Jesus do Pontal e Nossa Senhora do Carmo, Porto Nacional foi quem mais se beneficiou. De um recebeu a população, de contingente desconhecido, e de outro a sede de julgado⁴⁷, em 1810 (OLIVEIRA, 2010; MESSIAS, 2012).

Dessa forma,

Porto Nacional tornou-se rapidamente importante povoação, graças aos sobreviventes do Pontal e outros elementos vindos do Carmo. Seus primeiros moradores souberam logo aproveitar as vantagens da grande artéria fluvial, tornaram-se arrojados navegantes e iniciaram as longas e perigosas viagens anuais, até Palma e o Alto-Tocantins, de onde desciam carregados até Belém do Pará (AUDRIN, 2007, p. 61).

Durante todo o século XIX, Porto Nacional foi destaque na região norte da província de Goiás. Nos registros de viajantes, poetas e historiadores, o núcleo populacional às margens do Rio Tocantins sempre teve um espaço que lhe foi peculiar.

Em 1824, Cunha Matos (*apud* OLIVEIRA, 2010a, p. 87) descreveu Porto Nacional de forma bastante positiva, não poupando elogios à cidade, afirmando que

A situação do Arraial é a melhor que se pode desejar: plana, sadia, eminente às maiores cheias do rio; [...] tudo neste aprazível arraial é novo; pode ser o empório de todas as riquezas do centro do Brasil, e tem um excelente terreno para levantar uma cidade mais extensa do que qualquer das mais famosas do universo.

Esses elogios de Cunha Matos, somados à visão do sertanejo proposto por Audrin, desmistificam o espectro pejorativo e generalizado de que a região norte, além de pobre, é composta por uma população preguiçosa e esfomeada. Corroboram para isso as diversas atividades econômicas desenvolvidas no sertão, entre elas a navegação.

⁴⁷ A palavra provém do latim *judicatum* e faz parte da organização jurídica portuguesa. Era uma “povoação que ainda não alcançara os privilégios de uma vila, nem possuía pelourinho, mas era dotada de tribunais e juizes” (BOTELHO, 2008, p. 116). No caso, as ouvidorias de Goiás estavam divididas em julgados, com distritos delimitados legalmente, com sede em um arraial, onde ficavam o conselho de julgado, o juiz ordinário, ou juizes ordinários e o comandante. Os conselhos, além de lançarem posturas, eram o foro de representação das populações (SILVA *apud* OLIVEIRA, 2010, p. 52, *nota de rodapé*).

Em sua trajetória política, Porto Nacional foi elevado à categoria de Vila⁴⁸ pelo decreto de 14 de novembro de 1831, com o nome de Porto Imperial. De acordo com Godinho (1988, p. 29), os fatores que motivaram a elevação de Porto à categoria de vila foram “o declínio progressivo da mineração nos aglomerados vizinhos, o desaparecimento de Pontal e o incremento da navegação do Tocantins proporcionadora de ativo comércio com a praça de Belém do Pará” (*sic*).

Em 1861, Porto é elevado à categoria de cidade pela Lei n. 333, de 13 de julho daquele ano, com uma população total de 4.313 habitantes, sendo 3.897 pessoas livres e 416 escravos (GODINHO, 1988; OLIVEIRA, 2010). Na visão de Godinho (1988, p. 31), esse fato se dá em virtude das “condições econômicas de Porto” que “impunham a necessidade de uma gerência atuante e decisiva de um governo local mais aparelhado, capaz de disciplinar a vida pública da laboriosa sociedade. Nasceu, então, o município de Porto Imperial, ou melhor, instalou-se o governo municipal” (A INFORMAÇÃO GOYANA *apud* CAIXETA, 2011, p. 41). Dourado (2010, p. 82) acrescenta que

[...] foi no contexto oligárquico de advento da República que, por meio do Decreto n. 2, de 30 de dezembro de 1889, o nome da cidade de Porto Imperial perdeu o complemento “Imperial”, passando a denominar-se somente pelo seu primeiro nome “Porto”. A atual denominação, “Porto Nacional”, veio por meio de representação dos habitantes locais, sendo confirmado pelo Decreto n. 21, de 27 de março de 1890, que foi assinado pelo presidente do Estado, Rodolfo Gustavo da Paixão.

A importância que Porto Nacional alcançou na região norte de Goiás entre os séculos XIX e XX ocorreu em virtude de sua posição estratégica à margem do rio Tocantins, “via de comunicação com outros centros comerciais como o Pará, numa época em que não havia estradas na região” (OLIVEIRA, 2010, p. 14).

A intensificação do comércio fluvial pelo Rio Tocantins a partir de Porto Nacional durante o século XIX fez dessa cidade o mais importante centro comercial da região. Era considerada “o ponto do mais importante escambo comercial do norte goiano, pois dali partiam nada menos de trinta embarcações anualmente para o mercado do Pará e para ali convergiam as tropas de todos os municípios da zona norte de Goiás” (GODINHO, 1988, p. 188).

⁴⁸A categoria de vila significava dizer a “sede do município”, já que naquela época vila equivalia ou implicava instituição dos órgãos de administração municipal, ou ainda, era considerada a “sede autônoma de administração” (ATI, 1979 *apud* DOURADO, 2010, p. 36, nota de rodapé).

Ao escrever sobre o cotidiano em Porto Nacional do final do século XIX, Oliveira (2010) destaca o posicionamento da historiadora Dalísia Doles (1973) sobre o contingente de pessoas empregadas na navegação no Rio Tocantins. Porto Nacional é enfatizado nesse contexto, pois se apresentava, entre as cidades da região, com maior número de empregados. Ela afirma que

O comércio pelo Tocantins já representava para as populações do norte, no ano de 1850, uma atividade constituída de sorte que, à época, o número de pessoas empregadas a seu serviço, para as quais a navegação representava uma profissão, ascendia a ordem de 400 a 500, distribuídas pelas diversas povoações: de Palmas, 50 pessoas; De Peixe, 50 pessoas; De Santa Clara, 30 pessoas; De Porto Imperial 150 pessoas; De Carolina, 100 pessoas; De Boa Vista 100 pessoas (DOLES *apud* OLIVEIRA, 2010, p 53).

Além do mais, há uma convergência das atenções comerciais para Porto Nacional em virtude do comércio fluvial. Outras cidades do sertão do norte de Goiás não banhadas pelo rio Tocantins, como Natividade e Duro (Dianópolis), que já mantinham relações comerciais com a Bahia por via terrestre, “dependiam dos botes de Porto Nacional para o comércio com a região norte” (OLIVEIRA, 2010, p. 53).

A atividade de navegação nas décadas finais do século XIX e nas iniciais do século XX movimentou esta cidade, deixando sua vida comercial e social bem animada. “A posição estratégica de Porto Imperial, situada à margem do Rio Tocantins, proporcionou sua retirada da condição de isolamento, de maneira que viesse a se tornar um dos principais centros culturais da região norte do Estado de Goiás” (DOURADO, 2010, p. 34). A navegação pelo rio Tocantins impulsionou a vida sertaneja de Porto Nacional que, “embora fosse uma cidade situada em uma região geograficamente isolada e desprovida de recursos, com predominância da zona rural sobre a urbana, havia uma penetração da cultura burguesa na sociedade, principalmente via rio Tocantins” (DOURADO, 2010, p. 20).

Essa cultura burguesa expressava-se no contato direto que os moradores de Porto e aqueles que para lá se deslocavam, estimulados pelo comércio à beira rio, tinham com uma cultura diversificada não só de outras regiões brasileiras, mas também do velho mundo. Audrin (1963, p. 74-75) relata que a pequena elite sertaneja formada de coronéis fazendeiros e suas famílias trajavam as últimas novidades da Europa e da América. Dourado (2010, p. 34-35) destaca a “importância do contato com as informações dos acontecimentos no Brasil e no exterior, de forma

que esses fomentaram a mudança paulatina em alguns hábitos cotidianos e na visão de mundo das famílias portuenses”. Consequências da navegação pelo Rio Tocantins.

No entanto a força da economia portuense não se alavancou em virtude da navegação. Consta que já nas primeiras décadas do século XX o número de embarcações dedicadas ao comércio fluvial entra em decréscimo. Não existiam incentivos governamentais para tal e os investimentos eram, em sua maioria, da iniciativa privada, de fazendeiros e coronéis locais que se tornavam barqueiros. Na verdade,

[...] a navegação continuou sendo o principal meio de **comunicação** e de **transporte** para Porto Nacional e região [...] Ao mesmo tempo em que o rio Tocantins foi importante como propiciador de desenvolvimento econômico e integrador da região com o norte do país, a convivência diária dos portuenses com ele influenciou na construção da identidade desse povo [...] (OLIVEIRA, 2010a, p. 90, grifo nosso).

Economicamente, a cidade viveu bons tempos propiciados pelo comércio fluvial, no entanto a base de sua economia, predominantemente, foi a de subsistência. O que comprova o relatório da missão médica e científica de Arthur Neiva e Belisário Pena(*apud* CAIXETA, 2011, p. 42), em 1912:

A economia da cidade estava baseada no comércio de gado, fumo, couro e cereais, transações eram feitas, principalmente com Barreiras na Bahia – por meio das tropas – e com Belém do Pará – pelos batelões e iguaritês [...]. Na época da colheita os gêneros essenciais como o arroz, feijão, farinha e milho eram levados pelos produtores locais e vendidos diretamente aos habitantes da cidade ou aos comerciantes locais.

Porto Nacional destaca-se em seu papel preponderante no desenvolvimento do sertão do antigo norte de Goiás no decorrer dos séculos XIX e XX por vários motivos: sua localização privilegiada às margens do rio Tocantins, o que favoreceu a atividade comercial; a presença de um médico, filho de Porto Nacional, Francisco Aires da Silva, que após os estudos no sul do Brasil retornou para a cidade em 1899, onde exerceu sua profissão⁴⁹ e destacou-se, também, como professor e jornalista, elegendo-se deputado federal por Goiás entre os anos de 1914 a 1930; o desenvolvimento da imprensa local com a difusão de alguns periódicos, como a

⁴⁹De acordo com Júlio Paternostro (1945), “em 1935, no norte de Goiás ou, em 2/3 da superfície do Estado a única localidade que possuía médico era Porto Nacional” (OLIVEIRA, 2010, p. 92).

Folha do Norte, editada de 1891 a 1894, *O Incentivo*, editado entre 1901 e 1902 e o *Norte de Goyaz*, publicado entre 1905 a 1912; a gênese e a fomentação dos movimentos políticos que percorreram todo o século XX e pleiteavam a autonomia da região e a criação do estado do Tocantins; e, enfim, o estabelecimento e a atuação da Ordem dos Pregadores.

Todas essas atividades e presenças renderam à cidade de Porto Nacional alguns títulos significativos, ao longo do século XX, como “Rainha do Norte e Princesa do Sertão” (OLIVEIRA, 2010a, p. 95), “oásis no sertão” (CAIXETA, 2011, p. 45) e “capital cultural do norte de Goiás” (MESSIAS, 2012, p. 24).

O Anuário Histórico Geográfico e Descritivo do Estado de Goiás para o ano de 1910 confirma tais características de Porto Nacional e de sua gente, quando afirma que

[...] esta cidade, uma das mais adiantadas a todos os pontos de vista, é o centro, a cabeça que rege, o coração que manda seus effluvios vitais a essas regiões nortenses, de todo o Brasil as mais afastadas dos grandes centros commerciaes e civilizadores. [...] O povo da cidade é culto e brioso [...] (*sic*) (GOYAZ, 1910, p. 187-188).

Foi nessa cidade ribeirinha cheia de singularidades, em pleno sertão tocantinense, que se instalaram e atuaram por mais de cinco décadas os Missionários Dominicanos Franceses e que há 110 anos as Irmãs Dominicanas de Monteils mantêm funcionando o Colégio Sagrado Coração de Jesus.

A chegada dos religiosos dominicanos franceses às terras banhadas pelo rio Tocantins deu-se no contexto do sertão abandonado e esquecido pelo poder público nacional e goiano e em meio a um impulso de desenvolvimento provocado pela navegação. A partir de um plano estratégico da Igreja Diocesana de Goiás, depois de uma longa e difícil viagem, aportaram no chão de Felix Camôa, protegido por Nossa Senhora das Mercês, no dia 20 de maio de 1886.

2.3 O CENÁRIO ECLESIAL E RELIGIOSO DO ANTIGO NORTE DE GOIÁS E DE PORTO NACIONAL NO FINAL DO SÉCULO XIX

A missão religiosa dominicana em Porto Nacional era para a Igreja de Goiás um plano estratégico. Se o antigo norte de Goiás vivia esquecido pelas autoridades

governamentais e isolado em virtude da mínima estrutura de mobilidade que servia o sertão, a situação não era diferente no que se referia ao pastoreio eclesiástico católico.

Como contextualizado no capítulo anterior, o bispo Claudio empreende uma longa e cansativa viagem pastoral ao norte de sua diocese, em 1883, e atinge as margens do rio Tocantins. Cena raríssima no contexto católico do norte de Goiás. Poucas vezes, os nortenses contemplaram a figura de um bispo.

Esporádicas visitas pastorais levaram a hierarquia da Igreja às terras sertanejas das margens do Tocantins e do Araguaia. Dom Joaquim Gonçalves de Azevedo, o terceiro bispo de Goiás, de 1865 a 1876, entrou em sua diocese pela região norte, “[...] percorrendo as pequenas povoações ribeirinhas das bacias do Tocantins e Araguaia [...] de Belém, pelo Tocantins via Araguaia até a Ilha de Sant’Ana do Bananal, por Santa Rita a Goiás” (SILVA, 2006, p. 210-211). Esse mesmo bispo retorna às paróquias do norte quando empreende outra viagem à Belém, em 1869.

A presença da Igreja no antigo norte de Goiás durante o século XIX está reduzida à atuação de alguns poucos padres do clero diocesano⁵⁰ de Goiás e outros que foram enviados pela coroa no regime de padroado. Muitos desses sacerdotes dividiam suas preocupações e seu tempo com o cuidado das ‘coisas sagradas’ e das ‘coisas mundanas’. Uma situação que bem exemplifica isso foi o concubinato clerical: “boa parte ou a maioria dos sacerdotes goianos deste período [século XIX], que deveriam ser protótipos da uniformização sacramental da Igreja (...), formaram famílias à margem dos códigos do celibato” (MOREIRA, 2010, p. 12). Esses fatos alcançavam o clero que atendia a Porto Nacional, Monte do Carmo, Natividade, São José do Duro, Arraias e demais vilas, povoados e cidades do sertão nortense de Goiás.

Retornando a um passado de glórias, no período aurífero do século XVIII, muitos padres se comportavam como verdadeiros fazendeiros. Possuíam um número excessivo de escravos, muitas riquezas, como minas de ouro, terras e gado, como o

⁵⁰ Homens ordenados, sacerdotes católicos, que pertencem a uma diocese e são submissos diretamente ao bispo diocesano. Diferentemente do clero regular, que são os sacerdotes católicos membros de ordens e congregações religiosas, os membros do clero diocesano são responsáveis pelas paróquias de uma diocese, não vivem em comunidade, mas sozinhos, residindo em casa própria ou nas casas paroquiais. Os membros do clero diocesano ou secular, como são conhecidos, fazem diante do bispo somente o voto de obediência, enquanto os membros do clero regular fazem diante seus superiores os votos de castidade, pobreza e obediência.

famoso e legendário Padre Faustino da Gama, em Monte Carmo. Sobre ele, Audrin (2007, p. 61) que

[...] foi nomeado pela Rainha Maria de Portugal, e cujo retrato grosseiramente pintado aparece numa das paredes da capela-mór. Dono de lavras riquíssimas, residia em prédios magníficos, perto de seus lavradores e escravos. Nos domingos e festas, conta a tradição local, paramentava-se em casa [...] tomava assento em uma liteira suntuosa carregada por cativos, e assim escoltado, dirigia-se para o templo [...] ao apelar no ádro, puxava por uma vasta tabaqueira e oferecia aos componentes do brilhante cortejo uma pitada, não de tabaco, mas de ouro em pó (sic).

Além da presença do clero secular, a Igreja dessa região foi atendida, a partir de 1840, com a presença dos religiosos capuchinhos, destacados pelo Império brasileiro para a região “[...] com a função de realizar a catequese e civilização dos povos indígenas” (GIRALDIN, 2002, p. 5). Para realizar essa ação missionária em Goiás,

[...] estavam Frei Rafael de Taggia (entre os Krahô, em Pedro Afonso), Frei Segismundo de Taggia (entre os Karajá e Xavante), Frei Antônio de Ganges (entre os Xerente em Piabanha [atual Tocantínia]), Frei Francisco do Monte São Vitor (entre os Apinaje em Boa Vista [atual Tocantinópolis]) e Frei Savino de Rimini (entre os Karajá-Xambioá) (GIRALDIN, 2002, p. 5-6).

A presença desses frades entre os índios, em virtude de uma visão precipitada que tinham em relação a esses povos, contribuiu para um processo de perda da identidade e da cultura dessas etnias. Amoroso (*apud* GIRALDIN, 2002, p. 8) destaca que

Os Capuchinhos acreditavam também em três ideias básicas sobre os índios: (a) na premissa da incapacidade intelectual dos índios para a aprendizagem; (b) na constatação da irreducibilidade dos índios (sua incapacidade para mudanças); (c) que o estágio de selvageria não permitiria o aprendizado, mas apenas a imitação (sic).

Além do trabalho com os povos indígenas, os padres capuchinhos se destacaram em diversas outras atividades de cunho social, político e religioso. Consta que um desses frades, Frei Antonio de Ganges, fundador da cidade de Piabanhas, hoje Tocantínia, prestou atendimento eclesiástico em Porto Nacional no ano de 1875 (PEDREIRA, 2014, p. 14), em virtude da carência de eclesiásticos para a região, que contava com uma população considerável.

Desde sua fundação, Porto Nacional contou com um templo. O primeiro, improvisado. Talvez coberto de palhas com características bem rústicas. No entanto, aos poucos, ganhou uma capela um pouco mais estruturada, dedicada a Nossa Senhora das Mercês e pertencente à paróquia de Nossa Senhora do Monte do Carmo⁵¹.

Em virtude do destaque que Porto Nacional ganhava no cenário regional tocantinense da época em razão do comércio fluvial, a igreja de Nossa Senhora das Mercês foi elevada à dignidade de paróquia a partir de 23 de julho de 1835, por meio do artigo 2º da Lei Provincial n. 14, pelo então governador José Rodrigues Jardim. Com a criação da paróquia de Nossa Senhora das Mercês, suprimiu-se a paróquia de Sant'Ana de Pontal⁵² (GODINHO, 1988).

Muitos foram os padres que trabalharam em Porto Nacional prestando serviços ao Império e à Igreja em razão do regime de padroado⁵³. Entre eles, os padres Antonio Luiz Pereira, primeiro vigário, “cuja memória é perpetuada na Rua Pe. Antonio, também conhecida por rua da Cadeia” (GODINHO, 1988, p. 91), Pe. José Manoel Pinto de Cerqueira, “natural do extinto arraial de Pontal, que dirigiu a paróquia até 1874” (GODINHO, 1988, p. 91). No ano anterior à chegada da missão dominicana em Porto Nacional, ou seja, em 1885, o Padre Aurélio Elias de Souza era o vigário de Nossa Senhora das Mercês de Porto Imperial (GODINHO, 1988).

Nesse contexto, não existia a prática de outra fé, a não ser a católica, entre o povo sertanejo. Os moradores de Porto Nacional eram católicos. “[...] e, apesar da ausência do clero e da insuficiência de meios para se ministrar a instrução religiosa e manter a fé nas almas, as crenças tradicionais transmitem-se de pai para filho nas famílias, mais do que seria lícito supor” (GALLAIS, 1942, p. 115).

⁵¹ Godinho (1988) confirma esse pertencimento de Porto à Paróquia do Carmo quando afirma que: “[...] A Igreja é recém-construída, porém pequena. O vigário reside habitualmente no Carmo e vem dizer missa aqui três ou quatro vezes por ano, durante as grandes festas religiosas” (GODINHO, 1988, p. 13).

⁵² “[...] Art. 2º - Fica desmembrada da Freguezia do Carmo e elevada a freguesia de natureza colativa, a capela Curada de N. S. das Mercês, de Porto Imperial. Art. 3º - Fica suprimida a Parochia de Santana de Pontal e seu território incorporado à nova Parochia de Porto Imperial. Art. 4º - A freguezia de Porto Imperial fica dividida da do Carmo pela Serra dos Toucinhos, continuando a divisão até o Rio do Sono grande, uma linha imaginária paralela ao mesmo Tocantins, tirada sempre esta linha da dita Serra dos Toucinhos. Fica servido delimites ao sul o Rio Surubim até sua barra no Tocantins e o São José desde sua barra a sua primeira origem. Pelo poente o Araguaia e pelo norte os rios Tranqueiros e Sono Grande [...]” (GODINHO, 1988, p. 37).

⁵³ Vale destacar que a Paróquia de Nossa Senhora das Mercês consistia em uma Paróquia Colada ou de natureza colativa, ou seja, constituída e financiada pelo regime de Padroado.

Apesar de uma vida religiosa de fé sincera e inabalável em um Deus bom, poderoso e providente, frei José Maria Audrin(1963, p. 119), em seu grande tratado socioantropológico do sertanejo dessa terra, recorda, em uma observação preliminar, que

[...] a instrução religiosa dos sertanejos não é completa e, por isso, como natural consequência, certas palavras, rezas, gestos e práticas rituais nem sempre estão de acordo com os princípios e as normas da verdadeira religião. Algumas hão de parecer-nos sugeridas por uma espécie de superstição e opostas ao bom senso cristão.

Percebe-se, assim, que havia entre o povo – e constituía-se realidade do cenário religioso do antigo norte de Goiás – uma religiosidade popular expressa nas mais diversas devoções que alimentava a fé católica no sertão. Existia muita reza e pouca missa. Muitas promessas e pouca catequese. Muita devoção e pouco catolicismo. Muita gente e poucos padres.

No entanto, nesse aspecto, o povo de Porto Nacional destacou-se aos olhos de Dom Claudio e de Frei Berthet quando da visita pastoral de 1883. O dominicano companheiro do bispo de Goiás salientou em sua narrativa sobre a viagem que

A população de Porto Nacional é a melhor da diocese. Ali, nada de partido político. A única política é a de promover os interesses da localidade. Já velho e quase cego, o vigário pede seja exonerado de seu cargo. Porto Imperial está pois sem vigário. Todos pedem insistentemente ao bispo que eu fique com eles. Oferecem uma casa a religiosos e um rico negociante oferece-me também uma de suas casas, com a condição de lecionar para seus filhos. Hoje mesmo a casa é doada ao bispo, só faltando os religiosos. Esta população nos deu grandes consolações. Lá e lá somente homens importantes se confessaram. Abençoamos uns duzentos e tantos casamentos. A maioria vivia em concubinato, e as mulheres públicas (prostitutas) sentindo que a perseverança seria difícil, corriam em busca de um marido. Foi impossível confessar todos os que desejavam, apesar da assiduidade de quatro padres no confessionário, durante cinco ou seis dias. A Igreja é asseada, bem provida de paramentos, por demais pequena para a população. O cemitério, construído sob a direção do Pe. Antonio, é novo e está entre os melhores da diocese. Esta população faria os maiores sacrifícios para ter uma casa de missionários e a graça de Nosso Senhor transformaria certamente em pouco tempo estas almas tão bem dispostas(BERTHET, 1982, p. 163).

O pedido das lideranças portuenses durante essa visita pastoral de Dom Claudio à paróquia das Mercês, para instalar missionários no local, configura a necessidade de um atendimento religioso mais acurado ao povo sertanejo. Já se sentiam abandonados pelo poder público e o que lhes restava era acreditar que a

Igreja Católica, por meio da presença de missionários, poderia trazer outras possibilidades de melhorias e de satisfação, não só no campo da religião, mas no desenvolvimento local.

Vale ressaltar que tal pedido expressa também uma significativa preocupação por parte das lideranças da cidade com a educação e a formação das crianças e jovens do local. Nota-se isso em um documento do Instituto Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), por ocasião do processo de tombamento do patrimônio cultural da cidade, quando expressa que os frades dominicanos poderiam “se estabelecer em Porto Imperial e cuidar da evangelização e, sobretudo, do ensino naquela cidade” (IPHAN, 2007, p. 13).

Comungando com as ideias de Dourado (2010, p. 39), pode-se afirmar como ela que desse pedido se apreende que a educação era preocupação constante das lideranças portuenses, e a presença de missionários religiosos seria a efetivação desse processo de maneira mais séria e arrojada.

Assim, a implantação da missão dominicana francesa em Porto Nacional atendia, concomitantemente, à grande estratégia do episcopado de Dom Claudio na Diocese de Goiás e aos anseios dos portuenses, que sonham com dias melhores para a cidade e região, não só no aspecto eclesial e religioso, mas também educacional.

O plano estratégico do bispo goiano com a abertura de uma nova frente de missão na região setentrional de sua circunscrição eclesial se dá a partir de um programa acentuado de reformas que, enfaticamente, debruçava-se sobre alguns eixos considerados basilares nas mudanças eclesiais do final do século XIX em toda a Igreja do Brasil: a reforma do clero, a reforma do povo e, no contexto da região, o missionarismo entre os povos indígenas (AZZI, 1986).

A realidade do clero de quase toda a Diocese de Goiás não era muito satisfatória, como já pontuado anteriormente ao se falar de Porto Nacional. Precisava mesmo ser reformado. Muitos eram “sacerdotes de piedade, zelosos pela salvação das almas, homens de Deus e apóstolos da caridade, completamente irregulares em face da disciplina da Igreja” (SILVA, 2006, p. 299). Muitas paróquias estavam “entregues a sacerdotes idosos, de insuficiente preparo moral, intelectual e, sobretudo, espiritual, ocupados em política local ou em negócios temporais e cuidados de família” (AUDRIN, 2007, p. 50).

Essa realidade era preocupante para o então bispo de Goiás, Dom Claudio, que, na qualidade de bispo reformador, condenou a imoralidade de seu clero e planejou sua reforma. Para Dom Claudio, a presença dos dominicanos franceses na diocese “foi sem dúvida um estímulo forte para levar os padres seculares a uma vivência clerical nos moldes tridentinos” (AZZI, 1996, p. 20). Por isso, o prelado de Goiás incentivou a presença dos missionários dominicanos, por meio das missões populares, em quase todas as paróquias de sua circunscrição eclesiástica a partir das três fundações que fez em sua diocese, inclusive a de Porto Nacional⁵⁴.

Acreditava-se que a presença dos frades entre os membros do clero diocesano possibilitaria a mudança de conduta de alguns sacerdotes em virtude do exemplo dos dominicanos quanto às observações regulares da vida de oração, da vida comunitária, da prática da castidade, da vivência do catolicismo oficial e do zelo pelas ‘leis de Jesus Cristo e de sua Igreja’.

Em uma de suas cartas circulares endereçadas aos párocos e demais clérigos goianos em 1885, Dom Claudio chama a atenção em relação aos ofícios sacerdotais desempenhados sem escrúpulos por muitos padres:

Os mesmos Sacerdotes vivem amancebados, sobrecarregados de outros muitos peccados mortaes, não deicham de celebrar um só dia, pelo menos quando tem intensão de missa. – Passa o sacerdote a noite inteira dansando, em divertimentos profanos, perigosos até, comendo e bebendo, com tanto que elle durma antes da Missa, celebra sem o menor escrúpulo. Perdestes a fé, infelizes Irmãos, está o vosso coração mais endurecido do que estas pedras, já vossa consciência está de tal sorte cauterizada, que cometendo o mais abominável de todos os sacrilégios, todavia permaneceis tranquilos (*sic*)(LEÃO, 1885, p. 13).

Diante dos fatos de que “a vida de muitos sacerdotes de nenhum modo se distingue da vida dos seculares e d’aquelles seculares mundanos, licenciosos, que se tem o nome de christãos” (LEÃO, 1885, p. 28), Dom Claudio convocou o Sínodo Diocesano de 1887. Esse foi um marco na história da Igreja de Goiás, com objetivos claros de “produzir a correção dos costumes, a conservação e perfeição da

⁵⁴Destaca-se que essa situação não era comum unicamente na Diocese de Goiás, mas em todas as dioceses brasileiras. Por isso, “desde meados do século XIX, iniciou-se no Brasil um importante movimento do episcopado brasileiro, empenhado na substituição do antigo modelo eclesial de Cristandade, de origem medieval, implantado no período colonial, pelo modelo de Igreja considerado como sociedade hierárquica, preconizado pelo Concilio Tridentino” (AZZI, 1982, p. 15). No Brasil, como um todo, para amenizar a situação e formar os padres novos na perspectiva da mudança, “o ponto chave para a reforma do clero é a instituição dos seminários eclesiásticos, sob a orientação e congregações religiosas europeias” (AZZI, 1982, p. 28).

disciplina clerical” almejando a reforma “dos costumes sacerdotais e o cumprimento dos deveres morais e religiosos dos clérigos” (LEÃO, 1887, p. 1-2).Caixeta (2011, p. 114) complementa a informação ao esclarecer que

O Sínodo Diocesano ocorreu na primeira quinzena de agosto de 1887 e foi uma obra conjunta dos dominicanos e do bispo de Goiás. O evento reuniu grande parte do clero goiano, 39 no total, quase a metade dos padres da diocese, estimada em 80. Antecedeu o Sínodo o retiro espiritual, pregado pelo Padre Vigário Provincial dominicano Frei Raimundo Madré e girou em torno da “santa castidade” e da importância do sacramento do matrimônio segundo as regras doutrinárias. Entre os dias 12 a 15 de agosto ocorreu propriamente o Sínodo, no qual foram aprovados os principais pontos da reforma católica em Goiás, a saber: a obrigatoriedade do uso do hábito fora de casa e de estudo (os padres com menos de 10 anos de ordenação deveriam se sujeitar, todos os anos, a um exame de teologia), além do cumprimento dos votos de castidade.

A situação pós-sinodal não se modificou por completo na diocese. Emergiram dele dois blocos de sacerdotes: os que aderiram ao projeto reformador junto aos missionários dominicanos, e o velho clero com a permanência de costumes incongruentes à prática da proposta católica.

Para os missionários franceses, “os membros deste antigo clero nacional que a reforma procurou extirpar [...] representava o tipo de sacerdote que os dominicanos queriam distância, era o “outro” com o qual não queriam ser confundidos e queriam ver reformados” (CAIXETA, 2011, p. 116).

Um desses sacerdotes foi o conhecido Padre João de Souza Lima, presente em um território de responsabilidade dos frades dominicanos de Porto Nacional, em Boa Vista, atual Tocantinópolis, no Bico do Papagaio. Para este, “[...] nem o seminário diocesano “Santa Cruz”, reaberto e reformado por Dom Claudio, nem a legislação eclesiástica, nem o exemplo dos dominicanos que assumiram a paróquia e posteriormente a diocese de Porto Nacional conseguiram enquadrá-lo” (CAIXETA, 2011, p. 116).

Os dominicanos conviveram com a presença libertina, licenciosa e politqueira desse padre, que atravessou gerações como o único vigário de Boa Vista, bem como de tal Padre Emílio de Miranda, na paróquia de Arraias, que “só consentia em celebrar a missa [nas festas do povo] quando mordomos lhe forneciam o vinho necessário [...]. Esse descuido era o menor entre muitos outros!” (AUDRIN, 2007, p 216).

No relatório da expedição médica científica de Arthur Neiva e Belisário Pena de 1912, encontram-se algumas considerações acerca do clero de Goiás. Ao encontrarem e conhecerem os padres dominicanos em Porto Nacional, registraram que, “felizmente, para contraste consolador, existem os frades dominicanos instalados no Porto Nacional; estes sim, exercem o sacerdócio com toda a dignidade e, a sua ação inteligente, humanitária e civilizadora há de (...) se inscrever na história (...)” (NEIVA; PENNA *apud* CAIXETA, 2011, p. 134).

No plano de reformas e de romanização da diocese de Goiás, bem como das demais igrejas particulares do Brasil, ressaltou-se a necessidade de remodelação não só do clero, mas do povo católico também. Para isso, era imprescindível

Uma intervenção sistemática da hierarquia não só sobre as atividades religiosas características do catolicismo brasileiro, incluindo-se as romarias, procissões, terços, rezas, entre outras, como também sobre as atitudes dos católicos frente a tais atividades, bem como sobre as próprias manifestações de piedade pessoal peculiares à cultura católica aqui existentes (CAES, 2002, p. 107).

Grosso modo, a reforma precisava acontecer em dois campos. Primeiramente, nas estruturas organizacionais da igreja em Goiás, visto que prevalecia uma religiosidade liderada por leigos que comandavam e mandavam, a seu bel prazer, irmandades, festas e demais manifestações católicas em que a presença de um padre era dispensável. Essa reforma precisava atingir, também, o campo da moral, pois “o estado moral deste povo [do norte] é dos mais lamentáveis, e o único remédio seria enviar-lhes bons padres” (BERTHET, 1982, p. 151-152). Isso porque a situação material e moral dos cristãos espalhados pelos sertões tocantinense era de privação dos mais necessários recursos da civilização (AUDRIN, 2007, p. 65-66). Além disso, “encontra-se a ignorância mais crassa entre esta pobre gente, que vive sem fé e morre sem sacramentos, sob o peso dos pecados mais monstruosos” (BERTHET, 1982, p. 152).

Duas situações, na visão de frades dominicanos, ilustram bem esse cenário em relação à moral. A primeira refere-se ao atendimento de confissões. Frei Michel Berthet, em um relato de viagem pelo interior de Goiás, no ano de 1883, narrou o seguinte:

Confessamos milhares e milhares de pessoas, dentre as quais não se encontrariam dez que soubessem confessar-se. É preciso perguntar-lhes

tudo, pois eles não se acham na obrigação de responder senão o que o padre pergunta. Consideram uma felicidade quando se esquece de perguntar-lhes algo que seria ampla matéria de acusação. E todos querem se confessar. Aceitariam as mais rudes penitências, contando que lhes fosse permitido continuar sua vida desregrada. O senhor pode me dar, dizem eles, todas as penitências que quiser, mas não me proíba de cometer adultério e outros pecados mais graves ainda.

Vocês poderão julgar que consolação pode oferecer tal ministério e quanto este povo tem necessidade de ser instruído a respeito das verdades mais elementares da religião (BERTHET, 1982, p. 152).

A outra diz respeito ao casamento conforme a legislação eclesiástica. Era grande o número de casais que vivia amancebado ou se casava sem a presença de um padre. O dominicano Estevão de Gallais, na obra *O apóstolo do Araguaia*, relata as justificativas do povo sertanejo para não se casar:

A lei eclesiástica, que exige a presença do sacerdote para a celebração de qualquer casamento cristão foi promulgada no Brasil e, por consequência, é obrigatória, como em França. Mas, em certas regiões, é de difícil observância. Quando há que fazer viagens de vinte, trinta e mais léguas, empregar semanas, gastar muito dinheiro, para chegar até junto de um sacerdote, quando os noivos são pobres, sem montarias, sem recursos para longas viagens, compreende-se até certo ponto que o povo se abrigue por detrás da razão de impossibilidade e que, não sendo obrigados a renunciar o casamento, se casem sem padre e esperem outra oportunidade para fazerem abençoar sua união pela Igreja (GALLAIS, 1942, p. 107)⁵⁵.

Em todo esse contexto se explicitou a estratégia de Dom Claudio, como bispo de Goiás, na fundação dominicana de Porto Nacional. É perceptível que, entre o modelo de Igreja almejado pelos missionários dominicanos franceses, na perspectiva da romanização ultramontana, e o encontrado nos sertões do antigo norte de Goiás existia um grande abismo (CAIXETA, 2011, p. 120) que, aos poucos, seria remediado por meio das incansáveis ações missionárias.

Outro ponto a considerar no imenso sertão do antigo norte de Goiás em relação à presença da Ordem dos Pregadores era a imensa quantidade de povos indígenas. Os frades capuchinhos, como já apresentados, empreenderam significativo trabalho em meados do século XIX entre diversas etnias. No entanto essa obra de evangelização “não teve continuidade pelo isolamento em que viviam estes missionários enviados pela Santa Sé” (AZZI, 1986, p. 22).

⁵⁵Todas essas situações encontradas em Goiás, especialmente em seu extremo norte, quanto ao concubinato, à timidez do povo no confessionário, à resistência em mudar de vida não era realidade unicamente dessa região. A reforma do clero e do povo eram urgências de toda a Igreja Católica no Brasil (ver AQUINO, 2012; CAES, 2002; FREITAS, 2006).

Era preciso retomar as atividades de catequese junto aos aborígenes, e os dominicanos estavam dispostos a isso. Esse era o grande anseio da Província de Toulouse no Brasil. A grande inspiração para esse empreendimento vinha do próprio fundador, Domingos de Gusmão, que sempre almejou pregar entre os 'cumanos', ou seja, entre os pagãos e buscar almas para Deus, para a fé católica "depositária única e legítima da fé cristã" (ROBERTO, 1983, p.45).

Destarte, o convento de Porto Nacional funcionou como que um ponto de partida e de apoio para o trabalho com os índios que os filhos de São Domingos, com destaque para o Frei Gil Vilanova, realizaram, especialmente às margens do rio Araguaia, no sul do Pará. O trabalho dos dominicanos franceses com os povos indígenas a partir da missão de Porto Nacional será apresentado e discutido em capítulo posterior.

2.4 A DIFÍCIL VIAGEM ATÉ PORTO NACIONAL

O itinerário percorrido pelos primeiros missionários dominicanos que vieram com o objetivo da fundação de uma frente de evangelização em Porto Nacional revela nitidamente as colossais dificuldades enfrentadas pelos habitantes do antigo norte de Goiás quanto ao acesso à região sul do Estado e do Brasil àquela época.

Comumente, os missionários franceses navegavam de algum dos principais portos da França, frequentemente o de Bordéus até o Rio de Janeiro. Eram mais ou menos 18 dias de travessia e, ao desembarcarem na capital federal, como de costume, hospedavam-se no Seminário do Rio Comprido dos padres lazaristas para alguns dias de descanso e para um primeiro contato com as terras brasileiras, com a língua e com o povo. No Rio de Janeiro, tomavam o trem com destino ao interior de São Paulo, especificamente a cidade de Franca, onde terminava a linha férrea. Com mais quatro dias de marcha no dorso de um animal, os frades chegavam a Uberaba (AUDRIN, 2007).

Os conventos existentes entre o Rio de Janeiro e Porto Nacional, Uberaba e Goiás funcionavam como pontos estratégicos de apoio, de descanso e de abastecimento para os missionários chegarem ao seu destino. Durante todo o período de permanência da Ordem no sertão do antigo norte de Goiás, esses conventos foram estratégicos para as longas viagens.

Encontram-se diversos registros de passagens dos frades assinados nessas casas de missões pelos conventos de Goiás e de Uberaba. A *Revista Mensageiro do Santo Rosário*, publicada pelo Convento de Uberaba, traz em diversos números tais registros em forma de notícia ou de saudações:

Dom Frei Alano Du Noday O.P.

Afim de assistir ao Concílio Nacional e tratar de negócios de sua Diocese esteve algum tempo entre nós o Exmo. E Revmo. Sr. Dom Frei ALANO DU NODAY, Bispo de Porto Nacional. Durante sua estadia no Rio sua Excia. Revma. ficou hospedado no Convento Dominicano do Lema ao qual pertencia quando foi escolhido para bispo (MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO, outubro de 1939, p. 152).

Revmo. Padre Frei Gil Gomes Leitão O.P.

Grande foi o prazer que tivemos ao abraçar nosso caro Irmão de hábito Frei Gil que tendo conduzido alguns seminaristas de Porto Nacional (Goiás) ao seminário de Diamantina, teve a gentileza de vir nos visitar e passar alguns dias entre nós. O intrépido missionário do Tocantins e Araguaia regressou ao seu campo de apostolado deixando-nos cheios de saudades. Os Santos Anjos o acompanhem! (MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO, março de 1941, p. 256).

De Uberaba seguiam viagem para Goiás por mais ou menos três semanas. Descansavam, conviviam com os demais frades e prosseguiam viagem. De Goiás a Porto Nacional são mais ou menos cento e setenta léguas, por volta de 1000 quilômetros. Frei Germano Llech (1976, p. 209) descreveu essa viagem a narrando como uma epopeia dos frades Devoisins, Berthet, Nicollet e Valsechini, os primeiros a aportarem em Porto Nacional, pelo sertão goiano cheio de dificuldades e surpresas:

Estava previsto que logo após a Páscoa [...] deveriam partir para a fundação de Porto Imperial. Mas como as chuvas continuassem persistentes resolveu-se esperar alguns dias, não o bastante para os camaradas, Salatiel sobretudo, os quais ficaram três dias internos no lugar chamado Bezerro, sob o pretexto de que os animais tinham desaparecido. Enfim, partiu-se, mas ao longo do caminho houve muitas dificuldades nas passagens dos rios, todos transbordando com as enchentes. Contaram-se 32 rios, todos sem pontes e sem barcos, alguns medindo um quarto ou mesmo uma légua de largura.

Sobre a passagem pelos rios, Frei Germano Llech (1976, p. 209) narra alguns detalhes interessantes que destacam as aventuras e os perigos da viagem até Porto Nacional, especialmente feita por homens que não tinham, até então, enfrentado as asperezas de uma região sem estruturas mínimas de mobilidade:

É de rigor, quando se passa a cavalo um rio, marchar em fila, um após o outro sem olhar para a água, para evitar tonteiras. Vai à frente um guia experimentado e bom nadador, e em seguida outro camarada para firmar a marcha. Ora aconteceu ao frei Afonso perder o alinhamento e em uma parte funda, cavalo e cavaleiro mergulharam. Sem hesitar o camarada foi buscalo e, nadando, colocou-o novamente em seu posto.

A travessia dos rios tornava a viagem morosa e cansativa, especialmente na travessia das bagagens, que sempre eram muitas. Frei Germano Llech (1976, p. 209-210) continua sua narração dizendo que

Quando possível [as bagagens] eram passadas sobre os ombros, mas quando não o permitia a profundidade das águas era preciso improvisar uma embarcação: algumas vezes era a pelota, que nada mais é que um couro de boi estendido sobre as águas e que o camarada, nadando, puxa por meio de uma corda presa aos dentes; outras vezes quando o couro estava muito molhado, após uma ou duas travessias, era a balsa, que consiste em algumas toras de madeira leve, amarradas umas às outras, lado a lado, e que o camarada impele para frente, nadando. Depois das bagagens passam-se os animais. Joga-se à água o mais ousado e, à força de gritos, ameaças e chicotadas, são os outros obrigados a seguir.

O percurso de Goiás a Porto Nacional durava em média um mês. Um percurso, longo. No dorso de burros sem muito conforto, pelo menos para passar a noite, pois apesar dos missionários encontrarem a boa hospitalidade do povo, a pobreza era muito grande e os casebres, muitas vezes, eram desprovidos de comodidades, como uma cama. Sendo assim,

Malgrado a tradição de hospitalidade que se perpetua religiosamente entre o povo brasileiro, é necessário prover-se de víveres e tendas, pois em certos lugares, nem sempre se encontra uma casa onde pernoitar e algumas são tão pobres que, ao invés de nelas se encontrar provisões, os moradores estão prontos a partilhar a modesta refeição do viajante (BERTHET, 1982, p. 116).

Nesse caso, usava-se o couro de boi estirado ao chão ou as redes armadas embaixo das árvores. Raramente encontrava-se um lugarejo ou uma fazenda que fazia uma boa acolhida. Durante a viagem, percorriam-se grandes distâncias sem deparar-se com outra pessoa ou mesmo com um animal do cerrado. A alimentação era inadequada e as dificuldades extremas (LOPES, 1986). Entre atoleiros, perigo de febre da maleita, animais peçonhentos e contando com a ajuda dos amigos, os primeiros missionários dominicanos chegaram à margem esquerda do Tocantins

ancorando em Porto Nacional por meio das embarcações utilizadas para a travessia do rio.

Esse trajeto sofrível entre a missão portuense e os conventos de Goiás, Uberaba, Formosa e Conceição do Araguaia será percorrido inúmeras vezes pelos frades dominicanos. Não havia estradas e os únicos meios de transportes eram o burro e o barco. Durante muitos anos, o cenário do antigo norte de Goiás, no que tange à infraestrutura de mobilidade, será o mesmo. A viagem empreendida pelo segundo bispo da Diocese de Porto Nacional, em 1936, de Uberaba à sede de seu episcopado, não apresentará tantas diferenças.

Dom Alano Maria Du Noday, dominicano francês, eleito e sagrado bispo de Porto Nacional em 1936, no Rio de Janeiro, chegou de trem até Anápolis. A linha férrea já havia alcançado o sul de Goiás. De Anápolis para a cidade de Goiás, a viagem foi na carroceria de um caminhão, o ‘transporte coletivo’ da época. Chegando à capital do Estado, “ali já estava à sua espera um rapaz com uma tropa de cinco burros enviados pelos padres dominicanos de Porto Nacional” (PIAGEM; SOUSA, 2000, p. 39). E o percurso foi o mesmo dos primeiros missionários: mil quilômetros em um dorso de um burro entre o cerrado em um calor tórrido, atravessando rios, dormindo ao relento, alimentando-se inadequadamente.

O que impulsionava tais missionários a deixarem sua terra natal – Toulouse, França – para embrenharem-se em meio a um sertão esquecido e abandonado? Algo de superior e de transcendente havia em meio ao sertão para despertar tantos homens e, posteriormente, tantas mulheres que deixavam tudo para aventurarem-se no desconhecido. Muitos nunca mais voltaram à França e foram semeados nas terras sertanejas. Com certeza buscavam algo ou alguém. E nessa busca muito ensinaram, mas muito mais aprenderam.

2.5 A ORDO *PRAEDICATORUM* EM PORTO NACIONAL: O CONVENTO SANTA ROSA DE LIMA

Pode-se afirmar que, a partir da confirmação da instalação desses religiosos às margens do Tocantins, muita coisa mudou no cotidiano do povo portuense. O pedido feito pelos paroquianos à Dom Claudio, em 1883, expressou o desejo de serem reconhecidos e lembrados por alguém. Se os governantes não os olhavam e

não os favoreciam com os benefícios do desenvolvimento que o Estado poderia proporcionar, pelo menos, na visão daquele povo, a Igreja Católica não os decepcionaria e, quem sabe, supriria a ausência do Estado. Enfim, todo um imaginário construiu-se ao redor dos missionários de hábito branco que aportaram, ao som de muita festa, às margens do Tocantins naquele dia 20 de maio de 1886.

A primeira comunidade dos filhos de Domingos de Gusmão em Porto Nacional instalou-se em uma “pequenina casa, ao lado da igreja, onde por pobre que seja, tão bem se sentirão quando lá chegarem” (*sic*) (GALLAIS, 1942, p. 162). Essa residência foi cedida à diocese de Goiás pela oligarquia local⁵⁶. Posteriormente, foi repassada oficialmente à Província de Toulouse para usufruto perpétuo da Ordem Dominicana.

Efetivamente, o reconhecimento da missão de Porto Nacional pela Província Dominicana de Toulouse aconteceu no capítulo provincial de 1890. Encontra-se, nas Atas do Capítulo Provincial da Ordem dos Pregadores de Toulouse do referido ano, no artigo VI da seção das publicações, o seguinte texto: “*denuntiamus acceptatam item fuisse, positis ponendís, sub titulo Stae. Rosae, domum portuensem, in missione nostrá brasilensi*”⁵⁷.

Mas qual o sentido do convento no meio do sertão para a Ordem dos Pregadores? Para os dominicanos, o convento é o espaço para a vida comunitária, tão valorizada pela Ordem. Mas o convento também significa para o frade missionário um ponto de referência na missão, onde

Ele se encontra com os seus colegas frades; encontra ambiente adequado para repor as energias gastas na longa labuta; prepara os seus sermões e as jornadas seguintes; enfim, aí se vive, de maneira integral, a experiência de vida comunitária [...] mesmo distante fisicamente do convento, não perdia o seu vínculo, pois estava exercendo um trabalho apostólico em nome da comunidade e consequentemente em nome da Ordem. Neste

⁵⁶Vale destacar que, “Em Porto, desde meados dos anos 1800, figuravam no município os oficiais da Guarda Nacional. Havia o Coronel, o Major, o Capitão, o Tenente, o Tenente-Coronel e todos os demais postos que figuravam honrarias militares e ostentação luxo pelos prestigiosos chefes políticos do interior [...]. Na percepção de Rodrigues (2007), no topo da pirâmide da sociedade portuense, encontravam-se as tradicionais famílias que, de geração em geração, se cristalizaram no poder pela acumulação de terras e de ouro [...]. É notório, portanto, que essas famílias entrelaçaram-se em casamentos endogâmicos, derivando clãs familiares, assentado na figura do “Coronel”, um dos cargos de prestígio maior, arraigado nas configurações dos grupos políticos que dominaram econômica e politicamente Porto Imperial e região” (DOURADO, 2010, p. 38-39). As figuras desses coronéis que, como tudo indica, eram os mais abastados da cidade foram os responsáveis pela cessão desse patrimônio disponibilizado para a missão dominicana.

⁵⁷“Foi aceita, colocando o lugar sob o título de Santa Rosa de Lima, a casa de Porto, em nossa missão brasileira”.

sentido, o convento funciona como um apoio logístico de vital importância. Nenhum missionário pode olvidar essa base física, desse ponto de apoio (SANTOS, 1996, p. 87-88).

Diversas vezes o êxito da missão dominicana no Brasil foi atribuído à vida conventual. Contrastando com o trabalho dos capuchinhos no século XIX no norte de Goiás, que viviam uma vida isolada e sem a vivência comunitária, visto que cada frade permanecia em um local diferente, os dominicanos sempre estiveram ‘concentrados nos seus claustros regulares’ e deles empreitavam toda e qualquer ação missionária. Enfim, “o trabalho missionário dominicano no Brasil foi exercido na e a partir da comunidade” (SANTOS, 1996, p. 88).

Os primeiros anos da missão dominicana em Porto Nacional foram dedicados, especialmente, às obras de zelo paroquial, no espírito das reformas romanizadoras. Assumiram definitivamente a Paróquia de Nossa Senhora das Mercês e se responsabilizaram por um vasto território, que compreendia desde o arraial de Descoberto (hoje Porangatu, estado de Goiás) até o extremo norte de Goiás, hoje região conhecida como Bico do Papagaio, no estado do Tocantins (MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO, fevereiro de 1932, p. 194-195).

Alguns catálogos⁵⁸ da Província de Toulouse do período de 1887 a 1898, sintetizados no n. 66, fascículo XXVII da *Coleção Memória Dominicana*, registram quais foram os frades nomeados para a casa conventual de Porto Nacional e suas respectivas missões. Consta que, de 1887 a 1891, a comunidade permaneceu com os mesmos frades desde sua fundação, tendo Frei Gabriel Devoisins⁵⁹ como vigário local e superior da missão. No ano de 1890, a missão é enriquecida com mais um membro, o Frei Rosário Melizan e, em 1891, em virtude das determinações do capítulo provincial de 1890, Frei Gabriel se retirou da missão portuense, e o Frei Gil Vilanova assumiu o papel de superior da casa no período de 1891 a 1894. Os demais frades permaneceram os mesmos. Somente em 1892, conforme os

⁵⁸ Tornou-se comum desde meados do século XIX, por questões de utilidade, a publicação de catálogos dentro da Ordem Dominicana. Eles se constituem de dois tipos: os catálogos gerais da Ordem, que apresentam dados de todas as províncias espalhadas pelo mundo; e os catálogos provinciais, que descrevem a distribuição e a função dos frades pelos conventos que compõem tal província (MEMÓRIA DOMINICANA, n. 66, p. 275-276).

⁵⁹ Frei Gabriel M. Devoisins foi fundador das casas de missão dominicana na cidade de Goiás e de Porto Nacional (MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO, fevereiro de 1932, p. 194). Viveu quase toda a sua vida de religioso no Brasil e “residiu em quase todos os Conventos da Missão Dominicana no Brasil, ora na qualidade de superior, ora como simples religioso. Confessor assíduo, pregador incansável, ardoroso [...]”. Faleceu no dia 1º de abril de 1921, em Uberaba (MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO, maio de 1921, p. 10).

catálogos, a missão portuense é enriquecida por mais um padre, o Frei Domingos Carrerot.

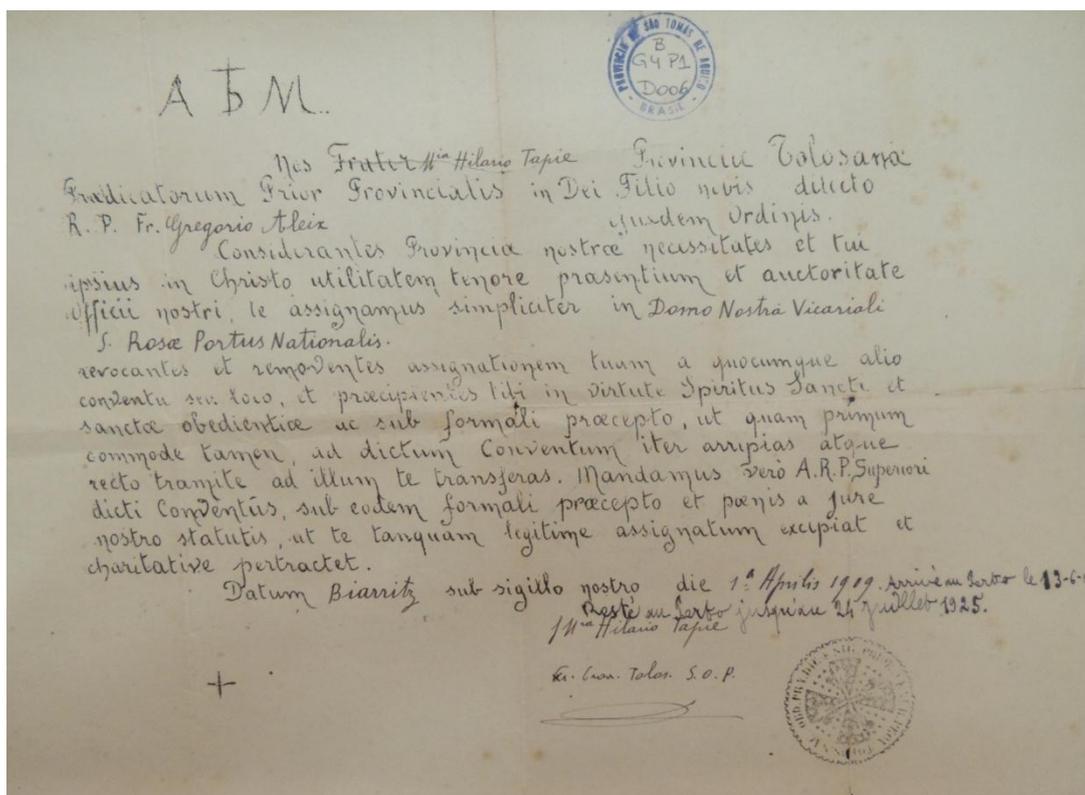
O catálogo de 1895 assina como vigário local e superior do convento o Frei André Blatgé, que substitui o Frei Gil Vilanova, permanecendo no cargo até o ano de 1901. Pelas informações desse mesmo catálogo, sai de cena o Frei Rosário Melizan, que retornou alguns anos depois, e a missão ganha outros dois frades, o Frei Guilherme Vignau e o irmão converso Bartolomeu Mehrino. Esse mesmo quadro de missionários é apresentado no catálogo do ano de 1898.

Foram diversos os missionários dominicanos franceses que moraram e trabalharam no convento Santa Rosa de Lima de Porto Nacional durante os cinquenta e oito anos de seu funcionamento, de 1886 a 1944. Os quadros a seguir, 1 e 2, intitulados 'Missionários Dominicanos em Porto Nacional' e 'Superiores do Convento Santa Rosa de Lima', respectivamente, são tentativas de conhecer nominalmente tais religiosos e o período, aproximadamente, que permaneceram na missão⁶⁰. Em alguns casos, só foi possível estabelecer a data da primeira 'assinatura'⁶¹ do missionário no convento de Porto Nacional. Costumeiramente, a Província de Toulouse certificava essa assinatura do frade em determinado convento com um documento de cunho canônico e sigiloso. A imagem a seguir é da assinatura de Frei Gregório Aleixo em Porto Nacional, datada de 1º de abril de 1909 e assinada pelo provincial de Toulouse à época, Frei Hilario Tappie.

⁶⁰A elaboração desses quadros foi resultado das pesquisas no Arquivo da Província Dominicana Bartolomeu de Las Casas do Brasil, em Belo Horizonte-MG. Foram consultados os Catálogos Gerais da Ordem dos Pregadores dos anos de 1887, 1889, 1890, 1891, 1892, 1895, 1898, 1910, 1921, 1928, 1934, 1937, 1938, 1939, 1941, 1942 e 1945; o livro "Religieux de la Mission", que é um pequeno catálogo dos frades franceses que vieram para o Brasil a partir de 1878, alguns números da Coleção Memória Dominicana, entre eles, número 15 e número 66 e, a partir deles, as pastas de alguns dominicanos que residiram no convento Santa Rosa de Lima, que trazem um questionário civil e religioso respondido pelos frades com datas e cargos exercidos na Ordem e na missão do Brasil.

⁶¹Na Ordem, utilizava-se a expressão "assinado" para referir-se à lotação dos frades nos conventos.

Figura 1– Assinação de Frei Gregório Aleixo no convento de Porto Nacional



Fonte: Arquivo da Província Dominicana do Brasil, Belo Horizonte-MG.

Quadro 1– ‘Missionários Dominicanos em Porto Nacional’

Frades	Período
Frei Michel Berthet	1886 a 1891
Frei Afonso Valseschini, converso	1887 a 28/9/1901
Frei Gabriel Deivoisins	1887 a 1890
Frei Domingos Nicolle ⁶²	1886 a 1923
Frei Rosário Melizan	1890 a 1894; 1898 a 28 de dezembro de 1919.
Frei Angelo Dargainairatz ⁶³	Falecido em Porto em 13 de junho de 1905.
Frei André Blatgé	1894 a 1902; 1910 a 1912
Frei Gil Vilanova	1891 a 1893; 1896.
Frei Domingos Carrerot	1891 a 1901
Frei Bartolomeu Merhino, converso	1892 a 22 de outubro de 1921.
Frei Guilherme Vignau	1893 a 1898.
Frei Salvador Bras	1902 a 1912; 1916
Frei Reginaldo Tournier	1902 a 1908; 1911 a 1916; 1926 a 1938.
Frei Gabriel Souza, converso	1902 a 1913
Frei José Maria Audrin	1921 a 1928
Frei Gregório Aleixo	1905 a 1925
Frei Bertrand Olleris	1921 a 1938
Frei Antonio Salá	1928 a 1930
Frei Nicolau Casagrande	1940 a 1944
Frei Gil Gomes Leitão	1931 a 1942
Frei Boaventura Chasserieu	Junho a novembro de 1941
Frei Antonio Fernandes de Souza, converso	1942 a 1944

⁶² Frei Domingos Nicolle tinha uma “vasta corpulência, unida aliás às suas raras virtudes, nos levava por vezes a lhe aplicar o que consta do bem aventurado Isnard a lenda do nosso antigo e saudoso breviário: “corpore obesus, sed obesior sanctitate”. Ele consagrou os trinta anos e mais de sua vida no Brasil à evangelização da imensa dieta de Porto Nacional e só parou no dia de uma infeliz queda que o abrigou ao silêncio de sua cela. O povo do sertão o venerava, apesar de suas invectivas impetuosas contra os pecadores obstinados e sobretudo “recalcitrantes”. Temiam suas pragas com as quais ameaçava aqueles que ficavam surdos à sua voz [...]. Morreu santamente após 40 anos de Missão, sem jamais ter revisto a França e sua cidade de Marselha” (CMD, nº 15, p. 5). Quando faleceu, Frei Nicolle tinha “apenas 66 anos e meio [...]. Toda sua vida de Missionário despendeu-se em favor dos povos abandonados nas imensas regiões do norte de Goyaz. Suas viagens eram como uma missão contínua; passava mezes e mezes em trabalho de desobriga, indo de povoado em povoado, de fazenda a fazenda, demorando-se um, dous, três ou mais dias, segundo as necessidades espirituais do lugar, pregando, catechizando, confessando, administrando os Sacramentos. Sabia accommodar-se às condições e circunstancias das povoações que lhe conheciam a extrema bondade e por isso o amavam e tratavam como a um verdadeiro pae. Grande sacrifício teve de fazer Frei Domingos quando há cinco annos deu dentro da Igreja uma queda tão infeliz que lhe fraturou a perna. Foi obrigado ao repouso mais absoluto! Durante dous annos não pôde caminhar, nem dizer missa, nem acompanhar os exercícios da comunidade. Há pouco tempo que novamente andava, mas com muletas; outrossim teve a consolação de poder celebrar ainda a missa e visitar alguns doentes da localidade. Era também professor nomeado pelo Governo de Goyaz n’uma escola do curso secundário e contava-se com sua dedicação para a instrução dos alumnos da Escola Apostólica recentemente aberta. Deus o chamou. Fiat!” (REVISTA MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO, abril de 1923, p. 200-201).

⁶³ “Em Porto Nacional, ele ministrava o Catecismo às crianças do colégio. Brilhava na exposição da doutrina [...]. Sempre foi músico. Em missão fazia cantar cânticos onde condensava o essencial do ensino religioso [...]. Voltando de uma dessas missões o padre sentiu-se mais cansado que de costume. Ele quis voltar a Porto Nacional por via fluvial porque a andadura de sua montaria o incomodava muito. Ao passar pelas corredeiras do Funil de cima, a barca soçobrou o meio de um redemoinho. Os quatro barqueiros de imediato se esforçaram para salvar o padre da morte que o esperava no fundo do sorvedouro para onde a correnteza o levava. Trabalho inútil. Dois dentre eles, pagaram com a vida este devotamente supremo. Frei Angelo tinha então 57 anos” (COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA, n. 5, p. 7).

Frei Pedro de Souza	1936 a 1940
Frei Gregório Martins, converso	1928
Frei Lázaro Lemoene, converso	1934
Frei Antonio Bariolet	Falecido em Porto em 16 de agosto de 1924.

Quadro 2 – ‘Superiores do Convento Santa Rosa de Lima’

Período	Superior
1887 a 1891	Frei Gabriel Desvoisins
1891 a 1894	Frei Gil Vilanova
1894 a 1901	Frei André Blatgé
1901 a 1909	Frei Rosário Melizan
1909 a 1910	Frei André Blatgé
1910 a 1912	Frei Salvador Bras
1912 a 1917	Frei Reginaldo Tournier
1917 a 1921	Frei Gregório Aleixo ⁶⁴
1921 a 1928	Frei José Maria Audrin
1928 a 1930	Frei Antonio Salá
1929 a 1936	Frei Bertrand Olleris ⁶⁵
1936 a 1940	Frei Pedro de Souza
1940 a 1944	Frei Nicolau Casagrande

Durante muitos anos, a sede do convento Santa Rosa de Lima funcionou na pequena casa que acolheu os primeiros missionários. Por certo, esta recebeu inúmeras adaptações para atender as necessidades de um convento dominicano e de uma casa de missão. A construção do prédio definitivo do convento iniciou durante a gestão de Frei Salvador Bras, entre 1910 e 1912, e foi concluída por Frei Reginaldo Tournier no ano de 1913, quando Dom Frei Domingos Carrerot, então

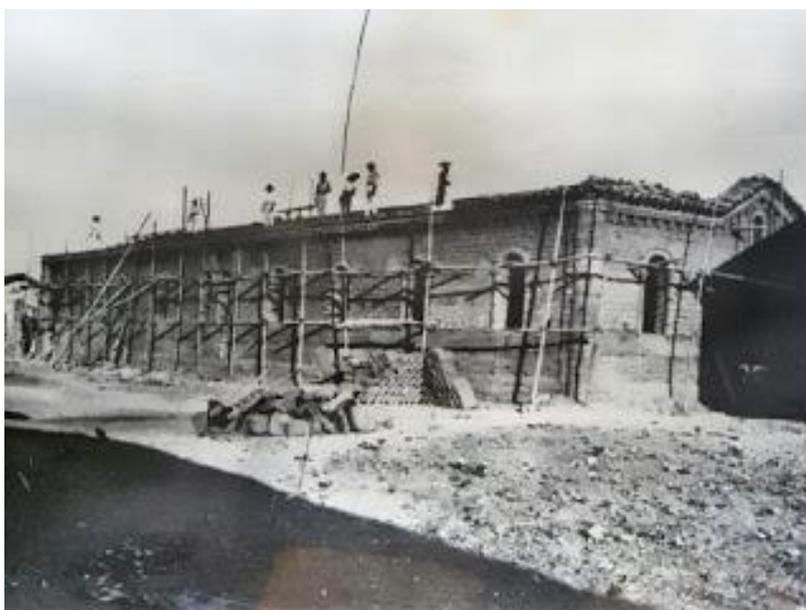
⁶⁴Quando se tornou superior do Convento de Porto Nacional, já havia um tempo que ali residia. “Conhecia perfeitamente todas as necessidades das paróquias confiadas ao seu cuidado. Procurou nas desobrigas constantes e regulares desenvolver o espírito cristão do povo, combatendo o espiritismo e o protestantismo. Restaurou algumas igrejas e concluiu a renovação do madeiramento da de Porto Nacional” (CMD, n. 15, p. 6). Além disso, fez parte da comissão organizadora do patrimônio do bispado de Porto Nacional (CMD, n. 15, p. 6). Existem algumas cartas de Frei Gregório Aleixo ao bispo de Goiás a respeito das paróquias que os missionários de Porto Nacional atendiam. Os conteúdos dessas cartas são significativos para ilustrar o trabalho dos dominicanos e a de Frei Gregório como responsável pelo convento de Porto, bem como para considerar as dificuldades enfrentadas no trabalho missionário (Ver ANEXO 3 – Cartas de Frei Gregório Aleixo ao Bispo de Goiás Dom Prudêncio).

⁶⁵ “[...] O Capítulo Provincial de 1920 o transferiu [do convento de Goiás] para a nossa casa de Porto Nacional, no norte de Goiás. Ali chegou em abril de 1921. E lá ficou até fim de janeiro do corrente ano [1938] [...]. Sua atuação em Porto Nacional na difusão e instrução e no Seminário foi larga, profunda. Foi diretor da Escola Secundária Avulsa Estadual. E quando o venerado Dom Domingos Carrerot fundou o Seminário ele foi o seu braço forte na organização e na direção dos Estudos e como professor incançável, capaz de lecionar todas as matérias, quer científicas, quer filosóficas ou teológicas. Conseguiu formar alunos de valor real, que nas Escolas Superiores do país, muito recomendaram sua cultura. Falecendo Dom Domingos em Outubro [sic] de 1933, Frei Beltrando [sic] foi nomeado Vigário Capitular da Diocese e exerceu essa função com zelo até a tomada de posse de Dom Alano du Noday O.P., a 11 de julho de 1936. Neste mesmo dia passou a direção do Convento ao novo Superior Revmo. Frei Pedro de Souza [...]” (MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO, novembro de 1938, p. 188-190). Frei Olleris faleceu no dia 22 de setembro de 1938 em Uberaba.

bispo da Prelazia de Conceição do Araguaia, abençoou e inaugurou o novo prédio (COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA, n. 15, s/d, p. 5-6).

Na figura a seguir, em uma foto datada de agosto de 1912, podem-se ver os trabalhadores sobre a construção do convento, sem acabamentos, e entre eles um frade dominicano, com certeza, o mestre de obras.

Figura 2 – Construção do Convento Santa Rosa de Lima em Porto Nacional



Fonte: Casa Paroquial da Catedral de Nossa Senhora das Mercês de Porto Nacional.

Atualmente esse prédio está conforme a figura a seguir e pertence à Diocese de Porto Nacional, onde funciona o Seminário São José e o centro de Pastoral Diocesano.

Figura 3 – Atual prédio do Seminário São José de Porto Nacional, antigo Convento Santa Rosa de Lima dos frades dominicanos e vista interna



Fonte: O autor.

Desde o primeiro grupo de missionários em Porto Nacional, os frades dominicanos atuaram em três frentes distintas de trabalho, a cidade e a paróquia, as outras cidades e vilas e a zona rural. A primeira frente de atuação estava restrita ao território urbano da paróquia de Nossa Senhora das Mercês, a cidade de Porto Nacional, onde os missionários revitalizaram as atividades de cunho pastoral e criaram dispositivos para a concretização da ‘reforma do povo’, além de extrapolarem as práticas de evangelização e dedicarem-se, também, a algumas atividades de cunho humanístico e cultural, como será abordado nesta pesquisa.

A segunda frente de atuação dos dominicanos franceses foi o atendimento às diversas cidades, vilas e povoados dispersos pelo vasto território sob a responsabilidade do Convento Santa Rosa de Lima. Muitas dessas localidades eram paróquias, no entanto, em virtude do ínfimo número de clérigos existentes na região norte da Diocese de Goiás, algumas ficaram muitos anos sem contar com um padre residente. Para essa frente de atuação, as ‘missões populares’ pregadas intensivamente e as ‘desobrigas’ constituíram-se as estratégias mais adequadas.

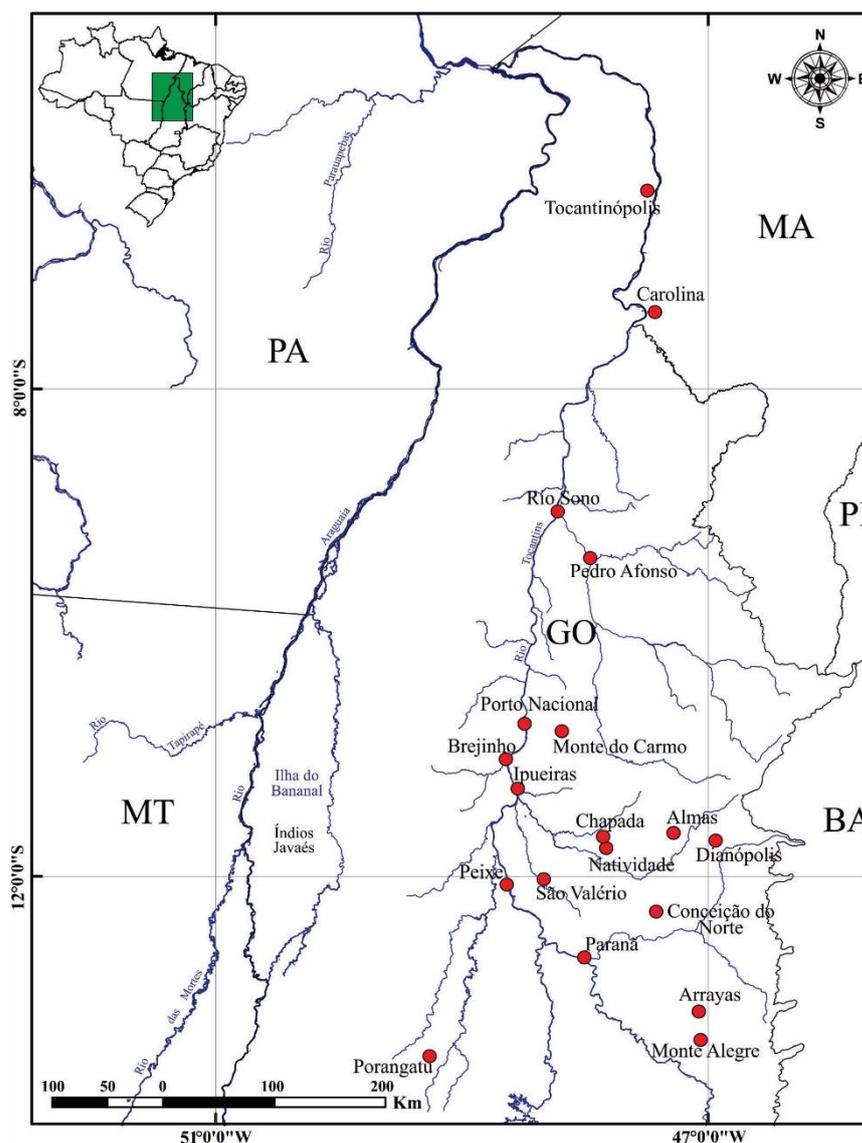
Quanto à terceira frente de missão, no ‘sertão do sertão’, ou seja, toda a zona rural, os padres dominicanos aplicaram, sistematicamente, as ‘desobrigas’ como estratégia principal de trabalho.

Essas estratégias de trabalho dos missionários dominicanos franceses assinados no convento Santa Rosa de Lima serão chamadas aqui de dispositivos, os quais serão abordados no terceiro e próximo capítulo.

CAPÍTULO 3 – DISPOSITIVOS DOMINICANOS NA MISSÃO SERTANEJA DE PORTO NACIONAL

O Convento Santa Rosa de Lima de Porto Nacional localizava-se em um lugar estratégico em todo o território da Missão Dominicana da Província de Toulouse no Brasil. A extensão territorial que estava sob a responsabilidade dos missionários dominicanos de Porto Nacional era muito grande comparada às outras casas de missão. Pelo mapa a seguir, tem-se uma ideia da jurisdição da missão dominicana de Porto Nacional, que tinha o convento mais distante, até então, do centro-sul do Brasil.

Mapa 5 – O território de missão do Convento Santa Rosa de Lima de Porto Nacional



Fonte: Base de dados do IBGE, 2014. Adaptado de Roberto (1983).

Como já discorrido neste trabalho, chegar até Porto Nacional, tanto pelo sul como pelo norte, era uma árdua e demorada tarefa. Em virtude disso, a maioria dos missionários assinados nesse convento permanecia muito tempo sem contato direto com os demais conventos brasileiros.

Para exercerem de maneira promissora e exitosa os objetivos da Ordem dos Pregadores em meio ao sertão norte de Goiás, os frades desenvolveram algumas táticas – aqui chamadas de dispositivos, tendo por base a definição desse conceito por Michel Foucault em sua obra *Microfísica do poder*. Para Foucault (1979, p. 244-245), dispositivo é “um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante”.

Para o teórico, o dispositivo, enquanto função estratégica, “engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (FOUCAULT, 1979, p. 244).

Na visão de Agamben (*apud* STASUN; ASSMANN, 2010, p. 74), o sentido da palavra dispositivo, tanto no uso comum ou foucaultiano, “[...] parece referir a la disposición de una serie de prácticas y de mecanismos [...] con el objetivo de hacer frente a una urgencia y de conseguir un efecto”.

Esses dispositivos elaborados e aplicados pelos missionários dominicanos franceses em Porto Nacional e em todo antigo norte de Goiás têm por objetivo basilar atender as demandas do plano reformador da Igreja Católica em Goiás e de adequação ao catolicismo oficial. Eles constituirão o eixo norteador de análises e discussões deste capítulo.

Aqui, o intuito é conhecer e analisar alguns desses dispositivos dos missionários dominicanos franceses do Convento Santa Rosa de Lima de Porto Nacional. Para isso, elencam-se as missões, as desobrigas, as construções e os projetos educativos e culturais como os mais significativos. Esses dispositivos buscam atender os anseios do macro projeto dos bispos reformadores⁶⁶ e

⁶⁶ Dom Claudio Gomes Ponce de Leão, bispo de Goiás, comungava as ideias reformadoras do episcopado brasileiro, principalmente para o extremo norte de sua diocese. O projeto de reforma e de reorganização da Igreja Católica no Brasil no contexto do final do século XIX, em meio ao nascimento da República Brasileira e fim da ‘era do padroado’, estava pautado nas orientações do documento *Instruções* de 14 de junho de 1890, do Cardeal Rampolla, Secretário do Estado do Vaticano, que determinava algumas ações pontuais para o episcopado brasileiro como “unidade entre os bispos; reforma do clero; reforma das congregações e ordens religiosas no Brasil; controle das irmandades e

expressam as respostas dos dominicanos frente aos desafios que encontraram em Porto Nacional e em todo antigo norte de Goiás, nos aspectos eclesial, religioso, sociocultural e educacional.

Esses dispositivos impulsionaram a produção cultural dos cidadãos portuenses, pois, de acordo com Piagem e Souza (2000), foi com os missionários dominicanos franceses que começou um trabalho mais obstinado na formação do povo da região do Tocantins. Essa afirmação remete a outra questão apresentada por Santos (1996, p.84), quando afirma que “há um abismo entre o tipo de civilização pretendida pelo missionário e a realidade constatada por ele”. Dessa forma, podem-se relacionar os dispositivos empreendidos pela missão dominicana em Porto Nacional e região às ideias do ‘processo civilizador’ apresentadas e discutidas por Norbert Elias (1994).

Apesar de a religião não ter um papel proeminente no pensamento de Norbert Elias (GOUDSBLOM, 2003), pois o sociólogo alemão verifica quais implicações a constituição do Estado teve sobre os costumes e a moral da sociedade (NIEHUES e CONSTANTE, 2014), traz-se essa referência para este trabalho por vislumbrar-se em sua obra que o processo civilizador constitui uma mudança em longo prazo na conduta e nos sentimentos humanos rumo a uma direção muito específica (ELIAS, 1994).

A intenção de Norbert Elias em sua obra é “demonstrar a construção cultural dos hábitos e costumes ao longo do tempo bem como sua contribuição para o desenvolvimento de boas maneiras, comportamentos, gentilezas, cortesia, urbanidade, sofisticação e requinte” (NIEHUES; CONSTANTE, 2014, p. 2), ou seja, a civilidade, que, para Revel (1991, p. 185), cria “entre os homens as condições de um relacionamento agradável, lícito e cada vez mais conforme as reforçadas exigências da religião”.

Assim, os dispositivos implementados pelos frades dominicanos em Porto Nacional e região conjecturavam claramente a tentativa de sanar as distâncias entre o ‘real’ encontrado e o ‘ideal’ desejado pela província de Toulouse a partir do

confrarias; ação missionária no interior do Brasil; introdução de devoções europeias, sobretudo, a do Sagrado Coração de Jesus e a da Sagrada Família; intensificação da catequese; formação de novas dioceses; busca de novas fontes de arrecadação” (AQUINO, 2012, p. 79). Essas orientações deram origem ao documento *Alguns pontos de reforma da Igreja do Brasil – memória para servir às discussões e resoluções nas Conferências dos Srs. Bispos*, datada de 2 de agosto de 1890” (AQUINO, 2012, p. 80).

desenvolvimento do processo civilizador explícito no espírito ultramontano e romanizador da Igreja Católica.

Em algumas situações, a relação entre os missionários e o povo gerou conflitos, o que é naturalmente normal e inerente às relações humanas (ELIAS, 1994). No entanto a maioria desses conflitos não extrapolou o nível da resistência momentânea⁶⁷ e era rapidamente sanada por dois motivos: primeiramente, existia por parte da sociedade portuense o desejo de progresso e crescimento, pois o discurso de civilidade em meio ao sertão era marcante e viam nos missionários dominicanos franceses a possibilidade da modernização; além disso, encontrou-se ao longo desta pesquisa um sentimento de reconhecimento por parte da população em relação aos trabalhos da missão. Vale ressaltar que, conforme o tempo passava, a missão dominicana francesa vinculava-se cada vez mais ao cotidiano da população e esta apresentava algumas mudanças em seu *modus vivendi*, mas sem abandonar as peculiaridades do sertão.

Destaca-se que, no contexto do final do século XIX e início do século XX, a França e a Inglaterra se consagravam no Brasil como verdadeiros modelos de civilização, paradigmas a serem seguidos, como uma fórmula para a prosperidade econômica, política e social (KODAMA, 2009). A presença dos religiosos franceses em meio ao sertão tocantinense possibilitou um ‘afrancesamento’ da região, especialmente da cidade de Porto Nacional⁶⁸.

Assim, a missão religiosa dominicana francesa em Porto Nacional, por meio dos dispositivos elaborados para alcançar seus objetivos “fez com que esta [cidade] se tornasse centro de irradiação espiritual e cultural para todo o norte de Goiás” (OLIVEIRA, 2004, p. 238). De acordo com Moreira Filho, no prefácio da obra de

⁶⁷As maiores resistências do sertanejo em relação aos missionários se deram no contexto da vivência da religiosidade, especialmente, o sertanejo do interior, que vivia fora da cidade ou em pequenos povoados. Muitas vezes era preciso “ser condescendente” e reconhecer as práticas religiosas populares como expressões de uma fé simples e sincera do que meramente tudo condenar. Percebe-se que o ímpeto de reforma dos dominicanos foi contido pela resistência dos fiéis, o que exigiu permanentes e dinâmicas negociações, numa relação sempre complexa entre o clero e os leigos (CAIXETA, 2011, p. 128). A situação mais conflituosa encontrada em Porto Nacional, durante este trabalho foi em relação ao Frei Gil Vilanova e seu explícito posicionamento político, que gerou intrigas entre alguns cidadãos portuenses, membros da elite política, e a atuação de alguns frades, como será abordado, posteriormente, ainda neste capítulo.

⁶⁸As obras de frei José Maria Audrin (1963 e 2007) revelam o quanto os missionários dominicanos franceses também se ‘assertanejaram’. Houve significativa permuta entre as duas culturas, valores, conhecimentos, normas, hábitos, costumes, símbolos e os mais diversos traços culturais. Pode-se afirmar que um verdadeiro processo de aculturação aconteceu (ULLMANN, 1991). A missão dominicana francesa marcou o sertão do norte goiano e este marcou a vida dos frades que por lá viveram.

Rodrigues (2007, p. 13), “os padres dominicanos semearam uma educação humanizadora e com sustentação, sobretudo na religião, na filosofia, no teatro, na música, nos esportes, nas artes plásticas em geral e nas línguas do velho mundo”.

3.1 AS MISSÕES

As missões constituem-se o grande objetivo apostólico da Ordem dos Pregadores nas primeiras fundações brasileiras. O visitador canônico da província de Toulouse no Brasil, Frei Estevão de Gallais, no ano de 1892, insistiu sobre esse trabalho e afirmou que

Para isso viemos este é o objeto visado desde o início, o fim para o qual convergem nossos esforços [...] outras obras igualmente belas e uteis podem solicitar vosso zelo. Se porém, para empreende-las, fosse preciso abandonar, mesmo em parte, a das Missões, não hesitaríamos em vos dizer: Adiai! Esperai que Deus vos dê os meios de corresponder a todas as necessidades permitindo-vos arar novas terras sem deixar de cultivar as antigas (CMD, n. 13, p. 2).

Esse dispositivo eclesial e dominicano chamado de ‘missões’ recebia o adjetivo de ‘populares’ ou ‘paroquiais’ e aconteciam na própria cidade em que se encontrava o convento (CMD, n. 13, p. 1) ou às paróquias vizinhas (CMD, n. 15, p. 1). Na cidade sede do convento, no caso Porto Nacional, elas eram perenes e intensas, pois os missionários empregavam-se em obras de zelo religioso buscando dinamizar e movimentar a igreja local. Para tanto, criavam um “espírito parochial, tendo como finalidade envolver sempre um maior número de pessoas em atividades ligadas à paróquia” (CAES, 2002, p. 116-117). Sobre isso, Caes (2002, p. 121) afirma que

A intensidade da vida paroquial destinava-se a fazer com que o paroquiano passasse a “amar a sua paróquia, tomar parte na sua vida, interessar-se pela sua sorte, participar de suas tradições e de suas glórias, ter para com seus legítimos pastores- o pároco, o bispo e o Papa – uma verdadeira veneração filial”. A paróquia era a “família católica” e, da mesma forma que “a destruição da família seria a destruição social, a dissolução da vida paroquial seria a dissolução da vida religiosa entre os católicos”.

No intuito de reorganizar a vida da paróquia e intensificar a participação do povo nos moldes do espírito reformador, os dominicanos empenharam-se na

fundação de entidades e pequenas comunidades em forma de associações, conduzidas e orientadas exclusivamente por eles, pois eram comuns, no Brasil, principalmente no interior, entre o século XVI e a primeira metade do século XIX, as associações e irmandades controladas por leigos (FREITAS, 2006). Para isso, os missionários fundaram em Porto Nacional o Apostolado da Oração, a Confraria do Rosário, a Ordem Terceira Dominicana e outras associações que possibilitaram mudanças na religiosidade do povo católico portuense, consolidando o funcionamento da Paróquia de Nossa Senhora das Mercês.

O encarte n. 15 da Coleção Memória Dominicana intitulado *Crônicas da Missão Dominicana em Porto Nacional* traz algumas informações que confirmam o trabalho dos frades na organização e na animação dessa paróquia. Entre elas, encontra-se que,

A 10 de junho [de 1903] instalou o Apostolado da Oração⁶⁹. A 2 de outubro de 1903 fundou solenemente a Confraria do Rosário⁷⁰, sendo o documento

⁶⁹ A devoção ao Sagrado Coração de Jesus intensificou-se na França na primeira metade do século XIX e estendeu-se para o mundo todo como festa da Igreja Católica por meio do decreto de 23 de agosto de 1856 do Papa Pio IX. A devoção ao Sagrado Coração de Jesus “é própria da teologia conhecida como ultramontana do século XIX, valorizada pelo clero e por pessoas e grupos vinculadas diretamente ao poder institucional da Igreja” (FALCADE, 2010, p. 15). Consequentemente a essa devoção nasceu, em 1844, em Vals na França, o Apostolado da Oração, uma associação de homens e mulheres que buscavam a “devoção ao Coração Divino: oferecimento do dia ao Coração de Jesus com um sentido missionário; a comunhão pelo menos mensal e principalmente na primeira sexta feira do mês; a reza do terço ou ao menos uma dezena [...] não [como] simples devoção, [mas como] uma vivência de amor, de reparação, de consagração à causa da fé, um apostolado através da oração” (FALCADE, 2010, p. 16). A devoção ao Sagrado Coração chegou ao Brasil com as Ordens e Congregações religiosas, especialmente as francesas, que aqui se instalaram no intuito de contribuir com os bispos na Reforma Católica do clero e do povo cristão. Assim, “o Coração de Jesus foi companheiro da romanização, dasacramentalização e da nova figura do clero, independentemente da política e mais fortemente aliada de Roma” (FALCADE, 2010, p. 37). Em virtude disso, a Ordem Dominicana em suas missões sertanejas, como a de Porto Nacional, acentuou a devoção ao Sagrado Coração de Jesus e a fundação do Apostolado da Oração em diversos lugares, visto que, como eram oriundos da França, vivenciaram intensamente o surgimento e a propagação dessas devoções bem como a organização dessa associação católica.

⁷⁰ A Confraria do Rosário era (é) uma associação composta de homens e mulheres que tinham por objetivo a oração do rosário como um modo de louvar a Mãe de Jesus. Desde os tempos coloniais, no Brasil, foi comum a fundação dessas confrarias com caráter totalmente leigo. No contexto da reforma católica em que se insere a missão dominicana de Porto Nacional, a Confraria do Rosário ganhou um caráter mais clerical. Consta que em Porto Nacional a Confraria do rosário foi fundada no mesmo ano da chegada das Irmãs Dominicanas, em 1904, com o intuito de “concorrer para o desenvolvimento do espírito religioso do meio daquele bom povo” (MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO, janeiro de 1905, p. 142). Vale destacar que a Confraria do Rosário em Porto Nacional comemorava a festa de Nossa Senhora do Rosário, conforme o pedido do Papa Leão XIII na encíclica *Supremi Apostolatus Officio*, de 1 de setembro de 1883: “Vivamente aprovamos que as Confrarias do rosário, seguindo uma antiga tradição, façam solenes procissões pelas ruas da cidade, em pública demonstração da sua fé”. Algumas notas da Revista Mensageiro do Santo Rosário de 1914 e 1920 destacam a devoção ao Rosário e a atuação das confrarias em Porto Nacional, respectivamente: “A devoção do S. Rosário continua a ser a devoção predilecta dos fieis. Tem ella afervorado muitas almas e contribuído poderosamente para que os homens e os próprios moços se

assinado pelos freis Rosário, Angelo Dargaignaratz e Salvador Brás (CMD, n. 15, p. 4).

Estabeleceu um princípio da Ordem Terceira⁷¹ de São Domingos. Os membros desta Ordem espalharam-se pelos centros da Missão e muito ajudaram os missionários pelo ensino do Catecismo como pelo bom exemplo de uma vida cristã (CMD, 15, p. 4).

Entre outras notícias, a *Revista Mensageiro do Santo Rosário* divulgava notas das diversas frentes de missão. Encontram-se, em alguns números, vários registros acerca dos trabalhos dos missionários do Convento Santa Rosa de Lima na cidade de Porto Nacional. Entre elas, chama a atenção uma notícia sobre a realização de uma primeira comunhão em 1922:

Folgo em comunicar-lhe que a cerimonia de primeira communhão que realisou-se no dia 21 de junho reuniu umas setenta crianças... Havia muito tempo que não se fazia mais essa função religiosa [...] Dom Domingos que designou-se presidir a cerimonia mostrou-se satisfetíssimo(*sic*) (MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO, setembro de 1922, p. 79).

A primeira comunhão para crianças, desde que instituída pelo Papa Pio X, tornou-se uma celebração festiva e revestiu-se de significativa importância na prática católica. Conforme Freitas (2006, p. 129), a primeira eucaristia para crianças tornou-se uma “comemoração capaz de reunir pais e crianças e inserir os(as) meninos(as) no seio mais íntimo da relação com Deus ao receberem o Cristo sacramentado sob a forma simbólica de pão e vinho”.

No entanto, para participarem da primeira comunhão, as crianças frequentavam o catecismo, semanalmente, coordenado e ensinado pelos próprios

aproximem em maior número da Sagrada Mesa. As reuniões geraes tem se realizado com toda a regularidade na vasta Igreja de N. S. das Mercês e a das Sras. Chefes do Rosário Perpétuo tem se efectuado no Collégio das Irmãs Dominicanas sob a presidência da exma. Irmã Ignez, D. D. Superiora do estabelecimento [...]. Em cada primeiro domingo do mez faz-se no largo da Igreja a procissão de N. S. do Rosário. Carregam o andor e entoam cânticos acompanhados pelas vozes dos fieis as educandas das Irmãs Dominicanas [...]. A festa de N. S. do Rosário e o mez de outubro foram celebrados com belas e pomposas ceremonias. Numerosas foram as communhões e harmoniosas e vibrantes estiveram as cantoras, echoando diariamente além do largo e real rio Tocantins [...]” (MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO, abril de 1914, p. 225-226).

“Correu muito piedosa e solemne, consoante as tradições Dominicanas e portuenses, a festa de N. S. do Rosário, celebrada na magestosa Igreja de N. S. das Mercês, futura Sé Episcopal. A communhão geral foi numerosa, notando-se muitos irmãos do Rosário vindo do Pontal e de outros sítios. Houve missa cantanda às 8 ½ e á tarde desfilou pelas ruas da cidade – perola do Tocantins – a bem organizada e pomposa procissão. O Collegio das Irmãs Dominicanas realçou muito todas as ceremonias. Durante o dia, e desde as vésperas, rezaram-se muitos terços na Igreja e fizeram-se muitas visitas ao Altar da Confraria” (MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO, fevereiro de 1920, p. 162).

⁷¹ Sobre a Ordem Terceira, ver o primeiro capítulo.

padres dominicanos ou por seus ajudantes, leigos pertencentes à Ordem Terceira, ao Apostolado da Oração ou à Confraria do Rosário. O catecismo era uma forma de ensinar a religião às crianças e instruí-las nas verdades da fé desde a mais tenra idade, com o objetivo de garantir os católicos do porvir. Segundo Bollin e Gasparini (1998, p. 105), a catequese é vista como o “[...] ensino da doutrina cristã, concentrada no catecismo, o livro (impresso!) que compila, de um modo simples, essencial e completo, tudo o que o fiel deve conhecer”.

Para incrementarem o trabalho evangelizador na cidade de Porto Nacional, os missionários do convento Santa Rosa de Lima proporcionavam a vinda de frades de outros conventos organizando as ‘santas missões’ na sede conventual. Consta que, no ano de 1913, o “Frei Sebastião Tomás, Vigário Provincial dos Dominicanos, com Frei Francisco Bigorre pregaram uma missão no Porto” (CMD, n. 15, p. 6) com o intuito de propiciarem aos paroquianos a intensificação e o fervor da vida cristã ou, nesse caso, talvez, preparar o povo para a visita pastoral de Dom Claudio à cidade, o que ocorreu no mesmo ano⁷².

Na visão de Santos (1996, p. 98) – e ratificando o que já foi considerado aqui –, “as missões evangelizadoras constituíram um dos principais trabalhos apostólicos dos dominicanos”. Em virtude disso e em razão do número ínfimo de padres para atender as diversas cidades e paróquias do antigo norte de Goiás, as missões dominicanas estenderam-se para essas localidades pertencentes territorialmente à missão do Convento Santa Rosa de Lima de Porto Nacional.

No dia 5 de junho de 1904, o bispo de Goiás à época, Dom Eduardo Duarte da Silva, e o provincial de Toulouse, Frei Estevão de Gallais, “firmaram um contrato perante a Santa Sé, que deu em perpétuo aos dominicanos as paróquias de Porto Nacional, Peixe, Carolina e Boa Vista” (CMD, 15, p. 5). Dessa forma, nesses lugares, a missão foi intensificada e tinha por objetivo:

- 1) atendimento sacramental e celebrações de missas pelas quais os fiéis cumpriam os preceitos da Igreja;
- 2) uma pregação catequética e evangelizadora em torno dos mistérios do Rosário;
- 3) Organização de pequenas comunidades em forma de associações como a Confraria do Rosário, Apostolado da Oração, Vicentinos, Ordem Terceira;
- 4) Manifestações públicas de fé: procissões, cruzeiros levantados como memorial da passagem dos missionários, mas principalmente para

⁷²O sentido e o significado dessa visita pastoral serão analisados, posteriormente, ainda neste capítulo.

lembranças dos compromissos assumidos pela comunidade perante a fé e Deus [...] (*sic*) (CMD, n. 13, p. 1-2).

Durante essas missões, os dominicanos espalhavam a devoção ao Rosário⁷³ e fundavam novas confrarias, por exemplo,

Trata-se da fundação de novas divisões do Rosário Perpétuo nos povoados de Espírito Santo do Peixe e Piabanha. Apesar de trabalhos árduos e múltiplos os missionários Dominicanos daquellas regiões não deixam de cultuar com amor a bella devoção do Santo Rosário que lhes proporciona muitas consolações espirituas (MSR, junho de 1911, p. 31).

Durante as missões também aconteciam algumas situações inusitadas. Os dominicanos franceses eram definidos quanto ao posicionamento político que tinham no Brasil. Com o advento da República, em comunhão com a Igreja, manifestavam publicamente suas posturas contrárias às transformações sociais e políticas que estavam ocorrendo, especialmente em relação à secularização e ao estabelecimento do estado laico e a separação entre Igreja e Estado. Em alguns momentos, esse posicionamento político colocou os “missionários em conflito com as elites políticas liberais goianas, que os acusavam de fazer parte de um movimento para restabelecer a monarquia no Brasil” (GRIGÓRIO, 2012, p. 132).

Caso exemplar aconteceu em Boa Vista do Tocantins, no Bico do Papagaio, extremo norte do território da missão de Porto Nacional. A política nessa região era acirrada, assim como em todo o Goiás, entre dois partidos, gerando disputas sangrentas e, às vezes, verdadeiras carnificinas. Nessa cidade, a disputa pelo poder

⁷³O Rosário é uma devoção católica em homenagem a Nossa Senhora, de origem medieval, que permanece ativa na religiosidade popular. De acordo com Oliveira (2011, p. 56), “apesar de haver referências ao saltério antes do século XIII, será com Domingos de Gusmão (1170-1221) e seus frades pregadores que a recitação do rosário passa a ser mais difundida. No século XIV, o mito de instituição do Rosário por São Domingos, difundido sobretudo por Alano de La Roche, conquistou crédito crescente, fixando-se na memória coletiva do catolicismo como evento originário da devoção do Rosário (MEO; FIORES, 1997, p. 1137). Desde então, essa devoção passou a ser amplamente incentivada pelos papas ao longo da história do catolicismo romano. Após a assinatura da Bula *Consueverunt Romani Pontifices* (1569) por Pio V, papa proveniente da Ordem Dominicana, inúmeros são os documentos pontifícios de seus sucessores que exortam os fiéis à prática dessa oração. A devoção ao Rosário ganhou força no contexto da Reforma Católica e foi propagada de modo profuso na América Latina. Foi por obra de missionários que o culto a Nossa Senhora do Rosário expandiu em terras americanas e alcançou imensa popularidade. A pregação dessa devoção foi uma das prioridades da missão dos religiosos dominicanos, especialmente em suas missões, conforme se evidencia na *Revista Mensageiro do Santo Rosário* (abril de 1914, p. 226): “[...] Em todas as suas excursões apostólicas, longas e bastante trabalhosas, os Missionários Dominicanos rezam quotidianamente o terço nas modestas casas ou ranchos onde se hospedam e em que exercem o seu sagrado ministério. O que eles mais distribuem entre o povo são rosários”.

estava dividida entre dois famosos coronéis: Carlos Gomes Leitão, líder do partido democrata, e Francisco de Sales Maciel Perna, líder do partido republicano federal (SILVA, 1935).

No espírito das missões, dois frades dominicanos, Frei Gil Vilanova e Frei Domingos Carrerot, se dirigem a Boa Vista, oitenta léguas de Porto Nacional, no ano de 1892. Ao se aproximarem da cidade, puderam sentir com tristeza e espanto os efeitos das disputas políticas que havia se transformado em uma verdadeira guerra civil (AUDRIN, 2007). Relata-se que,

Apenas chegado em Boa Vista, Frei Gil resolveu abrir os exercícios da santa Missão para o povo da cidade, enquanto enviava convites a todas as famílias da redondeza [...]

A intenção era, sem dúvida, leal e generosa: obter por meio das palavras evangélicas a pacificação, a reconciliação dos inimigos, e como consequência o sossego tão almejado. Constrangia seu bom coração a situação de tantos infelizes sertanejos alheios às intrigas, e obrigados uns a pegar em armas, outros a esconder-se nos matos, para não serem envolvidos nessas lutas sangrentas. As circunstâncias, porém não eram propícias [...].

De fato, era sumamente imprudente convocar multidões num povoado cercado de trincheiras e destituído de qualquer socorro policial. Era oferecer a muitas vítimas da véspera uma ocasião perigosa de encontrarem aqueles que acabavam de roubar seus bens ou matar algum parente amigo[...] (AUDRIN, 2007, p. 67-68).

No entanto, os missionários passaram um mês na cidade convivendo com tais disputas. Apesar de ser militante em Goiás do Partido Católico, que originou o Partido Republicano Federal, Frei Gil desejava estabelecer a concórdia na cidade na qualidade de missionário. No entanto,

[...] incapaz, na sua lealdade, de suspeitar a que ponto podem chegar as falsidades políticas, imaginou obter um encontro dos dois chefes inimigos em presença do Missionário e de um grupo de testemunhas por ele escolhidas. Houve recusas naturalmente, mas o padre tanto insistiu que, de bom ou mau grado, seu pedido foi aceito (AUDRIN, 2007, p. 67-68).

Frei Estevão de Gallais relata o episódio do missionário em meio a essa conturbada situação afirmando que, depois de convencer o coronel Perna da necessidade das negociações com o coronel Leitão,

[...] o padre Vilanova vai ao encontro de Carlos Leitão. Logo que ele aparece, fazem pontaria; uma mulher afasta o cano do fuzil e a bala passa raspando. Enfim, pode chegar até onde estavam os sitiados e propõe a Carlos Leitão vir com alguns dos seus à presença de Perna. Escolhe-se como lugar de entrevista a casa do capitão Alexandre, irmão de Carlos

Leitão. À hora aprazada, os dois chefes chegam com alguns de seus homens. Logo que se acham uns diante dos outros, parte um tiro do lado dos partidários de Perna e Alexandre Gomes Leitão cai morto. Seu irmão, Carlos Leitão, julga ter chegado sua última hora; e implora a proteção ao Padre Vilanova [...]. Para evitar um novo atentado à palavra dada, o Padre Vilanova não deixa um momento o chefe liberal; acompanha-o durante todo o dia até o ver em logar seguro junto à família (GALLAIS, 1942, p. 166).

Entretanto Frei Gil Vilanova, nesse episódio, passou de salvador a culpado, e o desejo do frade de que tudo se resolvesse bem durante a missão naquele lugar se tornou para ele um pesadelo, pois o coronel Leitão e seus aliados

[...] mudam repentinamente de disposições e linguagens. Eles e seus partidários espalham o boato de que o Padre Vilanova era conivente com Perna e os de seu partido, que é o principal responsável por esta odiosa violação do direito das gentes [...]. A lenda captada pelos jornais, foi-se enfeitando e lá longe contaram que um antigo oficial do exército francês viera, disfarçado de monge, assumir a direção do movimento reacionário de Boa Vista e trabalhar, *por fas* ou *por nefas*, pelo restabelecimento da monarquia(*sic*) (GALLAIS, 1942, p. 167).

Com isso, Frei Gil passou a ser perseguido, precisou retornar com urgência para Porto Nacional e separou-se de Frei Domingos, seu companheiro, pois a situação ficou apreensiva para os missionários. Dessa forma,

Com mil dificuldades, usando de arriscadas estratégias, protegido e guiado por amigos bem armados, Frei Gil conseguiu sair da infeliz cidade. Havia já caminhado dois dias, quando recebeu uma mensagem apressada de Frei Domingos, avisando-o de que assassinos estavam esperando sua passagem em certo ponto da estrada [...]. O padre afastou-se logo para uma direção diferente, embrenhou-se no mais fundo do sertão, entrou no Estado do Maranhão e, por um imenso desvio, pôde chegar incólume a Porto Nacional (AUDRIN, 2007, p. 67).

Na visão de Audrin (2007, p. 68), Frei Gil foi “pouco diplomata, marselhez um tanto loquaz também, deixava transpirar demais em suas conversas e mesmo nas práticas da igreja, o seu papel de partidário senão de emissário indireto do tal partido católico de Goiás, radicalmente oposto ao poderoso Dr. Leopoldo Bulhoes (*sic*)”.

Na verdade, o missionário foi ingênuo e isso lhe custou caro. Apesar de não se encontrarem significativos ataques e resistências à Ordem Dominicana em Porto Nacional, nesta pesquisa, os resultados da missão de Frei Gil Vilanova, em Boa Vista, no ano de 1892, ocasionaram conflitos entre personagens políticos de Porto Nacional e os frades que tomavam partido em intrigas políticas.

Conforme alude o trabalho de pesquisa de Patrícia Grigório (2012, p. 140), ao elencar algumas denúncias de militantes políticos portuenses aos frades dominicanos de Porto⁷⁴, a situação de frei Gil Vilanova ficou insustentável naquela cidade e ele foi transferido para o Convento de Uberaba. Só retornou para Porto Nacional em 1896, com um mandato oficial da província para trabalhar entre os povos indígenas do Araguaia.

3.2 AS DESOBRIGAS

Enquanto as missões aconteciam nas paróquias e nas cidades maiores do território do Convento Santa Rosa de Lima e se propunham a “recuperar o fervor religioso, provocar conversões e regularização da vida, reconciliação de ódios, evitando assim, os conflitos, além das tentativas de afastar os abusos e as superstições e estimular a volta aos sacramentos” (FRAGOSO *apud* CAIXETA, 2011, p. 132-133), as desobrigas eram incursões que percorriam todo o sertão do antigo norte de Goiás, especialmente o interior mais longínquo e a zona rural.

⁷⁴Existiam na cidade de Goyaz no final do século XIX dois periódicos que eram mantidos pelos dois partidos políticos existentes, o “Estado de Goyaz”, órgão do Partido Republicano Federal e o “Goyaz”, órgão do Partido Liberal. Cidadãos portuenses membros do Partido Liberal acusavam acirradamente alguns frades dominicanos de não atuarem condizentemente ao seu papel de religioso e se envolverem em questões partidárias e usaram para isso o periódico do partido como, por exemplo: “(...) vimos declarar que todas as acusações feitas pelo *Goiaz aos frades Gil, Domingos Nicolé e Rozario*, com relação aos abusos cometidos em Porto Nacional não são caluniosas, mas verdadeiras (...). É preciso advertir o *Estado* que não são só os frades acusados pelo *Goiaz* que tem estado no Porto Nacional; lá estiveram frei Gabriel e frei Miguel, lá está frei Domingos Carreró e nunca ninguém se lembrou de levantar acusações contra eles e sobre o *Estado* porque? *É porque estes frades procederam sempre e continuam a proceder como verdadeiros apóstolos da religião de Cristo, não se metem em intrigas políticas, não perturbam a paz das famílias.* Frei Domingos Carreró estava em Boa Vista no dia do assassinato do capitão Alexandre, porventura seu nome apareceu envolvido no monstruoso crime? Não” (GOYAZ *apud* GRIGÓRIO, 2012, p. 139).

Aos ataques dos liberais, Frei Gil Vilanova utilizou-se do periódico do partido republicano, que parecia apoiar aos dominicanos, para responder e se defender às críticas feitas à ele, por exemplo: “S.s. pergunta porque razão, Fr. Gabriel e Fr. Miguel que por muito tempo estiveram em Porto, nunca foram acusados? Pergunta também porque motivo o nome de Fr. Domingos Carrerot não se acha envolvido nos negócios de Boa Vista? S.s. se faz de ingênuo. O ódio, bem o sabeis s.s. tem dessas preferências. Quando ele inventa uma calúnia, escolhe também a pessoa contra quem a deve lançar. Seu argumento, sr. coronel, pode provar que até hoje, Fr. Gabriel, Fr. Miguel, Fr. Domingos Carrerot, não caíram no seu desagrado; mas não prova que as acusações que s.s. faz contra mim sejam verdades” (ESTADO DE GOYAZ *apud* GRIGÓRIO, 2012, p. 139-140). Enfim, na visão de Frei Gil, os ataques direcionados a ele eram de cunho pessoal, no entanto se percebe que o envolvimento dos frades em discussões políticas acaloradas eram constantes, mas nem sempre agradavam a população local, que concebiam os frades unicamente como religiosos que não podiam tomar partido na política local.

O termo 'desobriga'⁷⁵ está relacionado ao ato do cristão católico de cumprir com suas obrigações religiosas, ou seja, ouvir a palavra de Deus, receber os sacramentos, participar da missa, fazer a Páscoa, confessando e comungando ao menos uma vez por ano, conforme ensinam os mandamentos da Igreja. 'Desobrigar-se' era sinônimo de cumprir com esses preceitos e 'desencarregar a consciência' em relação aos deveres cristãos (PIAGEM; SOUZA, 2000). Os missionários dominicanos realizavam essa missão, de caráter supletivo e anualmente, no intuito de 'desobrigar' os católicos espalhados pela vasta região sertaneja do Tocantins.

As desobrigas existiam desde os tempos coloniais e funcionaram como verdadeiros recenseamentos durante o padroado régio. Naquele tempo, os padres que realizavam as desobrigas representavam a igreja e o Estado no meio do povo nos lugares mais remotos. Às vezes, muito mais o poder temporal do que o espiritual, "deixando a desejar o atendimento às necessidades religiosas das regiões às quais faziam parte, o que facilitou a presença de um catolicismo popular e sincrético" (PINHEIRO, 2014, p. 85). Essa realidade já tinha sido constatada no antigo norte de Goiás e foi alvo de constante combate pelo movimento reformador ultramontano do final do século XIX e início do século XX.

Dessa forma, as desobrigas foram uma estratégia importante no trabalho dos missionários dominicanos franceses em Porto Nacional no intuito de cumprirem com a missão da Ordem, 'a de pregar e salvar almas' e atenderem aos projetos de evangelização na Diocese de Goiás.

Apesar de serem breves em cada lugar onde aconteciam, uma noite e uma manhã, as desobrigas representavam o único contato do povo católico sertanejo com a Igreja, nesse caso, com a pessoa do missionário dominicano. Dessa forma, essas desobrigas eram bem planejadas, conforme relatou um dominicano:

No princípio do ano, enquanto os Religiosos estavam esperando no convento o fim das chuvas invernais, organizava-se o plano da campanha espiritual. Cada um recebia um programa de ação, junto com um roteiro bem determinado, indicando os povoados e as zonas a visitar, os sítios em que deveria "pousar", as estradas por onde seguiria. Com a mesma antecedência, povoações e famílias eram informadas do dia da chegada do

⁷⁵"Dá-se esse nome para a turnê apostólica anual que fazem os missionários, visitando as diversas regiões que lhes são confiadas, a fim de administrar os sacramentos de batismo e de casamento, como também para permitir a muitos cristãos espalhados no Sertão de ouvir a santa missa, de confessar e de comungar uma vez por ano" (*Visite Canonique et statistique Mission Dominicaine du Brésil 1911-1919*, Toulouse, 1919, p. 33).

Padre e do tempo de sua permanência, afim de que todos pudessem aproveitar a breve passagem e receber os sacramentos. Chegando o dia da partida⁷⁶, o Religioso munido da benção do Superior, começava a cumprir com rigor o programa e assim continuava, meses a fio, salvo um caso de força maior (AUDRIN, 2007, p. 68-69).

Utilizando-se do burro (ver figura 4, a seguir) e do barco como meios de transporte, os únicos do sertão, os missionários rasgavam o território das desobrigas durante longos meses, sob um sol tórrido, pelos chapadões, várzeas e cerrados, às vezes sem água e sem comida, separados uns dos outros⁷⁷ e sem notícias do mundo.

Como as viagens de desobriga eram demoradas, “o Missionário não pode descuidar de sua própria manutenção, e deve levar em suas “bruacas” e “alforges” o indispensável para suas parcas refeições sob pena de cair de inanição”(sic) (AUDRIN, 2007, p. 71). Às vezes, o missionário não encontrava uma farta refeição nos lugares de ‘pouso’, dependendo da condição financeira do dono da casa.

A alimentação para as desobrigas compunham-se de carne de sol, farinha e a rapadura, as bases da alimentação sertaneja e as melhores para uma longa viagem, pois não estragavam facilmente e sustentavam o missionário por um tempo maior (AUDRIN, 1963). Diversas vezes o pouco que o frade dominicano trazia em sua bagagem tinha de ser partilhado com quem encontrava pelo caminho.

A bagagem do missionário para a desobriga era grande. Além da alimentação, ele precisava arrumar outros apetrechos, que consistiam em:

[...] sela com acessórios, rédeas com brida e cabeção, baixeiros, coxinilho, cincha, cabrestos, peias, chocalhos, esporas, chicote, chapéu, guarda-pó, alforjes, cangalhas, bruacas, banda de couro cru para cobrir a carga, arrocho, trancafió, ração dos animais de carga, mochila para guardar a roupa do padre e maca na garupa.

Além disto, era necessário prever e arrumar alguns medicamentos e objetos de uso pessoal: lanternas, velas, vinho, hóstias, santos óleos para ministração dos sacramentos, assim como catecismos, terço, medalhas, santinhos, etc. Por isso era preciso levar uma carga. Aquilo que não cabia nas duas bruacas ia em sacos como sobrecarga ou nos alforjes do missionário e do sacristão, aproveitando também a garupa dos animais.

⁷⁶ “[...] nos separávamos nos primeiros dias de maio; partíamos de coração, por veses pesado, para não nos reencontrar senão em setembro, às vésperas da festa de Nossa Senhora das Mercês” (sic) (CMD, nº 15, p. 7). A figura 4 retrata muito bem um momento de partida dos frades para a desobriga.

⁷⁷ “Le petit nombre de Missionnaires valides ne leur permet pas, hélas! d’aller deux par deux, à moins qu’il ne s’agisse d’un grand centre à évangéliser, ce qui est l’exception” (VISITE CANONIQUE, 1919, p. 33). (O pequeno número de Missionários válidos não lhes permite, infelizmente, ir em grupo de dois, a menos que ele seja um grande centro de evangelizar, o que é a exceção).

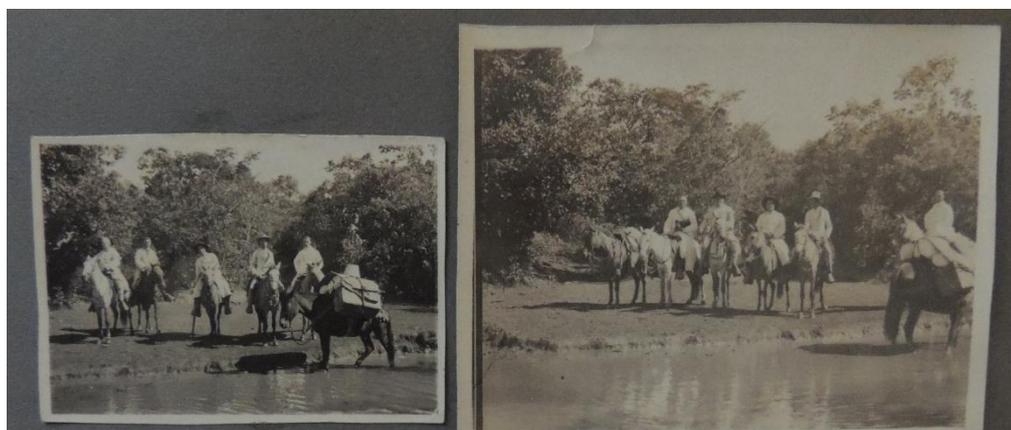
Tudo tinha de ser meticulosamente previsto para não haver falha no decurso da desobriga [...] (PIAGEM; SOUZA, 2000, p. 104).

O relatório da Visita Canônica do Frei Francisco Bigorre aos conventos da missão dominicana da província de Toulouse no Brasil, publicado em 1919, registra alguns detalhes interessantes sobre a desobriga, especialmente no que se refere à caravana, aos apetrechos de viagem e ao animal cargueiro da seguinte forma:

La petite caravane se compose généralement du Père, du camarada et de quatre ou cinq mulets, deux pour les cavaliers, deux pour les charges, qui comprennent: la petite chapelle de Missionnaire, quelques vêtements, très pauvres, de la carne seca, du riz, du café et du sucre, une marmite, une cafetière, et c'est tout pour longs mois.

Il est prudent d'avoir un cinquième mulet de rechange en cas d'accident. Il arrive en effet, malheureusement assez souvent, que la cangalha blesse le mulet et l'empêche de porter la charge pendant quelques jours. Parfois, et c'est plus grave, un serpent mord de mulet qui pait tranquillement pendant la nuit, et alors c'est la mort en quelques heures. Que fera le Missionnaire s'il n'a pas un mulet de rechange? Tout ne sera point perdu, car le camarada, par dévouement pour le Père, ira à pied jusqu'à ce qu'on trouve un autre mulet à acheter⁷⁸ (VISITE CANONIQUE, 1919, p. 33-34).

Figura 4 – Os padres dominicanos de Porto Nacional em partida para a desobriga no sertão do Tocantins⁷⁹



Fonte: Arquivo da Província Dominicana do Brasil, Belo Horizonte-MG (2014).

⁷⁸“A pequena caravana se compõe geralmente do Padre, de camarada e de quatro ou de cinco mulas, dois para os cavaleiros, dois para as cargas, que tem: a pequena capela de missionário, algumas roupas pobres, carne seca, arroz, café e açúcar, uma panela, uma máquina de café, é tudo para os longos meses de Missão.

É prudente ter uma quinta mula de substituição em caso de acidente. Acontece de fato, infelizmente muitas vezes, que a cangalha machuca a mula e o impede de aguentar as cargas por alguns dias. Às vezes, é mais grave, uma cobra morde a mula tranquilamente no meio da noite, e, em seguida, é a morte em algumas horas. O que fará o missionário se não tiver a mula de substituição? Tudo não será perdido, porque o camarada para a devoção ao Padre, vai andar a pé até que encontrarmos outro mula para comprar”.

⁷⁹ A legenda dessas fotos traz a data de 10 de junho de 1938.

Eram meses de viagem percorrendo muitos quilômetros e enfrentando dificuldades e perigos constantes entre um pouso e outro. As estradas, quando existiam, eram terríveis e, na maioria das vezes, era preciso abrir caminhos entre o cerrado e, “ao penetrar nos cipoais e tabocais, [o missionário] servia-se com destreza do facão⁸⁰, para abrir e limpar o caminho” (AUDRIN, 2007, p. 75).

Em uma carta de frei Bertrand Olleris, publicada na revista *Missions Dominicaines* de novembro de 1932 e traduzida no fascículo número 15 da coleção Memória Dominicana, encontram-se detalhes sobre alguns perigos das desobrigas. Conta que um frade dominicano que

[...] partiu para a Ilha do Bananal e sua expedição foi muito penosa. Ele quis descer por um rio ainda desconhecido, que é um afluente da margem esquerda do Araguaia. Seus homens desceram de barco e ele quis continuar a cavalo para encontrá-los mais embaixo. Ele encontrou-se numa floresta absolutamente impenetrável, onde um outro rio o impediu de ir mais longe. Durante quatro dias ele não comeu quase nada. Viagens em tais condições são desgastantes. Disseram-nos igualmente que ele perdeu duas mulas picadas por cobras venenosas [...](CMD, n. 15, p. 26).

Em sua obra, Frei Audrin (2007, p. 69) preocupou-se em descrever, detalhadamente, o programa de uma desobriga dos missionários dominicanos da seguinte forma:

Ao alcançar a tardinha o “pouso”⁸¹ previamente designado, achava reunidos os fiéis da vizinhança, e sem mesmo uma horinha para descansar, começava o pesado trabalho da desobriga: catecismo às crianças (e quantos adultos eram crianças!), anotações de batizados, informações e apontamentos de casamentos etc. Depois de uma ceia bem modesta ou mais copiosa, conforme os recursos do hóspede, convoca-se o povo para a reza do terço e o canto da ladainha, junto do altarzinho rústico, ornado de flores, imagens de santos e bandeiras do Divino. Hora solene na sua singeleza; ninguém queria perdê-la; e o Padre aproveitava para fazer a primeira prática, publicar os banhos, dar avisos e convidar aos sacramentos. Um piedoso “bendito” cantado por todos terminava a reunião.

⁸⁰ Um instrumento indispensável para o missionário nas desobrigas. Muitos dos dominicanos tinham certo “ardor e habilidade ao manejá-lo [que] faziam a admiração dos matutos que o acompanhavam” (AUDRIN, 2007, p. 75).

⁸¹ O pouso era o lugar marcado antecipadamente onde acontecia a programação da desobriga. Era um sítio, uma chácara ou alguma casa à beira do caminho, geralmente um ponto mais central, que se responsabilizava em sediar o evento religioso propiciando hospedagem e alimentação ao missionário, seus companheiros e a todos os que vinham de longe participar da desobriga. Piagem e Souza (2000, p. 103) afirmam que, na maioria das vezes, os nomes dos moradores arrolados para sediarem o pouso “eram de pessoas influentes na região, que tinham uma certa liderança e condições materiais, sociais e morais para acolher o padre e o povo”.

Começava então a tarefa mais penosa da vida do missionário. Embora cansado pela longa jornada, embora às vezes com um resto de fome depois de refeição insuficiente, [o missionário] era obrigado a ouvir confissões até alta noite⁸². Tanta gente havia para comungar casar, crismar! [...].

Esta é a primeira parte da desobriga: a noite. Após um breve repouso⁸³, o missionário retoma suas atividades ainda de madrugada, atendendo as confissões dos que chegaram ao meio da noite⁸⁴ e começa a preparar a Missa, ponto central da desobriga, em que acontecia o 'indispensável sermão'⁸⁵ e que todos os presentes ouviam atentamente (AUDRIN, 2007).

Conforme frei Audrin(2007, p. 69), após a missa,

Era o momento dos casamentos, tão propício para falar da família cristã, dos deveres dos espôsos e dos pais, da honestidade e da felicidade conjugais. Quantos amigados convertidos e quantos casais reconciliados! [...]

A rude tarefa terminava "o sol bem alto", como dizem no sertão isto é bem tarde, depois de dúzias de batizados e um sem número de crismas. O Padre atendia a alguns retardatários, e, toma(n)do um ligeiro almoço despedia-se de todos com uma larga benção, e seguia em procura de outro "pouso", de outros fiéis e trabalhos (*sic*).

Esse esquema se repetia em todos os pousos. Em alguns, com mais pessoas e mais trabalhos, em outros com menos, no entanto em todos eles a presença do missionário era ansiosamente aguardada e festejada. A desobriga era um dia de

⁸² O mais pesado nessas paragens é o ministério da Confissão, seja por causa da ignorância, seja por causa da falta de hábito. O confessor deve fazer quase tudo: falar, questionar, contentar-se de um sim ou um não, exercitar a contrição; muitas vezes, após fazer o que pode, é obrigado a se lembrar da misericórdia infinita de Deus para com os pobres pecadores ignorantes, para não enviá-los sem a graça do perdão e da comunhão eucarística (CMD, n. 7, p. 8).

⁸³ Nem sempre o missionário consegue dormir. Frei Audrin (2007, p. 72) conta alguns pormenores das desobrigas que são interessantes e revelam o quão árduo se tornava este trabalho para os missionários. Relata que: "a própria noite, quantos incômodos trazia! Raras vezes havia quarto reservado ao padre. Até nas boas casas, via-se obrigado a "armar a rede" na varanda, sempre invadida por numerosos viajantes, mais dispostos a conversar e fumar do que a dormir e deixar os outros repousar. Na sala contígua do interior, separada por leve parede de barro ou de "talos de buritis", ajuntava-se o mulhério com as crianças, estas chorando, as mães e comadres tagarelando enquanto costuravam às pressas um vestido de noiva ou uma roupinha de batizado. Se acrescentarmos a toda esta algazarra o latir dos cachorros no terreiro, o berrar dos bezerros no chiqueiro e das vacas no curral visinho, pode se ter uma idéia do relativo sôsego do missionário" (*sic*).

⁸⁴ As famílias vinham de longe para a desobriga. Algumas vezes faziam verdadeiros sacrifícios para não se privarem dos benefícios da ação. Deixam suas casas e campos e caminham muitos quilômetros para confessarem-se, assistirem a missa, batizarem os filhos, crismarem-se ou casarem-se 'no padre' (CMD, n. 7, p. 7).

⁸⁵ O sermão ou a homilia era o momento em que o missionário pregava a Palavra de Deus e os ensinamentos da Igreja, orientando e exortando o povo "numa linguagem mais simples, a mais evangélica possível, para que esteja ao alcance do povo, geralmente muito ignorante, mas muito bem disposto a crer e a por em prática o que lhes ensinam" (CMD, n. 7, p. 8).

festa para o povo que não tinha outros eventos tão significativos para participar no meio do sertão. A passagem do padre era um evento único. Não se comentava outra coisa nos arredores do pouso. Todos queriam batizar seus filhos, casar-se no padre, confessar e receber a hóstia, assistir à missa, benzer o santo. Havia uma preocupação em adquirir roupas e calçados novos para participar do evento (PIAGEM; SOUZA, 2000, p. 104).

Dessa forma, por meio das desobrigas, os missionários dominicanos percorriam todo o antigo norte de Goiás, em uma extensão territorial que chamava atenção dos franceses não somente pelas distâncias, mas pelas dificuldades existentes, principalmente em virtude dos meios de locomoção. Pode-se observar isso no trecho transcrito a seguir:

[...] Une seule paroisse est solvante plus vaste qu'un des plus grands diocèses de France, et pour se rendre compte des difficultés de ce ministère, il ne suffit pas de considérer que les distances en elles-mêmes. Celui qui ne considérerait kilométriques ne soupçonnerait même pas ce qu'est le ministère dans le Sertão.

Il faut d'abord tenir compte des moyens de locomotion dont on peut disposer; or, ces moyens très primitifs centuplent les difficultés et les sacrifices, sans qu'il soit possible même de les diminuer d'une manière appréciable.

On ne trouve dans ces régions ni chemins de fer, ni automobiles, ni voitures, ni chars. Les mulets du Sertão sont sans doute d'excellents animaux, et ils n'ont pas leurs pareils au monde, mais l'absence totale de vraies routes augmente considérablement la longueur et les difficultés des voyages (VISITA CANONIQUE, 1919, p. 35)⁸⁶.

Ao retornar das desobrigas, os missionários computavam os resultados dos trabalhos desenvolvidos e elaboravam relatórios e estatísticas. Na visão de Santos (1996), havia por parte da Igreja uma preocupação com a quantidade de sacramentos realizados, uma espécie de pastoral do número que os missionários

⁸⁶ “[...] Uma única paróquia é muitas vezes maior do que as maiores dioceses da França, e para dar conta das dificuldades desse ministério, não é suficiente considerar apenas as distâncias quilométricas. Aquele que não considerava as distâncias quilométricas, não suspeitaria mesmo o que é o ministério no Sertão”.

Deve-se primeiro considerar os meios de locomoção que eram disponíveis; no entanto esses meios muito primitivos centuplicam as dificuldades e os sacrifícios, sem que seja possível mesmo para o mais experiente e para o mais ativo para removê-los ou até mesmo para diminuí-los de uma maneira apreciável.

Não se encontram nessas regiões nem ferrovia, nem automóveis, nem carros, nem tanques. As mulas de sertão são sem dúvidas os excelentes animais, e não têm seu tipo em nenhum lugar no mundo, mas a falta total de estradas reais aumenta consideravelmente a duração e as dificuldades das viagens”.

adotavam como um dos referenciais para medir a eficiência de seus trabalhos. Quanto mais sacramentos distribuídos, mais eficiente foi a desobriga.

Uma estatística da Missão do Convento Santa Rosa de Lima de Porto Nacional, divulgada na *Revista Mensageiro do Santo Rosário* (julho de 1915, p. 60), ponderou que, no ano de 1914,

Quatro sacerdotes e dois irmãos leigos constituem a pequena comunidade, cujo raio de acção apostólica, entretanto, abrange um território de mais de 200 léguas brasileiras de comprimento sobre uma média aproximativa de 70 a 80 de largura [sendo que percorreram] 12.002 kilometros, ou das mil léguas de seis quilômetros cada uma – Confissões: 10,678 – Comunhões: 17.008 – Baptismos: 1.647 – Casamentos: 356 – Uncções de doentes: 70.

No ano seguinte, foram publicados mais resultados:

Durante o anno de 1915 o ministério dos nossos missionários deu o seguinte resultado: 7776 confissões, 15397 comunhões, 1405 baptizados, 361 casamentos e 46 uncções. As distâncias percorridas pelos diversos missionários perfazem um total de 9470 kilometros, ou cerca de 1400 léguas. É um ministério penosíssimo, cujos frutos são, humanamente falando, mais que modestos. Os nossos missionários, porém, semeam sem desfalecimentos e sem olhar pelos resultados no tempo. Esperam que Deus faça fructificar um dia a semente e que, na eternidade lhes dê de colher a messe de seus suores e sacrificios (MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO, outubro de 1916, p. 82-83).

Outra estatística do Convento Santa Rosa de Lima de Porto Nacional produzida pela Província de Toulouse no ano de 1919, como resultado da visita canônica de Frei Francisco Bigorre, vigário provincial, aos conventos da missão dominicana no Brasil, possibilita visualizar o trabalho não só das desobrigas, mas os de missão dos dominicanos franceses na paróquia de Nossa Senhora das Mercês e demais paróquias do antigo norte de Goiás pelas quais eram responsáveis.

Essa estatística diz respeito às missões realizadas nos aglomerados urbanos, sedes de paróquias e distritos, como também as desobrigas, provavelmente, em anos anteriores a 1919. A riqueza de detalhes apresentada por essa planilha com números de missionários, extensão territorial e população de cada paróquia, sacramentos distribuídos e demais atuações dos frades dominicanos permite imaginar o quanto esses missionários eram exímios conhecedores do sertão e de

seu povo, de seus encantos e de suas necessidades⁸⁷. Pode-se observar essa riqueza de detalhes nas estatísticas a seguir:

**CONVENTO SANTA ROSA DE LIMA - PORTO NACIONAL
QUATRO PADRES E DOIS IRMÃOS
MINISTÉRIO DA IGREJA DO CONVENTO**

Os padres pregam em nossa igreja todos os domingos e dias de festa, na missa matinal que habitualmente reúne um grande número de pessoas. Depois da missa paroquial, ensinam catecismo às crianças.

Duas vezes por semana oferece lição de catecismo no colégio das Irmãs Dominicanas e nas escolas públicas e privadas.

Todos os meses, procissão do T.S ROSÁRIO (o primeiro domingo). Reunião da Ordem Terceira.

Um dos padres de Porto Nacional é professor do curso secundário do Governo do Estado de Goiás. Os padres são responsáveis dos serviços religiosos no convento e no Colégio das Irmãs Dominicanas.

Em Porto Nacional e durante a imensa DESOBRIGA, os Padres tentam catequizar e fazer o bem aos índios que se encontram nessas imensas regiões, em particular os da tribo XERENTE. (Três das suas crianças estão sendo educados no Colégio Das Irmãs Dominicanas).

Fora das paróquias que lhe são confiadas, dois Padres de Porto Nacional pregam em Carolina, *Estado do Maranhão*, uma grande missão de dezanove dias que vem dando bons resultados: *Batismo, 346. – Confirmações, 1.113. – Casamentos, 115. – Confissões, 2.246.*

Paróquias cujos Padres Dominicanos de Porto Nacional são responsáveis: **Porto Nacional.** – Essa Paróquia mede mais ou menos 350 quilômetros de comprimentos e 240 de largura.

A paróquia de Porto Nacional tem 6 capelas filiais:

1. **São Francisco;** um dia de caminhada de Porto Nacional.
2. **Extrema;** são dois dias de caminhada de Porto nacional.
3. **Brejinho;** são dois dias de caminhada de Porto Nacional.
4. **Ipueras;** são dois grandes dias de caminhada de Porto nacional.
5. **Piabanha;** são cinco dias de caminhada de Porto Nacional.
6. **Rio de Sono ou Pedro Afonso;** são sete dias de caminhada de Porto Nacional.

A população da paróquia de Porto Nacional junto com os quatros primeiras capelas filiais pode se elevar a 8.000 almas.

Batismos, 178. – Casamentos, 56. – Confissões, 3.882. – Comunhões, 9.368. [...]

Carmo. – A um dia de caminhada de Porto Nacional se encontra a igreja do **Carmo**, mas desta igreja à extremidade da paróquia são oito a nove dias de caminhada.

Ela mede aproximadamente 300 quilômetros de leste a oeste e 90 quilômetros de norte a sul.

População de 4.000 a 5.000 almas (por causa do Jalapão).

Batismos, 181. – Casamentos, 38. – Comunhões, 750.

Peixe – Seis a sete dias de caminhada de Porto Nacional. Mede aproximadamente 490 quilômetros de leste a oeste e 300 quilômetros de norte a sul.

População bastante problemática, de 1.500 a 2.000 almas.

Batismos, 45. – Casamentos, 12. – Comunhões, 89.

Lapa, capela filial, lugar de peregrinação, a três dias de caminhada de Peixe.

Boa-Vista. – A vinte cinco dias de caminhada de Porto Nacional

De **Boa-Vista** ate **Rio Sono**, são aproximadamente 400 quilômetros.

De **Boa-Vista** ate a confluência do **Araguaia Tocantins**, são aproximadamente 300 quilômetros.

⁸⁷ Trazemos a estatística já traduzida do francês. Para conhecê-la no original ver ANEXO 4.

De **Boa-Vista** até o **Araguaia**, são aproximadamente 150 quilômetros.
População de 6.000 a 7.000 almas [...]
[...]

As seguintes paróquias não fazem mais parte do contrato aprovado pela **Santa Sé**– Mas como não tem nenhum outro Padre nessas imensas regiões, Sua Grandeza Monsenhor Bispo de Goiás pediu aos Padres de Porto Nacional para fazer A DESOBRIGA nessas paróquias.

Natividade – A seis dias de caminhada de Porto Nacional, mas é preciso mais do que 10 dias de caminhada para alcançar os limites extremos da paróquia.

Mede 250 quilômetros de comprimento e 170 km de largura.

População de 4.250 almas.

Batismos, 103. – Casamentos, 19. – Comunhões, 258.

Chapada – A 5 dias de caminhada de Porto Nacional. Mede 190 quilômetros de comprimento e 70 km de largura.

População de 800 almas.

Batismos, 38. – Casamentos, 5. – Comunhões, 69.

São Miguel e Almas– A oito dias de caminhada de Porto Nacional, mas é preciso mais do que 12 dias de caminhada para alcançar os limites extremos da paróquia.

Mede 200 quilômetros de comprimento e 120 km de largura.

População de 1.700 almas.

Batismos, 93. – Casamentos, 17. – Comunhões, 311.

Duro e Missão– A dez dias de caminhada de Porto Nacional.

Mede 220 quilômetros de comprimento e 150 km de largura.

População de 1.300 almas.

Batismos, 69. – Casamentos, 20. – Comunhões, 182.

[...]

Santa Maria da Taguatinga–A treze dias de caminhada de Porto Nacional.

Mede 490 quilômetros de comprimento e 300 km de largura.

População de 8.000 almas.

Batismos, 242. – Casamentos, 51. – Comunhões, 1.234.

Palmas– A onze dias de caminhada de Porto Nacional.

Mede 310 quilômetros de comprimento e 220 km de largura.

População de 3.600 almas.

Batismos, 98. – Casamentos, 17. – Comunhões, 121(VISITE CANONIQUE, 1919, p. 46-49).

No entanto percebe-se que essa prática dos números foi aos poucos deixando de ser o mais importante no que tange aos resultados das desobrigas e das missões. Uma carta de Frei José Maria Audrin, publicada pela revista dominicana de Uberaba, no ano de 1929, trata de uma desobriga desse missionário no território do Convento de Porto Nacional e apresenta um conteúdo diferente:

Volto de um gyro de três mezes, agradecendo ao Bom Deus pelo ministério que pude exercer em grande parte do sul da Diocese: Natividade, Peixe, Palma, Conceição, Missão, Chapada, Duro e Bomfim. Não vos envio estatísticas, as aprecio pouco. E... não estou para gerar algarismos... Simplesmente louvado seja Deus pelo bem que permitiu-me fazer [...] (MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO, janeiro de 1929, p. 159).

Pelos registros encontrados, pode-se afirmar que esse ‘bem’, proporcionado pelos missionários dominicanos franceses do Convento Santa Rosa de Lima,

marcou indelevelmente o povo sertanejo do antigo norte de Goiás. As missões e desobrigas possuíram um significado imensurável para a população dessa região, que contemplava nos frades dominicanos ‘o enviado de Deus’.

As desobrigas compuseram as estratégias da Missão Dominicana de Porto Nacional até os últimos dias de seu funcionamento, pois se constituíram a melhor forma de suprir as necessidades espirituais do povo católico espalhado pelo sertão. Tanto que, mesmo com a elevação de Porto Nacional à categoria de Diocese, os bispos que a assumiram tinham em sua prática a desobriga, principalmente em razão do reduzidíssimo número de eclesiásticos para atender as demandas da Igreja.

3.3 A CATEDRAL DE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS

O capítulo provincial de Toulouse de 1890 enviou para o convento Santa Rosa de Lima em Porto Nacional, como superior, Frei Gil Vilanova⁸⁸, e com ele uma série de atribuições a executar, entre elas,

A conservação da vida regular na comunidade, conforme as regras estabelecidas para as casas de missão, uma boa administração da paróquia de Porto Nacional, e o ministério das missões nas circunvizinhanças, a construção da igreja e do convento, o estabelecimento de uma catequese junto aos índios do norte de Goiás (GALLAIS, 1942, p. 125).

Em cumprimento a esses objetivos, no ano de 1892, após retornar de uma incursão às matas do norte goiano para conhecer o território onde estavam os povos indígenas, Frei Gil Vilanova começa a amadurecer os planos para a construção da nova igreja, que já tinha sua pedra fundamental, abençoada no dia 7 de maio de 1891 (CMD, n. 15).

Conforme Gallais (1942, p. 168),

Os missionários estavam pobremente alojados, mas o Mestre a quem serviam não o estava menos. A Igreja de Porto Nacional, outrora suficiente era agora pequena demais para a população. Era tempo de pensar em reconstruí-la. Para se habituar e adquirir um pouco de experiência na arte

⁸⁸“*Instituimus [...] in Vicarium Domus Portuensis A. R. P. Fr. AEgidium VILANOVA [...]*” (ACTA CAPITULI PROVINCIALIS, PROVINCIAE TOLOSANAE S. O. PRAEDICATORUM, MAZERIOS, 1890).

da construção, talvez fosse preferível começar pelo convento. Ter-se-ia ido assim do mais simples e do mais fácil ao mais difícil e complicado. Por outro lado, repugnava aos missionários pensar em si mesmos primeiramente, e colocar suas conveniências acima dos deveres impostos pela virtude de religião para com o Mestre. Esta última consideração prevaleceu e ficou decidido que se faria em primeiro lugar a construção da igreja(*sic*).

Assim, a obra da nova igreja de Nossa Senhora das Mercês teve início com Frei Gil Vilanova, no ano de 1894, no mesmo lugar em que estava edificada a antiga e pequena capela. O início de sua construção pode ser verificado no texto a seguir:

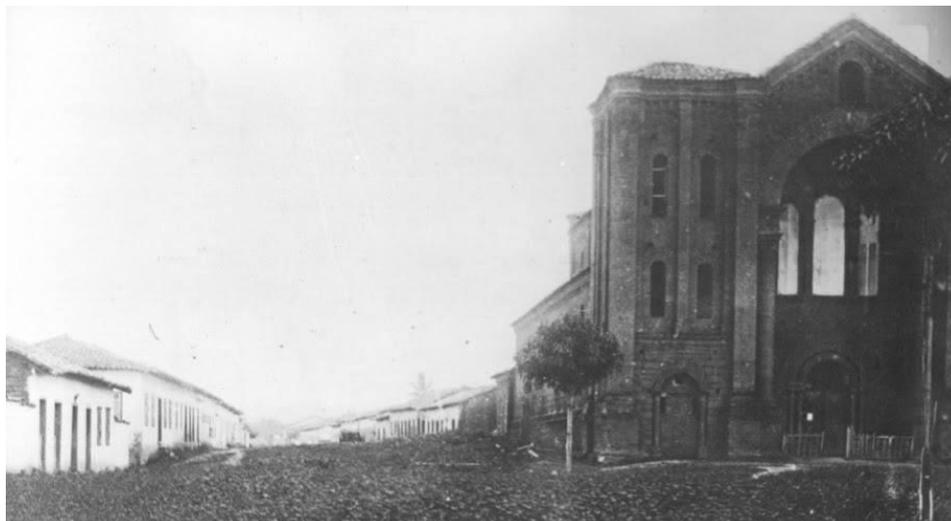
Enfim, num domingo pela manhã, antes da missa conventual, toda a população, convocada com antecedência, se dirige à pedreira em companhia do Padre Vilanova, a fim de se dar começo à extração das pedras para a construção da futura igreja. O Padre carrega à cabeça uma pedra enorme. Os demais padres fazem a mesma coisa, depois os homens, as mulheres, as próprias crianças, cada um de conformidade com suas forças. Em seguida, dirigem-se em procissão para o lugar onde já se acham cavados os alicerces. Procede-se à benção do costume. Está lançada a sorte. A igreja de Porto Nacional começou a ser construída (GALLAIS, 1942, p. 171).

Frei Gil Vilanova deu o primeiro impulso para a edificação do majestoso templo que se tornou catedral diocesana. No entanto “não teve a alegria de ver concluída sua obra, como esperava; lançou-lhe apenas as bases” (GALLAIS, 1942, p. 171). Outros frades prosseguiram para levá-la a bom termo, como Frei André Blatgé⁸⁹, que “encontrou na pessoa de Frei Bartolomeu Merino⁹⁰ um exímio auxiliar. Não há naquele belo monumento, uma pedra, um tijolo ou qualquer material que não tenha passado pelas mãos do operoso e hábil irmão” (CMD, n. 15, p. 4).

⁸⁹Frei André Blatgé substituiu o Frei Gil Vilanova como superior do Convento Santa Rosa de Lima de Porto Nacional quando este foi transferido para o Convento de Uberaba em 1893.

⁹⁰ “Vindo de Portugal tomou o hábito em Salamanca; ele fazia parte deste grupo de humildes portugueses que se dedicaram tão generosamente a serviço da província de Tolosa e da Missão do Brasil, em particular. Assinado em Porto após a profissão, ele se destacou e se fez amar por sua caridade praticada com a melhor jovialidade. Homem pequeno atarracado e gordo, ele empreendeu sob a direção do Frei André Blatgé e mais tarde do Frei Tournier, a construção da monumental igreja do Porto e em seguida a do novo convento. Sempre lutando, anos a fio, por vezes lenhador na mata, por vezes carpinteiro, pedreiro, formando ele próprio os seus operários, ele realizou os dois monumentos únicos em todo o norte do país e que se tornaram catedral e palácio episcopal. Pode-se, ou melhor, deve-se afirmar que ele morreu vítima de sua atividade prodigiosa a serviço da Ordem e da Igreja, pois ele só parou esgotado pelo trabalho. [...]” (CMD, n. 15, p. 7).

Figura 5– Catedral de Nossa Senhora das Mercês alguns anos após sua inauguração



Fonte: Arquivo da Província Dominicana no Brasil, Belo Horizonte-MG(2014)

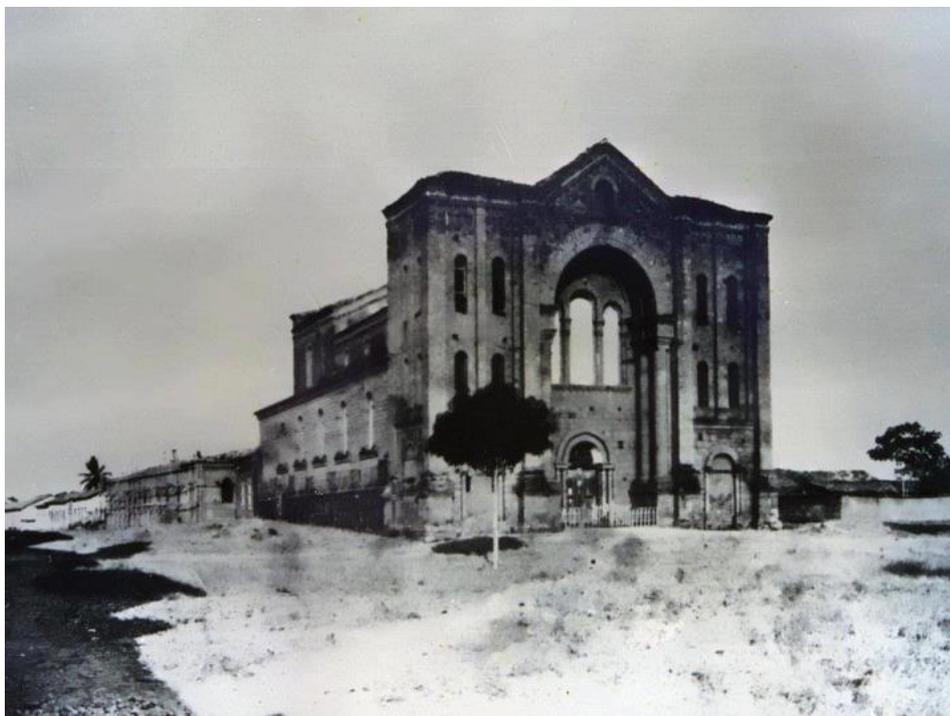
Não se sabe bem ao certo a origem do projeto arquitetônico do suntuoso templo católico de Porto Nacional, se é francês ou português. Acredita-se que ele foi muito bem pensado pelos frades, talvez com a supervisão de Frei Bartolomeu Merino (Frei Berto), a partir dos estilos que os frades conheciam e traziam consigo das imponentes igrejas românicas do sul da França, de onde a maioria dos missionários era oriunda. Por isso,

[...] prevaleceu no projeto da catedral o estilo românico, apagando-se a presença do barroco que era uma característica da colônia. Assim, os frades, que vinham de uma Europa do final do século XIX, onde eram válidas as idéias de Violet Le Duc, na França, e de John Ruskin na Inglaterra, factualmente, podem ter propugnado uma releitura em Porto Nacional dos estilos clássicos medievais, românicos e gótico, tido como estilos nacionais naqueles países. E isso se fundamenta, ainda, em um contexto de Brasil no qual se era tempo de valorização da cultura francesa e de esquecimento, e até descaso, em relação ao período colonial(*sic*) (DOURADO, 2010, p. 12)

Foi uma obra ousada para aquele tempo em uma cidade sertaneja que apresentava uma população, em sua maioria, pobre e sem muitas noções e conhecimentos de grandes obras. “Como levantar as paredes a tal altura numa terra em que as casas não passam de um andar só, onde os operários não sabem o que

são andaimes? Como assegurar a solidez da construção, quando falta cal para uma boa massa?” (GALLAIS, 1942, p. 169). São interrogações que perpassam gerações ao contemplar a magnífica igreja.

Figura 6– Catedral de Nossa Senhora das Mercês por volta de 1912/13



Fonte:Arquivo Pessoal de Junio Tadeu. Disponível em:<www.facebook.com/juniotadeu>. Acesso em: 22 jan. 2014.

Foram nove anos de intensas labutas para a construção do monumental templo com sua fachada principal voltada para o oeste, conforme um costume antigo de se construir igrejas, que não correspondeu ao crescimento da cidade (REIS, 1989). Sua construção contou com a ajuda de todos, desde crianças até os mais abastados coronéis que, além das doações em dinheiro ou em víveres, colocavam à disposição dos dominicanos suas embarcações para transportar os materiais necessários pelo rio Tocantins de Belém a Porto Nacional (RODRIGUES, 2014).

Toda a obra teve a supervisão de Frei Berto, o grande e hábil construtor dos tempos ‘áureos’ de Porto Nacional. Do baldrame à cobertura, pedras extraídas, lavradas e carregadas, madeiras arrancadas e preparadas, tijolos e telhas fabricadas, operários formados e treinados, tudo foi cuidadosamente preparado e executado por esse frade “com calma e tenacidade portuguesa, reforçadas por seu espírito religioso e um zelo ardente para com a casa de Deus e de Maria Santíssima” (AUDRIN, 2007, p. 301).

Frei Berto “anos inteiros gastou em arrancar e transportar pedras de pedreiras distantes, em derrubar nas matas árvores frondosas, em lavar peças gigantescas de madeira de lei, em montar olarias para o fabrico de tijolos e telhas” (REIS, 1989, p. 25). Para a construção de tamanha obra no meio do sertão, utilizavam como argamassa uma mistura de cinza, areia e água. As cinzas para a argamassa provinham dos fogões à lenha, muito comum nas residências [portuenses] da época (REIS, 1989).

Oficialmente, a nova igreja foi inaugurada na Páscoa de 1903 por Frei Rosário Melizan (CMD, n. 15, p. 4), superior do Convento naquele período, e pelos demais missionários residentes. Foi um momento marcante para a comunidade católica portuense, que viu o resultado da força de vontade da comunidade e dos frades dominicanos.

Figura 7– Catedral de Nossa Senhora das Mercês e seus detalhes⁹¹



Fonte: O autor.

A majestosa igreja tornou-se símbolo da fé católica do povo da região e cartão postal do estado do Tocantins. Atualmente, compõe o patrimônio material e

⁹¹São características da arquitetura de estilo românico a construção de paredes maciças, pilares muito grossos que sustentavam arcos redondos, janelas pequenas, interior pouco iluminado, predominância de linhas horizontais(PAUSE; CLARK, 1987).

cultural do Tocantins e foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no ano de 2008. As ousadas construções da Ordem dos Pregadores na missão de Porto Nacional perpetuaram para a história da região as marcas dos missionários franceses, expressas na simbologia e nos sinais do zelo católico.

Figura 8– Detalhes da arquitetura da Catedral de Nossa Senhora das Mercês



Fonte: O autor.

3.4 OS PROJETOS EDUCATIVOS CULTURAIS DA ORDEM DOMINICANA EM PORTO NACIONAL

Dentro do processo de romanização e de reformas do catolicismo em todo o Brasil, no final do século XIX e início do século XX, a vinda de ordens e congregações religiosas para as diversas dioceses existentes e para aquelas que foram criadas naquele período configurou uma grande estratégia dos bispos reformadores. Assim,

Em meio a essas discussões, é possível inferir, mais uma vez, a eminente preocupação e interesse da Igreja pela vinda das Congregações religiosas européias para o Brasil e a conseqüente incumbência de disseminar o catolicismo romanizado por meio de suas instituições. **A educação seria o meio, a romanização a finalidade e os princípios seriam os conhecimentos de Deus Criador e Onipotente.** Nessa mesma diacronia, o projeto que se instalava ao final do século XIX e que seria o sustentáculo da nova era, tinha seu ideário fundado na Igreja, objetivando formar o homem republicano e católico(*sic*) (MEDEIROS OLIVEIRA, 2010, p. 160, grifo nosso).

No desenrolar desse processo, a maioria dessas ordens e congregações religiosas se envolveu com a fundação e a manutenção de instituições escolares destinadas para ambos os sexos em muitas regiões brasileiras e buscavam, por meio do ensino, materializar o ideário romanizador no Brasil (DALLABRIDA, 2005).

Em Porto Nacional não foi diferente. A Ordem Dominicana, na busca da institucionalização de sua presença missionária, reformadora e civilizadora, idealizou diversos projetos educativos e culturais que, aos poucos, atenderam aos objetivos da instituição católica em meio ao sertão e proporcionaram maior visibilidade à cidade sertaneja do antigo norte de Goiás, como se verá adiante.

Dourado (2010), em sua tese de doutorado, desenvolve uma análise desses projetos educativos e culturais e os intitula de ‘trilha socioeducativa da Ordem Dominicana em Porto Nacional’. Na sistematização de sua pesquisa, a autora destaca que, ao chegarem à cidade de Porto Nacional, os missionários dominicanos franceses fundaram a casa conventual e criaram uma escola de instrução primária gratuita, dirigida pelo Frei Domingos Nicollet, e uma escola de instrução secundária⁹², coordenada pelo Frei Gabriel Devoisin. Ofereciam-se, assim, aos portuenses, outros espaços educativos, dos quais a cidade e a região, à época, eram extremamente carentes.

De acordo com Santos (1996) e o fascículo 15 da Coleção Memória Dominicana, Frei Miguel Berthet, um dos pioneiros do convento de Porto Nacional, “fundou uma escola de música com o fim de proporcionar aos habitantes as doçuras desta arte sublime” (CMD, n. 15, p. 1), o que, na visão de Dourado (2010, p. 68), “equivale dizer que ao chegarem a Porto Nacional, os dominicanos investiram de imediato na tríade religião-educação e cultura das crianças portuenses”.

Essa tríade da qual os dominicanos se ocuparam em Porto Nacional está condicionada à formação erudita dos próprios frades em sua terra natal. Os

⁹²Godinho (1988) registra a ausência de informações e documentação sobre esta escola.

missionários dominicanos, em sua grande maioria, eram homens cultos, formados nas grandes universidades europeias e exímios estudiosos, não só da Teologia e da Palavra de Deus, mas de distintas áreas do conhecimento, como medicina, arquitetura, engenharia, geografia, história, geologia, artes e, em especial, a música, além de dominarem diversos idiomas. Vale ressaltar que um dos aspectos identitários da Ordem dos Pregadores é o estudo (FORTES, 2011).

Os frades disseminaram na cidade o ensino da língua francesa, especialmente, entre a classe mais abastada da população, pois “juntamente com a música, o domínio e o cultivo da língua francesa eram sinais de distinção entre as pessoas de elegância e bom gosto” (CAMPOS, 1999, p. 37). Por isso, não era raro encontrar em Porto Nacional pessoas que dominavam o idioma e apreciavam a arte da música. Uma nota redigida por um frade dominicano que trabalhou em Porto Nacional e que foi publicada na *Revista Mensageiro do Santo Rosário* exemplifica a apreciação pelo erudito que foi se construindo em Porto Nacional:

No dia de paschoa houve missa pontifical, ouvindo-se por essa ocasião uma missa de Cesar Franck, sob a regência do nosso maestro Frei Gil. Musica de difícil interpretação, mas quão profunda de sentimento religioso e de fino gosto artístico. O bom Padre não perdeu seu trabalho; **creio que esta música foi muito apreciada pelos conhecedores da arte, pois aqui os há, embora seja cousa de admirar**⁹³ (MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO, julho de 1935, p. 70, grifo nosso).

No tocante ao projeto educativo e cultural dos missionários dominicanos, as fontes e referências pesquisadas confirmam que esses frades abraçaram a causa da formação da juventude portuense, pois, mesmo com a extinção da escola pública secundária de Porto Nacional, em 1909, Frei Gregório Aleixo abriu uma escola de Português e Francês para atender a essa demanda (GODINHO, 1988).

Somente em 1914 é restabelecida em Porto Nacional a escola pública secundária, que passa a ser dirigida pelo Frei Rosário Melizan até 1919, quando faleceu, sendo substituído pelo Frei Domingos Nicollet até o ano de 1923, quando também faleceu. O terceiro a dirigir a escola foi outro dominicano, Frei Bertrand

⁹³“Embora seja coisa de admirar”, existia em Porto Nacional, uma gênese de projeção cultural que foi impulsionada pelo projeto educativo dominicano. Dois exemplos marcantes para essa cidade são a presença de um médico e a publicação de periódicos, apresentados e discutidos por Oliveira (2010), em sua obra *Entre o sertão e o litoral: cultura e cotidiano em Porto Nacional 1880/1910*.

Olleris, “o qual permaneceu até final dos anos de 1930 quando foi fechada a Escola pública secundária de Porto Nacional” (DOURADO, 2010, p. 121).

Assim, conforme Dourado (2010, p. 121) inferiu, durante as

[...] três primeiras décadas da República, o ensino secundário público, em Porto Nacional, esteve basicamente sob a responsabilidade da Igreja Católica, por meio da ação dos missionários dominicanos franceses, como se pode observar na relação dos professores desse nível de ensino que atuavam no referente período. E, como se infere, mesmo no período em que as aulas foram suspensas pelo governo, a Igreja assumiu esta responsabilidade.

Vale ressaltar que na escola de ensino secundário de Porto Nacional conduzida pelos dominicanos a maioria dos alunos que estudava nessa instituição de ensino era proveniente das camadas mais abastadas da cidade, das famílias que dominavam a política e a economia local. Havia um enorme interesse das famílias em colocarem seus filhos nessas unidades de ensino, não só com o intuito de uma formação cristã, mas desejosos de *status* e classe social (COMBLIN, 1966), possibilitando a continuidade da ocupação dos espaços da administração pública e dos cargos de destaque no município e na região pelas mesmas famílias que vislumbravam em seus filhos os futuros líderes. Os missionários tinham interesse em formar a mocidade elitizada, pois era a oligarquia local que daria apoio financeiro aos projetos da Ordem, visto que a grande maioria da população local e regional era carente em todos os aspectos.

No entanto o projeto educativo dos missionários não contemplava somente os jovens abastados. Existia uma singular preocupação dos dominicanos em atender aos jovens menos favorecidos da cidade, que eram a maioria. Uma carta de Frei José Maria Audrin, datada de 1926, publicada na revista *Missions Dominicaines* e traduzida para o fascículo n. 15 da Coleção Memória Dominicana, esboça o grande empenho do missionário na formação da juventude e as dificuldades financeiras presentes na manutenção dos projetos educativos e culturais, pois os jovens não tinham condições financeiras de custear sequer o uniforme. Relata-se que,

Há alguns meses, conseguimos organizar aqui, sob o Patrocínio de São Tomàs de Aquino, e sob o título de Grupo Católico Portuense, uma Associação de Juventude que tem reuniões semanais, possui uma sala de conferência e uma biblioteca e cuja finalidade é manter as práticas religiosas. Era necessário e o Bom Deus parece querer abençoar este esforço combinado de missionários e jovens. Recentemente, anexamos a esta associação uma fanfarra. Ela conta já dezoito músicos, que começam

a desembaraçar-se galhardamente. Ela trás o nome de Lira Santa Terezinha pois é a Santa Terezinha do Menino Jesus que a devo. Você vê onde eu quero chegar: nossa biblioteca não tem muitos livros, nossa sala não tem nenhum jogo que possa interessar aos jovens; nossos músicos **são pobres**, a ponto que lhes é difícil vestir-se bem quando devem acompanhar à Catedral D. Carrerot. Eles desejam um uniforme, ao menos um casquete. Não haveria pois, em França, uma “madrinha” que gostaria de tomar por afilhado meu Grupo ou minha Lira? Perdoe o pobre missionário, que ousa dirigir-se a você fazendo este pedido... Todos sabemos pedir, certo? Mas sabemos também agradecer por orações... As menores esmolas que recebemos fazem tantos felizes! (*sic*) (CMD, n. 15, p. 16-17, grifo nosso).

Por isso, para manter as atividades em funcionamento, os missionários dominicanos dependiam dos pagamentos dos jovens das famílias abastadas e de doações e ofertas oriundas da elite portuense e, principalmente, da França, onde os frades mantinham uma rede de padrinhos e de madrinhas que contribuía com as obras de seus projetos no território do Convento de Porto Nacional, como bem expressa a carta acima.

Entre as instituições que compunham o projeto educativo educacional dos dominicanos destaca-se, como na carta acima, a Lira Santa Terezinha do Menino Jesus e a União dos Moços Católicos ou Grupo Católico Portuense, criados por Frei José Maria Audrin (GODINHO, 1988; DOURADO, 2010). A lira era uma banda de música composta de jovens que tocavam instrumentos de sopro e de percussão, conforme mostra a imagem a seguir.

Figura 9 – Provável banda de música criada por Frei José Maria Audrin



Fonte: Godinho, 1988, p. 177.

A União dos Moços Católicos ou Grupo Católico Portuense era uma associação, criada em 12 de outubro de 1921, que objetivava reunir os jovens católicos portuenses para orientá-los de acordo com os princípios cristãos no intuito

de praticarem a fé, o civismo, o patriotismo e “viver unido sobre a Cruz de Cristo e sob a mesma bandeira” (*sic*) (UNIÃO DOS MOÇOS CATÓLICOS DE PORTO NACIONAL⁹⁴, 1923 e 1924). Essa agremiação liderada pelos frades dominicanos exerceu grande influência, durante sua existência, “na formação espiritual, intelectual e moral da juventude portuense” (DOURADO, 2010, p. 132).

Para ajudar a custear tudo isso, as raras viagens empreendidas por alguns missionários dominicanos assinados em Porto Nacional à sua terra natal, a França, resultaram em grandes lucros para a missão, pois voltavam de lá carregados de doações. A carta de Frei Bertrand Olleris de 1932 transcrita a seguir expressa bem essa situação:

[...] Tive a alegria de trazer de França muita coisa útil para a nossa Missão. Sem contar o que vocês me deram, eu trouxe duas estátuas, uma de Santa Madalena e outra de Santa Terezinha do Menino Jesus, que é muito popular aqui no Brasil; eu trouxe também uma lâmpada do Santíssimo Sacramento, fontes batismais e mesmo um piano para o pensionato das Irmãs Dominicana. Acrescentai a isto uma certa quantidade de livros. Minha viagem à França foi então todo um serviço à nossa Missão, bem pobre como você sabe (CMD, n. 15, p. 24).

Figura 10– Frade Dominicano, provavelmente Frei José Maria Audrin, com grupo de alunos



Fonte: Arquivo da Província Dominicana no Brasil, Belo Horizonte-MG (2014).

⁹⁴ Essa associação juvenil portuense mantinha um pequeno jornal local intitulado de “Folha dos Moços” de tiragem mensal, que veiculava notícias de cunho informativo, cultural e educativo para a mocidade portuense. Há em anexo a primeira página da edição de março de 1939, que traz uma nota sobre a trajetória desse periódico (ver Anexo 5).

Quando a cidade de Porto Nacional foi escolhida para ser sede de diocese em 1915, assunto abordado logo adiante, os missionários dominicanos assumiram diversas atividades ligadas à nova circunscrição eclesiástica. Efetivamente, a diocese de Porto foi instalada somente em 1921, com a chegada do primeiro bispo, Dom Domingos Carrerot, que, como uma das primeiras providências, fundou o Seminário São José, uma escola de formação para aqueles que almejassem o sacerdócio católico.

No ano de 1922,

[...] foi instalado oficialmente o Seminário Diocesano São José de Porto Nacional. A cerimônia teve lugar hontem 3 de abril, presidida por Dom Domingos (dominicano). Estavam presentes o Dr. Ayres, Deputado Federal e Vice-Presidente de Goyaz, o Dr. Palha, Juiz de Direito, o Cel. João Ayres, deputado estadual e as autoridades do lugar. Ao discurso do Exmo. E Revdo. Dom Domingos o Dr. Ayres respondeu com belíssimas palavras sobre o sacerdote, elemento de consolo para os afflictos, de paz e ordem nas dimensões, de progresso para as localidades, etc.... **O Superior do convento Dominicano foi nomeado Reitor do Novo Seminário.** Recommendamos esta nova Obra de apostolado às orações dos nossos associados (*sic*)(MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO, julho de 1923, p. 47, grifo nosso).

Destaca-se que essa instalação do Seminário São José não foi física e sim de funcionamento de acordo com as normas e prerrogativas de organização acadêmica, atinentes a todo seminário diocesano. Os dominicanos assumiram a condução e coordenação dessa nova instituição de ensino de Porto Nacional, a qual, por não possuir ainda prédio próprio, por alguns anos funcionou no convento Santa Rosa de Lima⁹⁵.

Concomitante ao Seminário São José foi instalado o Externato São Thomaz de Aquino, com o objetivo de oferecer “os cursos primário, complementar e secundário para os alunos internos e externos ao seminário” (DOURADO, 2010, p. 144), chamado de Seminário Menor⁹⁶. Assim, essa instituição educativa que, também

⁹⁵ A construção do edifício definitivo do Seminário São José será abordada adiante no tópico sobre Dom Domingos Carrerot.

⁹⁶ Conforme Kretzer (2009, p. 221-222), o objetivo principal dos seminários, “segundo os documentos conciliares, era garantir uma melhor formação dos sacerdotes através de uma educação que estimulasse a disciplina eclesiástica tornando-se, assim, uma sementeira perene de ministros de Deus”. O Seminário Menor é assim chamado porque funciona como um propedêutico para o candidato ao sacerdócio seguir a carreira eclesiástica cursando Filosofia e Teologia no seminário Maior. Conforme o estudo de Kretzer (2009), percebe-se que os seminários menores acolhiam jovens que cursavam o equivalente hoje aos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, para desde a mocidade, inculcar valores cristãos aos que buscavam o ensino ofertado pela Igreja.

foi coordenada por muitos anos pelos frades dominicanos, funcionava como “centro de formação intelectual dos seminaristas e demais rapazes de Porto Nacional e dos municípios e estados circunvizinhos” (DOURADO, 2010, p. 145).

O funcionamento do seminário-escola – Seminário São José e Externato São Tomaz de Aquino – propiciou a formação escolar de inúmeros rapazes que tiveram acesso a programas de estudos equiparados às escolas de renome nacional, como o Colégio Dom Pedro II. Também havia a formação eclética ministrada pelos dominicanos na perspectiva da educação católica da época que primava “pela tônica espiritualizante, o rigorismo moral, o caráter autoritário da educação, a seriedade disciplinar e a qualidade do ensino, bem como uma abertura para a educação artística e desportiva” (LOPES *apud* DOURADO, 2010, p. 147).

Além do mais, nem todos os que ingressavam e estudavam no Seminário São José/Externato São Tomas de Aquino queriam fazer carreira eclesiástica. Muitas famílias e muitos jovens viam no seminário e na ‘educação dos padres’ a perspectiva de um futuro mais próspero.

Contando sempre com a ajuda da sociedade portuense, os frades dominicanos levaram em frente, mesmo com dificuldades, o projeto educativo a que se propuseram. Esse projeto estava em sintonia com as propostas da Igreja no Brasil que, para aquele contexto das primeiras décadas do século XX, via na educação e na instrução da mocidade “uma arma de combate e defesa contra os males que assolavam o povo católico” e um caminho para fazer da “massa ignorante um povo organizado” (JULIO MARIA, 1950, p. 240-241).

3.4.1 A presença feminina Dominicana: A Congregação de Nossa Senhora do Rosário de Monteils e o Colégio Sagrado Coração de Jesus

Conforme o Cônego Trindade em sua obra *Lugares e Pessoas*, sobre a história eclesiástica de Goiás, “[...] onde ia o escapulário do padre dominicano, logo em seguida, em se completando, lá vinha o hábito da irmã religiosa dominicana” (SILVA, 2006, p. 420). Essa é uma máxima certíssima na história da Ordem Dominicana no Brasil e que se repete na trajetória de outras instituições religiosas, como assegurou Riolando Azzi (1986, p. 24):

Um dos aspectos característicos da época imperial é que os institutos religiosos masculinos contam sempre com a colaboração de congregações femininas. Assim, ao trabalho dos padres da Missão uniram-se as Filhas da Caridade; aos capuchinhos de São Paulo, as Irmãs de São José de Chambéry; aos jesuítas alemães do Rio Grande do Sul, as Franciscanas da Caridade e da Penitencia; aos salesianos, as Filhas de Maria Auxiliadora [...].

O historiador eclesiástico afirmou, também, que a instalação dos padres dominicanos no Brasil abriu “caminho para a vinda das Irmãs Dominicanas do SS. Rosário, cuja atividade principal foi a educação da juventude” (AZZI, 1996, p. 24).

Dessa forma, após a fundação do primeiro convento da Ordem dos Pregadores em Uberaba, em 1881, a Congregação de Nossa Senhora do Rosário de Monteils⁹⁷ – a pedido dos frades e de Dom Claudio, bispo de Goiás – instalou-se na mesma cidade em 1885 e fundou o Colégio Nossa Senhora das Dores. Em 1883, os frades chegaram a Goiás e, alguns anos depois, em 1889, as Irmãs Dominicanas ali se instalaram e fundaram o Colégio Sant’Ana (SANTOS, 1996).

Posteriormente, as irmãs dominicanas abriram um colégio em Conceição do Araguaia, no ano de 1902, o que não obedeceu à sequência lógica das fundações, visto que a missão do Araguaia foi fundada em 1897 por Frei Gil Vila Nova, que estava assinado no convento de Porto Nacional, constituído em 1886.

Em Porto Nacional, as Irmãs Dominicanas do Rosário de Monteils chegaram no dia 31 de agosto de 1904. Eram quatro religiosas francesas que desbravaram o sertão de Goiás até às margens do Rio Tocantins, no intuito de contribuírem com seus irmãos missionários do convento Santa Rosa de Lima na execução e aprimoramento dos projetos educativos e culturais. Foram pioneiras em Porto

⁹⁷“Em 1850, o padre Gavalda, vigário de Bor, na França, convidou duas fervorosas jovens católicas, educadas em colégios religiosos para fundar um instituto feminino com objetivos de cuidar da educação das crianças do povoado, visto que o analfabetismo atingia proporções numéricas na região. Uma dessas jovens, Alexandrina Conduché [nome de batismo de Madre Anastasie, fundadora das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils] tornou-se a coluna mestra desta fundação, a primeira priora, ou seja, a superiora das demais mulheres que decidiram juntar-se a ela na missão educacional proposta por Pe. Gavalda. Ficou conhecida como a Priora de Bor e deixou ensinamentos valiosos para suas filhas espirituais. A congregação foi vinculada à Ordem Dominicana e, após dez anos da morte de Madre Anastasie, que ocorreu no dia 21 de abril de 1878, “devido ao convento de Bor estar muito afastado de outros centros urbanos, e por ter se tornado pequeno em suas acomodações para as numerosas noviças, o Conselho [responsável pela condução da Congregação] aprovou sua transferência para a cidade de Monteils, passando a Congregação, a partir desse momento, a ser denominada de Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils” (CAMARGO, 2014, p. 65).

Nacional as freiras Madre Maria Ignez, Irmã Maria Rafael, Irmã Maria André e a Irmã Maria Fernanda, que fundaram o Colégio Sagrado Coração de Jesus⁹⁸.

Figura 11– Irmãs Dominicanas durante viagem para Porto Nacional



Fonte: Acervo das Irmãs Dominicanas. Colégio Sagrado Coração de Jesus. Porto Nacional-TO

A *Revista Mensageiro do Santo Rosário* publicou no ano posterior a chegada dessas freiras, uma notícia redigida por um dos missionários de Porto que fizeram companhia às Irmãs, compondo o comboio que conduziu as religiosas, no percurso de Goiás a Porto Nacional, e narra com pormenores como foi a acolhida das francesas na cidade:

Os Revdos. Padres Dominicanos e as Irmãs da Ordem Terceira de São Domingos que seguiram para essa cidade do Norte de Goyaz, já chegaram a seu destino [...] Depois de cinco semanas de marcha estávamos na beira

⁹⁸A designação Sagrado Coração de Jesus para a fundação das dominicanas em Porto Nacional está vinculada à devoção, tipicamente francesa, ao Coração de Jesus, conforme já destacado. A Congregação das Dominicanas de Monteils alimentava essa devoção em sua vivência religiosa, pois “a este Coração Madre Anastasie sempre voltava a consagrar suas filhas. Com ele dialogava na intimidade. Nessa fonte hauria sua fortaleza. Ele é a sua confiança, sua misericórdia, sua redenção [...]” (LOPES, 1986, p. 19). Intitular uma instituição educacional confessional no início do século XX como Sagrado Coração de Jesus é corroborar com o projeto de reforma, difusão, fortalecimento e organização do catolicismo no Brasil e, particularmente, na diocese de Goiás, o que comprova a sintonia das Irmãs Dominicanas com os ideais reformistas dos bispos goianos.

do Rio Tocantins, alegres e com saúde, apesar dos incommodos de uma viagem penosa em que as dignas filhas de S. Domingos deram prova de muita coragem. O que logo logo arrebatou as nossas vistas foi essa afamada Igreja (construída pelos Dominicanos) – que se ergue no morro em que está assentado o Porto, qual magnífico arco de triumpho, revelando àquelles que visitam a cidade o espírito activo e inteligente como também a piedade do povo portence. Enquanto contemplávamos admirados este monumento, cujas linhas imponentes e graciosas pareciam mais lindas por meio da luz fulgurante d’um ceo sem nuvens, o simpático Coronel Frederico Lemos com um batelão magnificamente empavezado e em que estavam içadas as bandeiras do S. Coração de Jesus e de S. Domingos, nos levou até a terra no meio d’uma multidão imensa, em que todas as classes se confundiam unidas n’um mesmo sentimento de sympathia e de jubilo. Com este imponente séquito fomos á Igreja. No percurso, ouvia-se o estrondo de inúmeros fogos e nos intervalos as cantoras do Coro do Rosario repetiam á porfia, com voz angélica, este cântico da pena, melhor digamos, do coração sempre vibrante e sempre jovem do R. P. Frei Angelo ‘São Domingos, ó Pae amado. Vem perfumar meu coração. Juntando as rosas do Rosário. Alvos lyrios de teu brazão!’, Entrando no Sanctuário entoaram as mesmas esse cantico que tanto se harmonisava com os sentimentos de todos: ‘Minha Alma engrandece etc’. e logo o REvmo. Frei Rosário, superior dos Missionários, agradeceu, com palavras breves porém acertadíssimas, essas comoventes manifestações. Foi o povo todo levar as freira á casa que lhes era destinada, casa, digamo-lo, provida e arranjada com o esmero da mais fina caridade⁹⁹ [...] (sic)(MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO, janeiro de 1905, p. 139-140).

A presença das religiosas dominicanas na Diocese de Goiás e a fundação de colégios “faz parte da estratégia de reforma da igreja católica no que tange à reforma moral e religiosa da sociedade goiana”, pois por meio dessas instituições escolares, a mocidade, em especial as mulheres, seria educada com objetivos de “regenerar a sociedade por meio da família cristã, pela educação da mulher” (VAZ *apud* DOURADO, 2010, p. 135).

A instalação de congregações religiosas estrangeiras em todo o Brasil, durante a primeira república, e a abertura de colégios católicos masculinos e femininos dirigidos por essas congregações,

[...] ofereceram um ensino humanístico na melhor tradição europeia, atraindo as elites que, aomatricularem seus filhos e suas filhas nessas instituições, legitimaram seu caráter civilizador e contribuíram para a sua manutenção e reprodução.

Por outro lado, urge apontar, essa rede escolar católica trazia compensações econômicas e viabilizava, como nenhuma outra estratégia, o projeto de recatolização da sociedade brasileira empreendido pela ICAR [Igreja Católica Apostólica Romana], e ainda era de fundamental

⁹⁹Era uma casa improvisada doada pelo Coronel Frederico Ferreira Lemos, que serviu de convento para as irmãs e onde funcionaram as primeiras instalações do Colégio Sagrado Coração de Jesus. Da mesma forma quando da chegada dos padres dominicanos em 1886, houve em Porto Nacional uma forte aliança entre a Igreja e a oligarquia local, que “sonhava ter um estabelecimento de ensino para a educação de suas filhas” (SANTOS, 1996, p. 143).

importância para o financiamento das congregações religiosas (AQUINO, 2013, p. 12-13).

Assim, o Colégio Sagrado Coração de Jesus, dirigido pelas Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, em Porto Nacional, fez parte do grande projeto educativo cultural da Ordem Dominicana não só para a cidade, mas para toda a região do antigo norte de Goiás, visto que para ele acorreram “famílias de todos os lugares do estado de Goiás e de outros estados vizinhos [que] queriam oferecer aos filhos uma boa educação” (PIAGEM; SOUZA, 2000, p. 74). Ribeiro, Muta e Silva (2007, p.134-135) narram que,

[...] Criou o Colégio, propagou-se a notícia. Todo mundo queria conhecer as irmãs. Então houve a corrida para Porto, de gente de todas as cidades. Isto então teve uma grande influência para o nosso meio. O título de Capital Cultural do Norte Goiano é justamente porque captou e acolheu gente de todos os lugares.

Oficialmente, o Colégio Sagrado Coração de Jesus foi inaugurado no dia 15 de setembro de 1904, em sua sede provisória, na casa cedida às irmãs, que funcionava como convento e colégio. No início, contou com 19 alunas matriculadas no ensino primário, pagando o valor de dois mil réis mensais. Em 1906, as Irmãs instalaram-se no primeiro prédio definitivo e próprio da congregação em Porto Nacional. Em dois anos, com a ajuda dos frades, que adquiriram experiência com a construção da monumental igreja e, principalmente, da sociedade portuense, a Rua do Cabasaco ganhou um prédio religioso até então nunca vislumbrado naquele sertão (DOURADO, 2010).

Figura 12– Fachada atual do primeiro prédio do Colégio Sagrado Coração de Jesus¹⁰⁰



Fonte: Acervo das Irmãs Dominicanas. Colégio Sagrado Coração de Jesus. Porto Nacional-TO.

Figura 13– Vista interna atual do primeiro prédio do Colégio das Irmãs Dominicanas¹⁰¹



Fonte: Acervo das Irmãs Dominicanas. Colégio Sagrado Coração de Jesus. Porto Nacional-TO.

¹⁰⁰Atualmente esse prédio, que conserva a sua arquitetura original, pertence à CONSAÚDE, uma ONG envolvida com trabalhos de educação, saúde e cultura em Porto Nacional. O atual prédio onde funciona o Colégio Sagrado Coração de Jesus é uma construção da década de 1950, bem mais moderna e ampla.

¹⁰¹Nota-se o claustro do colégio, o jardim central e a estátua do Sagrado Coração de Jesus, conservados no interior do prédio.

Figura 14 – Capela do primeiro prédio do colégio Sagrado Coração de Jesus, dezembro de 1911



Fonte: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. CASA DE OSWALDO CRUZ(1992).

Além de estabelecerem o Colégio Sagrado Coração de Jesus, as irmãs responsabilizaram-se pela escola pública de instrução primária para o sexo feminino, “que ficou sob a responsabilidade de uma freira e passou a utilizar o mesmo edifício das aulas do Colégio Sagrado Coração de Jesus. *Para tanto, o estado pagava o aluguel da sala e o salário da professora*” (DOURADO, 2010, p. 101, grifo nosso).

Na mesma carta publicada na *Revista Mensageiro do Santo Rosário*, já destacada anteriormente, encontra-se a narrativa da nomeação da Madre Maria Ignez como professora da escola pública com a mesma riqueza de detalhes que narrou a chegada das religiosas:

Decorridas apenas duas semanas [da chegada das dominicanas em Porto], veio a nomeação da Irmã Ignez para professora pública coroar dignamente estas festas. Realizou-se o acto com um brilho e uma solenidade que superaram tudo quanto era de se esperar. A's 3 horas da tarde, a mais selcta sociedade do Porto enchia a sala do Sr. Juiz de Direito, o Ilmo. Dr. Palha. Chegando o Revmo. Fr. Rosário com mais dois frades, salvou-o a banda de música com os enlevos d'uma peça harmoniosa e viva. Logo depois o sr. Doutor, sentando-se na sua cadeira, proclamou em nome do sr. Coronel Pacífico, delegado litterário, a Irmã Ignez – professora pública, pedindo ao Revmo. Frei Rosário se dignasse lhe entregar o diploma. Na

mesma ocasião nomeou, o Senhor Juiz, com applauso dos assistentes, o Revmo frei Rosário professor da aula secundária de francez e portuguez. Então tendo o Dr. Francisco, distincto médico d'esta cidade, exprimido o desejo de que fossem acompanhar o Revmo Frei Rosário á casa das freiras, e apoiado com enthusiasmo pela nobre assistência, sahiu o R. P. com esta brilhante escolta, tocando a música uma marcha alegre e vibrante. As irmans receberam essas demonstrações com a graça feita de simplicidade e dinstincção, que parece ser o próprio das filhas do Patriarcha de Gusmão. Na sala de visitas, embora comprida mal cabiam os numerosos amigos. Entregando lhes o diploma de nomeação, o REvmo Frei Rosário complimentou-as em nome da sympáthica assistência como também em seu nome próprio pela honra e prova de confiança que acabavam de receber. Ouvidas essas palavras, romperam vivas entusiasticos ao Porto, ás freiras, á Religião e accrescentou a musica mais umas notas jubilosas. Despedindo-se das irmans, por um cordeal aperto de mão, foi o séquito levar o Revmo. Fr. Rosário á casa de residência dos padres. De tarde, a banda de múscia percorreu as ruas da cidade em signal de regosijo, e até as horas mais adeantadas da noite, ouviu-se o estrondo de innumerados foguetes que dizião a alegria que enchia o coração do povo portuense. N'este sucesso, cuja lembrança nunca apagar-se-ha da mente de quem o presenciou, queremos apontar só duas coisas que sobremaneira nos alegraram: 1ª A união ao povo inteiro n'um mesmo enthusiasmo e júbilo em aclamar as dignas filhas de S. Domingos. 2ª Os calorosos vivas que foram dados á Religião Catholica. Pois façam os anjos de guarda d'essa cidade com que sempre vigorem esses sentimentos de fé e de harmonia, afim de que, sempre cathólicos e sempre unidos, concorram todos para a realização d'esse progresso, de que falou a Venerável Superiora, "baseado sobre a religião, a moral e a sciencia donde há de sahir a civilização mais adeantada e afortunada" (MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO, janeiro de 1905, p. 140-141).

Figura 15 – Religiosa dominicana pioneira em Porto Nacional¹⁰²



Fonte: Acervo das Irmãs Dominicanas. Colégio Sagrado Coração de Jesus. Porto Nacional-TO.

Percebe-se por essa narrativa, repleta de menções laudatórias e de clima apoteótico, que o povo portuense contemplava na instalação das irmãs dominicanas, na abertura do Colégio Sagrado Coração de Jesus e na nomeação de uma professora – religiosa e francesa – para o ensino público primário a chegada da civilização, da modernidade e de significativas mudanças, que até então não haviam sido concretizadas pelo Estado no antigo norte de Goiás, isolado e abandonado.

Além do colégio interno e do cuidado com a escola pública primária, ambas para meninas, o Colégio Sagrado Coração de Jesus passou a oferecer o externato para ambos os sexos. No entanto o foco principal da Congregação de Monteils era a educação de meninas e moças.

De acordo com Azzi (2008, p. 21),

¹⁰²Infelizmente as anotações no verso da foto estão apagadas. Não foi possível saber o nome completo dessa religiosa e nem de que ano é essa foto.

Ao colocar as filhas no colégio de freiras, as famílias desejavam não apenas oferecer-lhes uma instrução adequada, mas sobretudo que recebessem uma educação dentro dos padrões culturais europeus [...e] adotarem modos, expressões e formas de comportamento condizentes com o conceito de civilidade da sociedade urbana. Merecem destaque especial os trabalhos de agulha, de pintura, de arte declamatória, a música e o canto orfeônico. Os bordados, em suas múltiplas modalidades, o tricô, o crochê [...] ensinados com esmero.

Dessa forma, conforme os estudos de Dourado (2010, p. 135), o currículo do Colégio Sagrado Coração de Jesus extrapolava o currículo oficial, e as religiosas dominicanas francesas visavam a “uma educação centrada nos princípios morais, na disciplina, na formação religiosa, social e intelectual das moças portuenses e da região”. Acentua-se a isso, “a ênfase na cultura, principalmente nas artes manuais, no desenho, na culinária, na música, no estudo de línguas, em relevo o domínio do francês e no desenvolvimento da linguagem verbal” (DOURADO, 2010, p. 135).

Assim, “Porto Nacional foi influenciada pela cultura francesa, inicialmente pelos frades e, depois, pelas irmãs dominicanas” (RIBEIRO; MUTA; SILVA, 2007, p.134-135) o que ocasionou na cidade um clima europeizado, de uma cultura mais refinada e que agradou as famílias portuenses. Muitas famílias sacrificavam-se para colocar os filhos no colégio das freiras; outras, muito pobres, eram subvencionadas pelo Estado que, por meio de bolsas e convênios¹⁰³ pagos ao colégio, estudavam gratuitamente no Sagrado Coração de Jesus (DOURADO, 2010).

Uma nota da *Revista Mensageiro do Santo Rosário* exprime a estima da sociedade portuense para com a fundação das Irmãs Dominicanas, afirmando que o Colégio Sagrado Coração de Jesus

[...] Tem prestado serviços inapreciáveis á educação da mocidade do Porto e da vasta zona circumvisinha [...] O collegio tem um internato para meninas e dous externatos, um dos quaes para meninos. Acaba de regressar da Europa trazendo mais uma auxiliar, a digna e muito querida Superiora Irmã Maria Ignez. Com seu regresso, cheio de peripécias devido as guerras e as distâncias e caminhos entrou em Porto Nacional o primeiro piano cuja

¹⁰³Em Goiás, a Lei n. 186, de agosto 1908, facultou “ao Estado subvencionar escolas primárias particulares” (DOURADO, 2010, p. 136). Essa era uma prática comum em todos os colégios mantidos pelas congregações religiosas estrangeiras no Brasil. Juscelino Kubitschek estudou em colégios católicos subvencionados pelo estado em Minas Gerais (AQUINO, 2013), pois o fim do Padroado não significou um fim das relações entre a Igreja e o Estado. O que se continuava a assistir foi uma continuidade de “vínculos, compromissos, contatos, cumplicidades entre autoridades e aparatos estatais e representantes de instituições católicas” (GIUMBELLI, 2000, p. 105). Nesse aspecto, pode-se afirmar que, apesar de ser um ideário almejado pelos pensadores liberais brasileiros na passagem do século XIX para o XX, a constituição de um Estado laico no Brasil não significou uma separação entre esfera política e religiosa, mas sim outra forma de relação entre Estado e Igreja (GRIGÓRIO, 2012).

condução em padiola constitue uma pequena epopeia. No Collegio estão sendo educadas duas Indias da nação Cherente e é de notar que no quadro de honra se vêm os nomes das duas meninas, cujo comportamento é exemplar. Uma se chama Maria Francisca Cuancungté e a mais nova, que fez a sua primeira Comunhão com cerca de sete annos, em o nome de Bertinha Assueteti. Uma outra cherente, educada com as Irmãs, já hoje é casada e mãe de família (MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO, julho de 1915, p. 60-61).

A equiparação do Colégio Sagrado Coração de Jesus à Escola Normal e a instalação da mesma a partir de 1920 intensificou a formação das jovens moças da cidade e da região ao magistério. Na percepção da professora Benvinda Dourado, após a formatura das primeiras normalistas do Colégio das Irmãs é que as mulheres voltaram a atuar na profissão de professora e o curso Normal trouxe benefícios significativos para a qualidade da educação na região, além de extrapolar os limites do município, pois ex-alunas provenientes de outras cidades “iam assumindo posições de liderança nas instituições públicas e privadas de educação, chegando, inclusive, a assumir papéis de destaque em outros setores de atividades em suas cidades de origem” (DOURADO, 2010, p. 185).

Como já apontado aqui, é consenso nas pesquisas e trabalhos realizados sobre a cidade de Porto Nacional que o desenvolvimento intelectual dessa cidade foi fortemente estimulado pelos dominicanos e pelas dominicanas que, com seus projetos educativos e culturais, souberam adubar a cidade e transformá-la em um foco irradiador da cultura humanística para todo o antigo norte de Goiás.

Tal realidade outorgou à cidade o título de ‘capital da cultura do norte goiano’, fato que, na visão de vários autores, como Oliveira (2010), Piagem e Souza (2000), Maya (2003), Dourado (2010) e Silva (1996, p. 128), ocorreu, sobretudo, em razão da atuação da Ordem Dominicana, responsável pelo processo educativo e formativo da população portuense, no que tange à cultura escolar e geral, bem assim pela consequente observância e ensinamento de princípios éticos, morais e religiosos no contexto do final do século XIX e primeiras quatro décadas do século XX.

3.5 A MISSÃO DOMINICANA ENTRE OS POVOS INDÍGENAS E A FUNDAÇÃO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

No ano de 1896, a Congregação Intermediária da Província Dominicana de Toulouse decidiu iniciar no Brasil a evangelização com os povos indígenas da região do Araguaia e encarregou Frei Gil Vilanova dessa nova missão. Antes disso, quando, em 1891, Frei Gil Vilanova foi assinado a primeira vez em Porto Nacional, entre suas obrigações estava a catequese com os índios.

Nesse primeiro período em que Frei Gil passou no convento de Porto Nacional, de 1891 a 1893, as tentativas de contato do missionário com os indígenas da região de Pedro Afonso e Piabanha, a princípio, sofreram resistências por parte do Frei Antonio de Ganges. Este missionário capuchinho residia na cidade de Piabanha desde meados do século XIX e acreditava manter o domínio exclusivo sobre o território dos índios Xerente da região (ROBERTO, 1983). No entanto o contato de Frei Gil com uma aldeia Krahô, às margens do Rio Tocantins, apresentou resultados favoráveis ao missionário. Ele conseguiu trazer dessa tribo para Porto Nacional três crianças índias para serem educadas na escola dos frades dominicanos. Eram elas Marco e Abocsú que tinham entre 8 e 10 anos, e Aquedi, que tinha aproximadamente 15 anos (GALLAIS, 1942). Sobre a vinda desses indígenas para estudar, Grigório (2012, p. 63) conta que,

Além dos índios Krahô que eram educados no colégio de Porto Nacional, os dominicanos ainda receberam dois meninos Xerente e esperavam o recebimento de mais doze que os índios prometeram lhes entregar [...mas] para Frei Gil ter apenas algumas crianças para educar não era o suficiente. O colégio era visto pelo missionário apenas como um “embrião de catequese” e para ter uma catequese no sentido stricto sensu era necessário estabelecer “uma obra exclusivamente consagrada à conversão dos selvagens”.

Para isso, Frei Gil Vilanova empreendeu, a partir de Porto Nacional, em janeiro de 1891, outra expedição em busca de índios. Dessa vez para o oeste, em direção ao Rio Araguaia. Após dois meses de muitas dificuldades, como relata Gallais (1942), Frei Gil e seu companheiro nessa tarefa, o irmão converso Frei Afonso Valdeschini, retornaram a Porto Nacional sem sucesso, pois não encontraram nenhum índio. De acordo com Grigório (2012, p. 64), “esta foi a última

expedição de Frei Gil pelas selvas do Araguaia e Tocantins a procura de índios antes de se envolver nos conflitos de Boa Vista”.

O ano de 1896 vai marcar o início das atividades da Ordem dos Pregadores com uma missão exclusiva para os povos indígenas da região do Araguaia. Frei Gil Vilanova foi encarregado dessa missão e assinado, novamente, no Convento de Porto Nacional. Para essa missão, ganhou como auxiliar Frei Angelo Dargaignaratz. No mesmo ano, Frei Gil e seu companheiro desceram o Rio Araguaia até a foz do Rio Naja, onde encontraram uma aglomeração de famílias que mantinham relações amistosas com os índios kayapó. Aproveitando a ocasião, as pessoas e o lugar, Frei Gil fundou um povoado que batizou de Santana da Barreira (GALLAIS, 1942).

Desse povoado Frei Gil fez contatos com as aldeias dos Kayapó e, aos poucos, conseguiu iniciar o centro de catequese com várias crianças dessa etnia. De acordo com Roberto (1983, p. 60), “com a fundação de Barreira, um pequeno núcleo de cristãos e o estabelecimento do contato com os Kayapó, estava constituído o território dominicano” para a catequização dos indígenas.

No entanto esse território não se estabeleceu ali definitivamente. Por causa dos perigos de inundação do Araguaia e por orientação de um geógrafo a serviço do estado do Pará, Henry Coudreau, Frei Gil Vilanova mudou a localização do povoado para um lugar mais seguro, longe das cheias do rio, à margem esquerda do Araguaia, em terras paraenses, ultrapassando os limites da diocese de Goiás, onde os dominicanos haviam trabalhado até então. Nesse lugar, no dia 14 de abril de 1897, Frei Gil Vilanova fundou Conceição do Araguaia, o centro de catequese para os indígenas da Ordem dos Pregadores no Brasil.

Conceição do Araguaia¹⁰⁴ era a realização de um sonho antigo da Ordem, pois desde sua primeira fundação no Brasil os frades da Província de Toulouse

¹⁰⁴ O desejo da Ordem Dominicana e de Frei Gil Vilanova era “fazer de Conceição do Araguaia um núcleo urbano estruturado, tendo os missionários em sua direção, tanto espiritual como material” (ROBERTO, 1983, p. 64-65). Assim nasceu e permaneceu Conceição do Araguaia em seus primeiros anos. No entanto a pequena cidade cresceu rapidamente sob a influência da expansão da exploração da borracha e “tornou-se um dos mais importantes centros caucheiros da região amazônica, sobretudo após o encontro das florestas dos seringueiros do Araguaia com os do Xingu” (AUDRIN, 2007, p. 94). Em 1901, Conceição do Araguaia foi elevada a freguesia e o governo do Pará suspendeu a subvenção para o trabalho de catequese com os indígenas e, aos poucos, ela deixou de ser dirigida pelos missionários e ganhou autoridades civis e policiais. A vida moral do lugar também se transformou com a chegada de migrantes, que trouxeram consigo a bebida, as festas, os tiroteios e os artigos de luxo, como relata Audrin (2007). O sonho teocrático dos dominicanos pareceu desmoronar, no entanto a província de Toulouse trabalhou acentuadamente para garantir o território eclesiástico sob o comando da Ordem dos Pregadores: aumentou o número de missionários, trouxe as Irmãs Dominicanas de Monteils, que fundaram em Conceição o Colégio Santa Rosa de Lima para

vislumbravam o trabalho catequizador e civilizador entre os selvagens das terras brasileiras. E era sonho missionário de Frei Gil Vilanova a demarcação do território de atuação exclusiva dos missionários dominicanos na evangelização dos índios.

O centro de catequese indígena de Conceição do Araguaia estabeleceu fortes relações com o Convento Santa Rosa de Lima de Porto Nacional. Vários foram os missionários que trabalharam tanto em Porto Nacional como em Conceição. As duas cidades tornaram-se 'irmãs' no que se refere ao trabalho da Ordem dos Pregadores na região norte do Brasil. Um dos frades dominicanos que trabalhou nas duas cidades e contribuiu para o estabelecimento de vínculos eclesiais entre Porto Nacional e Conceição do Araguaia foi Frei Domingos Carrerot.

Esse missionário dominicano estabeleceu-se em Porto Nacional no ano de 1891 e foi responsável pela abertura da estrada, conhecida por picada, que ligou a cidade sertaneja das margens do Rio Tocantins à fundação dominicana das margens do Rio Araguaia. A carta de Frei Gallais narrando sobre essa estrada quando, em 1898, fez o percurso dos mais de quinhentos quilômetros que separam Porto Nacional e Conceição, pelo caminho aberto por Frei Domingos, foi transcrita por Audrin (2007) e é indispensável apreciá-la. Isso porque, além de apresentar uma narrativa detalhada de como era o percurso, ratifica o significado ímpar dessa estrada para àquela época e região, onde os lugares se tornavam longe por demais em virtude das dificuldades de mobilidade:

[...] Antes, porém de contar-vos minhas aventuras, quero descrever-vos a estrada por nós seguida, sua abertura e seu traçado; ela é obra quase prodigiosa daquele que foi meu guia fiel na mui penosa travessia. Uma vez que nossos Padres fixados nas beiras do Araguaia, era necessário terem comunicações com seus irmãos do Tocantins. Ora, entre estes dois rios, salvo numa limitada zona de vinte a trinta quilômetros perto de Porto, e numa outra zona menor ainda junto a Conceição, estende-se um imenso deserto apenas cortado em raros pontos por insignificantes trilhos transversais, que servem para ligar a Santa Maria do Araguaia dois vilarejos do Tocantins chamados de Pedro Afonso e Piabanha. Para ter um caminho direto e prático, precisava portanto imaginar e realizar uma imensa diagonal, correndo de sul-este e noroeste, por meio longos planaltos desconhecidos, matas misteriosas e numerosos caudalosos rios sem nome geográfico. Era

atenderem crianças indígenas e ampliaram o número de doações para a missão, tanto por parte do Estado como da população de outros centros onde a Ordem já havia se estabelecido [o que justifica, talvez, porque as irmãs vieram primeiro para Conceição e não para Porto Nacional]. Assim, a cidade foi constituída em território eclesial em 1911 com a criação da Prelazia de Conceição do Araguaia pelo decreto de 30 de setembro do Papa Pio X. Essa Prelazia foi entregue à Ordem Dominicana para a continuidade dos trabalhos missionários, não só com os povos indígenas, mas, também, com a população de seu território. O primeiro bispo-prelado de Conceição foi o dominicano Frei Domingos Carrerot que, à época da ereção da Prelazia, era o superior do convento dominicano local.

o domínio absoluto das onças, emas, capivaras e sucuriús. Pois houve um homem atrevido que não recuou perante tão temerosa empresa, e realizou o que muitos julgavam ser um sonho irrealizável. [...] Não penseis, vós que andais pelas belas estradas de França, que se trata aqui de uma estrada de rodagem, nacional ou departamental, dotada de muitas obras de arte. Aqui no sertão, quando querem abrir uma estrada, cortam matos e matinhos, queimam tabocais, de vez em quando derrubam árvores frondosas, avançando lentamente, guiando-se pela marcha do sol, e por alguns dados mais ou menos vagos e incertos. [...] Podeis acreditar que o missionário que traçou o modesto caminho de Porto a Conceição não tem pequeno merecimento, perante Deus e os homens [...] enquanto nosso Frei Domingos, com um simples cabo de esquadra, dispunha apenas de quatro homens para ajudá-lo. O fato é que o caminho existe agora, fazendo a admiração de todos, e sobretudo prestando à toda a região um serviço de primeira ordem [...] (AUDRIN, 2007, p. 78-79)

Frei Domingos Carrerot, em sua permanência em Porto Nacional, foi o frade que colaborou com Frei Gil Vilanova na educação dos índios. Ele destacou-se no trabalho com os povos indígenas, tanto em Porto como em Conceição, na condição de missionário dominicano e de primeiro bispo das duas cidades, que se tornaram sede de dioceses e território de missão da Ordem Dominicana¹⁰⁵.

O trabalho dos missionários com os povos indígenas em Porto Nacional não foi intenso como em Conceição do Araguaia. Na missão portuense, as ações dos dominicanos e das dominicanas estiveram mais centradas na formação escolar que os colégios dos padres e das freiras proporcionavam aos meninos e meninas indígenas, recrutados nas aldeias e autorizados pelos pais a vir para Porto estudar.

Pode-se afirmar que as atividades com os índios em Porto Nacional intensificaram-se com a instalação da diocese portuense e com os trabalhos do primeiro bispo, Dom Domingos Carrerot. Ele continuou, em toda a nova circunscrição eclesiástica que assumiu, o trabalho que desenvolvia na Prelazia de Conceição do Araguaia, principalmente com a catequização dos selvícolas, tanto que Dom Domingos mantinha em Porto Nacional “uma casa-escola para a educação dos Cherentes” (CAYAPÓS E CARAJÁS, 1925, p. 7).

Afirma seu biógrafo que

¹⁰⁵ Domingos Carrerot foi elevado ao episcopado em 1912, sendo eleito bispo-prelado da Prelazia de Conceição do Araguaia. No ano de 1921, foi eleito primeiro bispo da Diocese de Porto Nacional, que havia sido criada em 1915. Dom Dominique, atual bispo de Conceição do Araguaia, afirmou em um pequeno discurso em uma celebração religiosa, dia 23 de setembro de 2014, na Catedral de Porto Nacional, “que as duas dioceses são irmãs e tiveram a honra de terem como primeiro bispo o missionário dominicano Domingos Carrerot”. Sobre a Diocese de Porto Nacional e o seu primeiro bispo, frade dominicano, discutir-se-á, posteriormente, neste trabalho.

Seu ideal e seu empenho foram os mesmos nas margens e zonas do Tocantins como nos sertões e nas matas do Araguaia, porque em seu novo território eclesiástico, continuava a encontrar, além das ovelhas fiéis, numerosos índios pagãos confiados à sua vigilância de Pastor [...] em qualquer direção que fosse Dom Domingos ao empreender uma viagem, encontrava sempre sinão aldeias propriamente ditas, pelo menos núcleos de legítimos sobreviventes das antigas famílias indígenas (AUDRIN, 2007, p. 233).

Com isso, os demais missionários assinados em Porto Nacional também se envolveram no trabalho com os índios, especialmente com os da Ilha do Bananal e das margens do Rio Tocantins. Uma carta de Frei Reginaldo Tournier, escrita em 1932 e publicada e traduzida na Coleção Memória Dominicana, evidencia um pouco desse trabalho dos frades de Porto:

A fotografia que lhes envio representa uma família de Índios Cherentes vindos recentemente a Porto Nacional para fazer batizar suas três filhinhas que no grupo estão juntas a seus pais e mães. Eles vieram também para reivindicar seus direitos sobre um pedaço de terra que seus antepassados habitaram durante séculos e que os cristãos querem lhes tomar para a criação de gado.

Eu transmiti sua reclamação ao Presidente do Estado de Goiás e aproveitei a ocasião para pedir ao Governo em favor de nossas seis aldeias Cherentes e de nossas duas Carahós um patrimônio legalizado de seis quilômetros de raio em torno a cada centro.

Nossos desertos, com efeito, se povoam com uma rapidez inconcebível. É preciso dizer que eles se povoam sobretudo com animais de chifres. A criação de bois é mais ou menos o único gênero de exploração agrícola de nossas imensas regiões, que aliás, prestam admiravelmente pela riqueza de suas pastagens, mas esta criação é das mais primitivas. Os fazendeiros – como novos Lot – levam adiante de si um rebanho de 200, 300, 500 cabeças de gado. Eles vão à aventura para uma terra prometida da qual ouviram elogiar as riquezas. Chegados em algum lugar que não esteja ocupado, ele deixam seus rebanhos, controem uma casa de palha, fazem uma pequena clareira para passar de tempos em tempos em revista o seu rebanho. Aí está uma nova fazenda que surge.

O empurrão destes fazendeiros acentua-se de mais a mais nestes últimos tempos. Eles não respeitam mesmo o patrimônio dos índios, que tem direito como os primeiros posseiros, a seu terreno de cultura e de caça. Daí estes conflitos contínuos entre cristãos e índios. Se não há mais desgraças a deplorar, é graças a intervenção dos missionários que recomendam aos índios calma, que intercedem junto aos fazendeiros para que eles não os oprimam e junto ao governo para que faça respeitar seus direitos.

Muitos pensam que seria preciso reunir diversas aldeias de uma mesma tribo em uma só, que se relegaria a um canto perdido, e isto suprimiria todas as brigas. Mas onde está este canto perdido que os fazendeiros já não tenham cobiçado? E depois, os índios não estão em sua casa? Porque os desapossar?

Alias os que falam assim conhecem bem pouco os costumes dos nossos selvagens. Cada aldeia é composta de um certo número de famílias mais estreitamente ligadas entre si por laços de parentesco. Cada uma quer viver a sua vida independente das outras. A mais, a experiência mostra que os índios, como os outros humanos, estão sujeitos à discórdia, a susceptibilidade. Eles se deixam ir à desconfiança, aos rancores, às cóleras, às vias de fato.

Cada aldeia tem o seu feiticeiro ou feiticeira. Se uma epidemia vem cair sobre uma aldeia, se uma infelicidade ou um simples contratempo atinge uma família, a um particular, o feiticeiro aponta o culpado. É um vizinho próximo. Ele é inspecionado para tirar vingança. Agente Ihe faria mal se ele não levasse para longe seus pretensos malefícios... Um atentado aos costumes é rudemente castigado e infeliz daquele que é imputado deste crime, se ele dorme sobre a sua má ação. Que ele fuja ao mais longe, que ele passe um grande rio e se refugie na aldeia recuada para colocar sua via em segurança. [...]

Em alguns dias eu vou rever sem dúvida os Cherentes que nos visitaram em Porto Nacional. Eu lhes dei um ponto de encontro em Piabanha para a festa de São Sebastião, que se celebra aqui com uma solenidade igual à do Divino. Afim de lhes dar a resposta do Presidente do Estado a respeito do seu patrimônio e para fixar a época de uma visita a cada uma de suas aldeias. [...]. (FREI REGINALDO TOURNIER, 1932 *apud* CMD, n. 15, p. 20-22).

Figura 16 – Grupo indígena em Porto Nacional¹⁰⁶



Fonte: Arquivo da Província Dominicana do Brasil, Belo Horizonte-MG.

A carta de Frei Tournierevidencia, além da preocupação com a catequização e a formação civilizadora cristã dos índios, o envolvimento dos missionários dominicanos da missão de Porto Nacional também com a defesa dos direitos das populações indígenas¹⁰⁷.

¹⁰⁶ A legenda da foto traz a seguinte anotação: “grupo indígena em Porto Nacional para procurar vestimentas, fazer pedidos e batizar as três crianças que estão no centro”, como relata a carta de Frei Tournier no corpo do texto.

¹⁰⁷ Diante das diversas injustiças praticadas contra os povos indígenas da região do Tocantins e do Araguaia, os missionários dominicanos evocaram o exemplo de Frei Bartolomeu de Las Casas que, no século XVI, colocou-se ao lado dos índios da América do Sul que sofriam com a tirania e a crueldade dos colonizadores espanhóis (AUDRIN, 2007; ROBERTO, 1983), trabalhando na defesa e proteção das diversas etnias como membros do Comitê de Proteção ao Índio e de outras iniciativas do gênero (CAYAPÓS E CARAJÁS, 1925, p. 9).

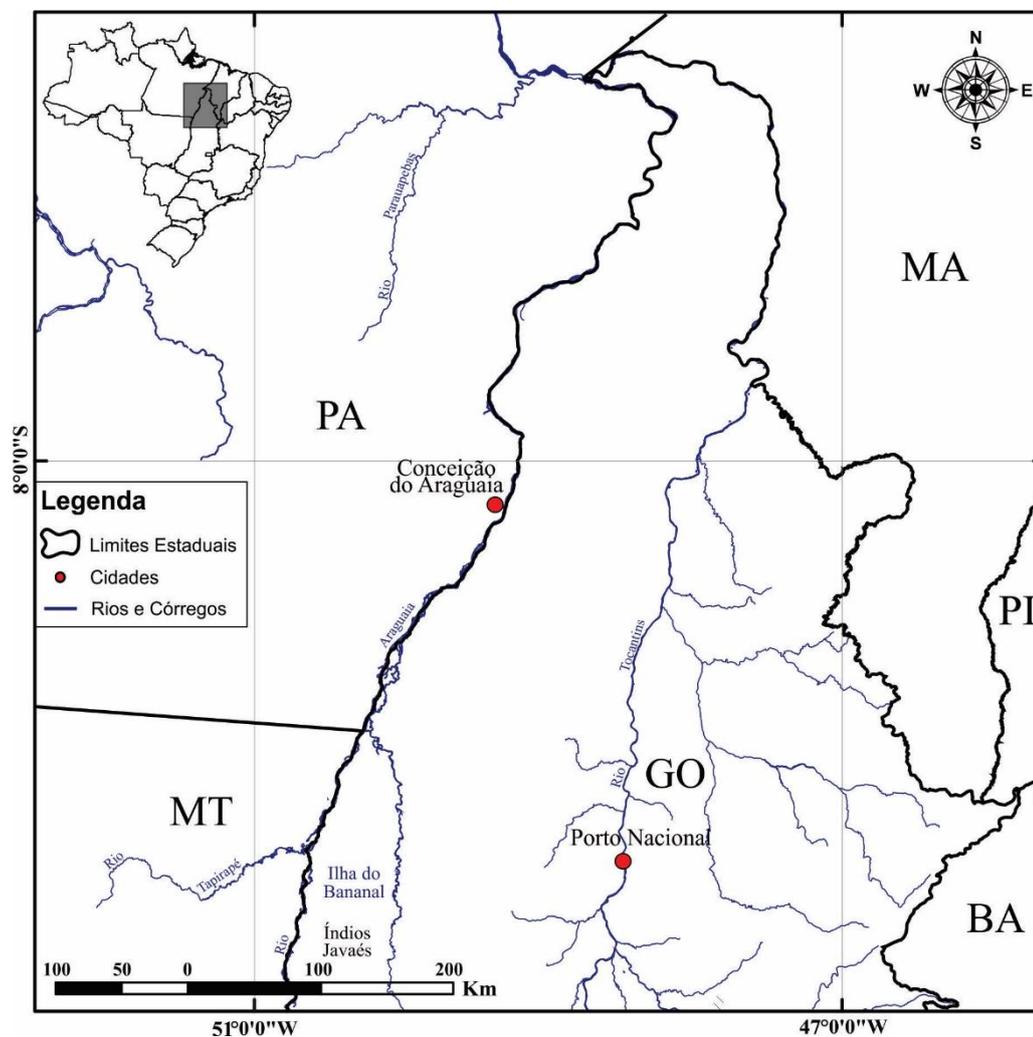
Existia grande preocupação dos frades com a presença dos protestantes em meio aos silvícolas. Um relatório de Dom Domingos Carrerot ao presidente do estado de Goiás, em 1925, solicita que haja “vistas do governo sobre a penetração sorrateira, interesseira e perigosíssima dos protestantes estrangeiros no nosso hinterland tão cobiçado pela Norte America sobretudo” (CAYAPÓS E KARAJÁS, 1925, p. 6). Este hinterland era a Ilha do Bananal, que desde 1914 era reduto dos dominicanos, mas com a chegada dos protestantes tornou-se palco de disputas pelo campo de missão (ROBERTO, 1983).

Uma das estratégias da reforma católica em que a Ordem dos Pregadores estava empenhada em seus territórios de missão era o combate ao crescimento do protestantismo e do espiritismo, considerados como inimigos da Igreja Católica e pragas do século XX. Para isso, concentravam suas pregações no intuito de “debelar e extinguir os males que para as almas dimanam os erros protestantes” (MSR, novembro de 1939, p. 166).

Talvez com medo de perder o espaço conquistado para a catequização dos indígenas, os dominicanos travaram intensas disputas com vários líderes protestantes que se instalaram na região, entre eles, John Boyle (GALLAIS, 1942), William Cook (GRIGÓRIO, 2012) e a professora Leolinda Daltro, que apesar de não se manifestar adepta de nenhuma profissão religiosa mantinha relações amistosas com os protestantes e se posicionava contrária aos trabalhos dos missionários dominicanos (GRIGÓRIO, 2012).

Enfim, o ministério dos frades dominicanos franceses de Porto Nacional entre os povos indígenas, especialmente da Ilha do Bananal, enfraqueceu com a morte de Dom Domingos Carrerot, em 1933. A partir daí, a Prelazia de Conceição do Araguaia e a catequese dominicana ali estabelecida e fortalecida pelo sucessor do primeiro bispo, o dominicano Dom Sebastião Thomás, e pelos frades que lá estavam assinados, entre eles dois brasileiros, Frei Luis Palha e Frei Gil Gomes, ficaram responsáveis por este trabalho.

Mapa 6–Território eclesiástico sob o comando da Província Dominicana de Toulouse no início do século XX: Prelazia de Conceição do Araguaia e Diocese de Porto Nacional



Fonte: Base de dados do IBGE, 2014. Adaptado de Roberto(1983).

3.6 A CRIAÇÃO DA DIOCESE DE PORTO NACIONAL E OS BISPOS DOMINICANOS FRANCESES

O ano de 1913, eclesiasticamente, foi para Porto Nacional muito significativo, pois houve:

1º a visita pastoral do Exmo. Sr, Bispo Diocesano, sucesso notável que não se realizava devido às enormes distancias, havia trinta annos; 2º a visita anual do muito querido Prelado de Conceição do Araguaia que veio benzer o novo Convento dos Missionários Dominicanos e o 3º as santas Missões

que foram pregadas por um missionário de Conceição e outro de Goyaz. Choveram, pois, a graças divinas sobre este povo que em geral soube apreciar-as e aproveitá-las (*sic*)(MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO, abril de 1914, p. 226).

Considera-se aqui que Porto Nacional, naquele contexto, tinha uma atividade religiosa bastante fervorosa impulsionada pela presença da Ordem dos Pregadores, dos frades e das irmãs francesas, que fizeram da cidade um importante centro evangelizador católico para todo o antigo norte de Goiás.

Dessa forma, a presença, os trabalhos e a permanência da Ordem Dominicana em Porto Nacional até o ano de 1913 foram significativos para a escolha da cidade como sede de uma nova circunscrição eclesiástica no estado de Goiás. Isso porque Porto Nacional vivia um momento em que eram seguidas, rigorosamente, as orientações da Santa Sé cumpridas pela Ordem Dominicana por meio do missionarismo empregado pelos frades em uma região longínqua da sede da diocese. Isso propiciava aos bispos goianos, em especial para Dom Prudêncio Gomes da Silva, antístite naquele período, mais tranquilidade quanto aos objetivos da ação evangelizadora de sua igreja particular.

As inúmeras atividades desenvolvidas pelos missionários dominicanos em Porto Nacional, os dispositivos dominicanos, prepararam terreno sólido, de grande riqueza religiosa e cultural, e possibilitaram a instalação de mais uma parcela da Igreja Romana no sertão de Goiás.

Foi isso que Dom Prudêncio Gomes da Silva, membro da elite eclesiástica brasileira, bispo de Goiás de 1908 a 1921, na visita pastoral à Paróquia de Nossa Senhora das Mercês de Porto Nacional, em 1913, vislumbrou *in loco*. Além disso, havia insistentes pedidos dos portuenses para a construção de um novo bispado que buscasse atender mais satisfatoriamente o povo do norte de Goiás, visto que o de Goiás ficava afastado dessa região, o que impossibilitava as visitas constantes do 'pastor às suas ovelhas'.

De um lado os pedidos insistentes dos católicos de Porto Nacional, de outro o desejo do episcopado brasileiro, representado por Dom Prudêncio, em estender os domínios do catolicismo no Brasil e na base de tudo um território que desde 1886 já estava sendo preparado pelos missionários dominicanos. Enfim, tudo confluía satisfatoriamente para a ereção de uma nova diocese em Goiás, especialmente a presença de uma Ordem Religiosa que contribuía satisfatoriamente com os planos

de reforma e de adequação pela qual a Igreja Católica do Brasil estava passando após o rompimento definitivo do Estado com ela.

Nesse contexto, era urgente garantir territórios eclesiásticos nas diversas regiões brasileiras, especialmente no ‘sertão’, pois a Igreja Católica estava perdendo poder e ganhando inimigos, principalmente “a força política de grupos positivistas e maçons, o fortalecimento do protestantismo, o despontar do espiritismo e as ações dos anarquistas” (AQUINO, 2012, p. 31).

Para enfrentar tudo isso e “envidar ações para fortalecer sua presença na sociedade” (AQUINO, 2012, p. 31), a Igreja instituiu o processo de diocesanização¹⁰⁸, levado em frente pelos bispos brasileiros, o que resultou em um crescimento significativo de circunscrições eclesiásticas em todo o território nacional. Micelli (2009, p. 58) defende em sua obra *A elite eclesiástica brasileira* uma tese de ‘estadualização’ das políticas e do poder eclesiástico, que de fato aconteceu, levando em consideração que

Entre 1890 e 1930 foram criadas 56 dioceses, dezoito prelazias e 3 prefeituras apostólicas, para as quais foram designados, aproximadamente cem bispos, cabendo ao conjunto dos estados nordestinos, São Paulo e Minas os percentuais mais elevados no reparte de circunscrições e prelados.

Diante disso, ainda durante a visita pastoral a Porto Nacional¹⁰⁹, no intuito de agilizar os trâmites para a criação da nova diocese, constituiu-se, com a aprovação de Dom Prudêncio, por meio de uma portaria datada de 8 de agosto de 1913, uma Comissão para o arrolamento do patrimônio do novo bispado. Essa comissão era

¹⁰⁸ Solução encontrada pela Igreja Católica na Europa, após 1850, “para compensar, em algumas regiões, a perda dos territórios eclesiásticos na península Itálica e em outros lugares” (AQUINO, 2012, p. 82). No Brasil, até 1890, a criação de novas dioceses estava vinculada ao poder do Estado, “que não as erigia, sobretudo, por razões de ordem financeira ainda que no final do Império tenham predominado os motivos de ordem política” (AQUINO, 2012, p. 83). Após 1890, o Vaticano assumiu “a responsabilidade pela fundação de novas dioceses” (*ibidem*). Assim, a diocesanização, no Brasil, “pretende contribuir para a compreensão da História da Igreja Católica durante a Primeira República brasileira ao identificar um fenômeno de criação de dioceses que rearticulou lugares físicos, políticos e discursivos em dimensões sociopolíticas e religiosas, em sintonia com as determinações da Cúria Romana, ainda que o movimento de criação de dioceses em nível mundial não tenha sido homogêneo” (AQUINO, 2012, p. 82, nota de rodapé).

¹⁰⁹ Conforme a Carta Pastoral de 19 de abril de 1916, Dom Prudêncio apresentou os resultados da visita pastoral à região que compreenderia a possível diocese de Porto Nacional: “6.671 confissões, 6,123 comunhões, 152 casamentos legalizados, 3.076 chrismas e 227\$520 réis de esmolas para a Diocese” (CARTA PASTORAL DOM PRUDENCIO, 1916, ANEXO 6). Resultados bastante significativos, se compararmos aos resultados de outras visitas pastorais realizadas em regiões distintas da Diocese de Goiás, o que pode ter impressionado Dom Prudêncio e o impulsionado a trabalhar pela criação da nova diocese.

composta de um religioso dominicano, o responsável pela paróquia de Porto, e cidadãos portuenses e de outras localidades da região¹¹⁰, que recebeu da Nunciatura Apostólica brasileira liberdade para trabalhar em prol da “angariação de donativos para a instalação do Paço Episcopal, edifício do Seminário, condução do novo Bispo e constituição de um pequeno patrimônio para o bispado” (GODINHO, 1988, p. 107). Conforme Aquino (2012), essa comissão era de praxe e uma exigência da Cúria Romana para se criar novas dioceses¹¹¹.

Dessa forma, Dom Prudêncio, convencido “da absoluta e urgente necessidade da divisão do território eclesiástico por ele administrado” (AUDRIN, 2007, p. 193), insistiu junto ao Núncio Apostólico da época, Dom José Aversa, na constituição de uma nova Diocese, desmembrada de Goiás, e não de uma Prelazia¹¹². A Santa Sé atendeu aos pedidos e conferiu à cidade de Porto Nacional a sede da nova Igreja Particular do estado de Goiás.

Assim, a Diocese de Porto Nacional foi criada em 20 de dezembro de 1915 por meio da Bula Papal “Apostolatus Officium”, publicada nas “acta apostolicae

¹¹⁰Fizeram parte da comissão para o levantamento do patrimônio do novo bispado a força política de Porto Nacional: Fr. Reginaldo Tournier (Superior do Convento de Porto Nacional), Bartolomeu Teixeira Palha (Juiz de Direito da Comarca), João Ayres Joca (Diretor do “Norte de Goyaz”), Benício Pinheiro de Lemes (Intendente Municipal), os coronéis: Frederico Ferreira Lemos, Josué de Oliveira Negry, Pacífico José Pedreira, Joaquim Pereira da Silva, os majores: Missael Pereira da Silva, José Teodoro Negry, Fortunato Alves Bentes, Manoel José Pedreira, José Paulino da Silva, Camilo Rodrigues, Abdon Ferreira Pinto, ainda, Rafael Fernandes Belles, Pedro Aires da Silva, Antônio Aires Primo. Fizeram parte da comissão o deputado de Taguatinga, João Batista de Almeida e da cidade de Peixe, Pedro Pinheiro de Queirós (GODINHO, 1988).

¹¹¹A criação de uma nova diocese implicava movimentações da comissão pró-diocese para levantar o montante exigido por Roma, na época, estimado em torno de duzentos contos de reis, além de prédios para a futura catedral e o palácio episcopal. Essas comissões geralmente eram presididas pelo pároco da futura catedral ou cidade candidata a sediar a nova circunscrição eclesiástica. O pároco geralmente convidava as pessoas mais poderosas, política e economicamente, para compor a comissão, antecipando assim possíveis doações e articulações políticas. Para os líderes locais ou para os que pretendiam ascender a tal condição, a participação nessas comissões e o desfecho favorável poderiam resultar em maior prestígio social (AQUINO, 2012).

De acordo com Dourado (2010, p. 129), a comissão instituída em prol da criação da diocese de Porto Nacional revelava, mais uma vez, a união das forças religiosas com as forças políticas com objetivos de efetivação de um grande projeto, o que fica latente que em Porto Nacional, “o poder político e o poder religioso, na maioria dos seus projetos, assinavam juntos”.

¹¹²Conforme o Código de Direito Canônico da Igreja Católica, “a prelazia territorial ou abadia territorial são uma determinada porção do povo de Deus, territorialmente delimitada, cujo cuidado, por circunstâncias especiais, é confiado a um Prelado ou Abade, que a governa como seu próprio pastor, à semelhança do Bispo diocesano” (Cân. 370). Uma Prelazia é um território com clero e povo separado, por razões especiais, de uma diocese, no qual um sacerdote (Prelado) – em geral revestido da dignidade de Bispo – exerce jurisdição equiparada a de um Bispo diocesano. A Prelazia territorial é equiparada à Igreja particular. Antes do Concílio Vaticano II, denominava-se *prelazia nullius dioeceseos*, ou simplesmente *prelazia nullius*, isto é, prelazia não pertencente ao território de nenhuma diocese. As prelazias territoriais não são necessariamente território de transição para a categoria de diocese. No Brasil, muitas prelazias, como a de Goiás e de Conceição do Araguaia, foram elevadas à categoria de Diocese.

sedis”, de 20 de janeiro de 1916, no pontificado de Bento XV. O decreto de criação da Diocese reza que,

Atendendo às súplicas do nosso venerável Irmão, o Bispo de Goiaz, que nos pede, para melhor bem das almas, criar uma nova diocese, pela divisão daquela que lhe é atualmente confiada, e sendo este apoiado por nosso Núncio Apostólico no Brasil, separamos da diocese de Goiaz a parte setentrional e decretamos constituir com esta uma nova diocese, que de fato criámos agora, em virtude do nosso poder apostólico, e que será chamada Diocese de Porto Nacional (*sic*) (AUDRIN, 2007, p. 194).

A carta pastoral de Dom Prudêncio, de 19 de abril de 1916, noticiando a todos os seus diocesanos o desdobramento da Diocese de Goiás, traz o decreto da Nunciatura Apostólica do Brasil tornando pública a instituição da Diocese de Porto Nacional. Definem-se nela os seus limites territoriais, as paróquias que a comporão e outros elementos significativos para o funcionamento de uma diocese, como pode ser observado no trecho da carta:

O S. Padre Bento XV, por Decreto da Sagrada Congregação Consistorial, erigiu a 20 de dezembro de 1915 passado, uma nova Diocese com o título de Porto Nacional, confiando ao Exmo. Sr. Núncio Apostólico a execução do referido decreto.

Em virtude deste, ficou a Diocese de Goyaz dividida em duas, sendo que a do Norte, ou a nova, compreende todo o território das seguintes quatorze Parochias: Porto Nacional, Boa Vista do Tocantins, Pedro Affonso, Carmo, Peixe, Chapada, Natividade, S. Miguel e Almas, Duro, Taguatinga, Conceição, Palmas, Arrayas e Chapéo.

Os respectivos limites são: ao norte: os mesmos limites entre o Estado de Goyaz e os Estados do Maranhão e do Pará; a leste, os mesmos entre o Estado de Goyaz e os do Maranhão, Piauhy e Bahia; a oeste, os mesmos entre Goyas e Pará e Mato Grosso; ao sul, os limites septentrionnes das Parochias – São Domingos, Flores, Nova Roma e Cavalcanti e Amaro Leite, que continuão a pertencer a Diocese de Goyaz.

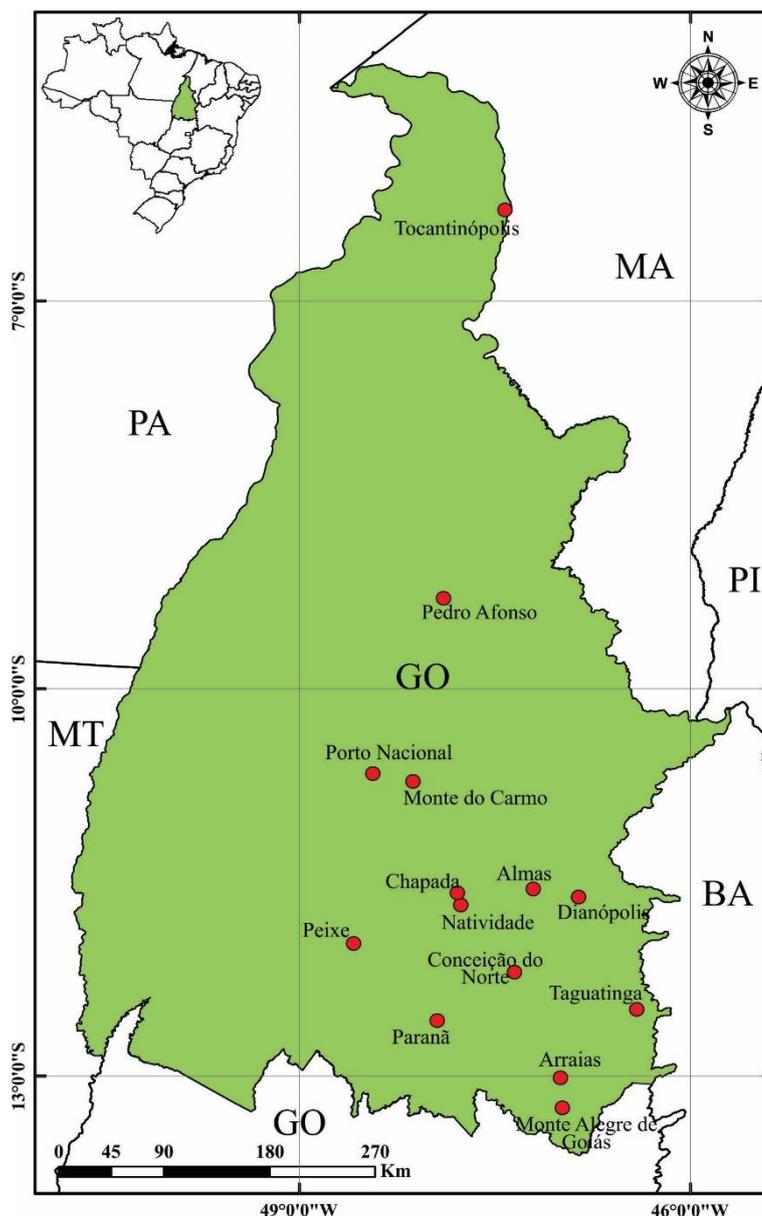
A cidade de Porto Nacional é constituída em Cidade Espiscopal e a respectiva Igreja Matriz em Cathedral da nova Diocese, tendo como Titular – N. Senhora das Mercez – a mesma padroeira da antiga Parochia.

A nova Diocese de Porto pertencerá à Provincia Eclesiástica de Marianna, de cuja Igreja Metropolitana será sufragânea, e terá para sustentação sua e de seu Bispo os emmolmentos da respectiva Cúria e os proventos de direito *commum*, legítimo costume e de outras oblações dos fiéis.

Ao actual Bispo de Goyaz ficão confiados todos os documentos pertencentes à nova Diocese, os quaes bem como o original do Decreto de ereção, serão entregues à futura Chancellaria da Diocese do Porto, desentranhados aquelles da Chancellaria da de Goyaz.

O Decreto executório, datado de Petrópolis aos 5 do corrente, competentemente sellado e registrado, traz a assignatura do Exmo Sr, D. José Aversa, Arcebispo de Sardes e Núncio Apostólico (CARTA PASTORAL DOM PRUDENCIO, 1916, p. 5-6).

Mapa 7 – Diocese de Porto Nacional quando de sua criação, em 1915



Fonte: Base de dados do IBGE, 2014. Adaptado de Piagem e Sousa(2000).

Nota-se que o território da nova diocese goiana era quase o mesmo território da missão dominicana de Porto Nacional desde 1886. A criação da diocese foi a consolidação do trabalho da Ordem dos Pregadores no sertão do antigo norte de Goiás.

No entanto, entre a criação e a instalação de uma Diocese, há um grande percurso. Sua instalação se dá com a posse definitiva de seu primeiro bispo e o início de suas atividades, dando existência e forma ao novo território eclesiástico. No decreto de criação da diocese de Porto Nacional, não se efetivou um bispo para a mesma, o que de fato não acontece, normalmente. Destarte, da criação a instalação

da Diocese de Porto Nacional decorreram-se quase seis anos. Nesse ínterim, o bispo da Diocese de Goiás, Dom Prudêncio, tornou-se o Administrador Apostólico e, juntamente com os frades dominicanos, especialmente Frei Reginaldo Tournier e Frei Bertrando Olleris, responsabilizou-se pelo expediente da nova diocese em toda sua extensão territorial¹¹³.

Durante aquele período, de 1916 a 1921, foram diversos os homens escolhidos pela Igreja para assumir a sé episcopal de Porto Nacional. Contudo uns não aceitavam a escolha, outros abdicavam o exercício do episcopado no norte de Goiás. Um desses sacerdotes escolhidos foi um frade dominicano residente em Uberaba, como noticiou o Mensageiro do Santo Rosário (maio de 1918, p. 9):

Os leitores do Mensageiro e devotos do Rosário devem saber que o Santo Padre dignou-se de nomear Bispo de Porto Nacional, Goyaz, o Revmo. Sr. frei Vicente Moreira, dominicano do Convento de Uberaba [...] O Revmo. Frei Vicente tendo renunciado as honras do episcopado, registramos apenas esse facto, e nos regozijamos por ter conservado o bom e zeloso companheiro e irmão de hábito que já tanto fez para propagação do Rosário.

Godinho (1988, p. 110) afirma que, além de Frei Vicente, foi escolhido para bispo de Porto Nacional o Pe. Orlando de Moraes, religioso da Congregação do Santíssimo Redentor que, também, renunciou. Da mesma forma aconteceu com um sacerdote que era vigário da Glória, no Rio de Janeiro, que deve ter “estranhado demais as asperezas do sertão”.

Enfim, depois de várias tentativas e nenhuma exitosa, a Diocese de Porto Nacional não poderia continuar criada apenas de direito, mas havia de consolidar-se de fato. Assim, a Santa Sé voltou os olhos para o sertão e para a Ordem dos Pregadores e elegeu para assumir o episcopado de Porto Nacional o dominicano Dom Frei Domingos Carrerot, que estava desde 1913 como bispo prelado de Conceição do Araguaia.

A nomeação de Dom Domingos Carrerot como primeiro bispo de Porto Nacional configurou o surgimento de uma ‘diocese dominicana’ em Goiás, visto que foi criada em consequência da presença e da atuação dos frades da Ordem dos Pregadores. Estes se tornaram responsáveis pela preparação de sua instalação, que aconteceu na pessoa de um bispo dominicano que já havia trabalhado no

¹¹³ Algumas cartas circulares e pastorais de Dom Prudêncio deste período são assinadas por ele como bispo de Goiás e Administrador Apostólico de Porto Nacional (ver ANEXO 6)

convento de Porto Nacional, entre os anos de 1891 a 1901 e, por isso, conseqüentemente, era conhecido e conhecia muito bem o povo e o território da nova igreja particular.

Entende-se a diocese de Porto Nacional como uma 'diocese dominicana' com base na afirmação de Roberto (1983, p. 85) e em virtude de que, por mais de setenta anos, de 1921 a 1995, ela foi governada por bispos oriundos da Ordem dos Pregadores, entre eles Dom Domingos Carrerot, Dom Alano Du Noday e Dom Celso Pereira de Almeida. Aqui, enfatizam-se os dois primeiros em virtude de serem os bispos que tiveram seus episcopados concomitantes ao funcionamento do Convento Santa Rosa de Lima em Porto Nacional.

O primeiro bispo de Porto Nacional, Dom Domingos Carrerot, foi nomeado para essa diocese no dia 30 de julho de 1920, pelo Papa Bento XV. Assumiu sua cátedra no dia 11 julho de 1921 e a governou até 14 de dezembro de 1933, quando faleceu. Sua acolhida pelo povo portuense e pelos religiosos dominicanos foi fervorosa por terem na figura do bispo uma pessoa 'de casa', um amigo e irmão de hábito¹¹⁴.

Em que pese a entrada de Dom Domingos Carrerot em Porto Nacional ter sido um fato, além de marcante, um tanto exótico para a posse de um bispo, pois entrou em uma rede e acometido da febre de maleita¹¹⁵, seu episcopado foi marcado por uma ação apostólica de grande envergadura no sertão tocantinense.

¹¹⁴ Quando Frei Domingos trabalhou em Porto Nacional e região no período de 1891 a 1901, ficou conhecido de todos das cidades e do sertão. Ganhou até mesmo um apelido, o de Frei Dominginhos, em virtude da bondade que o povo a ele atribuía. Era considerado pelos sertanejos um frade tranquilo, que não brigava com o povo, mas que tinha grande paciência e carinho para com todos (AUDRIN, 2007).

¹¹⁵ Na viagem de Conceição do Araguaia a Porto Nacional por caminhos já conhecidos de Dom Domingos, sua frágil saúde deu sinais de exaustividade e foi acometido pela febre, a conhecida maleita, ao se aproximar do antigo povoado de Piabanha, hoje Tocantínia. A partir de então, o bispo dominicano passou a ser carregado em uma rede pelos camaradas que o acompanham. Quando se aproximaram de Porto Nacional, chegou a notícia ao convento de que o tão esperado e conhecido não tinha forças suficientes para uma cerimônia de posse, cheia de pompas, conforme o ritual que manda a Igreja todo preparado pelos dominicanos e pelo povo portuense. Diante de uma possível frustração do povo ao ficar ciente da situação de Dom Domingos, o então superior da missão de Porto Nacional, Frei Audrin, providenciou a chegada de Dom Domingos ao convento, onde se recuperaria de sua febre e de sua fraqueza sob os cuidados das Irmãs Dominicanas. A programação da posse não foi alterada, mas a magnificência de uma posse episcopal com as procissões, os discursos e as festividades não foram as marcas daquela manhã de 11 de julho de 1921. Fraco por causa da febre, Dom Domingos Carrerot, revestido de suas vestes e insígnias episcopais, foi entronizado na imponente igreja de Nossa Senhora das Mercês, elevada à Catedral diocesana, literalmente carregado pelos seus diocesanos. Tomou posse como primeiro bispo de Porto Nacional em uma missa celebrada, não por ele, mas por Frei José Maria Audrin. As únicas ações litúrgicas que Dom Domingos realizou durante a cerimônia de sua posse, mesmo sentado em seu trono, foram a pregação e a bênção ao povo presente (Ver AUDRIN, 2007, p. 207-211).

Assumiu a nova diocese do estado de Goiás sem as estruturas mínimas para o seu funcionamento. Não havia palácio episcopal, seminário e cúria diocesana: a comissão pró-diocese, criada por Dom Prudêncio e liderada por Frei Reginaldo Tournier, não conseguira angariar os fundos necessários para a construção desses edifícios ou não quisera iniciar as obras, sem o consentimento do primeiro bispo.

Dessa forma, mesmo como bispo, Dom Domingos Carrerot “continuou participando da vida conventual, do coral, das refeições com os frades, vestindo o hábito dominicano, sem residência particular, sem cúria e sem secretaria. Era um frade bispo” (SANTOS, 1996, p. 56) que residiu no convento com seus confrades e fez dos claustros conventuais seu palácio, sua cúria e seu seminário.

Figura 17 – Dom Domingos Carrerot, primeiro bispo de Porto Nacional



Fonte: Arquivo da Província Dominicana no Brasil, Belo Horizonte-MG.

Essa particularidade do bispo dominicano Domingos Carrerot em continuar a viver o carisma dominicano se repetirá com Dom Alano, seu sucessor no governo da

diocese portuense. Isso caracterizou ainda mais o atributo de 'diocese dominicana' à circunscrição eclesiástica de Porto Nacional.

Na imensa diocese de Porto Nacional, os frades missionários dominicanos eram os únicos com quem Dom Domingos podia contar para o trabalho pastoral. Tanto que, durante seu episcopado, Dom Domingos preferia viajar sozinho. Somente nas primeiras desobrigas que fez levou um frade consigo. Na maioria das vezes, acompanhado somente de camaradas ou de algum amigo índio, embrenhava o sertão enfrentando as asperezas do caminho, as chuvas torrenciais, o lombo do cavalo ou o pequeno barco somente para não atrapalhar os trabalhos de seus confrades junto ao povo.

Figura 18—Dom Domingos e seus confrades dominicanos do Convento Santa Rosa de Lima, em Porto Nacional¹¹⁶



Fonte: Arquivo da Província Dominicana no Brasil, Belo Horizonte-MG.

¹¹⁶Consta a seguinte legenda nessa foto: “Sem Data - 1- Frei Gregório Aleix; 2- Dom Domingos Carreror; 3- Frei José Audrin e 4 - Frei Bertrand Olléris”.

Uma de suas primeiras preocupações como bispo foi a construção e a organização do seminário diocesano. Para a edificação do prédio, contou com a ajuda de Frei Reginaldo Tournier¹¹⁷, que projetou as obras do Seminário São José ao lado do Convento Santa Rosa de Lima e deu início a elas.

O prédio do seminário onde funcionou, também, o Palácio Episcopal e a cúria diocesana era, assim como a Catedral e o Convento, uma obra singular para Porto Nacional. Sua arquitetura era a de um sobrado, de aparência imponente, sem ter igual edificação em toda a região¹¹⁸. Foi uma obra muito elogiada por outros bispos brasileiros da época, que estimavam a coragem e a atuação do epíscopo do sertão goiano em relação ao cuidado com as vocações sacerdotais e o recrutamento de candidatos para dedicarem-se à Igreja na diocese.

¹¹⁷ Frei Reginaldo Tournier chegou a Porto Nacional no final do ano de 1902. Foi Superior do Convento Santa Rosa de Lima de 1912 a 1916. Viveu muitos anos como missionário nessa região e assessorou Dom Domingos Carrerot na construção do Seminário São José. Retirou-se de Porto Nacional em 1938 com a missão de liquidar o convento São Jacinto de Formosa, o que aconteceu em 9 de setembro de 1938. Depois disso, vai residir no convento de Uberaba até seu falecimento em 18 de março de 1948. Frei Reginaldo era possuidor de inúmeros talentos espirituais e intelectuais. Portava o título de pregador geral da Ordem. Organizou no Vaticano no ano santo de 1924-1925 uma exposição missionária sobre os trabalhos da Ordem no Brasil. Era membro correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro desde 1912. Como cartógrafo, organizou o mapa de Goyaz em duas edições, a primeira em 1920, quando residia em Uberaba, e a segunda em 1936, quando morava em Porto Nacional (ARQUIVO DA PROVINCIA DOMINICANA, PASTA DE FREI REGINALDO TOURNIER). Ver Anexos 7, 8 e 9.

¹¹⁸ Em uma carta de Frei Bertrand Olleris de 26 de maio de 1932, ele afirma que: “[...] a construção do prédio, que é adjacente ao nosso convento, está quase terminada. Será com a Igreja o mais belo edifício de Porto Nacional, e eu posso assegurar-lhe que ele não ficaria mal em uma grande cidade da Europa [...]” (MISSIONS DOMINICAINES *apud* CMD, Nº 15, p. 24). De fato, as obras arquitetônicas construídas pelos dominicanos, em Porto Nacional – Catedral, Seminário, Convento Santa Rosa de Lima e Colégio Sagrado Coração de Jesus –, foram, durante muito tempo, consideradas os maiores e mais luxuosos prédios que a cidade possuía. Hoje elas constituem a ‘referência histórica da época’, o legado arquitetônico da Ordem dos Pregadores, e compõem o patrimônio cultural da cidade, que propiciou a ela o título e a identidade de capital cultural do norte de Goiás.

Figura 19 – Prédio do Seminário São José/Palácio Episcopal/Cúria Diocesana em fase de acabamento



Fonte: Arquivo da Província Dominicana no Brasil, Belo Horizonte-MG.

Para dirigir os estudos seminarísticos, Dom Domingos nomeou, como primeiro reitor do seminário, Frei José Maria Audrin, conforme demonstrado anteriormente ao se abordarem os projetos educativos e culturais dos dominicanos em Porto Nacional. Os primeiros candidatos recrutados por Dom Domingos foram três moços vindos do Araguaia e um filho de Porto Nacional, o jovem Dídimo Maia Leite¹¹⁹, que foi o primeiro sacerdote da diocese ordenado por Dom Domingos Carrerot em setembro de 1929 (PIAGEM; SOUSA, 2000).

Em sua ação evangelizadora como bispo de Porto Nacional, Dom Domingos intensificou o trabalho com os povos indígenas, especialmente os da Ilha do Bananal, que pertencia ao território diocesano. Tanto que ele

¹¹⁹ Dídimo Maia Leite nasceu em 11 de setembro de 1905 em Porto Nacional, onde fez seus estudos primários e secundários. Entrou para o Seminário São José de Porto Nacional e estudou Filosofia em Uberaba e Teologia em Diamantina. Foi o primeiro sacerdote ordenado por Dom Domingos Carrerot, no dia 21 de setembro de 1929, bem como o primeiro sacerdote do clero diocesano de Porto Nacional. Em julho de 1936, ingressou na Ordem Dominicana e passou a chamar-se Frei Domingos Maia Leite. Dentro da Ordem Dominicana no Brasil, exerceu diversos cargos e foi Prior Provincial da Província São Tomás de Aquino do Brasil. Frei Domingos Maia Leite foi um dos duradouros frutos vocacionais do trabalho da Ordem Dominicana em Porto Nacional. Faleceu no dia 26 de março de 1998, no convento de Uberaba, com 93 anos.

[...] abre um novo caminho, que vai de Porto Nacional ao Araguaia. Parece que de um ponto ao outro, não tem mais de 40 léguas brasileiras, isto é, 250 quilômetros mais ou menos. O que é em suma pouca coisa neste país e representa uma viagem de cinco a seis dias a cavalo. E parece que se poderia ir muito bem em automóvel, mas a única dificuldade é ter o automóvel [...] (MISSIONS DOMINICAINE, DEZEMBRO DE 1932 *apud* CMD, n. 15, p. 26).

Por esse caminho, Dom Domingos trilhou inúmeras vezes fazendo as desobrigas às tribos indígenas, principalmente “aos índios Karajás e Javahés da Grande Ilha fluvial. Ele os chamava: “Esses meus filhos”, num tom de voz que não mais se me apagou da memória” (MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO, agosto de 1940, p. 89). Entre os índios karajá, Dom Domingos era conhecido como o ‘Uarrá Matukari’, ou seja, o ‘Papai Ancião’ (MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO, agosto de 1940, p. 89).

A verdadeira paixão de Dom Domingos Carrerot foi “a evangelização do povo espalhado pelos sertões e privados dos mais elementares recursos da civilização” (SANTOS, 1996, p. 53). Em virtude disso e por ter se adaptado “[...] perfeitamente aos costumes brasileiros [...], fez do sertão goiano a sua segunda pátria. Ao invés de condenar os “defeitos” das pessoas ele preferia exaltar as qualidades do bom povo sertanejo” (SANTOS, 1996, p. 54). A atuação de Dom Domingos Carrerot na Diocese de Porto Nacional extrapolou o exercício das funções episcopais e constituiu-se em uma verdadeira contribuição social ao sertão do antigo norte de Goiás.

Contudo, em 1933, após as solenidades da Páscoa, Dom Domingos viajou para a Ilha do Bananal em mais uma visita aos povos indígenas. Essa foi sua última missão. No retorno à Porto Nacional, perdeu-se na mata e foi encontrado alguns dias depois bastante adoentado, sendo conduzido a Porto, mais uma vez, em uma rede. Permaneceu mais de seis meses doente e “o enfraquecimento começava a atingir pouco a pouco o cérebro [...]. Ia esquecendo-se de tudo; não firmava mais as ideias; seu silêncio prolongava-se quase contínuo” (*sic*) (AUDRIN, 2007, p. 305). Definiu-se mentalmente e, em seus delírios, sempre contínuos, comportava-se como se estivesse em desobriga entre os sertanejos e os indígenas.

Ao seu lado sempre estavam o padre Dídimo, o único sacerdote que ordenara na diocese de Porto Nacional, e o índio Dâmaso, da tribo Xerente, seu companheiro inseparável. Na presença deles, Dom Domingos faleceu no dia 14 de dezembro de

1933, “com a idade de setenta anos e seis meses, no quinquagésimo terceiro aniversário da sua profissão religiosa na Ordem dos Frades Pregadores e no vigésimo primeiro ano de seu fecundo episcopado” (AUDRIN, 2007, p. 306).

A ele foi atribuído inúmeras vezes o título de herói. O próprio Arcebispo de Goyas, Dom Emmanuel Gomes de Oliveira, em um telegrama endereçado ao Provincial dos Dominicanos no Brasil, por ocasião do seu falecimento, escreveu tão somente: “Suffragamos nosso heroico Bispo de Porto Nacional” (MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO, fevereiro de 1943, p. 162), expressando o devotamento atribuído a Dom Domingos que, durante décadas, enfrentou as agruras do sertão tocantinense.

Na visão dos próprios frades dominicanos que conviveram com Dom Domingos em seu episcopado, tanto em Conceição como em Porto, esse heroísmo do bispo dominicano “se alliava a uma modéstia sincera, a uma ingenuidade às vezes comovente, a uma simplicidade encantadora, a uma distinção que denotava nelle o filho d’uma estirpe nobre e nada tinha de quixotesco ou exagerado” (MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO, fevereiro de 1943, p. 162).

Seu sucessor e confrade, Dom Alano, em uma reunião com as Irmãs Terceiras de São Domingos, em 13 de dezembro de 1937, por certo em Uberaba, referiu-se a Dom Domingos Carrerot como um homem

[...] sincero, que desprezava o espírito burguez e nunca quis escrever uma só linha¹²⁰, queria viver aos pés de Nosso Senhor pouco lhe importando a opinião pública. Não suportava as exterioridades e tinha, comtudo o culto da perfeição. Amava tanto os animais que chegava até a viajar a pé para não cansa-los. Tinha uma grande cultura, escrevendo perfeitamente, em linguagem clássica tanto o português como o francês [...] Outro aspecto de sua alma era a serenidade. Era preciso paciência para aguentar o povo [...] não perdia um só instante a paciência no meio das maiores contrariedades (MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO, fevereiro de 1938, p. 265).

Essa figura heroica de Dom Domingos Carrerot, como primeiro bispo de Porto Nacional, permanece presente na memória da sociedade portuense, especialmente das famílias mais tradicionais da cidade e entre os membros da Igreja Católica local. Como Dom Domingos foi sepultado na cripta da Catedral Diocesana, sua memória é sempre recordada nos ofícios religiosos desse templo, especialmente no íterim que

¹²⁰ De fato, Dom Domingos não deixou nada escrito como bispo de Porto Nacional a não ser sua primeira carta pastoral, em 1921, despedindo-se de Conceição do Araguaia e saudando seus novos diocesanos.

este trabalho está sendo produzido, tendo em vista as comemorações do centenário de criação da Diocese de Porto Nacional, em 2015.

Com a morte de Dom Domingos, Frei Bertrand Olleris assegurou a vacância da sede episcopal de Porto Nacional e tornou-se administrador apostólico da mesma (MISSIONS DOMINICAINES, NOVEMBRO DE 1936 *apud* CMD, n. 15, p. 35), afirmando que

[...] o trabalho aumentou para todo mundo, e mais especialmente para mim. Estamos sempre sem bispo e por pouco que se espere, estaremos a mais um ano sem pastor. É provável que não se encontre quase amadores para este bispado de Porto Nacional. Vocês conhecem a situação isolada distante de toda a civilização, sem meios de comunicação. Estas constantes viagens a cavalo em uma diocese imensa e sem recursos, nada tem de sedutor [...] (CMD, n. 15, p. 31-32).

No período de vacância da Diocese de Porto Nacional, os frades dominicanos do Convento Santa Rosa de Lima assumiram todas as atividades que diziam respeito ao território eclesiástico, que, por sinal, já estavam acostumados a atender e a fazer ‘as vezes’ do bispo. Uma das preocupações desses missionários foi a conclusão do prédio do Seminário/Palácio Episcopal/Cúria Diocesana que Dom Domingos não contemplou.

Para isso, os pedidos à França foram insistentes, como bem expressa uma carta de Frei Reginaldo Tournier esmolando ajuda para a conclusão do prédio do Seminário: “[...] estamos dando o retoque final ao Seminário diocesano [...]. Não haveria entre seus leitores algumas almas generosas que gostariam de nos ajudar? Eles nos prestariam o maior serviço e nós lhe ficaríamos muito reconhecidos [...]” (MISSIONS DOMINICAINES *apud* CMD, n. 15, p. 25).

O prédio oficial do Seminário São José/Palácio Episcopal/Cúria Diocesana foi abençoado na Páscoa de 1935 pelo bispo prelado de Conceição do Araguaia, o dominicano Dom Frei Sebastião Thomaz, por ocasião de sua visita a Porto Nacional, onde passou a Semana Santa desse ano. A *Revista Mensageiro do Santo Rosário* (julho de 1935, p. 70) registrou o evento assim:

Na tarde deste mesmo dia [domingo de Páscoa] houve lugar a benção do novo Seminário afim de permitir aos legítimos ocupantes aproveitarem dos talentos constructores do Revmo. Frei Reginaldo Tournier. O ninho está prompto, os filhotes lá estão, mas a pomba alçou vôo [Dom Domingos faleceu] e não sabemos quando virá outra tomar-lhe o lugar! [a expectativa da chegada de um novo bispo].

Figura 20 – Seminário São José em funcionamento na década de 1930



Fonte: Arquivo da Província Dominicana no Brasil, Belo Horizonte-MG.

A expectativa pelo novo bispo foi atendida somente em 1936, quando a Santa Sé nomeou como segundo bispo de Porto Nacional outro frade dominicano francês. Dessa vez foi um missionário que não havia ainda trabalhado no convento Santa Rosa de Lima, mas tinha sido assinado para lá em 1933, logo que chegou ao Brasil, porém, por necessidade da Ordem, não conseguiu chegar a seu destino, precisando retornar ao Rio de Janeiro como relata a mesma revista:

Nossa pequena comunidade de Uberaba teve o prazer de hospedar, durante alguns dias, um novo missionário dominicano, na pessoa do Revmo. Frei Alano Du Noday. Após uma permanência de três meses em nosso convento do Rio afim de principiara sua aclimatação ao nosso paiz, aqui chegou em fins de setembro, devendo em seguida continuar sua viagem para Porto Nacional, onde devia iniciar seu ministério apostólico e missionário que há tantos annos ambicionava. Deus, porém, só se contentou com o sacrificio e a bõa vontade de seu novo obreiro evangélico e, para o recompensar, assignou-lhe um novo campo de apostolado, por assim dizer mais vasto, onde poderá exercer também fructuosamente sua actividade sacerdotal. Apesar do desejo ardente de conhecer os nossos sertões, teve de retornar o caminho da Capital Federal onde a obediência lhe reserva um ministério, talvez difficuloso, mas que será abençoado por Deus, pois na sua base encontramos o sacrificio, a abnegação e a obediência(MENSAGEIRO SO SANTO ROSARIO, novembro de 1933, p. 118).

Assim, depois de um tempo de trabalho no Rio de Janeiro, Frei Alano Maria Du Noday¹²¹ foi nomeado pelo papa Pio XI, no dia 19 de março de 1936, como segundo bispo diocesano de Porto Nacional. Sua sagração aconteceu no dia 1º de maio de 1936 na Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Padres Dominicanos, no Rio de Janeiro, pelas mãos de Dom Aloizio Mazella, Núncio Apostólico no Brasil, de Dom Emanuel Gomes de Oliveira, Arcebispo de Goiás e de Dom Luiz de Santana, Bispo de Uberaba. Tornou-se o bispo mais novo do episcopado brasileiro, com apenas 37 anos de idade (PIAGEM; SOUZA, 2000).

¹²¹Nasceu em 2 de novembro de 1899, em Sain Servant, região da Bretanha, norte da França, com o nome de Jean Hubert Antoine du Noday. Era o terceiro filho do casal Conde Arthur Rolland du Noday e da Condessa Antoinette R. Du Noday. Acabou tornando-se o único herdeiro após a morte de seus dois irmãos, ainda jovens. Ainda jovem foi tenente do exército francês. Serviu a Légion Française na África e, apesar de um futuro brilhante na carreira militar, pois era muito estimado por todos os seus superiores, pela fortuna e pelo prestígio familiar, decidiu largar tudo e dedicar-se à religião. Ingressou na Ordem dos Pregadores, no convento de São Maximino, na região da Provença, sul da França, em maio de 1922. Sua decisão de tornar-se religioso dominicano se deu após um retiro nesse mesmo convento. Quando sua mãe faleceu, Jean Hubert já havia feito a escolha para a vida religiosa. O nobre oficial, o conde du Noday, revestiu-se do hábito dominicano e recebeu o nome religioso de Frei Alano Maria du Noday em 10 de junho de 1922. Fez os primeiros votos religiosos em 24 de junho de 1923, e os votos definitivos como frade dominicano três anos depois, em 24 de junho de 1926, após um tempo de estudos e de vivência do convento. Depois de seis anos de estudos, de 1922 a 1928, Frei Alano é ordenado presbítero no dia 4 de agosto de 1928, com quase 29 anos de idade. O período de estudos na vida de Frei Alano foi intenso. Com toda a bagagem cultural que possuía devido a sua formação de nobre e de militar, a disciplina nos estudos e na formação religiosa foi nomeado sub-mestre dos estudantes em São Maximino, e exerceu outros ministérios relevantes que lhe foram confiados na Província. Chegou ao Brasil em 23 de junho de 1933 (PIAGEM; SOUSA, 2000).

Figura 21 – Depois da Cerimônia de Sagração de Dom Alano Du Nuday, Bispo de Porto Nacional, no Rio de Janeiro¹²²



Fonte: Mensageiro do Santo Rosário(outubro de 1936, p. 148).

O novo bispo de Porto Nacional chegou ao seu novo posto de missão na tarde do dia 10 de julho, após 29 dias de cavalgada, acompanhado de Frei Pedro de Souza, o novo superior do Convento Santa Rosa de Lima. Nas proximidades de Porto Nacional, uma comitiva liderada por Frei Reginaldo Tournier o aguardava, conforme relato a seguir:

[...] a tropa foi substituída por um batelão todo enfeitado, tripulado por remadores escolhidos, o qual, com poucas horas de navegação, fez chegar o Bispo e seus acompanhantes à Cidade Episcopal. Frei Reginaldo exigiu que Dom Alano já aportasse paramentado de Bispo. O barco aportou no porto da Manga, onde uma grande multidão o esperava. Indescritível o júbilo do povo! Manifestações de alegria de todas as formas: vivas, palmas, abraços, sorrisos, cantos, fogos, banda de música dirigida pelo Mestre Adelino Gonçalves. O feliz cortejo dirigiu-se diretamente à Catedral [...] a multidão penetrou na Catedral ricamente enfeitada onde se deu imediatamente a posse do novo Bispo. Foi lida a Bula Pontifícia e Frei

¹²²Segue a foto a seguinte legenda: “No centro Dom Alano Du Noday. Em redor Sua Excia. Revma. Dom Bento Aloisi Masella, DD. Núncio Apostólico, Suas Excias. Revmas. Dom Emmanuel Gomes da Silva, Arcebispo de Goyaz, Dom Frei Luiz Sant’Anna, Bispo de Uberaba, o Abade de São Bento do Rio de Janeiro e outras pessoas gradas que assistiram a cerimonia. Na frente, sentados uma comissão de moços de Porto Nacional” (MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO, outubro de 1936, p. 148).

Bertrando Olléris O.P., que vinha sendo o Vigário Capitular já por dois anos e meio, passou o governo da Diocese para o seu legítimo Titular, Dom Alano Maria Du Nuday, segundo bispo de Porto Nacional, sucedendo Dom Domingos Carrerot (PIAGEM; SOUZA, 2000, p. 40).

Com a chegada de Dom Alano que, como Dom Domingos, se juntou aos seus confrades dominicanos e residiu no Convento partilhando do dia a dia da vida religiosa, houve uma reconfiguração da organização dos trabalhos. Dom Alano só podia contar com seus irmãos de ordem, pois até o único padre diocesano deixado por Dom Domingos e filho de Porto Nacional, Dídimio Maia Leite, solicitou a Dom Alano a dispensa da diocese para ingressar na Ordem Dominicana. Assim sendo,

[...] a pequena comunidade de Porto Nacional se organizou de maneira a fazer face a todas as exigências do novo ministério: o novo superior Frei Pedro de Souza se ocupará sobretudo do Convento e da Paróquia; Frei Gil Gomes será encarregado do Seminário e das obras da juventude da cidade enquanto que as desobrigas ficarão com D. Alano du Noday, Frei Reginaldo e Frei Boaventura Chasseriau (CMD, n. 15, p. 35).

Figura 22 – Dom Alano com os frades dominicanos e seminaristas, em Porto Nacional¹²³



Fonte: Arquivo da Província Dominicana no Brasil, Belo Horizonte-MG.

Sobre a primeira visita pastoral de Dom Alano, a revista dominicana de Uberaba publicou as impressões do bispo sobre o primeiro giro pelo território norte de sua diocese. Assim escreveu Dom Alano para a revista:

¹²³ Segue a seguinte legenda dessa foto: “Sentados da E/D: Gil Gomes, Reginaldo Tournier, Tomás Lacrampe, Dom Alano, Pedro de Souza e Bertrand Olleris. 1937. Assinalado o então seminarista Pe. Pedro Piagem” (ARQUIVO DA PROVINCIA DOMINICANA, pasta álbum sobre Porto Nacional).

Apesar das ótimas referências que meus padres auxiliares haviam me feito sobre os bons predicados do povo ribeirinho do Rio Tocantins, o que presenciei, os resultados colhidos muito superaram minha expectativa. Dou mil graças a Deus por ter encontrado no norte de minha diocese um povo tão numeroso, tão distinto, tão religioso e tão bom. Em Tocantinia [...] Em Bella Vista [...] Em Pedro Affonso [...] Em Philadelphia [...] Em Boa Vista [...] Em Santo Antonio [...] Nas fazendas ribeirinhas do Tocantins, marcadas como pontos de desobriga, experimentei a imensa satisfação de encontrar ali reunidas 100, 200, até 400 pessoas que tinham vindo pressurosas de léguas em roda, a procura de sacramentos. Creio, sem exagero, poder afirmar que durante essa minha viagem entrei em contacto com umas 30.000 ovelhas do meu amado rebanho. Torno a repetir, a impressão geral que trouxe dessa minha visita pastoral é ótima. Deliciei-me com os variados e encantadores panoramas do grande rio Tocantins, extasiei-me diante a uberdade do sólo, as riquezas das nossas florestas; fiquei sobretudo inteiramente captivo do profundo espírito religioso, das atenções, finezas, bôa vontade daquele meu caríssimo povo a quem desejo na entrada do anno novo e sempre as melhores felicidades da terra e as mais copiosas bençãos do Céu (MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO, abril de 1937, p. 310).

Suas visitas pastorais, no intuito de conhecer sua diocese, foram divididas assim: depois de percorrer o norte, via fluvial pelo Tocantins, como relatou acima, foi em direção ao sul, e no lombo de burro visitou Natividade, Chapada, Paranã, Conceição, Arraias, Campos Belos, Monte Alegre, Taguatinga, Duro e Almas. Em um terceiro momento, Dom Alano, que era da Cavalaria Francesa, agora no lombo de um burro, visitou a parte oeste da diocese, chegando à Ilha do Bananal e a Conceição do Araguaia. A última parte da visita pastoral aconteceu no “alto sertão do leste e do centro” e chegou até a região do Jalapão (PIAGEM; SOUZA, 2000). Dessa forma, o nobre, que virou bispo no sertão, conheceu toda a extensão de sua pobre Diocese, que continuava desolada e esquecida pelos centros administrativos do sul.

Por isso, seu episcopado foi marcado não só pela atuação eclesial. Dom Alano promoveu um trabalho significativo de renovação pastoral, mas cuidou, também, do desenvolvimento social de sua diocese. Criou escolas, hospitais, postos de saúde, agências bancárias e outros serviços que contribuíram na melhoria da qualidade de vida do povo da diocese. Foi o grande responsável pela criação de outras dioceses no antigo norte de Goiás, reconfigurando a presença da Igreja

Católica nessa região¹²⁴. Tanto que Dom Alano é reconhecido como o ‘Missionário do Tocantins’.

Um destaque do episcopado do segundo bispo de Porto Nacional foi o trabalho com as vocações sacerdotais. Dom Alano investiu intensamente na promoção, no recrutamento e na formação de seus sacerdotes. Como a diocese era paupérrima, ele conseguiu manter os estudos dos seminaristas, ora em Diamantina, ora no Rio de Janeiro, com a contribuição de seus amigos cariocas, da aplicação de todos os subsídios que recebia de doações pessoais e das taxas que a Igreja cobrava para a administração dos sacramentos. Tudo isso “fez com que Dom Alano ordenasse vinte e sete padres, tirados da região e do sertão. Foi considerado, na época, o bispo que tinha ordenado, proporcionalmente, mais padres e de maior perseverança do clero do Brasil” (PIAGEM; SOUZA, 2000, p. 88).

A princípio, Dom Alano contou ativamente com a ajuda de seus confrades dominicanos, no entanto, a partir de 1940, a sub-província de Toulouse no Brasil começa a negociar a liquidação do Convento de Porto Nacional. Dom Alano, já vislumbrando a saída dos dominicanos de Porto Nacional, o que de fato aconteceu em 1944, intensifica a formação de seu clero. A retirada dos dominicanos de Porto Nacional e o fechamento do Convento Santa Rosa de Lima no episcopado de Dom Alano, o que “abalou toda a região, após um trabalho missionário de mais de meio século” (PIAGEM; SOUZA, 2000, p. 83), serão as próximas abordagens deste trabalho.

3.7 O FECHAMENTO DO CONVENTO SANTA ROSA DE LIMA DE PORTO NACIONAL E A SAÍDA DOS MISSIONÁRIOS DOMINICANOS DO SERTÃO GOIANO

Após o jubileu de ouro de implantação em terras brasileiras, a Ordem Dominicana passou por mudanças significativas no seu processo de expansão institucional. Aos poucos, devido a diversos fatores, os frades pregadores deslocaram seu foco de trabalho do sertão para a cidade, dos lugares remotos e inabitados para os grandes centros do Brasil.

¹²⁴ Para conhecer mais e melhor a vida e a obra de Dom Alano como bispo de Porto Nacional, indique-se a leitura de Piagem e Sousa (2000): *Dom Alano, o missionário do Tocantins*.

Goiás, Formosa e Porto Nacional deram lugar para Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. Analisando a documentação a esse respeito, constata-se, primeiramente, que a Província de Toulouse passava por uma crise de recursos humanos, de vocações, o que dificultava atender a todas as casas de missão no Brasil. Consta que de 1911 a 1919 somente três novos frades foram enviados aos conventos do Brasil, e as vocações brasileiras para a Província ainda eram insuficientes (MOURA, 1997). A Missão brasileira precisava assumir suas próprias necessidades vocacionais, mas para isso era necessário que a Província não insistisse unicamente em ser presença no sertão, pois

[...] uma presença dominicana adstrita, como até então aos ermos ainda inóspito do Planalto Central, não era de molde a suprir tais carências. Urgia ampliar os horizontes, quer dizer o local de implantação e o próprio raio de atuação, abrangendo também os centros urbanos em fase de crescente expansão [...] (MOURA, 1997, p. 236).

Concomitante a isso, a missão dominicana brasileira foi contagiada com novas linhas de ação e de estratégias missionárias vindas de Roma, especialmente nos papados de Pio XI e XII, que sugeriam aos superiores de missão que não se limitassem aos seus territórios, mas que fossem para além de suas fronteiras. Diante disso, o Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, àquela época, aproveitou o ensejo das encíclicas papais e insistiu mais de uma vez em uma fundação dominicana na capital federal, com o intuito da pregação ambulante, do ensino universitário, sobretudo da Teologia e da Filosofia, e da evangelização nos meios estudantis (MOURA, 1997).

Várias vezes protelado, o convite foi aceito em 1927, quando a Província de Toulouse autorizou a fundação do Rio de Janeiro e enviou para lá o primeiro frade, Frei Martinho Bennet, para iniciar a presença dominicana na cidade. Assim, “a fundação do convento do Rio foi apenas o primeiro passo de um processo que se tornara inevitável e irreversível” (MOURA, 1997, p. 239). Isso porque a abertura de novas casas na região sudeste do Brasil supunha o fechamento de conventos dominicanos na região sertaneja do estado de Goiás, pois com a escassez de recursos humanos e de vocações dominicanas nativas era impossível manter as duas frentes missionárias no Brasil.

Assim, para a Província de Toulouse, as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte se projetavam como celeiros de vocações dominicanas, pois

nessas cidades os frades trabalhariam diretamente entre a juventude universitária e da Ação Católica e recrutariam estudantes com uma maior escolaridade, o que não acontecia no sertão, que sofria com a extrema carência de quase tudo, especialmente de educação.

Dessa forma, a partir de 1938, oficialmente, os frades dominicanos franceses da Província de Toulouse, missionários no Brasil desde 1881, começaram a efetivar o fechamento de seus conventos na Diocese de Goiás. O primeiro foi o convento da cidade de Goiás, que não encerrou suas atividades, mas foi transferido para os frades dominicanos da Província de Lombardia (Itália), os quais tinham se estabelecido no Brasil, em Santa Cruz do Rio Pardo, interior de São Paulo, desde 1936 (ALCE, 1987). Depois, em julho de 1938, liquidou-se o Convento São Jacinto de Formosa, cidade do estado e diocese de Goiás, que havia sido fundado em 1905.

Assim, o ano de 1938 foi significativo para a Província de Toulouse: o fechamento de dois conventos no sertão de Goiás e uma nova fundação na cidade de São Paulo significava para Vice Província no Brasil a garantia de um futuro mais próspero em relação ao recrutamento de futuros dominicanos e à manutenção financeira da instituição religiosa.

O terceiro convento a cerrar suas portas foi o Santa Rosa de Lima de Porto Nacional no ano de 1944. No entanto a retirada dos missionários dessa cidade começou a ser planejada anteriormente. Alguns documentos – entre eles cartas do Vigário Provincial da vice-província de Toulouse no Brasil, do superior do Convento português, de frades que estavam assinados nessa casa ou que ali moraram e do próprio bispo de Porto Nacional, o dominicano Dom Alano du Noday – possibilitam a melhor compreensão dos motivos do fechamento desse convento de missão no antigo norte de Goiás.

A visita canônica, por correspondência, feita ao convento de Porto no ano de 1940, pelo Frei Benevenuto Cazabant, vigário provincial, atestou que a vida apostólica desse convento caminhava conforme a doutrina e as observâncias da Ordem, e que os diversos trabalhos que eram desenvolvidos pelos missionários nessa cidade continuavam funcionando. Recomendou que os frades que moravam naqueles claustros deviam “tratar bem as obras do Porto: paróquia, seminário, colégio, escola normal, porque assim Porto irradiará longe [...]”.

No entanto, ao analisar o resumo dessa visita canônica, percebe-se que os trabalhos de desobriga fora da sede do convento já estavam incomodando os

frades, pois eram mais de “200.000 almas dispersas em grandes paróquias para 4 ou 5 padres” atenderem, e que a tentação do desânimo já estava atingindo aos missionários. Ao constatar tal realidade e a solicitação de outros missionários para ajudarem nas cansativas desobrigas, o parecer do Vigário Provincial referiu-se a uma possível vinda de outras congregações religiosas para ajudar nos trabalhos, manifestou-se desfavorável à proposta de reforçar o número de religiosos do convento Santa Rosa, incentivando, no entanto, a continuidade da missão.

Instaurava-se, assim, um grande paradoxo: continuar os trabalhos missionários do convento de Porto Nacional com um número reduzido de frades dominicanos. Isso era impossível. Começa-se a esboçar a grande causa do fechamento do Convento e da retirada dos missionários da Ordem Dominicana de Porto Nacional, que ocasionou o fechamento dos anteriores: a falta de recursos humanos.

Além disso, os frades que vinham da Europa no passado e que se lançavam, sem medo, na aventura do anúncio do Evangelho aos sertanejos e índios e enfrentavam grandes dificuldades pela mata ou pelo rio, arriscando suas próprias vidas, sendo sucumbidos pela febre malária ou enfrentando as bravas cachoeiras do Tocantins, estavam escassos. Os mais velhos estavam esgotados pelo tempo e não surgiram novos missionários tão entusiasmados e dispostos a qualquer coisa pela missão sertaneja.

Esses problemas são bastante evidenciados nas correspondências entre os frades. Alguns defendiam que, sendo impossível para os religiosos da vice-província atender a demanda da missão de Porto Nacional, era melhor fechar o convento e investir em lugares mais vantajosos, como Belo Horizonte, metrópole nascente e capital de Minas Gerais, estado brasileiro bastante fervoroso na fé católica.

Um desses exemplos é a carta de Frei Alberto Chambert, do convento de Uberaba, para Frei Nicolau Cazagrande, superior do Convento de Porto, em 10 de novembro de 1941. Ela traz em seu conteúdo a ideia defendida por grande parte dos frades dominicanos em atividade no Brasil. Os elementos em destaque na carta revelam o provável futuro desfecho de Porto Nacional e a preocupação dos frades em cerrarem as portas do último convento dominicano no sertão de Goiás e investirem no futuro da Província no Brasil, sem saudosismos e lamentações:

[...]

Meu caro Frei Nicolau, não sei si o sr. estará de acordo comigo, mas cada vez mais eu estou achando que não poderemos tocar avante a nossa Província brasileira, nem levar longe empreendimento nenhum, se nos obstinarmos a querer dar conta da imensa diocese de Porto Nacional. Por um lado a criação dum Noviciado, e breve dum Estudantado, exige uma concentração de muitos elementos em S. Paulo, **e por outra parte a França não fornecerá mais missionários, ou muito poucos.** Não tardará muito, que alguns dos nossos velhinhos, ou mesmo todos desaparecerão. [...]

A falar com franqueza, eu penso que não devemos mais ouvir as lamúrias dos anciãos, que não se consolam de ver abandonados os seus antigos campos de apostolado. Não devemos mais ouvi-los, porque, para ir ao sertão não podemos mais contar nem com eles, nem com os missionários vindos de fora, nem com muitos brasileiros, por que muito poucos terão essa vocação... **e porque, se não queremos ver tudo definhar e morrer, precisamos dar impulso ao Noviciado. Concentrar-nos ainda mais. Abandonar Porto Nacional, no mais breve prazo possível.** [...]

O provir de Porto Nacional, nem de Conceição não depende essencialmente da Ordem Dominicana; qualquer outra fará ali o trabalho que nós fazemos, e provavelmente com mais eficiência, se ela tiver mais recursos em homens.

Mas ao contrário o provir da Ordem no Brasil depende exclusivamente da Obra de S. Paulo.

Afinal não podemos, sob pretexto de conservarmos a glória dos nossos antepassados, que missionaram heroicamente no sertão, por em jogo a nossa própria existência no Brasil.

[...]

Nem todos os futuros dominicanos do Brasil terão saúde como um Frei Emanuel, um Frei Reginaldo, um Dom Sebastião.... Enfim, caro frei Nicolau, quanto for possível ai, "soignez-vous; menagez-vous"... [...](sic) (CARTA DE FREI ALBERTO CHAMBERT, DE UBERABA PARA FREI NICOLAU CAZAGRANDE, DE PORTO NACIONAL – 10 DE NOVEMBRO DE 1941) (grifos nossos).

Outros frades se posicionavam diferentemente, como se nota em uma das cartas de Frei Gil Gomes Leitão ao Vigário Provincial no ano de 1942:

[...]

Chegando de um longo giro por meio do sertão de Natividade e Duro, encontrei a estimada carta de V. Revma.(.....) Fiquei sobretudo contente com a doce esperança que nos dá prometendo enviar mais um reforço para **o convento do Porto, o qual vem laborando nestes últimos tempos com extrema penúria de operários.** A meu ver é o que V. R. deve fazer quanto antes. **Em lugar de cogitar em suprimir um convento que tanto bem tem feito ao povo sertanejo será melhor mandar mais um religioso. Há também por aqui inúmeras almas a salvar, tão interessante como as de Uberaba, Rio, São Paulo e Belo Horizonte.** Grande desolação seria permitir que se extinga uma obra realizada com tantos suores e sacrifícios pelos nossos antigos irmãos. As boas almas daqui estão fazendo novenas sobre novenas para pedir a Nosso Senhor não permita tal infortúnio.

[...]

V. Revma. Está vendo que encaro a situação do Porto com a boa dose de otimismo. Há agora mais serenidade e a paz completa não tardará a revivar entre nós, com a benção de Deus e a boa vontade de todos.

[...] (*sic*) (CARTA DE FREI GIL GOMES PARA FREI BENEVENUTO, DE 19 DE SETEMBRO DE 1942)(grifos nossos).

Nessa correspondência, apesar de não concordar com o fechamento do convento de Porto, Frei Gil faz alusão ao número ínfimo de religiosos para dar conta de tantas atividades sob a responsabilidade dos frades assinados no convento Santa Rosa, e que mais um dominicano ajudaria muito nas atividades. No entanto muitas dessas responsabilidades, de fato, não são dos dominicanos da Província de Toulouse, mas sim do bispado de Porto Nacional. O que aconteceu foi que durante o governo de Dom Domingos Carrerot essas responsabilidades foram assumidas por completo pelos frades e, durante o governo de Dom Alano, em razão da continuidade do reduzido número de sacerdotes diocesanos, os dominicanos continuaram dando assistência a toda diocese.

Mas o cenário começou a mudar e as responsabilidades começaram a pesar sobre os religiosos. A partir de 1940, o convento de Porto Nacional funcionou somente com três ou quatro religiosos, o que não havia acontecido até então em sua trajetória de missão. Naquele período, permaneceram assinados em Porto Nacional Frei Nicolau Casagrande (1940-1944), como Superior, Frei Gil Gomes Leitão (1940-1942), padre missionário, e Freis Antonino e Marcolino, irmãos conversos. Assim, com poucos frades e todos na eminência de retirarem-se para outras casas no sudeste do Brasil, esses dominicanos iniciaram o trabalho de liquidação do convento Santa Rosa de Lima. No entanto, nos últimos anos da existência e funcionamento, mesmo precário, dessa casa, somente Frei Nicolau e Frei Antonino permaneceram na cidade.

Um pequeno relatório sobre os problemas do convento de Porto Nacional elaborado por Frei Nicolau Casagrande, datado de 18 de janeiro de 1942, demonstra algumas questões relevantes no processo de liquidação desse convento. Logo na primeira pergunta do relatório: “podemos ou não corresponder às necessidades mínimas da Diocese?”, Frei Nicolau é taxativo ao responder negativamente, sobretudo no atendimento fora da sede do convento, por meio das desobrigas, que resumiam o ministério dos dominicanos extra sede. Frei Nicolau alega que, para atender bem as cidades e lugares fora de Porto Nacional, os frades teriam de permanecer ali alguns dias após as festividades do padroeiro ou do Divino, o que para ele tornava-se inviável devido ao reduzido número de religiosos, o grande número de lugares, o aumento das despesas e a redução das receitas que isso

proporcionaria ao convento. Além do mais, para o religioso, as desobrigas não davam resultados satisfatórios na formação religiosa do povo sertanejo. Era preciso um tempo maior de dedicação à catequese das crianças e dos adultos para sanar a ignorância religiosa existente (RELATÓRIO DE FREI NICOLAU CAZAGRANDE SOBRE A SITUAÇÃO DO CONVENTO DE PORTO NACIONAL, 18 DE JANEIRO DE 1942, p. 6-8).

Em relação ao atendimento em Porto Nacional, Frei Nicolau relatou o seguinte:

1- Na seca: as contínuas ausências impossibilitam-nos de nos ocupar de uma maneira eficaz da vida espiritual da cidade. As associações por ex: da Ordem 3ª não tem uma só reunião. A confraria do Rosário deixou de existir há mais de um anno. A fundação pelo Revmo Pe Mendes do Apostolado da Oração independentemente da vida paroquial arrancou a última esperança de ressuscitar essa confraria. A Pia União é mantida graças ao zelo da Directora, uma Irmã, que durante as ausências do Director faz todas as reuniões, é dedicada e exigente. Os Rosarinos fundados por Frei Cesleu desapareceram, O Revmo. Pe. Mendes organizou em seu logar os "Cruzadinhos" e dirige o catecismo das creanças na igreja e na rua. O mesmo Padre se reserva o apostolado junto aos rapazes tendo fundado uma Congregação Mariana. Elle também occupa-se das "mães christãs". Os vicentinos fundados pelo Exmo. Sr. Bispo, na ausência deste, estão ao cargo do REvmo. Pe. Mendes. No Collegio das Irmãs damos 2 horas de catecismo por semana. O Revmo. Pe. Mendes fundou ali a seu cargo um curso de catequistas.

A Escola Normal masculina? Oficialmente debaixo da direção do Revmo. Pe. Mendes. Praticamente sua alma é Frei Gil que se dedica intensamente a esse trabalho tomando o maior numero de matérias a leccionar e empregando o melhor de seu tempo. Frei Gil exerce grande influencia pela sua dedicação à parte esportiva que interessa os rapazes conseguindo assim dos alumnos a communhão paroquial procedida de um pequeno retiro. A banda de música não continua mais devido a perca das musicas e também por Frei Gil notar que os rapazes ao conhecerem um pouco iam tocar nos bailes e cabarés, dando-se à embriaguez. Frei Gil parece algum tanto desanimado e (...) não leccionar mais este anno.

Na Igreja: Temos 2 missas aos Domingos com homilia na 1ª missa. Missa e terço todos os dias. Procissão no 1º domingo e nas festas principais. As vezes algum sermão n'essas procissões. Algum ministério se exerce pelas confissões.

2- Nas águas: Cidade muito pequena para comportar trabalho para 5 padres: um bispo, um padre secular, três dominicanos. Devido as dificuldades das viagens nas águas passa-se este período geralmente em casa. Ora n'esse tempo o apostolado se reduz ainda. Nas escolas e Collegio as férias afastaram os alumnos. Na cidade as famílias costumam retirarem-se para as fazendas durante dezembro e janeiro. O apostolado se resume habitualmente a um grupinho de velhas (sic) (RELATÓRIO DE FREI NICOLAU CAZAGRANDE SOBRE A SITUAÇÃO DO CONVENTO DE PORTO NACIONAL, 18 DE JANEIRO DE 1942, p. 6-8).

Diante disso, ele concluiu que

[...] é fácil perceber com essas informações que o ministério no Porto mesmo é deficiente e encerra muita lacuna. A fora a escola normal masculina não há nada de particular que possamos levar adiante com as condições actuais de nosso convento(*sic*)(RELATÓRIO DE FREI NICOLAU CAZAGRANDE SOBRE A SITUAÇÃO DO CONVENTO DE PORTO NACIONAL,18 DE JANEIRO DE 1942, p. 8).

O grande dilema do convento de Porto Nacional se resume basicamente nas duas situações expostas anteriormente e que não podiam continuar como estavam. Era necessário “ao menos de 3 padres para as viagens a fim de contrabalançar as exigências mínimas do ministério que nos foi confiado”(RELATÓRIO DE FREI NICOLAU CAZAGRANDE SOBRE A SITUAÇÃO DO CONVENTO DE PORTO NACIONAL,18 DE JANEIRO DE 1942, p.). No entanto o mesmo Frei Nicolau respondeu negativamente a solicitação do aumento de frades e relatou que

[...] A Missão Dominicana não achando possibilidade de resolver este problema renuncia então a guardar este convento, sobretudo que, segundo dizem, da possibilidade de outras congregações vir ocupar o lugar e fundar vários núcleos de sacerdotes na diocese. A melhor solução e única do problema diocesano é a fundação de várias “bases” de onde os padres possam irradiar em viagens pequenas e frequentes organizando missões, catecismos, obras, etc combatendo assim a ignorância e a indiferença religiosa do povo(*sic*)(RELATÓRIO DE FREI NICOLAU CAZAGRANDE SOBRE A SITUAÇÃO DO CONVENTO DE PORTO NACIONAL,18 DE JANEIRO DE 1942, p. 13).

E mais, toda essa situação gerava entre os frades uma grande insatisfação, pois não alcançavam os objetivos almejados para a missão e não viviam conforme as prerrogativas e constituições da Ordem, pois passavam grande parte do tempo envolvido nas diversas atividades missionárias, como bem relatou Frei Nicolau:

Desligado da vida espiritual e sobrenatural: O religioso que sahe n’essas desobrigas não encontra o menor apoio intelectual, sobrenatural externo e moral. [...] Devido às viagens é obrigado a passar 1, 2, 3 ou mais mezes sem confissão, sem um conselho, sem uma exortação, sem uma pessoa superior. Toda responsabilidade cahe sobre um só quer o que viaja quer o religioso que fica no convento. Os exercícios espirituais particulares são totalmente deixados de lado, pois nos pousos não há possibilidade e à cavalo apenas o breviário e o rosário podem ser rezados. [...]

A Santa missa não reconforta o celebrante. Geralmente o altar é uma meza baixa ou um banco mais alto. A atenção do sacerdote é dividida entre o equilíbrio instável do altar minúsculo, os cachorros que passam por baixo, as creanças que vem puxar os paramentos, o povo que está montado junto o padre difficultando até o “Dominus vobiscum”. Sem contar ainda o esforço exigido para rezar as palavras do missal durante o conto dos benditos extraordinários, cheios de heresias, que são berrados junto ao ouvido do celebrante [...].

Acrescentai a todos esses elementos a desolação e grande esforço phisico exigido durante 2 mezes de desobrigas continuas. Alimentação invariável:

arroz, carne seca. [...] Repouso mínimo sem dormir quase, excitação nervosa para administração válida dos sacramentos (quando se faz 20 a 30 batizados de uma vez, 10, 12 casamentos igualmente durante semanas inteiras) [...] A repugnância pela falta de asseio, a falta de conforto na viagem à cavalo nesses dias ardentes da seca [...].

Conclusão: Com essa exposição é fácil constatar que aos poucos o sacerdote vai se materializando: maquina de batizado e de casamento. Desanimo quanto a administração da confissão e da comunhão. Perde-se o gosto da pregação, da organização de obras, de ideal de sacerdócio. Enfim resumindo tudo o padre sente-se embrutecer.

A estadia em casa durante o período das chuvas, estadia relativa, não é suficiente para vencer esse torpor. Para o estudo falta o ambiente. Para a piedade a renovação do fervor a subida é penosa, devido aos maus hábitos já tomados (RELATÓRIO DE FREI NICOLAU CAZAGRANDE SOBRE A SITUAÇÃO DO CONVENTO DE PORTO NACIONAL, 18 DE JANEIRO DE 1942, p. 9-12).

Outro problema exposto nesse relatório refere-se ao que o relator chama de “nosso problema relativamente ao clero diocesano”, em que destaca dois pontos importantes, um referente ao bispo Dom Alano e outro referente aos padres seculares.

Quanto ao bispo diocesano Dom Alano, Frei Nicolau escreveu que “seria penoso com effeito termos que largar um irmão de hábito. Não devemos faze-lo si for para deixa-lo unicamente com um ou 2 padres seculares nesta immensa diocese”. No entanto, Frei Nicolau relatou que, como Dom Alano sabia que a Ordem, especialmente a Província de Toulouse, não pode lhe atender, “já fez seus sacrifícios acceitando e mesmo julgando necessário, para elle e para nós, nossa retirada” (*sic*) (RELATÓRIO DE FREI NICOLAU CAZAGRANDE SOBRE A SITUAÇÃO DO CONVENTO DE PORTO NACIONAL, 18 DE JANEIRO DE 1942, p. 8).

Na verdade, Dom Alano sempre foi de acordo com a saída dos frades dominicanos de Porto Nacional. Em alguns fragmentos de suas cartas, que Frei Nicolau apresenta em seu relatório, encontram-se afirmações de Dom Alano, como esta:

Está-se decidido actualmente o destino de Porto Nacional. Eu mesmo, como filho da província julgo excessivo o peso do trabalho imposto aos religiosos do Porto. Uma província tão desolada não pode e nem deve sacrificar seus religiosos a este ponto(*sic*)(RELATÓRIO DE FREI NICOLAU CAZAGRANDE SOBRE A SITUAÇÃO DO CONVENTO DE PORTO NACIONAL, 18 DE JANEIRO DE 1942, p. 17).

No entanto, mesmo concordando com a saída dos dominicanos de Porto Nacional e não se opondo a isso, como bem elucida uma correspondência de Frei Nicolau ao Frei Benevenuto de 1º de agosto de 1942¹²⁵, houve certo estranhamento de Dom Alano com alguns frades dominicanos, como exemplificam os dois fragmentos de correspondências, transcritos a seguir:

[...] Entre nós as maiores dificuldades vem do Bispado, de D. Alano que segundo impressão pessoal (minha), segundo reflexões de uma Irmã Dominicana do colégio, segundo opinião do Frei Gil, Frei Marcolino e Frei Antonino, parece estar contente com nossa sahida. Durante a pasqua que passou aqui sua Excia. fazia projetos e mais projetos como utilizar o convento, querendo arrumar cal para cair a casa etc, etc e tudo deante de nós na maior simplicidade(*sic*) (CARTA DE FREI NICOLAU CAZAGRANDE PARA FREI BENEVENUTO, DE 21 DE ABRIL DE 1942).

[...] Era um grande desejo passar por lá (por Porto Nacional), mas D. Alano fez compreender a Frei Benevenuto que agradecia nosso oferecimento e por isso não tive coragem de insistir. Aliás ele sahiu sem mesmo agradecer e consciência lhe pesou [...] (*sic*)(CARTA DE FREI PEDRO DE SOUSA A FREI NICOLAU CAZAGRANDE. RIO DE JANEIRO, 03 DE ABRIL E 1944).

Contudo não foram encontrados na pesquisa dados suficientes para tratar mais profundamente sobre esse estranhamento entre Dom Alano e seus confrades, que pareceu ter sido por alguma diferença entre o bispo e um ou outro frade, especificamente. Talvez esse estranhamento deveu-se pela questão da paróquia de Nossa Senhora das Mercês de Porto Nacional que, desde a chegada dos dominicanos, esteve confiada à Província de Toulouse e à direção de um dominicano e, por questões não constatadas nesta pesquisa, por licença do bispo diocesano a partir mais ou menos de 1941, passou a ser codirigida por um padre diocesano, o Padre Manoel Mendes. Este tomou, aos poucos, frente das atividades paroquiais, como se encontra nas correspondências entre Frei Nicolau e Frei Benevenuto:

[...] Não se preocupe com a sahida do Porto. De longe o Senhor não pode observar as cousas. Si oficialmente a Ordem está encarregada da paróquia praticamente já se retirou. O Rvmo. Pe. Mendes tomou conta. Muito melhor assim não darão falta de nós. Tudo parece providencial. Não pense que

¹²⁵“De um lado admiro a attitude do Sr. Bispo abrindo mão dos dominicanos sem a menor opposição quase. Elle que dispõe de tão poucos padres teria uma politica mais acertada em procurar guardar o que tem e obter outras congregações para outros pontos da sua immensa diocese. Dom Alano necessita a meu ver de vários núcleos de irradiações em seu território. Sua Excia. porém dispõe de graças de estado e si julgou melhor como fez devemos respeitar seu ponto de vista” (CARTA DE FREI NICOLAU CAZAGRANDE PARA FREI BENEVENUTO, 1º AGOSTO DE 1942).

estou me queixando, não. Ao contrário estou contente. Digo unicamente isso para mostrar que daqui em diante não poderemos voltar atrás sem catastrophes, no pe em que andam as coisas [...] (*sic*) (CARTA DE FREI NICOLAU CAZAGRANDE PARA FREI BENEVENUTO, DE 17 DE MARÇO DE 1942).

[...] No ponto de vista paroquial? Rezo a missa de 5 ½ quando estou aqui e assisto aí a reza do terço o fundo da Igreja (sob o pretexto de vigiar os rapazes) faço alguns baptizados e casamentos, attendo os doentes e ajudo a confessar. Entreguei a direção da Pia União ao Revmo. Pe. Mendes antes que eles tomasse. Sou quase um estranho na vida paroquial. Já nos tomaram os direitos paroquiais que me julgo dispensado de rezar as missas [...] (*sic*) (CARTA DE FREI NICOLAU CAZAGRANDE A FREI BENEVENUTO, DE 15 DE OUTUBRO DE 1942).

A presença dos padres diocesanos em Porto Nacional foi analisada por Frei Nicolau em seu relatório de janeiro de 1942. Dele podemos concluir que, mesmo que os dominicanos permanecessem somente em Porto Nacional, esbarrariam e uma grande dificuldade: a presença do clero diocesano. A cidade ficaria pequena demais para religiosos e diocesanos. O relatório traz que:

Não seria solucionado nosso caso dominicano si o Exmo. Sr. Bispo quizesse restringir o território à nós confiado, ficando nós encarregados unicamente da parochia de Porto Nacional e seu município [...]

Seria em parte remediar, resolver mesmo o problema si Porto nacional não fosse sede do Bispado, por conseguinte, da cúria e do Seminário. Permaneceremos em Porto Nacional cedo ou tarde teremos que sahir ou tocar-nos-hão fora como disse Frei Pedro de Sousa a D. Alano. Por que? Porto Nacional sendo a sede do bispado é necessário a permanência prolongada de um ou dois padres seculares para occuparem-se da cúria e do seminário. Ora, os trabalhos da cúria e do Seminário são, de si, pouco atrahentes e não occupam bastante um sacerdote. Elle precisa de um campo mais vasto, de mais movimento, sobretudo. Os affazeres da cúria e do seminário são por demais monótonos. É necessário mais uma occupação differente para distrahir o espirito.

Os outros padres seculares não podem ficar destacados o anno todo em uma cidadezinha distante. O trabalho não é sufficiente, facilmente negligencia-se o estudo, tomando pequenos hábitos que prejudicarão sua vida espiritual e interior. Ficam muito distantes para ser possível um controle real, útil e não já coercitivo, do Bispo diocesano. Sem muita demora os “fuxicos” das pequenas cidades classifical-os-ão como adherindo a tal partido político, a tal amizade suspeita. Os recursos pecuniários são ainda mínimos creando embaraços.

Tudo isso exige que esses sacerdotes resolvam passar temporadas na sede episcopal, no seminário para contrabalançar as tendências do meio. Quais serão então, o convento estando encarregado da Paróquia de Porto, as relações entre os padres seculares e nós? Eles não podem ficar inactivos no Porto. Encarregal-os de alguma obra. Qual? A cidade é muito pequena para occupar vários sacerdotes com apostolados independentes. Com o vigário pouco poderão trabalhar as exigências conventuais difficultando a collaboração com extranhos.

Consequencia inevitável. Serão levados a s'intrometter, mesmo sem querer, em administração da vida paroquial, na vida conventual creando um certo embaraço, o convento permanecerá, com efeito, sempre aberto à elles. Quanto a nós, não direi que somos perfeitos e que elles não tenham

igualmente queixas. Tudo isso resultará num ambiente de susceptibilidades e dificuldades que torna as relações um tanto desagradáveis. Sede de bispado e convento em uma pequena cidade para mim é um erro grande *(sic)*(RELATÓRIO DE FREI NICOLAU CAZAGRANDE SOBRE A SITUAÇÃO DO CONVENTO DE PORTO NACIONAL, 18 DE JANEIRO DE 1942, p. 14-15).

Dessa forma, o que restava para que os dominicanos fizessem, conforme o relatório de Frei Nicolau, era se retirarem da cidade e da diocese, pois nem mesmo ocupar outro ponto da imensa circunscrição eclesiástica de Porto Nacional era viável, porque já tinham se constituído e consolidado ali com o

[...] convento organizado, com a igreja uma das mais bellas do Estado, com nossas despesas feitas e tão grandes com os sacrifícios immensos, largar tudo para recomeçar sem mais nem menos em outro lugar da diocese antes abrir mão de tudo de uma vez, pois que a Ordem já se sacrificou bastante em prol da diocese tendo o direito de se retirar para cuidar dos próprios interesses e problemas *(sic)*(RELATÓRIO DE FREI NICOLAU CAZAGRANDE SOBRE A SITUAÇÃO DO CONVENTO DE PORTO NACIONAL, 18 DE JANEIRO DE 1942, p. 16).

Certifica-se que esse relatório produzido por Frei Nicolau Cazagrande no início do ano de 1942 constituiu-se um valioso documento para a Vice Província de Toulouse no Brasil efetivar a decisão do fechamento do convento Santa Rosa de Lima e retirar os missionários dominicanos de Porto Nacional.

A solicitação oficial para a liquidação desse convento foi encaminhado para Roma pelo Mestre Geral em 1942 e comunicada ao Vigário Provincial no Brasil, Frei Benevenuto Cazabant, por meio de um radiograma de 17 de setembro de 1942, como segue:

Figura 23–Radiograma comunicando a solicitação, enviada a Roma, pedindo autorização para o fechamento do Convento de Porto Nacional

Companhia Radiotelegraphica Brasileira S. A.
"VIA RADIOBRAS"
 Radiogramas para todas as partes do Mundo
 COMUNICAÇÕES DIRETA COM:
 NOVA-YORK, LONDRES, PARIS, BERLIM, GENEBRA, ROMA, LISBOA, MADRID, AMSTERDAM, BRUXELAS, VARSOVIA, BUENOS-AIRES, MONTEVIDEU, ETC.

Recebido no Rio de Janeiro
 Data 1942 SET 17 12 07
 N.º D 307

RADIOGRAMA
 Centro Radiotelegrafico, Av. Rio Branco, 77 - Rio de Janeiro - Tel. 23-2177

ARQUIVO DA PROVINCIA DE SÃO TOMÁS DE AQUINO DO BRASIL

TOULOUSE 43 14 16 1030 -
 CC - CAZABANT 60 RUA ARAUJA GONDIN LEME RIO -

DEMANDONS ROME AUTORISATION QUITTER
 PORTO
 DUPUY.

TELEFONE 23-2177 PARA QUALQUER INFORMAÇÃO QUEIRA APRESENTAR ESTE FORMULÁRIO NO ESCRITÓRIO DESTA COMPANHIA

Fonte: Arquivo da Província Dominicana no Brasil, Belo Horizonte-MG.

Não se encontra nenhum outro documento oficial acerca do fechamento do convento e da retirada dos dominicanos de Porto Nacional, mas há um manuscrito intitulado *Execução do Conselho da Missão de 20-24 de setembro de 1943* em que se constata que a Vice Província de Toulouse no Brasil confiou ao bispo dominicano de Porto Nacional a guarda do convento e vendeu suas principais propriedades para a Diocese, conforme trecho a seguir:

[...] Já não deve haver mais padre dominicano em Porto Nacional. Foi vendida a fazenda a D. Alano Du Noday, OP, a quem foi confiada a guarda do convento, pois a ordem não renunciou os seus direitos em Porto Nacional, apenas deixou o lugar temporariamente na falta de religiosos. Mas que tristeza ter que deixar mais este ponto tão antigo de um apostolado de tanto merecimento, após haver trabalhado até tantos anos. Deus se apiede daquele povo e de nós! (REORGANISATION DE LA MISSION DOMINICAINE AU BRÉSIL, LIVRO IV, 1942-1946. p. 47-48).

Assim, o Convento Santa Rosa de Lima estava liquidado e a Vice Província de Toulouse no Brasil reorganizada com “2 bispos, 31 padres, 3 padres estudantes,

4 estudantes clérigos, 2 noviços, 7 conversos, 1 donato” (REORGANISATION DE LA MISSION DOMINICAINE AU BRÉSIL, LIVRO IV, 1942-1946. p. 49), totalizando 50 frades distribuídos nos conventos do Rio de Janeiro, São Paulo, Uberaba, Conceição do Araguaia e Belo Horizonte, a partir de 1944.

A liquidação do convento de Porto Nacional rendeu à Vice Província no Brasil conforme prestação de contas do Síndico provincial em maio de 1946, sobre o ano de 1945, o valor de CR\$ 83.509,00 (oitenta e três mil quinhentos e nove cruzeiros) e sobre o ano de 1946, o valor de CR\$ 1. 979,00 (um mil novecentos e setenta e nove cruzeiros), provenientes das vendas dos imóveis e semoventes que eram de propriedade do convento dominicano (REORGANISATION DE LA MISSION DOMINICAINE AU BRÉSIL, LIVRO IV, 1942-1946. p. 62-64).

Diferentemente, à diocese de Porto Nacional, parece que a liquidação do convento Santa Rosa de Lima e a saída dos dominicanos rendeu, em princípio, um grande vácuo no atendimento religioso do povo sertanejo, que sofreu com a ausência desses missionários. Uma nota da Revista Mensageiro do Santo Rosário chama atenção. Ela é datada de 1945, ano após a oficialização da retirada dos missionários de Porto Nacional:

Milhares de almas estão a míngua de socorros religiosos no Sertão do Norte de Goiás. Ouvindo o apêlo angustioso das almas, confortado pela santa obediência, às ordens dos Superiores o jovem missionário Dominicano Frei Alberto Bragheta deixa os seus Irmãos do Convento de Conceição e a cavalo, em penoso jornada de mais de dois meses seguidos vai a procura das almas sertanejas. Graças a Deus foi bem sucedido, Batizou 548 crianças, abençoou 114 casamentos e distribuiu 2800 comunhões [...] Envie o Dono da Seara imensa trabalhadores a seu campo (*sic*)(MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO, janeiro de 1945, p. 786).

O reconhecimento aos padres dominicanos de Porto Nacional foi motivo de muitos contos, prosas e versos, como o de João Fernandes da Conceição, que assim escreveu sintetizando o significado da missão dominicana no antigo norte de Goiás:

Foram eles que evangelizaram o Tocantins
Das cidades aos confins pregando o evangelho
Trazendo a civilização o tempo novo ao velho
Povoando o sertão e educando a grandes fins

Pelos Caminhos do Bem, pelas estradas perdidas
Ontem percorridas pelas corajosas bandeiras

Afrontando os perigos, da paz cerrando fileiras
Civilizando os índios em troca das próprias vidas

Foram eles os Dominicanos puros e altivos
Que vivem no alto da saudade, imortais e redivivos
Onde quer se alteiem torres ebúrneas e vitoriosas

Ainda são eles, os domênicos de Cristo
Pregando o Evangelho com vigor benquisto
Semeando a religião nas terras do Tocantins gloriosas!(ARQUIVO DA
ORDEM DOMINICANA. PASTA REFLEXÕES SOBRE A OP NO BRASIL,
2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa sobre a Ordem dos Pregadores nos sertões do antigo norte de Goiás, especificamente na cidade de Porto Nacional, no período de 1886 a 1944, evidenciou algumas considerações que se destacam aqui.

A instauração da missão dominicana francesa com sede em Porto Nacional, onde se construiu o Convento Santa Rosa de Lima, sede da missão, estava ligada intimamente ao grande projeto de romanização da Igreja Católica no Brasil, empreendido pelo episcopado brasileiro a partir da segunda metade do século XIX. Essa missão, tão desejada pela diocese de Goiás no extremo norte de sua circunscrição e tão almejada pela população da pequena cidade ribeirinha de Porto Nacional, correspondeu prontamente ao plano de adequação e afirmação do catolicismo institucional nos moldes do que propunha a Santa Sé Romana, bem como ao plano de reformas e expansão dos bispos que governaram a diocese de Goiás entre o fim do século XIX e o início do século XX.

Além de cumprir o seu papel enquanto instituição religiosa católica nos quesitos da doutrina e da moral, a Ordem dos Pregadores de Porto Nacional teve participação ativa em outras atividades de cunho social e educativo, que marcaram indelévelmente a sociedade portuense da época e deixaram expressivo legado para gerações futuras.

À época da chegada e instauração da comunidade de frades dominicanos da Província francesa de Tolouse, a cidade de Porto Nacional já era considerada um centro de integração de toda a região norte de Goiás em virtude da navegação fluvial realizada pelo Rio Tocantins com a cidade de Belém. A construção do Convento Santa Rosa de Lima e a atuação dos frades dominicanos propiciaram que a cidade se tornasse um centro de irradiação cultural e espiritual para todo o antigo norte de Goiás, que configura atualmente o mais novo estado da federação brasileira, o Tocantins.

Esses religiosos franceses dominicanos, ao fundarem um convento em pleno sertão, a partir de seus trabalhos apostólicos de evangelização, como as missões e as desobrigas e de inserção social, principalmente no contexto educacional, deram visibilidade à região. Naquela época, essa região sofria com o esquecimento do poder público e o isolamento em relação ao sul do Brasil, em virtude dos

insignificantes meios de mobilidade de que era contemplado o cenário socioeconômico do antigo norte de Goiás.

Assim, entre missões, desobrigas, construções e projetos educativos, as contribuições da Ordem dos Pregadores ao antigo norte de Goiás, e em especial para Porto Nacional, no íterim de 1886 a 1944, foram bastante significativas.

Seja no lombo de um burro ou em uma pequena embarcação, os missionários dominicanos percorreram léguas e léguas levando uma boa notícia aos sertanejos da região. Onde o Estado não chegava com elementos básicos que davam dignidade à pessoa humana, como saúde e educação, e onde a diocese de Goiás não conseguia alcançar com sua evangelização por causa do reduzido número de sacerdotes disponíveis para atender a região, os missionários dominicanos chegavam com palavras de consolo, coragem e alegria. Mesmo que, em suas avaliações, as desobrigas não fossem suficientes para catequizar as populações sertanejas, como se certificou ao final da pesquisa por relatos dos próprios missionários, a presença desses homens, considerados 'enviados por Deus', aliviava muito as agruras da vida e era sinal de esperança para uma população sofrida e esquecida.

Outra relevante contribuição foi o conjunto arquitetônico construído pelos frades dominicanos franceses em Porto Nacional, que se configurou no mais rico legado patrimonial deixado pela missão dominicana. A catedral de Nossa Senhora das Mercês e os atuais prédios do seminário São José, da Cúria Diocesana e da organização não governamental CONSAÚDE são imponentes construções que constituem parte do patrimônio cultural da cidade, pois "fazem referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira" (BRASIL, 2014), como bem expressa o artigo 216 da constituição federal. Acredita-se que essas construções sejam a lembrança mais nítida e palpável da presença dos dominicanos em Porto Nacional.

Como os estudos são parte essencial do carisma da Ordem dos Pregadores, os frades eram exímios estudiosos não só da Teologia e dos demais conteúdos religiosos, mas eram conhecedores profundos de outras ciências. Isso favoreceu o zelo para com os empreendimentos relativos à educação. A abertura de escolas e a dedicação à docência em diversas disciplinas, do francês à economia, favoreceu a intensificação da intelectualidade entre a sociedade portuense.

O impulso dado pelos missionários dominicanos e, também, pelas irmãs dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, com a abertura do colégio Sagrado Coração de Jesus em 1904, fez com que Porto Nacional se tornasse um centro de estudos para toda a região. Isso ativou na cidade um ambiente de efervescência cultural e concedeu a Porto Nacional o título de “capital cultural do norte goiano”, atribuído por muitos à atuação dos frades e das freiras dominicanas.

Coincidentemente, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a imprensa portuense também foi destaque na região. O período da publicação de três importantes periódicos¹²⁶ da cidade afina-se com o período de permanência dos frades dominicanos em Porto Nacional, o que leva a concluir que foram grandes incentivadores desses meios de comunicação. Destacaram-se grandes colaboradores desses periódicos e escritores de relevantes artigos, como atesta um deles, o ‘Norte de Goyás’, de 31 de março de 1909, sobre o Frei Rosário Melisan:

[...] em cerca de quatro anos que o zeloso missionário regeu a aula secundária desta cidade, para atestar-lhe o zelo e competência, ahi fica o bom resultado que tem tido seus alumnos, alguns dos quaes capazes de se submeterem, com vantagem ao veredictum de quaesquer commissões examinadoras. Em nossa tenda modesta de trabalho não foi menos profícua a influencia bemfazeja do estudioso e illustrado missionário, para attestal-a ahi está a collaboração ininterrupta de Veraz, pseudônimo que adoptou, versando assumptos de sciencia da actualidade, desde os intrincados estudos sobre radium até o estudo de aerostação, evidentemente de plena actualidade(*sic*) (NORTE DE GOYÁS, n. 85, 1909, p. 3).

Ao longo de todo o trabalho, confirmou-se o que já fora destacado por alguns autores, como Azzi (1996), e por pesquisas realizadas, como a de Santos (1996): a atuação dos frades dominicanos franceses em Porto Nacional era totalmente clericalizada. Apesar de fundarem diversas organizações para a participação dos leigos e das leigas, como o Apostolado da Oração, a Confraria do Rosário, a União dos Moços Católicos e o grupo de catequistas, a liderança desses movimentos sempre esteve nas mãos dos missionários. Não se encontrou em nenhum dos documentos pesquisados relatos sobre a participação efetiva dos membros dessas organizações, o que leva a concluir que a missão dominicana francesa de Porto Nacional vivenciou um modelo de igreja totalmente institucional (LIBÂNIO, 2012), em consonância com os ideais do Vaticano para o catolicismo nas terras de Santa Cruz.

¹²⁶ Folha do Norte, de 1891 a 1894; O Incentivo, de 1901 a 1902 e Norte de Goyás, de 1905 “seguindo ininterruptamente por mais de 20 anos” (OLIVEIRA, 2010a, p. 85).

Apesar disso, a missão dominicana de Porto Nacional favoreceu a expansão da Igreja Católica no estado de Goiás. Do ponto de vista religioso, eclesiástico e social, Porto Nacional foi elevado à categoria de diocese graças à boa e frutuosa presença desses missionários, pois a grande maioria das quatorze paróquias que se desmembraram da diocese de Goiás para compor a nova circunscrição eclesiástica eram vacantes de pároco e não tinham a presença de um sacerdote diocesano, mas eram atendidas pelos dominicanos do Convento Santa Rosa de Lima. Assim, a Diocese de Porto Nacional configurou-se durante muito tempo em uma igreja particular sem clero diocesano, liderada pelo clero regular dominicano, que propiciou sua criação.

No entanto o desejo da Ordem dos Pregadores no Brasil em expandir-se para os grandes centros como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, unido à deficiência de pessoal da Província de Toulouse para atender todas as frentes de trabalho e as dificuldades financeiras enfrentadas para mantê-las, especialmente as do sertão, resultou no fechamento do Convento Santa Rosa de Lima e na saída dos missionários dominicanos de Porto Nacional, em 1944, o que confirma a hipótese levantada no início deste trabalho.

Contudo, apesar de não ficar explícito nos documentos analisados o motivo do fechamento da missão e a saída dos dominicanos de Porto Nacional, notou-se certo estranhamento entre os frades residentes, a vice Província de Toulouse no Brasil e o bispo Dom Alano Maria du Noday. Assim, esse assunto pareceu não ter ficado bem resolvido naquele contexto entre as três instâncias. Porém, em virtude do tempo, não foi possível avançar na investigação sobre essas questões, abrindo outra possibilidade de pesquisa.

De certo muitas consequências sobrevieram sobre a diocese de Porto Nacional com a saída dos dominicanos que, também, não foi possível analisar neste trabalho. Sendo assim, ficam os apontamentos para outras pesquisas sobre e, visto que a História é uma incessante construção, as considerações aqui mencionadas não são resolutas, mas passíveis de outras interpretações.

Dessa forma, espera-se que esta dissertação abra caminhos para outros pesquisadores investigarem sobre os diversos assuntos aqui abordados, que requerem uma maior compreensão, pois foi 'compreender' o grande objetivo desta pesquisa histórica.

FONTES E REFERÊNCIAS

ARQUIVOS

ARQUIVO DO INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS HISTÓRICOS DO BRASIL CENTRAL.

LEÃO, Dom Claudio José Gonçalves Ponce de. Carta Circular (reservada). Dirigida aos Parochos e aos demais clérigos de Ordens Sacras da Diocese de Goyas. Typografia Perseverança do Tocantins y Aranha. In: *Coleção Especial do Cônego Trindade*. N. 421. Goiânia. Instituto do Patrimônio Histórico do Brasil Central – IPEHBC.

AZEVEDO, Francisco Ferreira dos Santos. Anuário Histórico, Geografico e Descritivo do Estado de Goyás, 1910. In: *Coleção Especial do Cônego Trindade*. N. 421. Goiânia. Instituto do Patrimônio Histórico do Brasil Central – IPEHBC.

CAYAPÓS E CARAJÁS, n. 14, edição de 1º de outubro de 1925.

SILVA, Dom Prudêncio Gomes da. Carta Pastoral anunciando o desdobramento da Diocese de Goyas. Goiás, 19 de abril de 1919.

Mapa do estado de Goiás organizado em 1913 por Frei Reginaldo Tournier, sócio correspondente do Instituto Histórico Geográfico do Rio de Janeiro.

ARQUIVO DA PROVINCIA DOMINICANA BARTOLOMEU DE LAS CASAS DO BRASIL.

COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA

COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA, n. 2, s/l, s/d.

COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA, n. 5, s/l, s/d.

COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA, n. 7, s/l, s/d.

COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA, n. 13, s/l, s/d.

COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA, n. 15, s/l, s/d.

COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA, n. 20, s/l, s/d.

COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA, n. 52, s/l, s/d.

COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA, n. 66, s/l, s/d.

REVISTA MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO

REVISTA MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO, janeiro de 1905.

REVISTA MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO, junho de 1911.

REVISTA MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO, abril de 1914.

REVISTA MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO, julho de 1915.

REVISTA MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO, outubro de 1916.

REVISTA MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO, maio de 1918.

REVISTA MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO, fevereiro de 1920.

REVISTA MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO, maio de 1921.

REVISTA MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO, setembro de 1922.

REVISTA MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO, abril de 1923.

REVISTA MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO, julho de 1923.

REVISTA MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO, janeiro de 1929.

REVISTA MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO, fevereiro de 1932.

REVISTA MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO, novembro de 1933.

REVISTA MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO, julho de 1935.

REVISTA MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO, outubro de 1936.

REVISTA MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO, abril de 1937.

REVISTA MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO, fevereiro de 1938.

REVISTA MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO, novembro de 1938.

REVISTA MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO, outubro de 1939.

REVISTA MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO, agosto de 1940.

REVISTA MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO, março de 1941.

REVISTA MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO, fevereiro de 1943.

REVISTA MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO, janeiro de 1945.

REVISTA MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO, jun/jul, 1960.

PASTA SOBRE PORTO NACIONAL – ARMÁRIO H, GAVETA 2

CARTA DE FREI ALBERTO CHAMBERT, DE UBERABA PARA FREI NICOLAU CAZAGRANDE, DE PORTO NACIONAL, 10 DE NOVEMBRO DE 1941.

CARTA DE FREI GIL GOMES PARA FREI BENEVENUTO, DE 19 DE SETEMBRO DE 1942.

RELATÓRIO DE FREI NICOLAU CAZAGRANDE SOBRE A SITUAÇÃO DO CONVENTO DE PORTO NACIONAL, DE 18 DE JANEIRO DE 1942.

CARTA DE FREI NICOLAU CAZAGRANDE PARA FREI BENEVENUTO, DE 1º DE AGOSTO DE 1942.

CARTA DE FREI NICOLAU CAZAGRANDE A FREI BENEVENUTO, DE 21 DE ABRIL DE 1942.

CARTA DE FREI PEDRO DE SOUSA A FREI NICOLAU CAZAGRANDE, RIO DE JANEIRO, 03 DE ABRIL DE 1944.

CARTA DE FREI NICOLAU CAZAGRANDE PARA FREI BENEVENUTO, 17 DE MARÇO DE 1942.

CARTA DE FREI NICOLAU CAZAGRANDE A FREI BENEVENUTO, DE 15 DE OUTUBRO DE 1942.

MANUSCRITOS

REORGANISATION DE LA MISSION DOMINICAINE AU BRESIL. LIVRO II, 1938-1940.

REORGANISATION DE LA MISSION DOMINICAINE AU BRÉSIL, LIVRO IV, 1942-1946.

PASTA FREI REGINALDO TOURNIER

JORNAL “TRIÂNGULO MINEIRO” DE 18 DE MARÇO DE 1948.

SEGUNDA EDIÇÃO DO MAPA DO ESTADO DE GOIÁS REORGANIZADO EM 1939 POR FREI REGINALDO TOURNIER, SÓCIO DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO.

PASTA REFLEXÕES SOBRE A OP NO BRASIL

CALENDÁRIO DA ORDEM DOS PREGADORES NO BRASIL.

JORNAL DO COMÉRCIO, RIO DE JANEIRO, 1925.

ALBUM PORTO NACIONAL A IGREJA O SEMINARIO O CONVENTO A COMUNIDADE OS BISPOS (A50)

DIVERSAS FOTOS.

OBRAS DA PROVÍNCIA DE TOULOUSE

TOULOUSE, 1919 - VISITE CANONIQUE ET STATISQUE MISSION DOMINICAINE DU BRÉSIL 1911-1919.

CAPÍTULOS PROVINCIAIS E INTEMEDIÁRIOS DA PROVINCIA DE TOLOSA 1869-1945.

OUTROS

PRÓMEMÓRIA, Boletim Informativo do Arquivo da Província São Tomas de Aquino do Brasil, 1992.

JORNAL UNIÃO DOS MOÇOS CATÓLICOS DE PORTO NACIONAL, 1923 E 1924.

REFERÊNCIAS

ALCE, Venturino. **Storia di una missione**. Venezia-Italia: Edizioni Imartedí, 1987.

AMADO, Janaína. **Região, Sertão, Nação**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995, p. 145-151.

AQUINO, Mauricio de. Romanização, historiografia e tensões sociais: o catolicismo em Botucatu-SP (1909-1923). **Revista Fênix**, v. 8, Ano VIII, n. 2, maio/junho/julho/agosto de 2011.

AQUINO, Mauricio de. **A Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil**: a construção do bispado de Botucatu no sertão paulista (1890-1923). Tese (Doutorado em História). UNESP: Assis, 2012.

AQUINO, Mauricio de. **A diáspora das congregações femininas portuguesas para o Brasil no início do século XX**: política, religião, gênero. Cad. Pagu n.42. Campinas, Jan./Jun., 2014.

AUDRIN, José Maria. **Entre sertanejos e índios do norte**. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

_____. **Os sertanejos que conheci**. Rio de Janeiro: Livraria Olympio, 1963.

AZZI, Riolando; BEOZZO, José Oscar (Orgs.). **Os religiosos no Brasil**: enfoques históricos. São Paulo: Paulinas, 1986.

_____. **Os salesianos no Brasil**: à luz da história. São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1982.

_____. Presença da Igreja na sociedade brasileira e formação das dioceses no período republicano. In: SOUZA, Rogério Luiz; OTTO, Clarícia (org.). **Faces do catolicismo**. Florianópolis: Insular, 2008.

AZZOPARDI, Lucas. **Atletas de Deus**: uma seleção de breves biografias de Santos Dominicanos e de outras personalidades ilustres na Ordem dos Pregadores. Curitiba-PR: Gráfica Vicentina, 1984.

BARROS, Roque S. M. de. "A questão religiosa". In: **História Geral da Civilização Brasileira**. SP: Difusão Européia do Livro, 1971, t. 2 ("O Brasil Monárquico"), v. 4 ("Declínio e queda do Império"), p. 338-365.

BERNARDOT, P. **São Domingos e a sua ordem**. Tradução de Sebastião Tauzin. Rio de Janeiro: Cruzada da Boa Imprensa Ltda, 1940.

BERTHET, Michel L. Uma viagem de missão pelo interior do Brasil. In: **Memórias Goianas**. Goiânia: UCG, 1982.

BOLLIN, A.; GASPARINI, F. **A catequese na vida da Igreja**: notas de história. São Paulo: Paulinas, 1998.

BOLTON, B. **A Reforma na Idade Média**. Lisboa: Edições 70, 1985.

BOTELHO, Angela Vianna; REIS, Liana Maria. **Dicionário Histórico Brasil**: Colônia e Império. 6. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organização de Alexandre de Moraes. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BRASILIENSE, Eli. **Bom Jesus do Pontal**. São Paulo: Livraria Martins, 1954.

CAES, André Luiz. **As portas do inferno não prevalecerão**: a espiritualidade católica como estratégia política. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2002.

CAIXETA, Vera Lucia. **Médicos, padres, sertões**: o norte de Goiás no relatório de Arthur Neiva e Belisário Penna e nas narrativas dos seus interlocutores goianos

(1916-1959). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

CAMARGO, Kênia Guimarães Furquim. **Educação católica e presença dominicana em Goiás (GO): a cultura escolar no Colégio Sant'Anna (1940-1960)** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba. Paranaíba, MS: UEMS, 2014.

CAMPOS, Kátia de Oliveira. **A língua francesa em Goiás**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Goiás – Goiânia, 1999.

CAPPI, Olívia B. O. Santa Rosa de Lima: Santidade e Identidade na América Hispânica dos séculos XVI-XVII. **ANPUH. XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA** – São Leopoldo, 2007. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0558.pdf>>. Acesso em 30 jul. 2014.

CARREIRA, Paula C. F. da C. **Dominicanos: Breve história da fundação da Ordem dos Pregadores e da presença em Portugal**. Disponível em: <www.spncultura.org/dominicanos_historia_fundacao_e_presenca_portugal.html>. Acesso em 22 jul. 2014.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **O discurso autonomista do Tocantins**. Goiânia:UCG, 2003.

CINTRA, Raimundo de A. Participação dos Dominicanos nas atividades missionárias da Igreja, do século XIII ao século XVI. In: NEVES, Lucas Moreira et al. **Dominicanos DCCL**. São Paulo: Duas Cidades, 1966.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. Promulgado por João Paulo II, Papa. Tradução: Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil. São Paulo: Loyola, 1987.

DALLABRIDA, Norberto. Das escolas paroquiais às PUCs: república, recatolização e escolarização. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil, vol. III: século XX**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

DOURADO, Benvinda Barros. **Educação no Tocantins: Ginásio Estadual de Porto Nacional**. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

DUTRA NETO, Luciano. **Das terras baixas da Holanda às montanhas de Minas**. Uma contribuição à história das missões redentoristas, durante os primeiros trinta anos de trabalho em Minas Gerais. Tese (Doutorado Ciências da Religião) Universidade Federal de Juiz de Fora: Juiz de Fora - MG, 2006.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador, volume 1: uma história dos costumes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FALCADE, Neusa. **Coração de Jesus**: história, cultura e teologia em torno de uma devoção religiosa. Dissertação (Mestrado em Teologia) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010.

FEIJÓ, Sara Carolina Duarte. **Memória da resistência à ditadura militar**: uma análise do filme Batismo de Sangue. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade de São Paulo, 2011.

FORTES, Carolina Coelho. **“Societas Studii”**: a construção da identidade e os estudos na Ordem dos Frades Pregadores do século XIII. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2011.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Org. e trad. Roberto Machado. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRAGOSO, Hugo. A Igreja na formação do estado liberal (1840-1875). In: **História da Igreja no Brasil**: segunda época - Século XIX / João Fagundes Hauck ... [et. al.]. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FRANCO, O. **História da Febre Amarela no Brasil**. Rio de Janeiro, Ministério da Saúde, 1960.

FREITAS, Nainôra Maria Barbosa de. **A criação da diocese de Ribeirão Preto e o governo do primeiro bispo**: D. Alberto José Gonçalves. Tese (Doutorado em História). Franca-SP, UNESP, 2006.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. CASA DE OSWALDO CRUZ. **A ciência a caminho da roça**: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1992. Um sonho de integração nacional. Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/ioc/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=289>>. Acesso em: 22 jul. 2014.

GALLAIS, Estevão. **O Apóstolo do Araguaia**: Frei Gil missionário dominicano. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1942.

GARCIA, Ledonias Franco. **Goyaz**: uma província do sertão. Goiânia: Cânone Editorial/PUC-Goiás, 2010.

GIRALDIN, Odair. Pontal e Porto Real: dois arraiais do norte de Goiás e os conflitos com os Xerente nos séculos XVIII e XIX. **Revista Amazonense de História**, v. 1, n. 1, jan/dez/2002.

GIUMBELLI, Emerson. **O fim da religião**: controvérsias acerca das “seitas” e da “liberdade religiosa” no Brasil e na França. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Museu Nacional, UFRJ, 2000.

GODINHO, Durval C.. **História de Porto Nacional**. s/l: s/e, 1988.

GOUDSBLOM, Johan. A religião cristã e o processo civilizador europeu. **Revista Impulso**. Piracicaba, v. 14 (34), p. 27-39, 2003.

GRIGÓRIO, Patrícia Costa. **A professora Leolinda Daltro e os missionários: disputas pela catequese indígena em Goiás (1896-1910)**. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: UFRJ/IH/PPGHIS, 2012

HAUCK, João Fagundes. A Igreja na emancipação (1808-1840). In: **História da Igreja no Brasil: segunda época- Século XIX / João Fagundes Hauck ... [et. al.]** Petrópolis,RJ: Vozes, 2008.

HINNEBUSCH, Willian A. **Breve História da Ordem dos Pregadores: os Dominicanos**. Tradução de Constantino Mamo. Curitiba: s/n, 1982.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Relatório do tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional**. IPHAN, Porto Nacional, 2007.

JOULIN, Marc. **Domingos: homem de Deus e servidor da palavra**. Tradução José Luis e Almeida Monteiro. São Paulo: Paulinas, 1997.

KODAMA, Kaori. **Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009.

KRETZER, Altamiro Antonio. Seminários Católicos: escolas cristãs modelares. In: **Revista Brasileira de História das Religiões**. Dossiê Tolerância e Intolerância nas manifestações religiosas – Ano I, n. 3, Jan. 2009.

LLECH, Frei Germano. A ordem Dominicana em Goiás. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás**. Goiânia-GO. Ano 4, n. 5, 1976.

LIBANIO, João Batista. Cenários da Igreja: num mundo plural e fragmentado. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 212.

LIONARDI, Victor. **Entre árvores e esquecimentos**. História social dos sertões no Brasil. Brasília: Paralelo 15, 1996.

LOPES, Maria Antonieta Borges e Monica M Teixeira Vale Bichutte (Org.) **Dominicanas: cem anos de missão no Brasil**. Uberaba: Vitória, 1986.

LOYN, Henry R. (Org.). **Dicionário da Idade Média**. Tradução de Álvaro Cabral; revisão técnica, Hilário Franco Júnior. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LUSTOSA, Alexandre O. A ordem Dominicana no Brasil. In: NEVES, Lucas Moreira et al. **Dominicanos DCCL**. São Paulo: Duas Cidades, 1966.

MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa história: 500 anos d presença da Igreja Católica no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 2002.

MAYA, Antonio Luiz. **Reminiscências Sociais Portuenses**. Goiânia: UEG, 2003.

MEDEIROS DE OLIVEIRA, Lúcia Helena Moreira de Medeiros. O projeto romanizador no final do século XIX: a expansão das instituições escolares confessionais. Universidade do Estado de Goiás – UFG/JATAÍ. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.40, p. 145-163, dez.2010.

MENDONÇA, José de Azevedo. Lacordaire restaura a Ordem da Palavra no século XIX. *In*: NEVES, Lucas Moreira et al. **Dominicanos DCCL**. São Paulo: Duas Cidades, 1966.

MEO, Salvatore; FIORES, Stefano de. **Dicionário de Mariologia**. São Paulo: Paulus, 1997.

MESSIAS, Noeci Carvalho. **Porto Nacional**: patrimônio cultural e memória. Goiânia: PUC Goiás, 2012.

MICELI, Sergio. **A elite eclesiástica brasileira**: 1890-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MOREIRA, Wellington Coelho. **Historicidade e representações**: celibato, conjugalidades e paternidades sacrílegas em Goiás, 1824-1896. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Goiás, 2010.

MOTT, Luiz. **Bahia**: inquisição & sociedade. Salvador: EDUFBA, 2010.

MOURA, Sérgio Lobo de. Desafios de uma reimplantação: a ordem dominicana no Brasil entre as duas guerras mundiais. *In*: **Perspectiva Teológica**, n. 29, 1997. p 233-243.

NEVES, Lucas Moreira et al. **Dominicanos DCCL**. São Paulo: Duas Cidades, 1966.

NIEHUES, M. R.; CONSTANTE, C. E. A. O Processo Civilizador e a Educação: contribuições de Norbert Elias. *In*: **IV Seminário de Ciências Sociais Aplicadas**. Desenvolvimento Socioeconômico: uma abordagem interdisciplinar. Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2014.

NORTE DE GOYAZ. **Periódico**. Porto Nacional, n. 13 e n. 21, 1906.

OLIVEIRA, Maria de Fátima. Um porto no sertão: cultura e cotidiano em Porto Nacional – 1880 a 1910. *In*: GIRALDIN, Odair (Org.). **A (trans)formação histórica do Tocantins**. Goiânia: UFG; Palmas: Unitins, 2002.

_____. **Entre o sertão e o litoral**: cultura e cotidiano em Porto Nacional 1880/1910. Anápolis: Universidade Estadual de Goiás, 2010.

_____. **Portos do sertão**: cidades ribeirinhas do rio Tocantins. Goiânia: PUC Goiás, 2010a.

OLIVEIRA, Sueli do Carmo. *Ê Rosário, ê minha vida: devoção congadeira e ultramontanismo na terra de Nossa Senhora*. In: **Revista Nures**. Ano VII. Número 18. Maio-agosto de 2011.

PALACIN, Luiz G. **O coronelismo no Extremo Norte de Goyaz: o padre João e as três revoluções de Boa Vista**. São Paulo: Loyola, 1990.

PARENTE, Temis Gomes. **Fundamentos Históricos do Estado do Tocantins**. Goiânia: UFG, 2007.

PAUSE, Michael; CLARK, Roger H. **Arquitectura: temas de composición**. México: Gustavo Gili, 1987.

PEDREIRA, Jones. **Diocese de Porto Nacional**. Porto Nacional: s/n, 2014.

PERCA, Guillermo Alvarez. **Tras las huellas de Domingo de Guzmán**. Peru: Convento Santo Domingo, [s/d.].

PÉREZ, Juan Manuel. **Predicadores del Nuevo Mundo: los dominicos em el siglo XVI**. Bogotá: La Orden de Predicadores, 1987.

PIAGEM, Pedro P.; SOUSA, Cícero J. de. **Dom Alano: o missionário do Tocantins**. Goiânia: Autores, 2000.

PIMENTEL, Sidney Valadares. A domesticação do sertão. In: SENA, Custódia Selma e SUÁREZ, Mireya (Org.). **Sentidos do sertão**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2011.

PINHEIRO, Gilmara. Entre memórias e representações: Padre Alfredo Haasler e as desobrigas nos sertões das jacobinas/Bahia. In: **Revista Dialética**. v. 5, n. 5, p. 85-96, Mar/2014.

REIS, Regina Augusta. **A Catedral de Porto Nacional**. Porto Nacional: s/n, 1989.

REVEL, Jacques. Os usos da civilidade. In: **História da Vida Privada 3: Da Renascença ao século das luzes/ Organização de Philippe Áries e Roger Chartier**, SP: Companhia das Letras, 1991.

RIBEIRO, Benvinda Barros Dourado; MUTA, Ana Pereira Negry; SILVA, Edwardes Barbosa. **Memórias de professores portuenses (1940-1980)**. Porto Nacional: Pote, 2007.

RIGOLO FILHO, Pedro. **A romanização como cultura religiosa: as práticas sociais e religiosas de D. João Batista Correa Nery, Bispo de Campinas 1908-1920**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2006.

ROBERTO, Maria Fátima. **Salvemos nossos índios: uma interpretação da atuação evangelizadora da Ordem Dominicana francesa entre índios do Brasil na passagem**

do século XIX para o século XX. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Campinas, UNICAMP, 1983.

ROCHA, Mateus et al.. **Os Dominicanos**. São Paulo: Província Dominicana do Brasil, 1981.

RODRIGUES, Edivaldo de Souza. **Pedras de Fogo**. Porto Nacional-TO: MartMonter, 2007.

ROMANS, Humberto de. **Narração sobre São Domingos**. Subsídios de Formação Dominicana [s.l.: s.n, s/d].

ROSA, Guimarães. **Grande Sertão**: Veredas. São Paulo: Nova Aguilar, 1994.

ROSSI, Denilson Aparecido. **Ordens Mendicantes**. Disponível em: <<http://www.denilsonrossi.com.br/wp-content/uploads/2013/08/Ordens-Mendicantes.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2014.

SANTIROCCHI, Ítalo. **O ultramontanismo no Brasil e o regalismo do Segundo Império (1840-1889)**. Tese (Doutorado em História Eclesiástica) – Pontifícia Universidade Gregoriana, Roma, 2010.

SANTOS, Edivaldo Antonio. **Os Dominicanos em Goiás e Tocantins (1881-1930)**: Fundação e Consolidação da Missão Dominicana no Brasil. Dissertação (Mestrado em História). Goiânia, UFG, 1996.

SAXÔNIA, Jordão de. **Opúsculo sobre as origens da Ordem dos Pregadores**. Subsídios de Formação Dominicana [s.l.: s.n, s/d].

SENA, Custódia Selma. Uma narrativa mítica do sertão. In: SENA, Custódia Selma e SUÁREZ, Mireya (Org.). **Sentidos do sertão**. Goiânia: Cênone Editorial, 2011.

SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da. O IV Concílio de Latrão: Heresia, Disciplina e Exclusão. **Anais da III Semana de Estudos Medievais**. Disponível em: <<http://www.ifcs.ufrj.br/~pem/html/Latrao.htm>> Acesso em: 30 jul. 2014.

SILVA, Ignácio Xavier. **O crime do coronel Leitão**: sedição na comarca de Boa Vista do Tocantins do Estado de Goiaz, 1892-1895. Goiaz: Oficinas Gráficas Popular, 1935.

SILVA, José Trindade da Fonseca e. **Lugares e pessoas**: subsídios eclesiásticos para a história de Goiás. Goiania: UCG, 2006.

SILVA, Otávio Barros da. **Breve História do Tocantins e sua gente**: uma luta secular. Araguaína, TO: Federação das Indústrias do Estado do Tocantins; Brasília: Solo, 1997.

STASSUN, Cristian C. Seemann; ASSMANN, Selvino José. Dispositivo: fusão do objeto e método de pesquisa em Michel Foucault. **Caderno de Pesquisas**

Interdisciplinares em Ciências Humanas, Florianópolis, v.11, n.99, p. 72-92, jul/dez. 2010.

TELES, Gilberto Mendonça. **O lu(g)ar dos sertões**. Verbo de Minas: letras. Juiz de Fora-MG, v. 8, n. 16, jul./dez. 2009.

TUGWELL, Simon. **São Domingos**. Carré Blanc: Editions du Signe, 1996.

TURCOTTE, Domingos A. **Ideal Dominicano**. Tradução de I. de Campos. Fátima, Portugal: Verdade e Vida, 1958.

ULLMANN, Reinholdo Aloysio. **Antropologia: o homem e a cultura**. Petrópolis: Vozes, 1991.

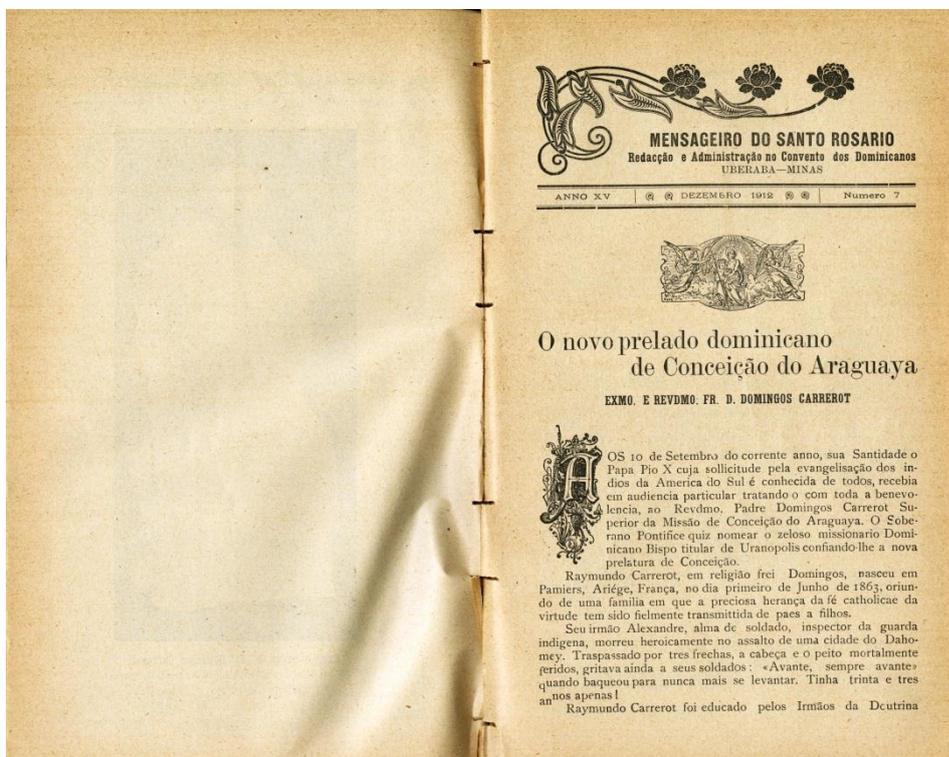
VICAIRE, M-H: ***Histoire de Saint Dominique***. Paris: Cerf. 1957.

VIEIRA, Dilermando Ramos. **O processo de reforma e reorganização da Igreja no Brasil (1844-1926)**. Aparecida-SP: Santuário, 2007.

WERNET, Augustin. **A Igreja paulista no século XIX**. São Paulo: Ática, 1987.

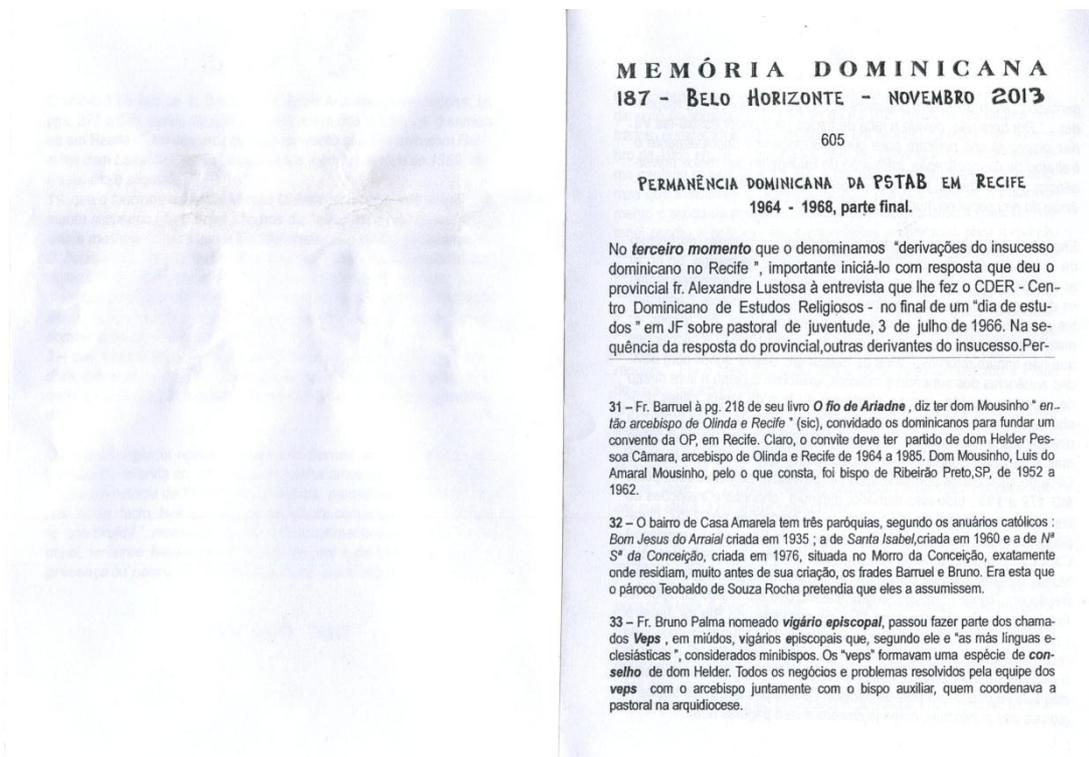
ANEXOS

ANEXO 1 – EDITORIAL DA REVISTA MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO DE DEZEMBRO DE 1912



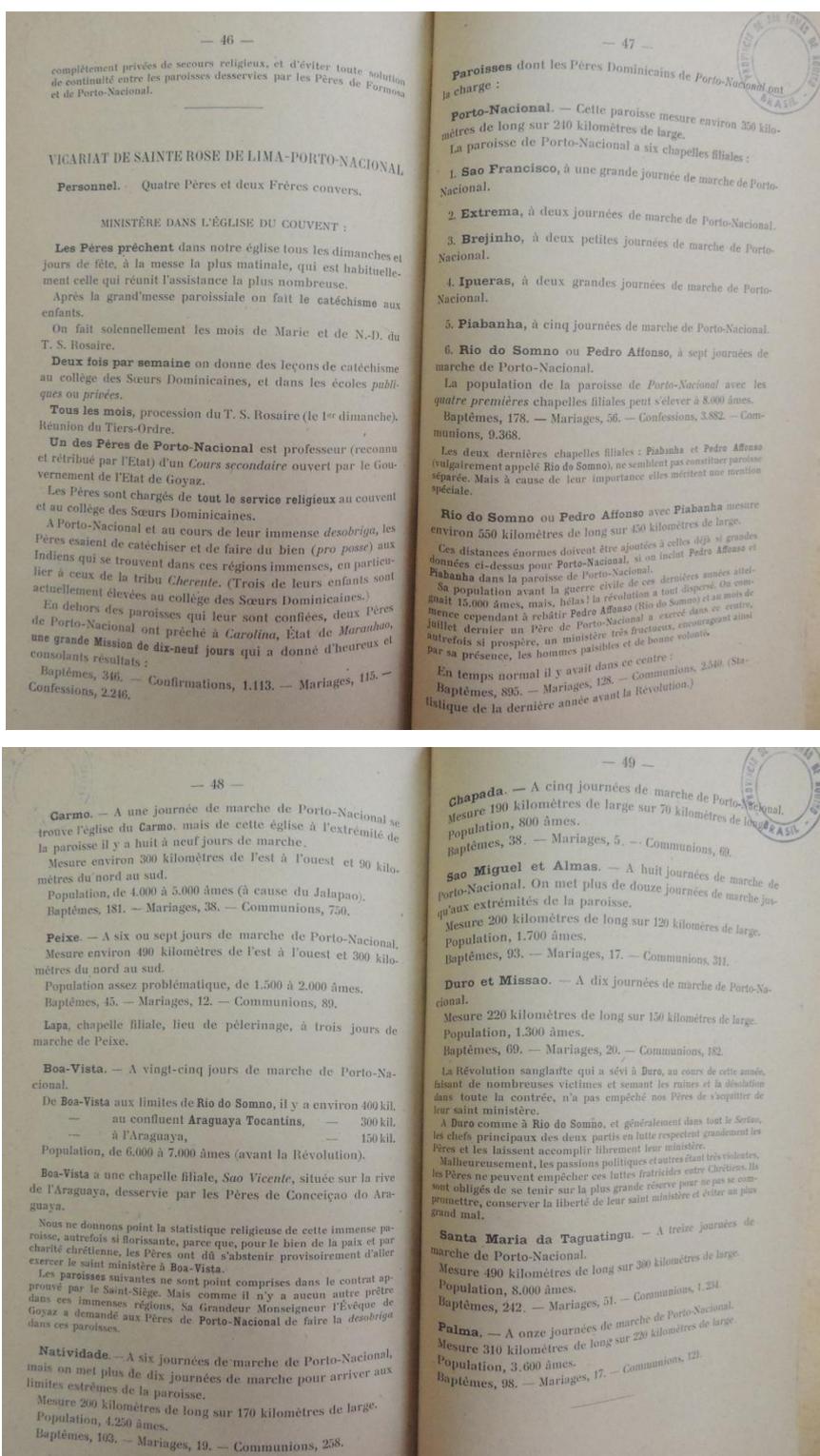
Fonte: Arquivo da Província Dominicana no Brasil, Belo Horizonte-MG.

ANEXO 2 –FASCÍCULO 187 DA COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA, ÚLTIMO FASCÍCULO PUBLICADO



Fonte: Arquivo da Província Dominicana no Brasil, Belo Horizonte-MG.

ANEXO 4 – ESTATÍSTICA DO CONVENTO SANTA ROSA DE LIMA DE PORTO NACIONAL, DE 1919



Fonte: Arquivo da Província Dominicana no Brasil, Belo Horizonte-MG.

ANEXO 5—JORNAL FOLHA DOS MOÇOS, EDIÇÃO DE MARÇO DE 1938

BG4 PA8 D021

Sei qual pode ser a origem -

ARQUIVO
DA PROVINCIA DE SÃO TOMÁS DE AQUINO
Ano VI Segunda fase

FOLHA DOS MOÇOS
— POR DEUS E PELA PÁTRIA —
ORGÃO DOS ALUNOS DA ESCOLA SÃO TOMAZ
PORTO NACIONAL — GOIÁS — MARÇO DE 1939
Número 1

“Folha dos Moços”

Com o presente número damos a continuação da publicidade do nosso modesto periódico, fundado em 1931, sob o patrocínio do Rvmo. fr. Bertrando Olléride de saudosa memória, e interrompido na sua marcha, devido ao precário estado de saúde do insigne educador.

Fr. Bertrando foi sempre um batalhador incansável no nosso meio, quer no campo material, quer no espiritual.

Como educador, quando ressentiu da falta de um jornalzinho para a mocidade da Escola Secundária Stº. Thomaz de Aquino, procurou organizar «Folha dos Moços» não como instrumento para artemanhas da política ou cousa que o valha, mas simplesmente com o nobre objetivo de incentivar a mocidade da escola, que dirigia, induzindo-a ao estudo e ao trabalho.

Minada a saúde de fr. Bertrando, por terrível molestia, que o levou ao túmulo, mui contra gosto seu, foi forçado a abandonar os afazeres aos quaes dava sua maior dedicação.

Nós outros seus alunos, que lhe acompanhamos sempre os passos seguindo-lhe o exemplo de perseverança, querendo continuar a iniciativa fecunda do Mestre, vimos de dar a publicação de «Folha dos Moços» consciente de que os seus antigos assinantes e leitores, que tanto reclamaram a interrupção do jornal dos moços nesta cidade, continuam pres-tando, como antes, a sua

(Cont. na 2ª. pagina)

Faleceu o Sumo Pontífice, S. S. Pio XI

TODO o mundo recebeu com demonstração de intensa máguia a noticia desoladora do falecimento do Sumo Pontífice, Sua Santidade o Papa Pio XI. Na Italia, onde nascera o ultimo Papa, na França, a filha dileta da Igreja, na Inglaterra, onde o cisma protestante não conseguiu diminuir a autoridade Papal sobre a Nação, em Portugal, na Hespanha, ora redimida pela pujança do genio cristão, na Belgica, nos Estados Unidos, enfim, em todo o orbi, até na Alemanha paginizada de Hitler, a infausta noticia repercutiu dolorosamente, provocando inequivocas demonstrações de filial e insofismavel submissão a Igreja de Deus.

O nosso Brasil não fugiu a este preito de devotamento a Suprema Autoridade Eclesiástica. País católico pela formação, pelo espirito, pela vontade unanime de seus filhos e pela educação religiosa dos seus dirigentes foi das primeiras Pátrias a mostrar a sua grande dor pelo desaparecimento do Santo Padre.

Jornal de moços cristãos, órgão católico, não podiamos, tambem, silenciar o nosso sentimento. A morte de Pio XI representa uma grande perda. O Mundo ficou sem uma das maiores expressões da cultura moderna, uma das mais formosas mentalidades do nosso tempo. A Cristandade ficou sem um dos seus maiores Chefes.

Se a Igreja não fosse eterna, a morte de Pio XI marcaria, sem dúvida, uma catástrofe, mas, a certeza de que não atingem á penha sagrada onde Nosso Sedificou a sua Igreja, as contingências materiais, inclusive a morte, a nossa amargura e a nossa dor têm que ser demonstradas juntamente com uma proclamação de Fê. Deus, que agora nos levou Pio XI encherá do Seu Divino Espirito o novo Pontífice que, em breve será eleito e a Igreja Eterna, contra a qual não prevalecerão as portas do Inferno, continuará a sua missão apostolica, amparada pela alma bemaventurada de Pio XI que como as de Leão XIII, Pio X, Bento XV e tantos outros Papas pairará sobre ela, como verdadeiro anjo custodio.



PAPA PIO XI

S. Excia. D. Alano du Noday

Deverá partir para o Rio de Janeiro, em Maio proximo, nosso inclito e amado antistete.

Apontou-nos como finalidade e motivo de sua viagem o ter sido convidado pelo Cardeal D. Sebastião Leme a tomar parte no Concilio Nacional de Bispos, para a Jefeza dos nossos interesses religiosos.

A noticia deste Concilio Nacional é sobremaneira auspiciosa, em se tratando de relações de sincera amizade que parecem existir entre a Igreja e o Estado Novo, no Brasil.

Ha assuntos e resoluções que, ventilados no magno Conclave Nacional, abrirão clareiras de bem-estar para o Estado e para a Igreja.

A questão momentosa de um unico matrimonio, o do casamento religioso para efeitos civis, ou uma melhor legislação sobre o casamento, que venha pôr cõbro á dualidade do matrimonio... o sacramento e o contrato.

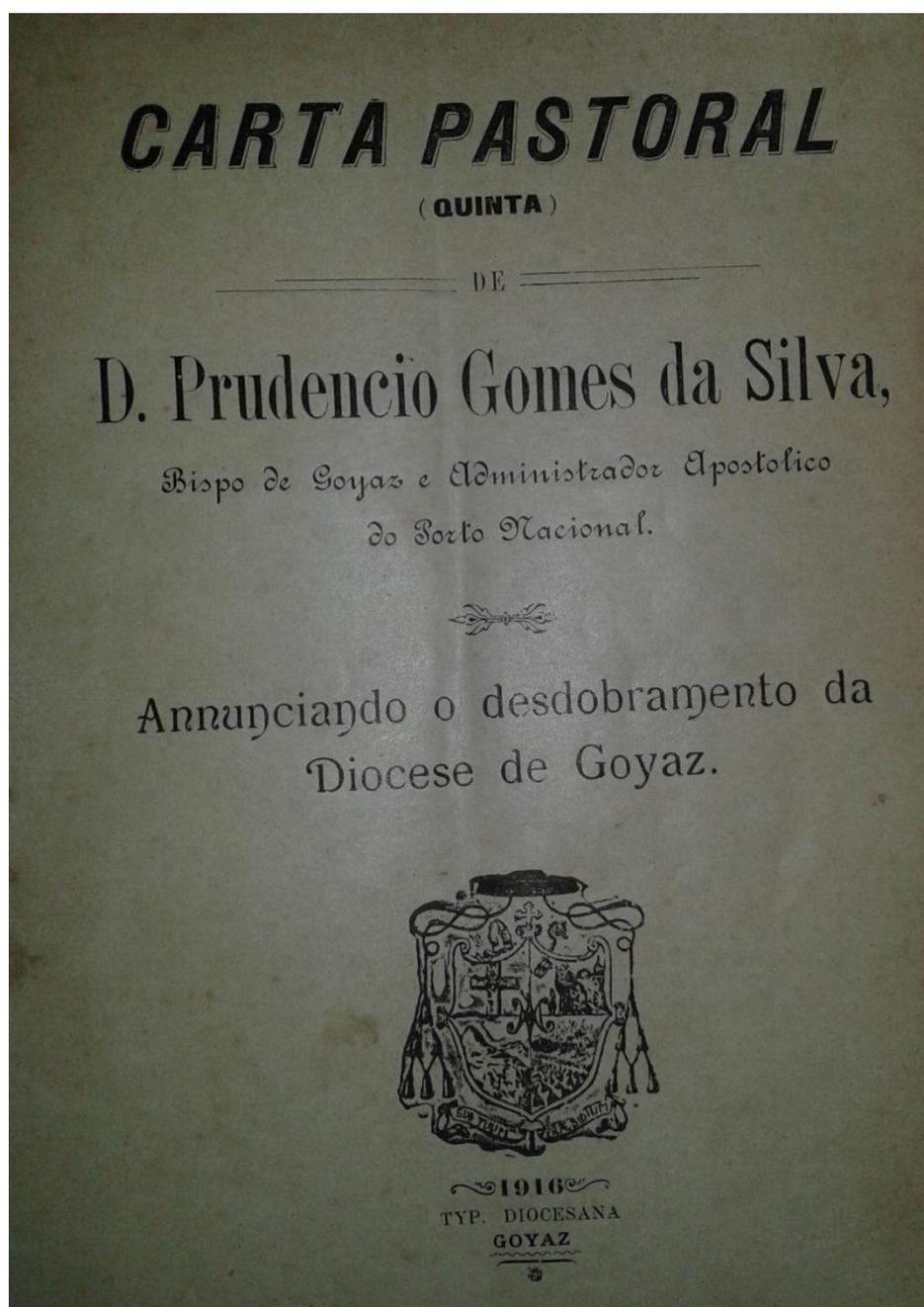
A solução desta pendencia tão perniciosa, de interesse divino, espiritual e social, virá colocar o Estado Novo dentro da mais prudente, sabia e perfeita legislação, em materia de sociologia e moralidade.

Nossa Coluna

De grande interesse tem sido para todo o bem patriota do sertão goiano, a solução do problema dos transportes. Sabido é que as vias de comunicação, integradas

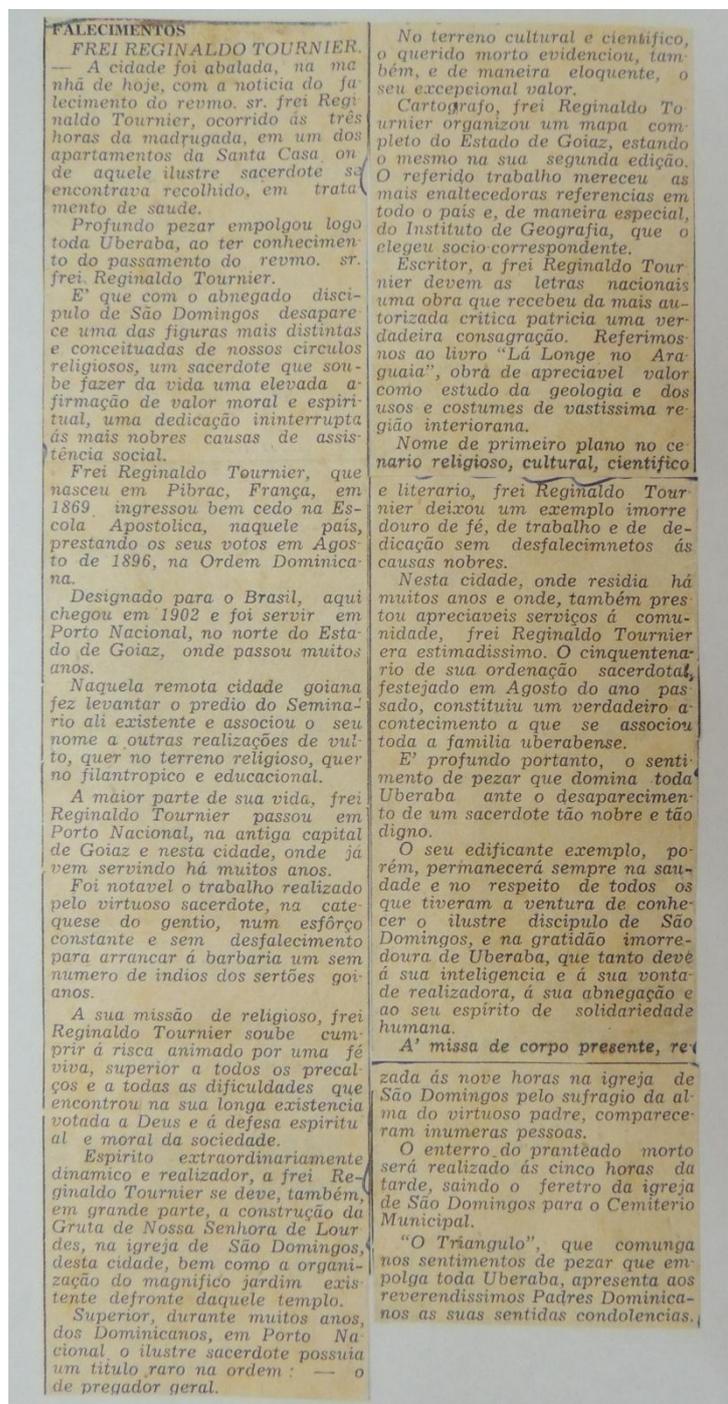
Fonte: Arquivo da Província Dominicana no Brasil, Belo Horizonte-MG.

ANEXO 6 – CAPA DA CARTA PASTORAL DE DOM PRUDÊNCIO, DE 1916



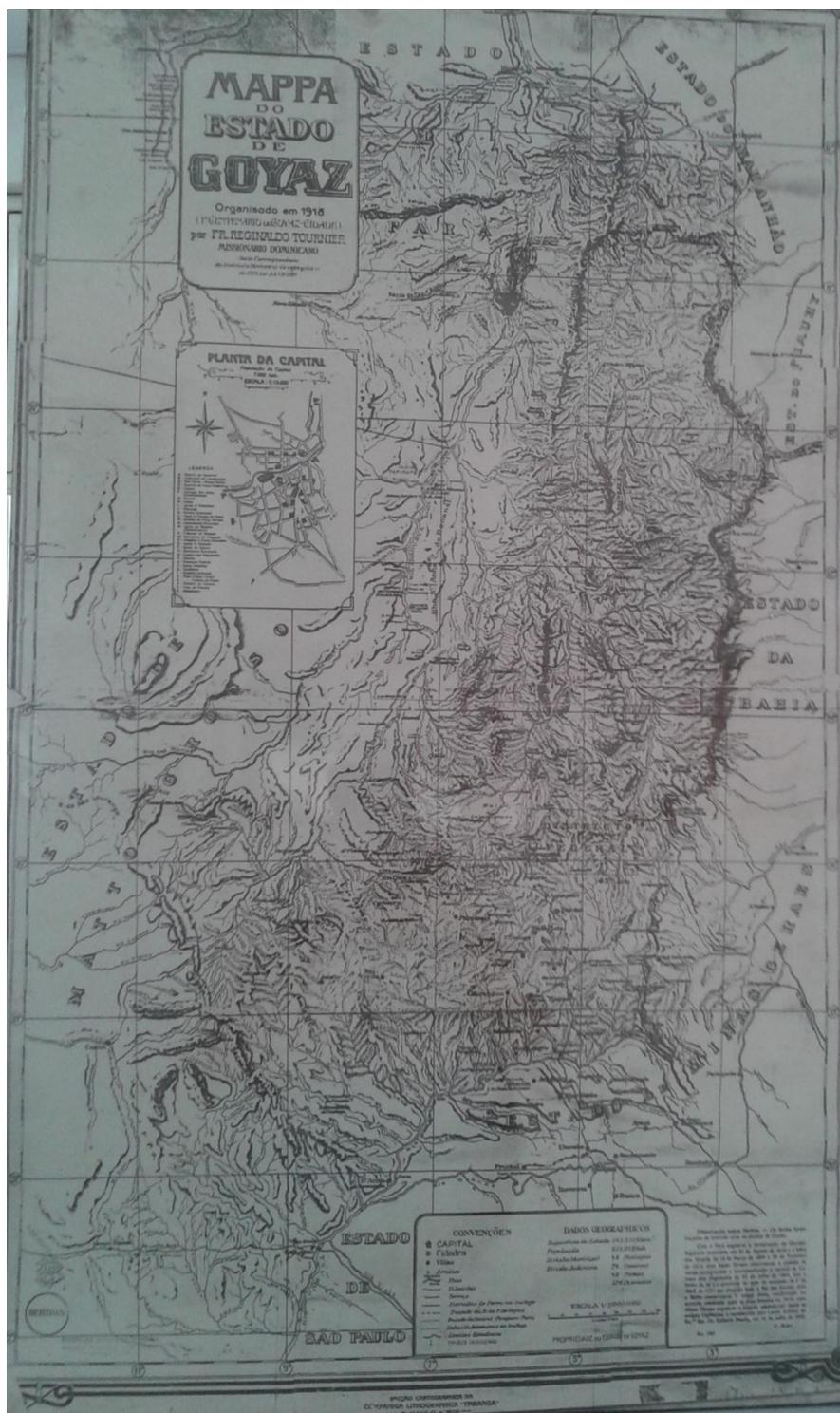
Fonte: IPEHBC, Goiânia-GO.

ANEXO 7 - JORNAL 'TRIÂNGULO MINEIRO' DE 18 DE MARÇO DE 1948 SOBRE O FALECIMENTO DE FREI REGINALDO TOURNIER



Fonte: Arquivo da Província Dominicana no Brasil, Belo Horizonte-MG.

ANEXO 8 – MAPA DO ESTADO DE GOIÁS ORGANIZADO EM 1913 POR FREI REGINALDO TOURNIER, MISSIONÁRIO DOMINICANO, SÓCIO CORRESPONDENTE DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO



Fonte: IPEHBC, Goiânia-GO.

ANEXO 9 – SEGUNDA EDIÇÃO DO MAPA DO ESTADO DE GOIÁS REORGANIZADO EM 1939 POR FREI REGINALDO TOURNIER, DOMINICANO, SÓCIO DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO



Fonte: Arquivo da Província Dominicana no Brasil, Belo Horizonte-MG.